João Quartim de Moraes
Marcos Del Roio
(orgs.)

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Volume IV
Visões do Brasil







João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio
(orgs.)

História do marxismo no Brasil

Volume IV
Visões do Brasil



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

H629 História do marxismo no Brasil/João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). -- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
Conteúdo: v. 4. Visões do Brasil.
Coleção Repertórios
1. Latifúndio-Brasil. 2. Imperialismo. 3. Camponeses. 4. Classe média. I. Moraes, João Quartim de. II. Del Roio, Marcos. III. Título.
20.CDD - 333.320981
- 330.122
- 301.4443
- 301.441

ISBN: 85-268-0503-7

Índices para Catálogo Sistemático

1. Latifúndio-Brasil	333.320981
2. Imperialismo	330.122
3. Camponeses	301.4443
4. Classe média	301.441

Coleção Repertórios

Coordenador-geral
Carlos Roberto Lamari

Secretária executiva
Elisabeth Regina Marchetti

Diretora editorial
Lucélia Caravieri Temple

Assessor de produção gráfica
Vlademir José de Camargo

Supervisora de revisão
Katia de Almeida Rossini

Supervisora de editoração eletrônica
Silvia Helena P. C. Gonçalves

Preparação de originais
Raquel de Sena Rodrigues Tersi

Editoração eletrônica
Eva Maria Maschio Morais

Designer de capa
Adailton Clayton Santos

Acompanhamento gráfico
Ednilson Tristão

Assessor de informática
Carlos Leonardo Lamari

2000
Editora da Unicamp
Caixa Postal 6074
Cidade Universitária – Barão Geraldo
CEP 13083-970 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 788-1015 – Tel./Fax: (19) 788-1100
www.editora.unicamp.br

SUMÁRIO

Apresentação

O volume que ora apresentamos completa, com sete estudos que examinam criticamente as principais visões e interpretações marxistas da sociedade brasileira, bem como as grandes questões e os debates que elas suscitaram, o segundo dos três eixos temáticos em torno dos quais organizou-se o projeto História do Marxismo no Brasil. Vale lembrar, tanto para aqueles que têm acompanhado a execução do projeto, honrando-nos e ajudando-nos com seu interesse e suas contribuições críticas aos volumes já publicados, quanto para os que apenas agora com ele travam contato, que ele foi originalmente formulado num seminário organizado em Teresópolis (1988) pelo grupo de pesquisa Movimentos e Partidos de Esquerda, com o objetivo de encontrar a melhor forma de reconstituir criticamente aspectos decisivos da trajetória histórica da esquerda brasileira.

Não nos alongaremos nas dificuldades encontradas para chegar até aqui. A má vontade "mediática" (algumas pequenas farpas de resenhistas neoliberais, silêncio indiferente de muitos outros) não chegou a surpreender. Não se põem impunemente em questão as idéias dominantes. Com um pouco menos de hostilidade, teríamos chegado mais depressa a nossos leitores potenciais. Mas o essencial é que chegamos. Mais recentemente, de resto, críticos de reconhecida cultura e objetividade analítica têm reconhecido e enfatizado o valor histórico e analítico do esforço pioneiro empreendido em nossa obra coletiva.

A despeito das várias reformulações por que passou no decorrer dessa trajetória, o projeto preservou a idéia original dos três grandes eixos temáticos: o primeiro consagrado ao impacto das grandes revoluções do século XX e à recepção da obra de Marx e Engels e dos principais teóricos marxistas; o segundo, à interpretação marxista da sociedade brasileira; e o terceiro, ao combate político dos marxistas brasileiros.

A imagem orgânica de um tronco bifurcado em dois grandes ramos descreve, melhor talvez que a metáfora mecânica do eixo, a execução da primeira parte do projeto. Com efeito, ele se desdobrou num primeiro volume, publicado em 1991, tendo por tema central o impacto das grandes revoluções do século XX (russa, chinesa, cubana principalmente) sobre a esquerda brasileira, e num segundo volume, publicado em 1995, que examina como aqui foram recebidas e absorvidas das mais importantes expressões do desenvolvimento da teoria marxista no século XX, nas dimensões política, econômica, filosófica e cultural. O segundo volume compreende ainda um capítulo consagrado à influência de Trotski, e outro, à de Lukács.

Foi apenas no terceiro volume, publicado em 1998, que completamos o primeiro eixo temático com o estudo da recepção e influência das idéias de Althusser e de Gramsci no marxismo brasileiro. Parte substancial desse volume está consagrada ao segundo eixo temático do projeto original, a aplicação do marxismo à análise e compreensão histórica da sociedade brasileira. Nessa perspectiva são discutidos os temas da democracia, do dualismo estrutural, do desenvolvimento nacional e da luta cultural.

Com o presente volume, completamos a exposição, iniciada no terceiro, das visões marxistas do Brasil. Compreende sete capítulos, dispostos de modo a combinar o critério lógico ao histórico. O primeiro, de Lígia Osório Silva, retoma o debate sobre os nexos conceituais e históricos do feudalismo com o capital mercantil nas origens lusitanas da colonização. Segue o de Marcos Del Roio sobre o esforço dos marxistas brasileiros para compor um universo categorial e pensar a particularidade da revolução democrático-burguesa na era imperialista. O terceiro, de Angelo

José da Silva, expõe a visão que tinham do Brasil os fundadores do movimento comunista. João Quartim de Moraes, no capítulo seguinte, expõe os fundamentos teóricos do programa nacional-democrático. Leonilde Servolo de Medeiros, no quinto capítulo, reconstitui e analisa, a partir de fontes primárias, a luta dos comunistas pela reforma agrária no período que precedeu o golpe de 1964. Segue o de Carlos Alberto Dória, que reconstitui a visão da esquerda, principalmente marxista, sobre o Nordeste como "problema nacional". No sétimo, Raimundo Santos aborda a visão de Caio Prado Jr. sobre a realidade brasileira por meio de suas análises de diferentes conjunturas políticas nas quais esteve envolvido como ator.

Os dois próximos volumes serão dedicados ao terceiro eixo temático da história do marxismo no Brasil, a análise das organizações e da ação política dos marxistas no Brasil do século XX. A comissão editorial, composta por Angelo José da Silva (UFPR), Daniel Aarão Reis Filho (UFF), João Quartim de Moraes (UNICAMP), Marcelo Ridenti (UNICAMP) e Marcos Del Roio (UNESP), está consciente das lacunas temáticas e da insuficiente sistematização da obra, mas registra, com satisfação, que os objetivos essenciais do projeto têm sido atingidos.

João Quartim de Moraes e *Marcos Del Roio*
Fevereiro de 2000

Capítulo 1

Feudalismo, capital mercantil, colonização

Lígia Osório Silva

1. *Introdução*

As idéias produzidas por Marx a respeito da colonização do continente americano são parte integrante do seu entendimento sobre os mecanismos da transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, da constituição do modo de produção capitalista. Permitem não só compreender os fenômenos especificamente europeus, como também ter uma visão integrada dos acontecimentos que se desenrolaram na mesma época em diferentes zonas do globo.[1]

O período histórico da transição do feudalismo para o capitalismo foi marcado principalmente pela expansão das rotas comerciais do Ocidente europeu, pela aplicação das políticas econômicas mercantilistas e pelas alterações ocorridas no campo, tanto no âmbito das relações de trabalho como naquele do regime de propriedade da terra. Em relação a este último aspecto, pode-se dizer que enfatizar o estudo dos privilégios jurídicos ou consuetudinários que caracterizaram o feudalismo e as lutas que se desenrolaram no continente europeu, objetivando modificá-los, constituiu uma das pistas mais férteis seguidas pelos historiadores econômicos marxistas para o entendimento tanto do regime que se desintegrava lentamente quanto daquele que veio a substituí-lo. Em relação aos acontecimentos

desencadeados pelas grandes navegações e o estabelecimento de relações econômicas permanentes entre a Europa e as Américas, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo mercantilismo, trata-se de fato amplamente reconhecido que foi a partir do enfoque marxista que se desdobraram inúmeros estudos elucidativos sobre o mundo colonial.

Em *O capital*, dentre outros trabalhos nos quais estes assuntos são abordados, encontramos as bases da análise marxista da economia da época moderna. No capítulo dedicado à gênese do capitalista industrial, integrante da parte do livro primeiro dedicado à acumulação primitiva, Marx descreveu os procedimentos "idílicos" que assinalaram a aurora da era capitalista, procedimentos que, do ponto de vista da economia mundial, concentraram riquezas na Europa Ocidental e, do ponto de vista das economias nacionais, concentraram os meios de produção, *grosso modo*, numa camada determinada da população, a burguesia. Em busca das raízes do capitalismo industrial, Marx destacou o papel desempenhado pela política econômica mercantilista — este conjunto de receitas práticas que visam ao aumento da riqueza dos Estados nacionais recém-criados — na acumulação de capital (mercantil), por meio de métodos que iam do saque à organização da produção. Este processo de concentração, na verdade, foi iniciado no campo inglês, cenário da revolução agrária que, do século XVI ao XVIII, transformou as relações de produção e de propriedade e teve como contrapartida a expropriação dos camponeses. Pela complexidade dos fatores que pretende explicar, a "assim chamada acumulação primitiva" constitui uma das teses marxistas mais controversas.[2]

Na base do processo de acumulação primitiva está a noção de expropriação, portanto apropriação da riqueza acumulada pela força. Por isso ela é aplicável à exploração e à pilhagem colonial. Quando se trata da Europa, significa realocação de meios de produção. E este, sem dúvida, é o seu aspecto mais importante porque, ao concentrar os meios de produção, o mecanismo chamado de acumulação primitiva criou, ao mesmo tempo, um grande contingente de trabalhadores livres e disponíveis e um igualmente grande mercado de consumo para as mercadorias produzidas pelo novo sistema.[3] O processo,

quando bem-sucedido, como no caso da Inglaterra, consistiu na combinação sistemática de procedimentos diversos, englobando as colônias, a dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo, mas caracterizando-se também pelo decisivo emprego do poder estatal para favorecer a concentração das riquezas obtidas em poucas mãos. A transferência de bens, particularmente da terra sob o domínio da Igreja ou dos camponeses, para novas mãos foi um dos métodos mais eficientes de concentração de riqueza empregados pelas classes dominantes com apoio estatal. No caso da expropriação do campesinato, tratava-se da separação dos produtores diretos dos meios de produção, ocorrida em muitos lugares da Europa, e cujos desdobramentos de agudas conseqüências para o tecido social fazem parte da problemática da transição do feudalismo para o capitalismo.

A importância desta implicação para a teoria marxista do desenvolvimento capitalista pode ser medida por meio do esforço empregado por alguns críticos para destacar a existência de trabalhadores livres em diferentes períodos históricos e diminuir assim a importância do fenômeno verificado por Marx, no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Também costumam questionar o alcance dos "enclosures" (demarcações das terras, principalmente as comunais, ao longo dos séculos XVI e XVIII)[4] na constituição do proletariado inglês, pelo mesmo motivo.[5] Mas, no que pese a necessidade constante da historiografia corrigir certas imprecisões dos dados empíricos, a generalização do trabalho assalariado e a existência de um grande contingente de mão-de-obra disponível para a primeira fase da Revolução Industrial constituem fatos dos quais é impossível fugir, a menos que se transformem em fantasmas os operários têxteis do Lancashire.

De todo modo, as críticas não procuram questionar o papel do sistema colonial como veio condutor das riquezas produzidas, acumuladas ou simplesmente existentes no resto do mundo, para as economias européias da Época Moderna. A descoberta do ouro e da prata na América, sua exploração baseada na escravização dos índios, o início da conquista e pilhagem da Ásia, a transformação do continente africano num reservatório de escravos, estas e outras tantas teias de relações unindo os europeus aos povos conquistados são

parte da história européia descrita e analisada em inúmeros trabalhos, e não apenas de historiadores marxistas.[6] Mas é possível que se tratasse apenas de um estímulo momentâneo, sujeito a perder força quando o fluxo de metais preciosos diminuísse. A questão pertinente é saber se, à medida que se organizou a exploração sistemática dos territórios coloniais, surgiram efeitos duráveis para o desenvolvimento econômico europeu. Algo que não fosse apenas uma empresa lucrativa momentânea, mas que constituísse um estímulo duradouro para a indústria européia. O ponto sujeito a discussão, portanto, é o papel representado pelo sistema colonial no desencadeamento da Revolução Industrial. Elemento indispensável, mas não suficiente? Ou, pelo contrário, elemento bloqueador do desenvolvimento do capitalismo?[7] Com efeito, o desafio maior consiste em tentar conciliar o papel do sistema colonial como veio condutor de riquezas para as metrópoles e o destino melancólico das metrópoles ibéricas, a despeito dos seus impérios coloniais, no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo.[8]

No capítulo referido anteriormente da obra de Marx, encontramos a afirmação de que, "nos tempos da manufatura", foi a supremacia comercial que possibilitou a supremacia industrial, indício da importância por ele atribuída ao papel das colônias no desenvolvimento industrial das metrópoles. E é por isso que o regime colonial, apelidado por Marx de "deus estrangeiro", ocupou um lugar de destaque na política mercantilista, por seu papel no processo de concentração de riquezas no centro da economia mundial.[9]

Estas considerações que são parte do livro primeiro de *O capital* não esgotam, entretanto, a contribuição de Marx para a chamada "problemática da transição". São de particular interesse para este período os capítulos do livro terceiro[10] consagrados ao papel do comércio na desintegração do feudalismo. Ali expõe a tese de que o tempo e as formas da desintegração dependeram primordialmente da solidez e da articulação internas do modo de produção feudal. Em outros termos, o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, o seu corolário — a exploração colonial — seriam elementos insuficientes para explicar a destruição de um modo de produção — o feudal — e o nascimento de outro — o capitalista.

A terceira senda aberta pelos estudos históricos de Marx em *O capital* diz respeito ao papel crucial ainda sujeito a controvérsias do sistema de trabalho das colônias e que aparece, como bem observou o historiador Pierre Vilar, na frase de Marx a propósito das relações entre a escravidão nas Américas e do capitalismo na Europa: "De fato, a escravidão disfarçada dos trabalhadores assalariados na Europa necessitava, para seu pedestal, da escravidão pura e simples no Novo Mundo."[11]

Mas até que ponto os argumentos esboçados por Marx no capítulo "A moderna teoria da colonização", ao criticar as idéias do economista inglês E. G. Wakefield sobre política de terras nas colônias, constituem o embasamento teórico suficiente para a explicação da forma assumida pelo trabalho nas Américas (escravo ou servil)? No início do século XIX, a tônica da discussão que animava a "Colonization Society", da qual Wakefield fazia parte, era uma crítica à política de distribuição de terras nas colônias britânicas, que, segundo a Society, tinha efeitos nefastos sobre o desenvolvimento do capitalismo nos *white dominions*. Esses efeitos advinham do alto preço da mão-de-obra assalariada nessas colônias, em função da sua escassez. A política de distribuição de terras da administração colonial visava tornar atraente o investimento nas colônias, mas provocava um problema para os investidores ao colocar o estoque de terras ao alcance dos trabalhadores. O financiamento da passagem que visava garantir mão-de-obra em abundância para os capitalistas acabava se transformando em financiamento para concorrentes. Para evitar esta situação, Wakefield propunha às autoridades governamentais britânicas dificultar o acesso à terra por meio da estipulação de um "sufficient price" para os lotes de terra vendidos aos que emigravam para os domínios brancos (Austrália e Nova Zelândia, principalmente). A teoria esboçada pela "Colonization Society", de acordo com Marx, tinha a peculiaridade de revelar a relação social embutida no conceito de capital, uma vez que deixava claro que, sem a contratação de trabalhadores produtivos, dinheiro não cria riqueza e, portanto, não há regime de propriedade privada capitalista sem expropriação da maioria da população.

Em síntese, a questão abordada no capítulo era a relação entre a ausência do monopólio da terra (derivado de um processo de produ-

ção anterior) e o desenvolvimento do capitalismo. Nos *white dominions*, a ausência de uma forma anterior de monopolização da terra suscitou em Wakefield a idéia de criar artificialmente um mercado de terras que funcionasse como barreira à entrada dos trabalhadores na categoria de proprietários. E, como o próprio Wakefield admitia, a inspiração viera do exemplo dos plantadores escravistas de Cuba e do Brasil, que pagavam pela sua mão-de-obra cativa. O "sufficient price" proposto por ele cumpriria nas colônias inglesas o papel da coação extra-econômica no Brasil. Compreende-se, assim melhor, o sentido da frase de Marx citada anteriormente: quando se trata da mercadoria força de trabalho, para que as leis de mercado funcionem no interesse dos capitalistas, é preciso a expropriação prévia dos trabalhadores diretos.

Nesta passagem de *O capital*, encontra-se sublinhado também o contraste existente entre um sistema de apropriação privada no qual os meios de produção estão nas mãos do trabalhador e outro no qual pertencem ao capitalista que emprega para valorizá-lo trabalhadores assalariados, como ocorria na Europa Ocidental, na segunda metade do século XIX. A possibilidade da ocorrência de fenômenos como aqueles que preocupavam Wakefield derivava da situação excepcional existente nas colônias, onde o acesso à terra não estava monopolizado por integrantes do antigo modo de produção. Em conseqüência, o desenvolvimento do capitalismo não encontrava a resistência de uma classe em decadência, mas a resistência dos produtores diretos que, "enquanto donos dos seus meios de trabalho, empregavam seu trabalho para enriquecerem a si próprios e não aos capitalistas".[12]

A análise referia-se ao caso da América do Norte, mas a existência de terras "livres" era, até certo ponto, uma característica das terras do Novo Mundo. Mas a transposição do argumento para o momento da montagem das plantações coloniais divide os historiadores marxistas. Não há unanimidade a favor do argumento de que foi para contornar tal situação e dispor de mão-de-obra abundante que os colonizadores recorreram ao trabalho forçado nas plantações das Américas. Um dos aspectos essenciais do problema está na existência de uma possível alternativa (não teórica, mas real) ao trabalho escravo: trabalho assalariado ou pequeno produtor independente. O caso da

colônia brasileira no século XVI, na qual se recorreu ao trabalho forçado dos indígenas e dos africanos desde o início, a exemplo do que já ocorria na exploração das ilhas do Atlântico, suscita algumas dúvidas, já que o paralelo entre o tipo de colonização efetuado na América portuguesa e a situação dominante nos Estados Unidos ou nos *white dominions* no século XIX torna a aceitação do argumento problemática. Em outros termos, a reintrodução da escravidão como forma predominante de trabalho na colônia é derivada do desenvolvimento do capitalismo ou esteve vinculada ao processo conhecido como "reação feudal", ocorrido em partes da Europa no século XVI?

No Brasil, os caminhos da história econômica do mundo colonial partiram freqüentemente das sendas abertas por Marx para a compreensão das relações complexas que uniam as potências européias que transitavam do feudalismo para o capitalismo às terras do Novo Mundo, por meio da revolução comercial que marcou os albores da Época Moderna. E caracterizar essas relações constitui o primeiro passo para a compreensão das sociedades coloniais, ponto de partida das nações que se organizaram nas Américas ao final do Antigo Regime. O espaço econômico não europeu, incorporado à economia da Época Moderna, passou a abrigar sociedades organizadas a partir dos interesses definidos pela política econômica das metrópoles, enquanto paralelamente, de modo deliberado, se desorganizavam as sociedades anteriormente ali constituídas. Mas este entrelaçamento de destinos nem sempre se deslinda facilmente porque, assim como o papel do sistema colonial na constituição do capitalismo é controverso, definir o caráter das sociedades coloniais também é. O objetivo das páginas que seguem é, a partir da contribuição da historiografia econômica marxista para a análise do período colonial, debater alguns aspectos da inserção da história da América portuguesa no desenvolvimento do capitalismo em escala global.

A vitalidade do debate em torno da economia e da sociedade coloniais tem contribuído de modo indiscutível para o conhecimento dos problemas que afligiram e afligem o Brasil, por meio do difícil resgate das suas origens históricas. Neste debate, ressalta, sem dúvida alguma, a contribuição dos historiadores marxistas, extraída de um conjunto altamente representativo de intelectuais que marcou — alguns

desde os anos 40, outros mais recentemente — a produção acadêmica e não acadêmica brasileira: Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender.

Em grandes linhas, estes autores se dedicaram a desenredar a difícil combinatória entre a forma de inserção na economia internacional das terras colonizadas pelos portugueses na América e os aspectos concretos assumidos pela sociedade que se monta nessa área no período que vai do século XVI ao XIX, tarefa para a qual era indispensável apurar as causas da adoção da escravidão colonial e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa.

Não é nossa intenção apresentar esta síntese como a somatória de todas as contribuições, ignorando o fato indiscutível de que existem contradições importantes entre os autores, que algumas vezes aparecem na forma da crítica direta. Por outro lado, também não estamos interessados em contrapor os argumentos simplesmente para destacar as diferenças e para saber o que cada autor pensa dos outros. Perseguimos o intuito de discutir algumas das dificuldades que se opõem a uma compreensão sintética da questão colonial e o modo como os autores procuraram superá-las.

O problema que parece trazer mais dissonância ao estudo do sistema colonial gira em torno da eleição do aspecto principal na definição das eco nomias coloniais: o processo de constituição do capitalismo em escala global ou o modo de produção que se organiza na colônia. Em outros termos, embora fazendo parte da economia européia da Época Moderna, a economia colonial pode ser estudada como um modo de produção, com todas as implicações que o conceito determina na teoria marxista? Ciro Cardoso e Jacob Gorender respondem afirmativamente a essa questão, limitando a construção do modelo de funcionamento do modo de produção escravista colonial ao plano econômico. Os demais autores não acham possível o estudo do mundo colonial como um modo de produção autônomo, já que este se organiza como um setor das sociedades européias marcadas pela desintegração do feudalismo e o nascimento do capitalismo. Mas entre estes também não há concordância absoluta pois Caio Prado Jr. e Fernando Novais enfatizam mais o aspecto mercantil do em-

preendimento colonial, enquanto Werneck Sodré enfatiza o caráter escravista colonial e Passos Guimarães sublinha os traços feudais transpostos pela metrópole portuguesa.

Da resposta a esta primeira questão decorre o entendimento que se tem de muitos aspectos da organização da produção na colônia. Como, por exemplo, a colonização que se processa na América portuguesa e as características que ela assume — trabalho escravo e grande propriedade — em que medida estiveram vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo na Europa?

De um modo geral, a apropriação do solo colonial foi organizada com base na legislação vigente nas metrópoles, adaptada aos interesses da colonização, uma vez que as potências européias não reconheceram aos habitantes do Novo Mundo o direito de propriedade sobre as terras que ocupavam.[13] No caso da América portuguesa, o processo de apropriação esteve necessariamente associado ao transplante do regime territorial baseado na aplicação da lei de sesmarias ao solo colonial. A concessão de sesmarias foi a forma jurídica utilizada pela metrópole para ceder aos particulares partes do novo território americano, tendo em vista, é claro, o aproveitamento econômico do solo, que, além de lucrativo, defenderia a colônia da interferência das demais potências européias. A natureza transitória da sociedade européia no século XVI tem provocado certas dúvidas quanto ao caráter da legislação transposta, ligeiramente adaptada pelos forais e regimentos. É certo que a dúvida se estende à natureza do regime econômico dominante em Portugal, mas, sem precisarmos nos estender muito sobre a polêmica a respeito da existência histórica de um feudalismo português, torna-se indispensável explorar as características mais marcantes da Lei das Sesmarias, seus objetivos quando foi promulgada no século XIV e sua adaptação à produção colonial.

Em resumo, a natureza da sociedade em formação na colônia, suas relações com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, os objetivos da colonização, a política de terras e de mão-de-obra implementadas pela metrópole constituem problemas para os quais os autores citados procuraram dar respostas.

2. *A economia européia da Época Moderna: o capital mercantil e as origens do capitalismo*

Trilhar os caminhos abertos pela tradição teórica marxista implica, necessariamente, em estudar a questão colonial associada à economia da Época Moderna. Entretanto, conforme explicitam os autores de *Historia económica de América Latina*, a partir daí começam a surgir as dificuldades.

> Por um lado, estas sociedades só adquirem pleno sentido se as enfocarmos como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia européia, submetidas à dependência de núcleos metropolitanos que devem ser levados em conta para que se possa compreender a racionalidade da economia colonial. Por outro, a empresa colonial proporcionou o aparecimento de sociedades com estruturas internas, possuindo uma lógica que não se reduz ao vínculo externo com o comércio atlântico e as metrópoles políticas: assim, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, porém não basta.[14]

Uma das dificuldades reside no peso que se atribui ao sistema colonial mercantilista na definição das estruturas internas das colônias. Por sua vez, a interpretação do sistema colonial mercantilista dependerá, no essencial, de como se interpretar a natureza da economia da Época Moderna.[15]

Para compreender a especificidade do período mercantilista e distingui-lo do capitalista, Werneck Sodré arrola as etapas do estudo:

> [...] o da transferência sucessiva de predomínio econômico das repúblicas italianas para os países da Península Ibérica, destes para a Holanda, desta para a Inglaterra; a caracterização do modo de produção predominante no Ocidente europeu na fase das descobertas; a caracterização do papel de Portugal na referida fase e particularmente na colonização do Brasil, finalmente.[16]

Não resta dúvida que, para os autores marxistas brasileiros, a discussão da questão colonial começa na análise das transformações ocorridas na sociedade européia em decorrência da crise do feudalismo.[17]

A caracterização da economia e da sociedade européias da Época Moderna é tema de inúmeros trabalhos de historiadores das mais diversas orientações teóricas. No campo do marxismo, a questão é analisada como parte da problemática da transição do feudalismo para o capitalismo e decorre, em grande medida, da maneira como se hierarquizam os acontecimentos que contribuíram para forjar os inícios do capitalismo. As pesquisas têm se multiplicado para dar conta de temas como as revoluções agrárias dos séculos XV e XVI; a importância relativa da forma dinheiro ou produto assumida pela renda feudal (comutação); o papel dos "superlucros" obtidos pelos especuladores durante as recorrentes crises de alimentos; a questão da população e as vicissitudes dos trabalhadores sem-terra; o surgimento (mais cedo do que se supõe habitualmente) de novas técnicas agrícolas que requeriam investimento de capital, tais como irrigação, equipamentos etc.[18] Se nos limitarmos aos assuntos tangenciando a questão colonial, teremos ainda assim uma quantidade impressionante de trabalhos tratando, por exemplo, do fluxo de metais preciosos americanos e seus efeitos na economia européia e a elevação geral dos preços, fenômenos do século XVI que muitos autores associam à evolução diferenciada da economia da península Ibérica daquela do resto da Europa.[19]

Em todos esses campos, a historiografia marxista tem contribuído para aumentar os conhecimentos sobre a fase intermediária entre a desarticulação da economia dominial e a plena constituição do capitalismo, e os autores brasileiros (nas suas posições não concordantes) dispõem de um amplo leque no qual se apoiar. Ainda assim, dada a importância que tiveram algumas interpretações sobre a transição entre os marxistas brasileiros, parece-nos importante retomar alguns argumentos.

Num artigo de 1952, Rodney Hilton,[20] procurando aprofundar as relações entre o desenvolvimento do comércio e o surgimento do capitalismo, sublinha o fato de que o dinheiro acumulado no âmbito da circulação das mercadorias pelos comerciantes e financistas, além de não constituir uma novidade da Época Moderna, dependia tanto ou mais dos aspectos atrasados da economia quanto dos elementos novos surgidos com a generalização das trocas. Era acumulado sobretudo graças aos hábitos extravagantes dos senhores

de terras e ao eterno endividamento dos camponeses e pequenos artesãos. Marx, afirma Hilton, encarava com ceticismo a idéia de que a transformação da renda trabalho em renda dinheiro provocara a desintegração do feudalismo. Em razão disso, procurou distinguir com cuidado a renda feudal da renda da terra no sistema capitalista, assim como o capital mercantil do capital industrial. Marx não desprezou na sua análise o efeito corrosivo do aumento da circulação monetária sobre a economia feudal, nem o papel da acumulação de capital mercantil na formação das pré-condições do capitalismo. A transformação das prestações de serviços em pagamento em espécie proporcionou a formação de uma camada superior do campesinato, transformou paulatinamente a terra numa mercadoria comprada e vendida no mercado, e seu efeito a longo prazo foi a desintegração dos domínios e a diferenciação do campesinato. Mas, por outro lado, procurou destacar também seus aspectos retrógrados. A dominação do capital mercantil na indústria têxtil sabidamente deteriorou as condições de trabalho dos artesãos. O caráter ambíguo dos efeitos do desenvolvimento do capital mercantil, para Hilton, é parte da explicação de que, apesar da expansão da produção, da população e do comércio nos séculos XIII e XIV, as vigas básicas da antiga estrutura econômica e política permaneceram firmes até o século XVII e XVIII. Para Hilton, só teremos uma visão correta da transição se atentarmos para as mudanças ocorridas nas técnicas e nas relações de produção e para as transformações que gradualmente substituíram a agricultura camponesa e a indústria artesanal pela produção à base de grandes concentrações de capital e trabalho assalariado, sem esquecer os movimentos políticos e sociais que abalaram o poder político das antigas classes.

Estas considerações a propósito da transição tiveram um desenvolvimento muito mais acentuado no trabalho do historiador e economista inglês Maurice Dobb, num livro que teve ampla repercussão, até mesmo entre os historiadores marxistas brasileiros.[21] Ao invés de considerar o aspecto novo referido na fórmula de capitalismo mercantil como a mera existência de grandes capitais e mercadores especializados na esfera do comércio, Dobb situa-o na fase inicial do capitalismo, que na Inglaterra correspondeu à segunda metade do sé-

culo XVI e ao início do século XVII, "quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos [...] a um capitalista, própria do assim chamado sistema de encomendas domiciliar".[22]

O livro de Dobb procura, entre outras coisas, refutar a tese tradicional de Henri Pirenne[23] sobre o papel do comércio na dissolução do feudalismo e no desenvolvimento do capitalismo. A conhecida obra deste historiador francês, além de pintar um quadro bastante vívido do renascimento do comércio, graças sobretudo ao papel das cidades italianas em contato com o mundo levantino, mas também ao estabelecimento das rotas comerciais unindo-as às cidades de Flandres e às famosas feiras medievais, descreve também a formação das grandes fortunas mercantis integradas aos burgos e às cidades renascidas. Mas sua contribuição mais destacada foi o estudo do efeito desagregador que o comércio exerceu sobre a economia feudal e o surgimento do capitalismo, associado por ele à existência do capital mercantil. Em função do fato de considerar a economia "natural" como o aspecto característico do feudalismo, Pirenne atribui ao renascimento do comércio o papel de elemento desencadeador da crise do feudalismo.

Ao criticar a tese de Pirenne retomando os argumentos teóricos esboçados por Marx, no volume III de *O capital*, Dobb deu uma contribuição original à teoria marxista da transição. Foi buscar as razões da desintegração das relações feudais nos limites do próprio modo de produção feudal e suas reflexões permitem situar na sua dimensão própria o papel do comércio na dissolução do feudalismo e no desenvolvimento do capitalismo, processos que na sua análise possuem dinâmicas distintas. A crítica ao papel do comércio, tal como foi visto por Pirenne, consiste sobretudo na constatação de que o desenvolvimento do comércio por si só (independentemente de em que grau) é insuficiente para provocar a desintegração das relações feudais. Baseado nos exemplos históricos da Inglaterra do século XIV e da Europa central e do leste no século XVI, nos quais a mercantilização da produção agrícola e pastoril não levou necessariamente à eliminação das relações servis, mas ao seu restabe-

lecimento. Dobb fundamentou a sua interpretação distinta da de Pirenne sobre o peso do desenvolvimento do comércio na crise do feudalismo. Quando o impacto do comércio teve o efeito de desintegrar as relações feudais, segundo esta interpretação, isso se deveu primordialmente à presença de outros fatores, como a abundância de mão-de-obra a baixo preço, a existência de uma camada camponesa enriquecida apta a se transformar em fazendeiro-arrendatário, a proximidade de centros urbanos e uma produtividade compatível com a introdução do trabalho assalariado. O desenvolvimento do comércio somente quando associado à ocorrência destes fatores, presentes em conjunto ou separadamente (cada caso é um caso), explicaria a comutação e a subseqüente desintegração das relações feudais. Onde tais fatores estiveram ausentes, os senhores de terras, para reter a mão-de-obra na sua parte da terra, reforçaram a servidão ou a restabeleceram, *justamente por causa* do desenvolvimento do comércio.

Acreditamos que esta explicação implica em pelo menos dois desdobramentos. Primeiro, o essencial para Dobb não é saber qual o grau de mercantilização da produção necessário para que o comércio produza os efeitos pretendidos por Pirenne. E sim constatar a insuficiência do fator desenvolvimento do comércio para explicar a transformação da renda trabalho em renda produto ou renda monetária, historicamente associadas ao afrouxamento dos laços servis. Segundo, ao mostrar que em alguns casos ocorre o efeito contrário, Dobb chamou a atenção para a compatibilidade histórica de sistemas coercitivos de mão-de-obra com alto grau de mercantilização da produção, retomando inclusive a correlação feita por Marx em *O capital*, de que, "no mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital mercantil sempre resultam em economia escravista".[24]

As pesquisas históricas recentes tendem a consolidar a noção de que o sistema feudal não se identifica com a existência de uma economia natural absolutamente fechada e a reforçar a presença das trocas, até mesmo monetárias, durante a maior parte da Idade Média. Van Bath, autor de uma minuciosa história agrária, utilizando como critério a satisfação das necessidades humanas de produtos alimentares, dividiu a história agrária européia em dois períodos. Na Alta Idade Média (de 500 a 1150 aproximadamente), predominou o consumo agrário direto — caracterizado pelo auto-abastecimento da maior parte da população, que ao mesmo tempo fornecia os gêneros agrícolas necessários aos grupos não agrários (basicamente religiosos e casta guerreira). Esta forma cedeu o lugar, a partir do desenvolvimento das relações mercantis numa dimensão muito mais intensa do que o ocorrido no escravismo antigo, à generalização do consumo agrário indireto, que prevalece até os nossos dias.[25] Neste caso, o auto-abastecimento envolve uma parte relativamente pequena da população, enquanto a população não agrária e parcelas da população agrária se abastecem no mercado de excedentes agrícolas da própria ou de outras regiões. Este último período se subdivide, tendo por marco 1850 mais ou menos, em função de uma série de fatores, dentre os quais pode-se destacar o acentuado declínio da taxa de ocupação da população no trabalho agrícola, a queda dos preços dos produtos agrícolas em relação aos industriais, a enorme expansão dos transportes que tornou possível o cultivo de novas áreas agrícolas não européias (Argentina, Canadá, Austrália etc.) e a colocação desses produtos a baixos preços no mercado europeu.[26] O modelo dualista de análise que opunha feudalismo e comércio vem sendo substituído por uma visão que integra o capital mercantil e a economia dominial, conseqüentemente reforçando a tese de Dobb.[27]

Num artigo recente, Ellen Wood retoma a problemática do nascimento do capitalismo, separando os efeitos da generalização das trocas mercantis do surgimento da forma capitalista de produção. A generalização do comércio e a existência de mercados onde os produtos de diversas origens eram trocados fizeram parte da vida econômica em diferentes momentos da história. Longe de serem um desenvolvimento "natural" das sociedades mercantis, as relações capitalistas, ao se formarem no interior da antiga organização social, constituíram um rompimento radical com os padrões até então predominantes de interação do homem com a natureza na produção de suas necessidades básicas. Estes padrões passaram a obedecer aos imperativos da competição, acumulação e maximização do lucro quando as relações capitalistas de produção iniciaram sua penetração no âmbito da produção agrícola, na Inglaterra nos fins do século XVI, começos do XVII.[28]

A análise de Dobb e os desdobramentos da polêmica da transição lançaram novas luzes sobre as origens do capitalismo. Primeiro, redimensionaram o papel do comércio, na sua dupla relação — com a dissolução dos laços feudais e com o surgimento das relações capitalistas — enfocando-o a partir das considerações de Marx no livro terceiro de *O capital*. Em segundo lugar, permitiram enxergar com mais clareza os acontecimentos que ocorreram no período imediatamente anterior — os séculos XIV e XV — nos quais de hábito se localiza a chamada "crise do feudalismo". Durante a crise, o modo de produção feudal foi seriamente abalado, porém sem que se possa falar em fim do feudalismo. Para que se compreenda bem o processo de transição, diz Dobb, é preciso atentar para o fato de que "a desintegração do modo de produção feudal já alcançara um estágio adiantado antes do modo de produção capitalista se desenvolver, e que tal desintegração prosseguiu sem nenhuma ligação íntima com o crescimento do novo modo de produção".[29]

Nem sempre esses aspectos e suas conseqüências foram levados em consideração pelos marxistas brasileiros, apesar da concordância explícita com a tese geral de Dobb. Resulta peculiar, por exemplo, a interpretação presente em Gorender,[30] expressa na afirmação de que "Dobb enfatizou muito bem a compatibilidade do feudalismo com as relações mercantis porém subestimou a inevitável limitação de tal compatibilidade". Parece-nos que transformar a tese de Dobb em questão de grau de mercantilização consiste no fundo em reafirmar a tese de Pirenne. Posição aliás defendida por muitos historiadores respeitáveis, na famosa polêmica Dobb-Sweezy. Por outro lado, em Novais, encontramos uma concordância com a tese de Dobb quando este autor afirma que, no conjunto, a crise do feudalismo derivou não diretamente do renascimento do comércio, como advoga a conhecida tese de Pirenne, mas da incapacidade da estrutura feudal de se adaptar perfeitamente ao crescimento da economia de mercado.[31] Entretanto, em decorrência do papel central por ele atribuído ao comércio na caracterização da economia da Época Moderna, parece-nos que sua análise se afasta da interpretação de Dobb. Com efeito, a presença dos interesses mercantis nos empreendimentos ultramarinos leva este autor a classificar a economia da Época Moderna de capitalismo mercantil. "Esta

etapa intermediária entre a completa dissolução do feudalismo e a ainda não total predominância do capitalismo, poderia ser caracterizada como de capitalismo mercantil, pois é o capital comercial, gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica." Esta visão é inspirada também da interpretação de Caio Prado Jr. que caracteriza o período no qual se abre a colonização como de capitalismo comercial.[32]

Em contraste, Werneck Sodré seguindo sua própria interpretação dos capítulos do livro terceiro de *O capital* ao qual fizemos referência anteriormente destaca a tese da insuficiência do desenvolvimento do comércio na constituição do modo de produção capitalista, pois

> o processo de que surge o capitalismo é [...] endógeno; ele surge de condições internas do país ou região em que se implanta; não surge de condições externas, não surge do capital comercial, como causa única e necessária. Surge na esfera da produção, quando duas condições são satisfeitas: a existência de uma produção simples de mercadorias suficientemente desenvolvida e em processo de desintegração em que os poucos artesãos e camponeses enriquecidos se transformam em capitalistas; e os muitos arruinados, em operários assalariados; e a existência de uma acumulação primitiva, seja decorrente da atividade comercial e predatória, seja decorrente da expropriação violenta e em massa de camponeses e artesãos.[33]

Passos Guimarães, visivelmente influenciado pela interpretação de Sodré, não acredita que a presença de certas categorias econômicas — produção comercial, capital-dinheiro, trocas monetárias — seja suficiente para se definir um regime econômico como capitalista. Os fenômenos inerentes à circulação econômica não bastam para determinar a natureza de uma economia, até porque se encontram presentes em quase todos os regimes econômicos, da escravidão ao capitalismo.[34] Mas é também verdade que vê apenas o crescimento do setor mercantil da economia européia, como o dado novo desta época, afastando-se, portanto, da interpretação de Werneck Sodré. Ambos enfatizam a disputa entre o setor feudal e o setor mercantil no Portugal quinhentista, que teria se arrastado pelos séculos da colonização, contrapondo os interesses dos comerciantes e dos cavaleiros feudais. O capital acumulado no comércio (às vezes chamado

por ele de capital comercial, às vezes de capital-dinheiro) não se confundiria com o capital fruto do processo capitalista de acumulação. Este implicou no desenvolvimento industrial, a partir do qual, no final do século XIX, surgiu o capital financeiro. Essas categorias corresponderiam, portanto, a fenômenos ocorridos muito mais tarde na história.[35]

Ciro Cardoso também não crê que "o incipiente mercado mundial constituído e dominado pelo capital mercantil" seja o mesmo que sistema capitalista. Faz ressaltar, por outro lado, o fato de que

> o processo de acumulação primitiva (ou prévia) de capital não foi algo ligado só ou principalmente ao comércio com as áreas coloniais e dependentes, ao tráfico de escravos, etc. Seus momentos decisivos ocorreram [...] na Europa ocidental. Isto não quer dizer que neguemos a importância da expansão e acumulação coloniais, que por certo estiveram muito vinculadas às transformações internas à Europa. Trata-se simplesmente de que, com Marx e Maurice Dobb, é essencial levar em consideração a diferença entre as duas vias de desenvolvimento do capitalismo — aquela na qual um setor da classe mercantil se apodera da produção; e aquela na qual um setor dos próprios produtores acumula capital e começa a organizar a produção em bases capitalistas —, sendo a segunda "o caminho realmente revolucionário", enquanto a outra opôs-se ao "verdadeiro regime capitalista" e desapareceu com o seu desenvolvimento.[36]

Além de aflorar a questão das vias do desenvolvimento capitalista, assunto que foge aos objetivos deste trabalho, Ciro Cardoso observa que a economia européia, de meados do século XV até a segunda metade do XVIII, era fundamentalmente pré-capitalista, tanto na Europa quanto no mundo colonial. Mas fundamenta esta assertiva nas considerações produzidas por Pierre Vilar de que "se é certo que não se deva exagerar o caráter 'fechado', 'natural', da economia feudal [...], não é menos exato que até bem tarde, nos séculos XVII e XVIII, a sociedade rural proveniente do feudalismo viveu em grande medida fechada em si mesma, com um mínimo de trocas e pagamentos em moeda. A comercialização da produção sempre foi muito parcial".[37] Além de contestada pela historiografia mais recente, que reconhece o papel das trocas monetárias no

período feudal, essa tese retoma a identificação entre capitalismo e desenvolvimento do comércio, mesmo que apenas implicitamente (a ausência de um implicando na ausência do outro). Conquanto não nos pareça ser esta a concepção dos autores, seria desejável, para a clareza do debate, que estivesse claramente declinada a especificidade do capitalismo, além do desenvolvimento das relações mercantis.

Quando percebemos a crise do feudalismo e o surgimento do capitalismo como dois processos relacionados, porém distintos, e aceitamos a idéia de que o modo de produção capitalista só atingiu uma certa estatura depois que a desintegração do feudalismo já atingira em certas regiões um estágio avançado, as características distintivas da Europa da Época Moderna aparecem com mais clareza.

A crise que afetou a área econômica da Europa continental, nos séculos XIV e XV, foi o resultado do desenvolvimento de processos internos ao regime feudal que abalaram profundamente os seus alicerces. No plano político, as classes dominantes estavam se confrontando em lutas intermináveis, enquanto o sistema territorial (base da estrutura econômica feudal) tornava-se indefinido, em processo de reorganização. A comutação das obrigações feudais — substituição da renda trabalho em renda dinheiro ou em renda produto — estava transformando rapidamente camponeses em pequenos proprietários independentes e eficientes em muitos lugares da Europa. O cimento ideológico do catolicismo no qual se escorava o edifício feudal estava sob forte pressão, e, dentro da própria Igreja romana, surgiam movimentos igualitários. A percepção de muitos contemporâneos era de que o mundo estava realmente desmoronando. Se a Europa continuasse trilhando esse caminho, observa Wallerstein, "é difícil dizer onde as coisas chegariam, mas não seria implausível crer na probabilidade da reconsolidação dos padrões da Europa medieval feudal com seu sistema de 'ordens' altamente estruturado".[38] É muito mais provável que a estrutura social da Europa feudal tivesse evoluído para um sistema de pequenos produtores independentes, formando uma estrutura relativamente igualitária, com isso nivelando as aristocracias e descentralizando as estruturas políticas. É impossível saber, argumenta Wallerstein, qual teria sido o resultado final desse processo e a quem teria beneficiado. O certo é que a perspectiva que os

rumos do processo histórico da Época Moderna apontavam deve ter apavorado os estratos superiores europeus. E o que sabemos também de modo seguro é que no curso do século XVI aquele movimento foi drasticamente revertido, a ponto de alguns historiadores designarem o período subseqüente como de "reação feudal", ao colocarem a ênfase em alguns dos seus traços mais marcantes. O que não impede que outros considerem que aquele foi o momento no qual as estruturas básicas do capitalismo se consolidaram.[39]

A reação feudal esboçou-se com uma certa clareza no fenômeno caracterizado por Engels de "segunda servidão" e, desde então, tem sido estudado pelos mais destacados historiadores (marxistas ou não).[40] A "segunda servidão" foi o destino reservado aos camponeses que, livres no século XV, viram se alterar sua sorte ao longo do século XVI. A volta da servidão ocorreu nos espaços imensos do Báltico ao mar Negro, nos Bálcãs, no reino de Nápoles, na Sicília e na Moscóvia (onde constituiu um caso bastante particular), na Polônia e na Europa central, até uma linha imaginária que iria aproximadamente de Hamburgo a Viena e Veneza.[41]

Uma conjuntura particular, diz Braudel, confinou certas regiões da Europa a um destino próximo do destino colonial, isto é, o de fornecedores de matérias-primas. Variando a época em que isto ocorreu, o fato marcante é que o camponês foi, nesses lugares, novamente fixado à terra, cessando o direito de se locomover livremente ou de se liberar por meio da comutação. Ao contrário, a corvéia ampliou-se enormemente. Na Polônia, por volta de 1500 ela era relativamente pequena; os estatutos de 1519 e 1429 a fixavam em um dia por semana, 52 por ano; por volta de 1550 ela passou a três dias por semana; por volta de 1600 a seis dias por semana. Na Hungria, mesma evolução: um dia por semana em 1514, depois dois, três e depois uma semana sim outra não e finalmente ausência de regulamentação, deixada à discrição do senhor. Na Transilvânia, quatro dias por semana. No final do XVI, todos os dias. Na Baixa Silésia, em 1798 é dito que não há limites para as corvéias camponesas. Este regime opressivo não se estabeleceu de um dia para o outro. Na Hungria, foi depois da derrota de uma revolta sangrenta, em 1514, que o Código de Werbocz proclamou a servidão perpétua dos camponeses.[42]

Muitos trabalhos ocupados em deslindar os acontecimentos do século XVI relacionaram o fenômeno de refeudalização à crescente interdependência do sistema econômico mundial que afetou, de modo desigual, as economias nacionais. Listando fatos econômicos globais que determinaram o aprofundamento da servidão na Polônia do século XVI, Witold Kula reporta, entre outros, "o afluxo de metais preciosos à Europa, em conseqüência dos descobrimentos geográficos" que acarretou "um aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade superior ao aumento dos preços dos artigos de luxo" e o rebaixamento (relativo) dos preços das especiarias pelos mesmos motivos. Associados a mudanças ocorridas em algumas regiões da Europa ocidental, dentre as quais ressaltam o processo de urbanização e de crescimento das "indústrias", esses processos propiciaram o desenvolvimento da agricultura de cereais para exportação. A explicação pode ser generalizada para outros países onde os senhores feudais se dedicaram à agricultura de exportação.[43]

Vê-se que autores de orientação teórica distinta como Witold Kula e Braudel atribuem grande importância ao agravamento geral da corvéia nos países do leste europeu e explicam o fenômeno, em parte, pela demanda crescente da Europa ocidental por alimentos e matérias-primas. Daí o predomínio da produção para a exportação. O fenômeno explica-se, por outra parte, pelo fato de que na renhida disputa pelo poder ocorrida entre o Estado, as cidades e os senhores (característica desta fase histórica), estes últimos estiveram em posição dominante em quase todos estes lugares (menos na Rússia).

Porém, quanto a caracterizar como capitalistas os grandes domínios envolvidos na produção de cereais para exportação, baseados na prestação de serviço dos camponeses, a concordância não é absoluta. Para Kula, os senhores de terras poloneses não eram capitalistas, não apenas porque lhes faltavam as qualidades tradicionalmente atribuídas a estes, como o cálculo racional ligando investimento e maximização do lucro, mas porque — ao contrário do que ocorre no capitalismo — só se pode falar em "estímulos ao investimento originados pelo mercado" de modo negativo. Em outros termos, o agravamento das condições de troca estimulava o produtor a compensar as perdas vendendo mais, e este aumento da

produção era conseguido pela alteração da proporção entre a área da reserva — terra do senhor — e a área das explorações camponesas, em detrimento destas últimas. Diz Kula:

> Como sabemos, na prática procurava-se precisamente o incremento do volume comerciável. Este objetivo, constitui, por assim dizer, a idéia diretriz do cálculo econômico e da organização do domínio. Para o conseguir recorria-se — pelo menos dos fins do século XVI em diante — não a investimentos, ainda que extensivos, mas antes a transferências na distribuição do produto social, em detrimento do camponês.[44]

Segundo ele, reagindo aos estímulos de mercado submetidos à lógica do sistema feudal, os senhores da Polônia até os finais do século XVIII dificilmente poderiam integrar a categoria de capitalistas. Numa ótica um tanto diferente, Braudel, embora aceitando as ponderações de Kula quanto à caracterização dos senhores de terras poloneses, considera a segunda servidão a contrapartida da existência na Europa ocidental de um capitalismo mercantil que encontra vantagens no comércio com o leste. O grande proprietário serve-se do poder de que desfruta nas suas terras para organizar a produção de modo a responder à demanda pelos seus produtos, que cresce na medida em que se aprofunda a divisão do trabalho na Europa, e assim satisfazer sua própria demanda por objetos de luxo. Ele é, portanto, parte do sistema.[45]

A "segunda servidão", como acaba de ser enfocada, não foi uma ocorrência generalizada na Europa. Esteve confinada em alguma regiões, particularmente no centro europeu. Entretanto, fez parte de um processo mais amplo envolvendo também a Europa ocidental. Ao processo mais amplo certos historiadores chamaram de "reação feudal" ou de "crise geral do século XVII".[46] Excetuando o caso da Inglaterra, em que a revolução agrária dava os primeiros passos, a crise não se resolveu por uma transformação revolucionária nas estruturas da sociedade. Ao contrário, o fenômeno mais geral foi, de um lado, a reafirmação das estruturas feudais, penetradas pelos interesses do capital mercantil, formando esse "feudalismo rentista", composto por senhores, mercadores e funcionários reais que sobrecarregavam os camponeses com obrigações, impostos, taxas etc., provocando numerosas revoltas camponesas. E, de outro, uma

formidável concentração de poder econômico que reverteu, definitivamente, o processo descrito por Wallerstein.[47]

3. *Portugal (I), a centralização monárquica*

Na expansão comercial que envolveu praticamente todo o globo na Época Moderna e que ocorreu na base da indiscutível desigualdade de condições dos povos que entraram nas novas relações, Portugal teve sem dúvida um papel de destaque. A transformação do pequeno reino Ibérico na sede de um império colonial nos séculos XV e XVI foi decorrente do vanguardismo português no ciclo das grandes navegações que culminou na descoberta, conquista e posterior ocupação das terras do Novo Mundo, constituindo um tema recorrente na historiografia do período. O posicionamento geográfico de Portugal e algumas circunstâncias particulares da sua história são atributos normalmente considerados responsáveis por este "vanguardismo" na Era dos Descobrimentos.

Caio Prado Jr., por exemplo, nas páginas que dedicou ao "sentido da colonização" considerou as descobertas portuguesas no Atlântico como o resultado das mudanças nas rotas comerciais européias a partir do século XIV. Esboçando em largas pinceladas o quadro europeu até aquele século, destaca a importância da superação de um tipo de comércio sobretudo terrestre ou dependente de uma navegação costeira de proporções mesquinhas, a partir da revolução na arte de navegar. Como conseqüência, a abertura de novos caminhos marítimos deslocou a primazia comercial dos territórios centrais do continente para aqueles bem localizados do ponto de vista geográfico para a navegação oceânica como Holanda, Inglaterra e península Ibérica. Assim se explicaria, em boa medida, o papel destacado que Portugal desempenhou na expansão ultramarina.[48]

Constitui, sem dúvida, uma circunstância particular o processo de formação da nação portuguesa, que pelas suas peculiaridades — centralização precoce — favoreceu o surgimento das condições necessárias ao empreendimento das grandes navegações.

Portugal surgiu do fracionamento da Galícia, aparecendo de início como simples condado, num processo divisionista muito comum no quadro das instituições feudais. O triunfo, em Guimarães, da fração portuguesa sobre a fração leonesa, criou as condições para a autonomia, realizada em 1140, com Afonso Henriques. Dotado de personalidade política à parte, no quadro ibérico, singulariza o caso luso a precocidade da ascendência monárquica. A causa dessa precocidade deriva do caráter da formação portuguesa, formação ao calor de luta militar, de início contra Leão, depois contra o árabe.[49]

Para que os interesses comerciais tivessem condições de impelir os portugueses para as aventuras do ultramar, foi necessário a ocorrência de mudanças políticas no reino. A mais óbvia, sem dúvida, foi a resultante do movimento que, no final do século XIV (1383-5), colocou no trono o Mestre de Avis, filho bastardo de dom Pedro, apoiado na burguesia mercantil cosmopolita, rica e influente, com interesses sociais e políticos distintos dos senhores feudais.[50]

A afirmação precoce dos interesses mercantis no Estado português levou muitos historiadores da península Ibérica a discutir (e o debate dura mais de um século) sobre a presença das características fundamentais do regime feudal em Portugal.[51] Com efeito, alguns autores negam a ocorrência do feudalismo clássico na península Ibérica, enquanto outros admitem que em Portugal sua vigência foi abreviada pelo precoce desenvolvimento do setor mercantil. Mesmo entre aqueles que admitem a ocorrência do regime feudal em Portugal, há um razoável entendimento de que, se feudalismo houve, foi revestido de características muito particulares. Uma delas era, sem dúvida, que o poder econômico dos senhores sobre as terras e os homens não se estendeu na mesma medida ao exercício do poder político. Em outros termos, a fusão da propriedade senhorial da terra com a soberania não se difundiu na mesma medida que em outras partes da Europa, em particular como ocorrera no reino francês. Em Leão, Castela e Portugal, nos séculos XI e XII, os documentos atestam a intervenção do poder real nos domínios da aristocracia, comprovando a existência de uma entidade política com poderes de que só ela se achava revestida.[52] Em conseqüência, em contraste com outros países da Europa (com exceção da Inglaterra), nos quais a classe senhorial continuou ainda por largo período desafiando a centralização monárquica,

em Portugal, a rápida concentração do poder político nas mãos do monarca propiciou-lhe os meios de intervir na vida econômica e transformar-se num sócio ativo dos empreendimentos comerciais e marítimos capitaneados pela burguesia mercantil. Provavelmente a ocupação da península Ibérica pelos mouros e sua posterior expulsão por meio de uma guerra da cristandade contra os infiéis, os enormes recursos materiais e humanos envolvidos no empreendimento, enfim a situação particular de país encravado entre o mar e seu vizinho maior e mais poderoso, são alguns dos fatores que explicam a precocidade portuguesa.

Sodré é um dos autores que não vê uma relação de causa e efeito entre o movimento centralizador monárquico e a ausência de caracteres feudais: "Uma das singularidades da história portuguesa foi a unificação precoce que permitiu o estabelecimento da monarquia ali, quando em outras áreas, a dispersão feudal ainda reinava. [...] Isto não significa, entretanto, que ali tenha ocorrido uma antecipação na passagem do modo feudal de produção ao modo capitalista de produção."[53]

Passos Guimarães acredita que a política do reino tenha oscilado entre a influência da nobreza feudal e as expansões do comércio marítimo, refletindo os interesses fundamentais das duas classes econômica e ideologicamente poderosas.[54] Enfatiza a disputa entre o setor feudal e o setor mercantil, no Portugal quinhentista, que teria se arrastado pelos séculos da colonização, contrapondo os interesses dos comerciantes e dos cavaleiros feudais. Os primeiros queriam utilizar as colônias exclusivamente para a extração da riqueza existente, o apresamento dos índios e o tráfico de escravos. Os segundos enxergavam sobretudo o imenso território.

Na luta entre a decadente classe senhorial portuguesa, detentora de grandes poderes feudais, apoiada pela Igreja, herdeira das tradições mais vivas do medievalismo, e a burguesia nascente que se ligava por muitos interesses comuns à realeza, nesse conflito que foi a característica dominante do XVIº século, é possível encontrar muitos dos aspectos ainda obscuros de nossa história. Eram interesses contraditórios os daquelas classes e, por isso, as concessões da realeza aos nobres feudais (em muitos casos sob o patrocínio da Igreja) e vice-versa, as vitórias dos comerciantes sobre os interesses da nobreza apareciam no cenário da co-

lônia como outras tantas contradições não muito fáceis de explicar, se afastamos a concepção da luta de classes, se tomamos uma sociedade, uma nação, como um todo indivisível.[55]

Fernando Novais, coerente com sua classificação da economia da Época Moderna como capitalismo mercantil credita à centralização monárquica o papel essencial na expansão ultramarina:

A abertura de novas frentes de exploração mercantil, de fato, significava o estabelecimento de novas rotas pelo oceano desconhecido, envolvendo insuportável margem de risco, e exigindo sobretudo uma acumulação prévia de capital que as formas de organização empresarial da Idade Média estavam longe de prover. O montante de recursos a serem mobilizados, a problemática lucratividade, a longa maturação da empresa — tudo isso tornava inviável às formas de associações mercantis medievais acometer o empreendimento. Só o Estado centralizado pode funcionar como centro organizador da superação da crise ou das crises, catalisando recursos em escala nacional e internacional, avalizando os resultados. Nem é por outro motivo que um pequeno Estado do Ocidente europeu, precocemente centralizado, — Portugal — pôde iniciar a arrancada pelas novas rotas, abrindo caminho para a superação da crise da economia e sociedade européias.[56]

Ciro Cardoso considera que a polêmica da existência ou não do feudalismo em Portugal só tem sentido para aqueles que, seguindo o historiador francês Marc Bloch, separam as noções de feudalismo (os aspectos jurídico-políticos da Idade Média) e regime dominial (a organização da vida econômica). Quando se trabalha com o conceito de modo de produção, a distinção não é pertinente e a dúvida, acredita, desaparece. Neste caso, não apenas o feudalismo existiu na península Ibérica, como foi mais persistente do que em outras regiões.[57]

A relativa precocidade da associação dos interesses mercantis com a Coroa portuguesa e a participação da nobreza e do clero nos lucros do comércio deu a Portugal a precedência nos negócios do comércio ultramarino até que as demais metrópoles européias, uma vez ultrapassados os obstáculos internos, começassem a acossar o império português com uma concorrência que redundou na sua transformação em potência de segunda categoria. É fato indiscutível que, de todo modo, Portugal apenas se antecipou ao movimento

ocorrido em toda a Europa ocidental em direção ao fortalecimento do Estado, apoiado no mercantilismo que estimulava o desenvolvimento da economia nacional a todo custo. Enquanto a expansão ultramarina e a colonização foram fatos que marcaram a economia mundial da Época Moderna, o absolutismo marcou similarmente a vida política, sem contudo extravasar os limites das sociedades européias. Foi uma resposta no plano político à crise do feudalismo.[58] A discordância aparece quando se toca na questão da natureza deste Estado. Para alguns o absolutismo monárquico constituiu uma forma modificada do Estado feudal, ainda condizente com a predominância do feudalismo. Para outros, o Estado Absolutista centralizado, sem ser ainda um Estado burguês, correspondia no plano político à dominância do capital mercantil no plano econômico. Erá um Estado de transição, onde os aspectos burgueses já estavam presentes, ao lado de aspectos feudais. Isto se expressava na manutenção da estrutura estamental, fundada nos privilégios jurídicos e oriunda do feudalismo, que paulatinamente se desintegrava.[59]

À luz do que dissemos anteriormente sobre a economia da Época Moderna, parece-nos que considerar o reino português como dominado por um "capitalismo monárquico" [60] faz parte de uma visão da transição do feudalismo ao capitalismo estreitamente vinculada ao crescimento do setor mercantil na economia, sem levar em conta a compatibilidade comprovada entre este crescimento e a manutenção das estruturas feudais. Mesmo autores que sublinharam as particularidades das instituições políticas portuguesas, na origem, como Gama Barros, concluíram que, apesar disso, não se podia ignorar a

extensão dos direitos e prerrogativas que se foram arrogando em Leão e Castela os senhorios particulares. Nestes reinos e no de Portugal a ação e reação entre o princípio feudal que era dominante em grande parte da Europa e as circunstâncias peculiares da península, que repeliam aquele princípio produziram um sistema político especial, que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciais, mas que também proporcionava à aristocracia elementos vigorosos de resistência ao desenvolvimento do poder do rei, nos amplíssimos privilégios de que a nobreza estava revestida.[61]

Se assim era nos séculos preparatórios do impulso expansionista, nada indica que houvesse mudado na época moderna. Na verdade, o poder da nobreza foi reforçado pelos acontecimentos que afetaram a sociedade européia e, em particular, a inserção de Portugal na economia mundial e obrigaram-no a redirecionar o seu império, desnudando a fraqueza estrutural sobre a qual se assentava este "capitalismo".

4. *Portugal (II), o redirecionamento do império*

Na última década do século XVI, ocorreram mudanças fundamentais na estrutura do império português, que podem ser sintetizadas na perda do império comercial do Índico e seu confinamento ao Atlântico. Os portugueses foram sobrepujados pelos seus concorrentes holandeses e ingleses, que acabaram pondo fim ao monopólio do caminho marítimo da Índia. Encerrando-se a hegemonia portuguesa no mundo malaio, o comércio português das especiarias sofreu um revés importante (a quantidade dessas drogas descarregadas em Lisboa caiu para um terço).[62] Em decorrência da nova situação, a economia portuguesa inclinou-se em direção ao império espanhol e reforçou seus interesses no Atlântico. Nessa guinada destaca-se a intensificação do tráfico de escravos para o império colonial espanhol, que absorveu a mão-de-obra africana antes da colônia brasileira. A presença do capital mercantil português no transporte de africanos para as ilhas de Castela atesta a existência dos interesses do tráfico anteriores à disseminação do trabalho escravo do negro africano nos engenhos de açúcar no Nordeste.[63]

A longo prazo, o aspecto mais importante desta guinada do império português ultramarino foi a colonização do Brasil. A colonização das ilhas do Atlântico fora iniciada pelos portugueses bem antes do Brasil se transformar no centro da economia açucareira colonial. Só depois da perda de hegemonia no comércio das especiarias e do declínio das plantações da Madeira e de São Tomé é que os engenhos começaram a se multiplicar nas terras brasileiras (1540), primeiro com base na escravização dos índios (época das "entradas" organizadas para caçar índios) e, depois, principalmente, com o aporte de mão-de-obra negra angolana.

A inclinação dos portugueses em direção ao império espanhol culminaria em 1580 com a união das coroas ibéricas, cuja conseqüência mais evidente para o destino da colônia brasileira foi a derrubada dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas e o devassamento do interior do continente em busca de minas de prata. Mas estes empreendimentos custaram a ter sucesso e a Espanha continuou ainda, por um tempo, a controlar a distribuição da prata, indispensável a Portugal para o comércio das especiarias, para o comércio com a China e, para comprar o trigo, elemento fundamental da alimentação da população continental. Em razão da péssima situação da agricultura portuguesa, a importação do trigo deixou de ser uma variável complementar e passou a ser uma constante.

Este último aspecto é muito importante porque pode lançar alguma luz sobre outros objetivos da expansão ultramarina portuguesa que não somente a busca de artigos de luxo, como as especiarias, o que nos leva ao terceiro aspecto a ser levado em consideração. Imanuel Wallerstein, por exemplo, questionando a importância dada pela grande maioria dos historiadores ao comércio de luxo,[64] destaca como outra razão fundamental da ocupação das novas colônias a procura de matérias-primas: alimentos e combustível.[65] O que teria movido os europeus a se expandirem pelo Mediterrâneo, pelas ilhas do Atlântico, pelo norte e o oeste africano, por meio do Atlântico, pela Europa do leste, nas estepes russas e até na Ásia central foi a busca de alimentos e combustível, atestando uma expansão da base territorial do consumo europeu. Os objetivos ligados à necessidade da expansão agrícola de Portugal pelas ilhas do Atlântico foram para o cultivo sobretudo de cereais, açúcar, corantes e vinho. O açúcar, em particular, era um complemento calórico da dieta alimentar dos europeus e servia também para o fabrico de bebidas alcoólicas, para a conservação de alimentos, para os chocolates etc. Nos fins do século XV, o açúcar deixa de ser uma especiaria e torna-se uma mercadoria de uso comum, mas ainda demora algum tempo até que haja um alargamento do consumo justificando a empresa colonial.[66] Outro artigo indispensável era a madeira usada como combustível, na construção de navios, casas etc.

Tais necessidades surgem com clareza quando sabemos que as medidas adotadas para melhorar a situação agrária portuguesa não surtiram efeito e o trigo consumido no reino era suprido, cada vez em maiores quantidades, pela importação. Por causa da crise endêmica da sua agricultura, os portugueses necessitavam da prata para importar o trigo, que seus campos não produziam. Uniam-se assim os interesses agrários e comerciais para estimular o expansionismo:

> Uma tal dependência dos fornos portugueses em relação aos grãos estrangeiros, pelo menos nas grandes cidades mas também em muitas vilas, fazia-se já sentir nitidamente no primeiro quartel do século XV. Por isso a política de expansão ultramarina não podia deixar de visar, desde os seus primórdios, o encontro de outras soluções para o problema do pão; as iniciativas privadas iam forçosamente no mesmo sentido, se é que não é a elas que se deve a orientação expansionista. Um conjunto de vetores, definidos pelo pão e pela carne, pelo açúcar, pelo vinho e pelas cores de tinturaria, comanda a instalação dos portugueses nos arquipélagos atlânticos.[67]

A reação senhorial em Portugal, "agarrando-se outra vez à terra e sobrecarregando o camponês", agravou uma situação de decadência no campo português que a lei agrária de dom Fernando (a lei das sesmarias) não conseguiu remediar. As herdades continuaram incultas e desertas, os lavradores não arrotearam terras novas e largaram as que possuíam, multiplicando as fazendas improdutivas. O êxodo dos campos canalizou as energias para as terras do litoral, para a atividade mercantil e marítima.[68] Assim, enquanto a agricultura em Portugal estagnava e os campos eram abandonados, os portugueses foram se tornar agricultores (melhor seria dizer plantadores escravistas) nas ilhas do Atlântico e, depois, no continente americano.

Nesse caso, a presença dos interesses mercantis, a centralização precoce, a participação do Estado, na pessoa do monarca, nos empreendimentos comerciais ultramarinos, parece, devem ser nuançados pela presença de elementos internos da sociedade portuguesa, associados ao seu feudalismo particular, para cuja superação faltava a ocorrência de um fator indispensável, a chamada "revolução agrária".[69]

O reconhecimento deste fato reforça em alguma medida os autores que fizeram sobressair as contradições existentes na metrópole.

Suas considerações ganhariam novos contornos a partir do que a historiografia denominou de "reação feudal", mas possuem a indiscutível vantagem de chamar a atenção para a permanência de caracteres feudais na sociedade portuguesa, presentes na aventura colonial.

5. *Portugal (III), a Lei de Sesmarias*

A lei de sesmarias insere-se nos dois fenômenos típicos da Época Moderna: de um lado expressa o processo de centralização monárquica e, de outro, é uma conseqüência da queda dos rendimentos feudais. O argumento invocado pelas ordens monásticas e militares, assim como por alguns grandes senhores, de que seus rendimentos estavam diminuindo em decorrência do abandono das terras por parte dos trabalhadores, situa Portugal entre os outros países europeus na situação de convulsão social que abalou a Europa ocidental no período que se convencionou chamar de crise do feudalismo.

Em Portugal, toda a legislação elaborada no período tinha como objetivo compelir os homens a trabalhar no campo e refletia a mesma situação desoladora da agricultura e a mesma orientação de caráter coercitivo para a debelar. Enquanto se procurava promover o aproveitamento da terra, punindo com a expropriação o proprietário que a deixasse inculta, era feita uma tentativa de fornecer-lhes os braços necessários, coagindo o maior número de indivíduos ao trabalho da lavoura, ao mesmo tempo que procurava-se entravar o encarecimento da mão-de-obra fixando salários máximos.

Esta situação era uma decorrência das transformações ocorridas sobretudo no século XIV, quando surgiu, nos campos portugueses, uma mão-de-obra flutuante, que oferecia seu trabalho a quem dele precisasse ou melhor lhe pagasse, havendo indícios de que a remuneração do trabalhador rural se elevou significativamente entre meados do século XIII e o último quartel do século XIV. O movimento de alta dos salários alarmou os contemporâneos e motivou a elaboração de leis e posturas estabelecendo salários máximos e procurando fixar os trabalhadores à terra. O princípio coercitivo era reiterado,

ocasionalmente, pelos concelhos ou pelo rei. Mergulhada nesses problemas, a agricultura portuguesa vai entrando em crise. E a única solução aventada para a falta de mão-de-obra, como em muitos lugares da Europa, foi o agravamento da coação ao trabalho.

Nas Cortes de Lisboa de 1371 e de 1372, a situação crítica da agricultura exigiu uma intervenção que se traduziu na adoção da Lei de Sesmarias, que aproveitava preceitos antigos, leis esparsas e costumeiras. A lei procurava intervir nos dois setores da produção agrícola. De um lado, penalizava com a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculta, por meio da cláusula de obrigatoriedade do cultivo retirada das antigas sesmarias.[70] De outro lado, codificava e aperfeiçoava os preceitos legais anteriores referentes ao êxodo dos trabalhadores rurais e que operavam no sentido da compulsão ao trabalho na lavoura, à fixação dos salários, à regulamentação da mendicância e da vadiagem etc.

Nas considerações que antecediam os capítulos da lei estavam listadas as causas da sua adoção: escassez de cereais; carência de mão-de-obra pela fuga do trabalhador rural para outras atividades; encarecimento dos gêneros e dos salários dos homens do campo; falta de gado para a lavoura e seu preço excessivo; desenvolvimento da criação de gado em detrimento da agricultura; dificuldades nos contratos de arrendamento em razão da diferença entre o preço da terra pedido pelo senhorio e o oferecido pelo locatário; aumento dos ociosos, vadios e pedintes.

Segundo Virgínia Rau, a lei seguia a orientação jurídico-econômica do século XIV que era de coerção e violência, atestada pelo fato de que na lei se empregou "dezenove vezes o verbo coagir e nem uma só foram usados os termos sesmaria e sesmeiro". É lógico supor que o nome com que mais tarde foi designada "corresponda a uma extensão por analogia baseada na forma e condições em que eram dadas as terras e os pardieiros".[71] Em muitos aspectos, a lei portuguesa era semelhante ao "Statute of Labourers", legislação elaborada pelo Parlamento inglês para debelar a crise de 1351.[72]

A obrigatoriedade do cultivo imposta pela lei de sesmarias pode ter sido motivada não só por razões econômicas de aproveitamento agrário, mas também por razões fiscais, isto é, que o cultivo da terra resultasse em benefício do erário régio. Os indivíduos que

as recebiam ficavam sujeitos à tributação e à jurisdição da coroa, no caso de não cumprirem aquilo a que se obrigavam. Se a razão que presidia à doação das sesmarias levava a diminuir os encargos do agricultor, por outro lado ao rei não convinha libertar por completo da sua alçada jurídica e tributária os indivíduos a quem os bens assim eram dados. Este aspecto levou Rau a afirmar sobre a lei: "A sua própria complexidade demonstra que não nos encontramos em face de uma lei agrária tendente somente a chamar à produtividade fromentária as glebas incultas e desaproveitadas, mas que se trata, sim, de um violento recurso para aumentar os proventos do erário régio e, conseqüentemente da nação."[73]

O último aspecto que nos interessa na lei refere-se à definição dos direitos de propriedade. Dado que a lei de sesmarias surgiu para superar as condições críticas da agricultura nos marcos do feudalismo (mesmo em se tratando do feudalismo atípico português), cabe indagar se as condições da doação conservavam o direito feudal ou se lançavam as bases de um novo tipo de propriedade.

São pouco explícitas as condições primitivas em que eram dadas as sesmarias e quais os direitos conferidos a quem as recebia em relação à posse da terra. A dificuldade já era sentida pelos historiadores portugueses para discriminar a natureza do direito do povoador (fosse o acesso à terra decorrente da posse à mão armada ou da simples posse) sobre a terra, isto é, se ele reunia os dois domínios ou se só lhe cabia o domínio útil. Gama Barros sublinhou, depois de ter percorrido os registros municipais e verificado a insuficiência dos dados, que, analisando rigorosamente as cartas de povoação portuguesas, chega-se à conclusão que o direito transmitido por elas ao povoador era um direito perpétuo e alienável, embora tanto um como outro pudessem revestir várias modalidades ou sofrer certas restrições. Rau diz que não possui elementos suficientes para confirmar as deduções de Gama Barros. Entretanto, nos documentos por ela analisados, percebe-se que às vezes as sesmarias implicavam uma condição enfitêutica,[74] muito embora algumas pudessem ser herdadas e vendidas. Não faltam exemplos de concessionários pagando foro e da concessão da sesmaria revestir a forma de um contrato enfitêutico, pelo menos a partir do segundo quartel do século XV.[75]

Quando não eram regidas pelo contrato enfitêutico as sesmarias eram dadas livres de todo foro e somente obrigadas a pagar o dízimo do rei que, por ser um imposto pesado, era mais evitado pelos camponeses do que o foro. Durante todo o reinado de dom Afonso V, o costume era a terra ser dada apenas com a obrigatoriedade do cultivo.[76] Rau propõe que se reflita sobre a possibilidade da sesmaria ter sido de início uma doação de terras que não implicava regime especial, mas que com o decorrer do tempo revestisse, de quando em vez, a forma de aforamento. Se assim foi, sua história se aproxima daquela das sesmarias coloniais, sôbre as quais a metrópole tentou impor o foro no século XVII. A ausência de regularidade na forma de distribuição das sesmarias era uma decorrência da própria natureza da lei que não fora feita para alterar as relações de propriedade no campo português, e sim para incentivar o cultivo das terras abandonadas. Em conseqüência, as sesmarias eram distribuídas sem modificar o caráter das terras. As terras, em Portugal, pertenciam à nobreza, ao clero ou à Coroa. As terras da Coroa eram de dois tipos: podiam ser do rei na forma de terras patrimoniais (reguengas) ou do Estado, e, neste caso, eram administradas pelos funcionários reais ou pelos concelhos municipais. Quando as terras estavam sob o domínio dos nobres e do clero ou eram reguengas, as sesmarias distribuídas nelas estavam sujeitas ao pagamento dos tributos tradicionais e sofriam restrições quanto à possibilidade de alienação. Quando, porém, faziam parte da categoria "terras sem senhor" podiam ser distribuídas sem outra obrigação além do dízimo, mas isto nem sempre acontecia, já que o domínio eminente[77] do monarca decidia em última instância o caráter das terras.

A afirmação de que as sesmarias, quando eram dadas sem contrato enfitêutico (sem a obrigatoriedade de pagamento do foro), entravam na condição de propriedade plena é altamente discutível, já que nenhuma delas foi concedida sem que estivesse presente a obrigatoriedade do cultivo e, em conseqüência, a condicionalidade da doação. Ora, sistemas condicionais de concessão de terras não são corretamente caracterizados como de propriedade plena, pois implicam na existência de dois proprietários: aquele que é ao mesmo tempo usufrutuário e aquele que possui o domínio eminente, no caso

a Coroa portuguesa. Não sendo, portanto, o regime feudal típico de cessão de terras (exceto quando era acompanhado do contrato enfitêutico), o regime de sesmarias era ainda distinto da forma burguesa, assumida pela propriedade da terra no capitalismo.

Em síntese, a lei constituía um todo complexo, no qual foram aproveitados usos e preceitos legais dos reinados antecedentes, sendo seu objetivo maior impedir a desagregação da economia do reino, mas também preservar, até onde fosse possível, o domínio dos senhores no campo. Se, por um lado, visava evitar o abandono das terras aráveis, por outro, deveria auxiliar a monarquia a perseguir outros objetivos econômicos por meio dos recursos que proporcionaria. Tinha também a função de intervir na conturbada situação opondo o assalariado e o proprietário rural, particularmente presente no item de limitação dos salários. Finalmente, por intermédio da medida prevista de tirar a terra ao dono que não a cultivava (a condicionalidade da doação), atuaria como uma tentativa de impedir a proliferação dos latifúndios improdutivos, que estavam entrelaçados com o incremento (real ou fictício) da indústria pastoril em detrimento da produção agrária.

Os historiadores são unânimes em afirmar que a lei agrária de dom Fernando poucos resultados alcançou, e a falta de mão-de-obra (fenômeno que no século XIV era comum a toda a Europa) sobrepôs-se a todas as medidas destinadas a conter a alta dos salários que sofreram elevações sucessivas, principalmente na segunda metade do século XIV e na primeira do século XV, por causa do dinamismo da economia urbana e da diminuição da população.[78]

O fracasso das medidas propostas na legislação de sesmarias denota a ausência de transformações no campo português no sentido de se adaptar às novas condições provocadas pelas crises do século XIV e XV. Em nenhuma parte ocorreu o aproveitamento das propriedades, tal como previa a lei, nem o aumento da produtividade ou dos rendimentos, como encontramos no caso da Inglaterra. Os senhores feudais continuaram açambarcando a maior parte das terras (ao lado da Igreja e do monarca) mas não se transformaram em grandes produtores de cereais para exportação, como na Europa do leste. No século XVII, afirmava um observador: "[...] não há nos reinos lavrador que lavre em terra própria, por quase toda ser res-

pectivamente das igrejas, reguengos da coroa, ou foreira a diversos senhores, e os foros e pensões, imposições e tributos imoderados."[79] Procurou-se por meio da legislação de sesmarias reforçar as formas especificamente feudais de prender a mão-de-obra à terra, mas circunstâncias especiais — diminuição da população e oportunidades oferecidas pela expansão ultramarina — retiraram a força das medidas. Se, como procuramos mostrar, o capitalismo não é o resultado espontâneo do desenvolvimento do comércio, percebemos que a expansão ultramarina não veio obstaculizar o desenvolvimento do capitalismo, que nada nos indica estar em progressão em Portugal, exceto fórmulas artificiosas do tipo "capitalismo monárquico".[80]

6. *Colonização, trabalho escravo e propriedade da terra*

As considerações que fizemos a propósito da situação de Portugal na economia da Época Moderna nos levam a enxergar as discrepâncias existentes entre os historiadores marxistas com novos matizes. Embora tirando conclusões diferentes, os autores partem, na maioria das vezes, de pressupostos semelhantes, o que é natural, tendo em vista seguirem as sendas marxistas explicitadas no início do capítulo. Mas, em alguns casos, o ponto de partida são certas interpretações tradicionais da historiografia brasileira que merecem ser retomadas com cuidado.

É este o caso do tratamento dado à legislação agrária portuguesa e sua transplantação para a América. A Lei de Sesmarias tal como foi aplicada nas colônias de além-mar pelos portugueses costuma ser vista apenas como uma lei agrária regulando a aquisição de domínio, isto é, uma lei de normalização da propriedade da terra. Mas, como acabamos de ver, na origem ela era sobretudo uma lei de controle de mão-de-obra. Vale notar que, neste sentido, o seu destino na historiografia foi oposto àquele da lei de terras de 1850. Em geral, os autores só vêem nesta última o aspecto concernente à questão da mão-de-obra no século XIX.[81] Desprezar o vínculo tantas vezes afirmado entre política de terras e política de mão-de-obra no caso da legislação agrária portuguesa implicou, em alguns casos, negar importância às características feudais atípicas embutidas na lei, em ou-

tros, deixar passar a oportunidade de explicitar o que se entendia por feudalismo aplicado ao caso da colônia brasileira.[82]

Mas, além disso, o desinteresse dos autores em relação às características da legislação agrária estendeu-se da história da propriedade em Portugal e na colônia brasileira àquela do Brasil independente. Encontramos, na maior parte dos autores, a idéia, explícita ou implícita, de que não houve nenhuma mudança no caráter da propriedade da terra desde 1500, sendo que, naquela ocasião, a propriedade plena — isto é, a forma que assume a propriedade no capitalismo — já estava instituída (antes mesmo de predominar na maior parte da Europa). Talvez numa reação justificada à história institucional, que dominou durante algum tempo a orientação dos historiadores e que se limitava a descrever os aspectos jurídicos positivos e negativos de uma sociedade para tentar compreendê-la, a história econômica voltada para a análise dos dados socioeconômicos fundamentais acabou por confundir o estudo do papel desempenhado pelas leis numa dada sociedade com o "institucionalismo".[83] Sem erigir o direito em *princípio de funcionamento* da sociedade, Pierre Vilar acredita que "se o direito é a cristalização do princípio de funcionamento das relações materiais, a *condição* própria deste funcionamento, como poderia não ter nada a dizer (ou pouca coisa) sobre as relações sociais de qualquer tipo, materiais ou morais?"[84] A tendência a isolar o modelo econômico, isto é, a produção e distribuição de todo o produto social, das regras jurídicas que abrangem e viabilizam tal modelo, é um erro no qual incorrem muitos economistas, acrescenta Vilar. O certo seria não esquecer que a supressão da propriedade privada dos meios de produção implicaria na supressão também da sociedade capitalista.[85]

Os princípios jurídicos norteadores da propriedade da terra na economia capitalista são distintos daqueles predominantes em qualquer outra época histórica, e os estudos marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo mostraram, entre outras coisas, a importância da transformação sofrida pela noção de propriedade naquele momento histórico. Em geral, a mudança nos limites da noção de propriedade privada foi operada pelos próprios proprietários que, no processo, procuraram suprimir uma série de direitos consuetudinários que beneficiavam a parcela camponesa da população, en-

quanto, ao mesmo tempo, tendiam a tornar mais absolutos seus próprios direitos sobre a terra.[86]

No caso da legislação agrária portuguesa, as dificuldades na explicação do seu significado vêm associadas às dúvidas quanto à caracterização da própria economia portuguesa da Época Moderna, como procuramos demonstrar. Sua transplantação para a América e a necessária adaptação que sofreu acrescentaram novas dificuldades à análise. Em particular, cabe indagar se este transplante implicou na transformação substancial do caráter do regime territorial sesmarial. Sem conceder muita importância ao tema, a maioria dos autores que analisamos partiu do pressuposto, afirmado por Caio Prado Jr., de que "o regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena".[87] Uma hipótese plausível é a de que na estipulação do segundo atributo (plena), Caio Prado Jr. apoiou-se no historiador Rocha Pombo (1857-1933). Com efeito, ao delinear as características das donatárias, Rocha Pombo chamou a atenção para o fato de que o soberano doava aos donatários apenas uma parte do usufruto das terras e não as terras, propriamente. "E tanto assim que, na própria carta de doação, concedia também o rei, mediante certas condições, um pequeno prazo de terras ao donatário; e estas, sim, como propriedade plena, imediata e pessoal."[88] Gorender concorda com Caio Prado Jr. e enfatiza a diferença entre o regime territorial instituído no Brasil e aquele vigente em Portugal. Enquanto na metrópole mantiveram-se as características feudais, as terras da colônia seriam alodiais e as sesmarias concedidas outorgavam ao concessionário a propriedade plena.[89] Procuraremos fornecer elementos para tornar problemática essa interpretação que confunde o aspecto alodial das terras coloniais com o caráter pleno da propriedade.

Por um lado, as terras da América portuguesa pertenciam à Coroa, e o domínio do monarca sobre elas decorria do fato de que, naquele momento, ele encarnava o Estado. Por outro, estavam sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo. Esta ordem foi criada em Portugal, a pedido de dom Dinis, para incorporar os bens locais dos Templários, a mais poderosa das ordens religioso-militares, quando esta foi extinta pelo papa, em 1312. A partir de 1420, a administração da Ordem de Cristo ficou a cargo dos infantes (dom Henrique,

o Navegador, foi o primeiro) até 1551, quando passou definitivamente para a alçada do rei. Custeou em grande parte a política expansionista portuguesa, e as terras descobertas e conquistadas ficaram sob sua jurisdição espiritual, não podendo ser apropriadas nem pelo próprio monarca. Em decorrência desta situação, o entendimento de que as terras na colônia eram alodiais é consistente, pois terras alodiais designavam, na Idade Média, as terras sem senhor direto.[90] Constituíam uma exceção dentro do sistema. Em Portugal eram uma exceção, mas na América a exceção se tornou a regra.

Nos quase três séculos em que serviu como lei agrária na colônia, a lei de sesmarias foi aplicada com poucas modificações. As concessões eram certamente maiores do que aquelas do reino, mas as condições da doação eram basicamente as mesmas. Suas características fundamentais eram a gratuidade e a condicionalidade. Esta última estava expressa na cláusula de obrigatoriedade do cultivo que, como vimos, se enraizava nos primórdios da história agrária portuguesa e no domínio eminente. A gratuidade da doação significava que, além de serem cedidas de graça, as terras eram dadas sem a obrigação do pagamento de foro ou outro tipo de imposto — daí ser alodial —, exceto o dízimo de Deus, e este não incidia sobre a propriedade, mas sobre a produção. As cartas de sesmarias, onde estavam estipuladas as condições da doação, traziam um prazo dentro do qual devia se fazer o aproveitamento econômico das terras (3 a 8 anos), findo o qual elas poderiam ser dadas a outro solicitante. A distância da metrópole, a lentidão do processo de solicitação, as despesas que envolviam etc. levaram, com o tempo, a que as sesmarias fossem vendidas e compradas, sobretudo nas regiões mais densamente povoadas. Nada na legislação impedia o negócio, comum também em Portugal. Mas deve-se registrar o fato de que, por mais generalizadas que fossem as vendas (e é difícil avaliar), as leis e os costumes continuavam a refletir a situação antiga (feudal), pois a *gratuidade* das doações era entendida fundamentalmente como *inexistência de foro* e não como oposto a "venda".

Com certeza pode ser afirmado que o sentido primeiro da lei, aquele de impedir a proliferação de latifúndios improdutivos, foi inteiramente deturpado na colônia, como havia sido na metrópole. A

agricultura extensiva, baseada no trabalho escravo, gastava as terras rapidamente e a incorporação de novas terras ao cultivo era uma necessidade vital do sistema. Este padrão de aproveitamento foi também responsável pela difusão de outra forma de aquisição de domínio que tem, até hoje, tanta importância no Brasil, a *posse* pura e simples.

Nos séculos XVII e XVIII, algumas outras obrigações foram impostas aos sesmeiros,[91] como registrar, medir, demarcar e confirmar a carta de doação. Mas nenhuma exigência acrescentada reteve tanto a atenção dos historiadores que analisamos quanto a tentativa de imposição de foro, ocorrida em 1695 ou 1699.[92] Não é a discussão sobre o cumprimento ou não da imposição do foro que motiva o destaque do assunto, embora existam dúvidas a respeito, e sim o fato de que o episódio foi tomado como marco da transformação do caráter da propriedade territorial. E isto nos reconduz outra vez à questão da propriedade plena. Aos autores que, diferentemente de Caio Prado Jr. e Gorender, ainda não estavam convencidos do caráter pleno da propriedade, como Alberto Passos Guimarães e Ciro Cardoso, pareceu que a imposição de foro às sesmarias, mudando o estatuto do solo colonial, foi o momento da sua introdução. A terra antes dada apenas em usufruto passaria a ser propriedade plena do sesmeiro depois de 1695 ou 1699.[93]

O efeito da cobrança do foro sobre o caráter da propriedade das terras coloniais já havia sido objeto de discussão entre os especialistas da questão territorial como Felisbelo Freire e Cirne Lima. Felisbelo Freire entendeu que este dispositivo transformava as concessões de terras (sesmarias) em enfiteuses do Estado e, conseqüentemente, os sesmeiros em enfitêutas do Estado.[94] Cirne Lima defendeu uma opinião um tanto diferente:

> Tributárias ao Mestrado de Cristo, as terras do Brasil, a teor das Ordenações, no título das sesmarias, não podiam ser apropriadas, nem pelo próprio Mestrado, podendo unicamente ser concedidas de sesmaria, sem pensão ou foro, apenas com o tributo do dízimo. A imposição de foros, nas sesmarias do Brasil, equivalendo a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, feria de frente esse preceito e inaugurava, entre nós, *o regime dominialista* da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para *assumir definitivamente a feição de concessão*, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio.[95]

Esta opinião, curiosamente, serviu de apoio aos historiadores marxistas para defenderem a idéia de que a cobrança de foro havia transformado o caráter das terras, concedendo aos sesmeiros a propriedade plena sobre elas. Ao contrário de Ciro Cardoso e Jacob Gorender que consideram a discussão um tanto formal e sem grande interesse, atribuímos, com Pierre Vilar, uma importância muito grande ao problema, considerando que o isolamento do econômico e o abandono da construção histórica do conceito de propriedade arriscam de empobrecer a análise. "Ao referir-se implicitamente às suas origens liberais, o raciocínio econômico 'puro' esquece satisfeito os *fundamentos jurídicos* da sociedade civil capitalista, *propriedade plena e liberdade de empresa*; porém estas bases só predominam se estiverem garantidas pela autoridade do Estado."[96] Não há como não atribuir importância à natureza da propriedade colonial e ao caminho percorrido até a instituição da propriedade plena, sem perder algo importante na formação do capitalismo brasileiro. Mas o aspecto curioso desse debate é que a interpretação aceita por esses autores baseia-se num entendimento, a nosso ver, equivocado da análise de Cirne Lima.

Não percebemos como o regime dominial que transformava as sesmarias em partes do latifúndio régio, a serem distribuídas na forma de *concessões* — definidas por Cirne Lima com sendo "favor ou privilégio"[97] —, pode ser confundido com o regime de propriedade plena. Acresce-se a isto o fato de que as concessões eram condicionais, pois que a ausência de aproveitamento no prazo estipulado podia levar à perda da concessão. Com certeza estas concessões possuíam um caráter distinto da *propriedade plena*, caracterizada pelo sentido *ilimitado* do direito de propriedade. Portanto, no nosso entender, a mudança que "envolvia uma transformação completa da situação jurídica do solo colonial" a que se referia Cirne Lima não dizia respeito à instituição da propriedade privada plena, mas à perda da alodialidade das terras coloniais. Como vimos, pertencentes à Coroa portuguesa e estando sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo, as terras deveriam ser dadas gratuitamente, isto é, sem foro ou tributo outro que o dízimo. Ora, a imposição do foro transformava as terras

em bens patrimoniais do soberano (latifúndio régio), pois só assim ele teria o direito de cobrar tributo sobre elas. É bem verdade que, neste momento, as finanças do rei e do Estado não estavam totalmente separadas de modo que, até certo ponto, pode-se entender a imposição de foro, também, como um meio de aumentar os réditos públicos.[98] Mas parece-nos que em nada a imposição do foro modificava a sujeição das terras brasileiras ao domínio régio. E o domínio eminente continuou a existir até, pelo menos, a promulgação da Constituição de 1824, quando o direito de propriedade passou a ser garantido em toda a sua plenitude. Assim mesmo, quando a lei de terras de 1850 foi promulgada, obrigando os sesmeiros e posseiros a regularizarem a sua situação sob pena de perda das terras, a questão foi recolocada, e muitos analistas continuaram a defender o direito do Estado de reaver as terras incultas, argumentando que o domínio eminente havia passado do soberano português ao Estado brasileiro. E foi este, mais uma vez, o entendimento de Cirne Lima, quando muito mais tarde, a discussão ressurgiu em torno do direito do Estado de implementar projetos de colonização. Cirne Lima discordava daqueles que consideravam as terras devolutas como terras vagas e vazias, sujeitas à apropriação por qualquer particular.[99]

É surpreendente que Ciro Cardoso concordasse com a interpretação de Passos Guimarães, uma vez que destacou as diferenças entre as formas de propriedade nas colônias em função do grau de desenvolvimento econômico e social da metrópole, distinguindo dois grupos de metrópoles–colônias.[100] O primeiro conjunto seria formado pelas colônias de Portugal, Espanha e França, onde a propriedade da terra manteve, em graus variados, um caráter essencialmente patrimonial e até senhorial. Alguns exemplos ilustram a sua tese: em Cuba, por exemplo, as concessões sob a forma de mercedes outorgadas em nome do rei (proprietário eminente das terras) implicavam em limitações ao direito de vender ou dividir as possessões, situação que durou até os começos do século XIX; no Brasil, durante a crise que afetou as plantações de açúcar, na segunda metade do século XVII e primeira do XVIII, a Coroa protegeu eficazmente os plantadores endividados contra o embargo de seus bens, até que a produção adquirisse um novo impulso durante a segunda metade do XVIII.[101]

Quanto às colônias francesas, parece que havia uma extrema dificuldade, quase impossibilidade, de embargar os bens do devedor.

O segundo conjunto era formado pelas colônias inglesas e holandesas, nas quais a propriedade territorial se adequava mais a um modelo "capitalista" (propriedade absoluta, nas suas palavras). E os plantadores endividados quase não se encontravam protegidos contra o embargo dos seus bens; pelo contrário, as disposições legais eram muito rigorosas no que se refere à falta de pagamento de dívidas. Em parte isto refletia a mudança operada na Inglaterra no século XVIII quanto à atribuição de terras em suas colônias: antes eram concedidas gratuitamente, como em todas as colônias (com a condição de serem cultivadas dentro de um certo prazo), e em 1763 decidiu-se colocar à venda uma parte importante das terras das ilhas recentemente adquiridas — Granada, Dominica, São Vicente e Tobago.

Mas, na conclusão, Ciro Cardoso afirma que, nas terras da América portuguesa, a propriedade sempre funcionou como propriedade privada (plena?) do ponto de vista econômico, apagando, dessa forma, as distinções entre as colônias inglesas e holandesas e as ibéricas e francesas que acabara de fazer e sinalizando que a questão institucional da terra não tinha nenhuma importância.

A idéia predominante na historiografia é de que, exceto na região de Pernambuco, onde a cobrança do foro foi relativamente rigorosa, no restante da colônia a iniciativa não vingou. Durante o século XVIII, inúmeras sesmarias foram dadas sem a imposição do foro, longe da região açucareira. Segundo Costa Porto, "a leitura da documentação colonial patenteia a luta incessante das autoridades régias e dos moradores, aquelas defendendo os interesses do erário e estes procurando tudo quanto era expediente para evitar o pagamento".[102] Dentre os expedientes utilizados pelos colonos para furtarem-se à obrigação, estava o não-cumprimento das outras exigências, como a medição, a demarcação, o registro etc., atitude que complicava o controle das autoridades.

Acreditamos que o problema maior ocasionado pela introdução precipitada da noção de propriedade plena no regime de propriedade da terra no Brasil é o de obscurecer o processo de formação da propriedade da terra e por extensão dos proprietários de terras. A versão

de que a propriedade plena sempre foi característica do regime fundiário nas terras brasileiras foi defendida em diversas circunstâncias pelos próprios proprietários, mas isto não constitui um argumento a seu favor, muito pelo contrário. Na verdade, esta versão torna incompreensíveis as lutas dos sesmeiros e posseiros, entre si e contra a metrópole, no período colonial, dificulta a apreensão do sentido da promulgação da lei de terras de 1850 e as vicissitudes pelas quais passou a sua aplicação nos séculos XIX e XX e, assim, perde-se de vista um aspecto importante da constituição do Estado no Brasil.

Não sendo possível reproduzir artificialmente as condições que na Europa instauraram a servidão, o aspecto coercitivo da lei de sesmarias foi adaptado na América. Nos lugares onde a situação permitiu, o trabalho escravo dos indígenas foi utilizado; mas, aproveitando a experiência adquirida na colonização das ilhas do Atlântico, os portugueses possuíam uma outra solução, baseada no comércio de escravos africanos. A colonização portuguesa na América consistiu, portanto, na combinação dos aspectos feudais (lei de sesmarias) e mercantis da sociedade portuguesa com a utilização de mão-de-obra escrava.

A existência prévia do tráfico de escravos no Atlântico proporcionou a solução adequada quando a escravização dos indígenas encontrou resistência e mostrou ser incapaz de satisfazer inteiramente a demanda de mão-de-obra dos colonos.[103] Parece-nos que é deste modo que se deve entender a afirmação de Novais de que "paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário",[104] pois o tráfico negreiro dominado no século XVI pelos portugueses constituía um setor lucrativo do comércio colonial muito antes das plantações de cana-de-açúcar do nordeste existirem. A existência prévia do tráfico estimulou o emprego da escravidão como forma predominante da exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que o crescimento da colônia proporcionou um incentivo continuado ao desenvolvimento do comércio de escravos, fazendo ressurgir a associação existente na Antigüidade entre o capital mercantil e a exploração do trabalho escravo.

Os lucros comerciais da operação do tráfico negreiro eram obtidos do mesmo modo como em outros setores do comércio colonial, isto é, por meio da troca desigual. Ao analisar as características do capital mercantil, Marx destacou sua função de intermediar entre economias que basicamente produziam valores de uso e o mercado integrado pelas camadas superiores das sociedades altamente estratificadas (da Europa do Antigo Regime), ao qual o consumo de seus produtos se restringiam. Era esta situação especial que rendia lucros exorbitantes. O sistema escravista colonial era constituído, portanto, pelas plantações da América e pelas regiões de fornecimento de mão-de-obra da África. A economia natural dos africanos era por conseguinte parte do sistema escravista colonial.[105]

Para os colonos que produziam em moldes escravistas, entretanto, o escravo aparecia como uma mercadoria cara. Embora, como um todo, a sociedade colonial não produzisse os meios de reprodução da mão-de-obra principal, que era pilhada no continente africano, os donos de escravos pagavam de forma privada o preço estipulado pelos traficantes, calculado não pelo preço da sua reprodução, mas decorrente da transação comercial monopolística. Em conseqüência desta situação, uma parte substancial dos sobrelucros proporcionados pela exploração escravista colonial ficava com o mercador de escravos.[106] A alternativa era a pilhagem do próprio continente americano, a caça ao índio que foi praticada na medida do possível, limitada apenas pelo controle da metrópole e pela fuga dos autóctones.

As grandes plantações americanas foram, em larga medida, organizadas pelo capital mercantil, mas este não foi o seu aspecto distintivo, pois, como vimos, esta também era uma característica das plantações escravistas da Antigüidade. O aspecto novo e, por isso mesmo, desconcertante da escravidão moderna consistiu no lugar periférico que ocupou na economia das metrópoles. No mundo antigo, o escravismo era o modo de produção dominante e o Estado, conseqüentemente, cumpria seu papel de promover a reprodução das relações de produção dominantes. Estava permanentemente em expansão, subjugando outros povos e escravizando-os. A escravidão colonial, tendo em vista o seu caráter acessório, permanecia na periferia do sistema. Os Estados que recorreram à mão-de-obra escrava não eram Estados escravistas, mas Estados feudais modificados (absolutistas), muito mais complexos; sendo assim, o apresamento de escravos era

uma tarefa exercida pela camada de mercadores — em conluio com os chefes tribais africanos — que, mesmo quando empregava a violência para obter a "mercadoria", agia em caráter privado.[107]

O fato de sublinhar o caráter não capitalista do regime de propriedade da terra e sua associação com o escravismo como forma predominante do trabalho não implica em diminuir o papel do capital mercantil na organização da economia colonial. Muito pelo contrário, o desenvolvimento do comércio e a acumulação de capital mercantil são inegavelmente aspectos fundamentais da economia da Época Moderna. Apenas sugere a conveniência de se utilizar como ponto de partida para o estudo das colônias ibero-americanas as conclusões a que chegaram os estudos sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Em síntese, esses estudos reafirmam o fato histórico, destacado por Marx, de que não só o desenvolvimento das relações mercantis é insuficiente para dissolver as relações servis, mas que, mesmo quando o capital mercantil participa da organização da produção, faz isso apelando para formas conhecidas de exploração da mão-de-obra, sem revolucionar as relações de produção, na verdade piorando as condições de trabalho dos produtores diretos.[108]

Notas

1 Max Weber, ao analisar em três breves páginas a política colonial do século XVI ao XVIII (capítulo XXVI), chegou a uma conclusão diferente: as colônias produzindo em regime de *plantation* tiveram pequeno impacto sobre o desenvolvimento do capitalismo moderno, porque, apesar de propiciarem o acúmulo de riquezas na Europa, não estimularam a organização do trabalho "à maneira especificamente ocidental, [...] de vez que (a escravidão) se apoiava em princípio espoliativo, e não em cálculo de rentabilidade baseado nas possibilidades de mercado". Numa perspectiva diversa da marxista, a análise weberiana do período histórico da gestação dos elementos constitutivos do modo capitalista moderno de produção concentra-se predominantemente no fenômeno da entrada progressiva da sociedade européia na racionalidade do mercado, da empresa e do investimento capitalista. Em conseqüência, seu olhar não percorre o continente americano para buscar nele o vínculo escondido com os acontecimentos europeus. Os estudos weberianos sobre as sociedades não européias têm o objetivo da análise comparativa. As esparsas observações deixadas por Weber sobre o tema da colonização não impediram, entretanto, que as suas categorias de análise do capitalismo e de determinadas formas históricas da política e da economia servissem de embasamento para alguns historiadores e fossem aplicados ao mundo colonial. *General economic history*, 6ª ed. Londres: Transaction Publishers, 1995, pp. 298-301.

2 *O capital*, L.I, parte VIII, "A assim chamada acumulação primitiva", integrada pelos capítulos: XXVI, "O segredo da acumulação primitiva"; XXVII, "A expropriação da população agrícola da terra"; XXVIII, "A legislação sanguinária contra os expropriados, no final do século XV. O rebaixamento dos salários através de Atos do Parlamento"; XXIX, "A gênese do capitalista agrário"; XXX, "Efeitos da revolução agrária sobre a indústria. A criação do mercado interno para o capital industrial"; XXXI, "A gênese do capitalista industrial"; XXXII, "A tendência histórica da acumulação capitalista"; XXXIII, "A moderna teoria da colonização". As páginas referidas neste capítulo são da 6ª edição inglesa. Londres: Lawrence & Wishart, 1977.

3 E. J. Hobsbawm, "The general crises of the European economy in the 17th century", *Past & Present*, nov., 1954, nº 5, p. 40.

4 Sobre os "enclosures" entendidos como redefinição do direito de propriedade e não apenas como "cercamentos", ver Ellen Meiksins Wood, "The agrarian origins

of capitalism", *Monthly Review*, jul.-ago., 1998, vol. 50, nº 3, p. 24: "[...] 'enclosure' significou, mais particularmente, a extinção (com ou sem o cercamento físico das terras) dos direitos de uso comum ou consuetudinário nos quais muitas pessoas dependiam para sua sobrevivência."

5 Por exemplo, D. Landes, *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 121, que, por sua vez, se baseou em J. D. Chambers, "Enclosure and labour supply in the Industrial Revolution", in *Economic history review*, 2ª série, V, 1953, pp. 318-43. Entretanto, o mesmo autor atribui a extensão do sistema de produção domiciliar no continente — principalmente na Europa Ocidental ao norte dos Alpes e dos Pirineus — à manutenção da posse da terra por parte dos camponeses e à fragmentação da propriedade, decorrência da *herança partilhável* presente no Código Civil napoleônico, em contraste com a concentração havida na Inglaterra em razão dos "enclosures". Idem, p. 197.

6 Nas palavras de David Landes "A reexportação dos frutos da pilhagem pela Espanha e as compras de terras pelos nababos foram transferências de direitos: a riqueza efetivamente trocou de mãos e constituiu um acréscimo líquido ao suprimento monetário da Europa e da Inglaterra". Op. cit., p. 41.

7 Um exemplo desse ponto de vista está em Leo Kofler, *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*. Buenos Aires, 1971, p. 111: "Dos grandes acontecimentos sobre todo tuvieron un efecto en extremo desdichado para la ulterior historia de España: el aplastamiento de las insurrecciones urbanas de 1519 por obra del extranjero Carlos V de Habsburgo, y el descubrimiento de América. Ambos trajeron por consecuencia que las clases feudales volvieran a ser el poder más fuerte de la nación; en forma directa, por la derrota de la burguesia; en forma indirecta, com el auxilio de las colonias americanas." E p. 112: "[...] la economía española no pudo crecer porque se siguieron acumulando circunstancias desdichadas. A primera vista apenas si se puede valorar todo lo funesto que fue el establecimiento del imperio colonial en América."

8 Pierre Vilar, "Problems in the formation of capitalism", *Past & Present*, nov., 1956, nº 10, pp. 15-38.

9 *O capital*, op. cit., p. 706. Para a Inglaterra no ano de 1785, este "auxílio" veio na forma de um excedente de exportação da ordem de 6 milhões de libras esterlinas. Cf. F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Armand Colin, 1979, p. 527.

10 Trata-se dos capítulos XX: "Fatos históricos a propósito do capital mercantil"; XXXVI: "Os juros na Idade Média"; XLVII: "A gênese da renda da terra capitalista". Este volume foi editado por Engels após a morte de Marx.

11 Marx, *O capital*, vol. 1, p. 711. Pierre Vilar, op. cit., p. 34.

12 K. Marx, op. cit., pp. 716-24.

13 A não ser de modo perfunctório. Uma interessante discussão sobre o tema está em Juan Nuix y Perpiñá, *Reflexiones imparciales sobre la humanidad de los Españoles en las Indias contra los pretendidos filósofos y politicos (1780)*. Madri: J. Ibarra, 1782, pp. 136-53.

14 C. Cardoso e H. Brignoli, *Historia económica de América Latina*, vol. 1. Barcelona, 1984, p. 151.

15 Idem, p. 162.

16 Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 22.

17 Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*, 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, pp. 50-3 e 125-7; *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942. pp. 19-32; Passos

Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, 1963, pp. 21-8; Ciro Cardoso e Hector Brignoli, op. cit., pp. 98-122; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, pp. 107-25; Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial*, 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 17-116.

18 Pierre Vilar, op. cit., p. 33.

19 Principalmente a partir da polêmica desencadeada pelos artigos de Earl J. Hamilton. Ver *El tesoro americano y la revolución de los precios en España. 1501-1650*, 2ª ed. Barcelona: Ariel, 1983.

20 "Capitalism — what's in a name?", *Past & Present*, fev., 1952, nº 1.

21 A publicação do livro de Dobb, *Studies in the development of capitalism*, em 1946, e a crítica de Paul Sweezy deram origem a uma polêmica que teve lugar na revista *Science and Society* de 1950 a 1953 e, desde então, continuam a ocorrer intermitentemente discussões relevantes sobre o tema da transição. O essencial do debate está em R. Hilton (ed.), *La transitión del feudalismo al capitalismo*, 5ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1987. Desdobramentos recentes estão em T. H. Aston e C. Philpin (org.), *El debate Brenner: estruturas de classes agrarias y desarollo económico en la Europa pre-industrial*. Barcelona: Grijalbo, 1988.

22 Também conhecido por *putting out system*. Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril, 1983, pp. 14-5. Marx desdobra o processo de transformação do comerciante em industrial em três etapas, baseando-se no caso inglês. Op. cit., vol. III, p. 335.

23 *História econômica e social da Idade Média*, 4ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

24 Dobb, op. cit., p. 31. A passagem em *O capital* é "No mundo antigo o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital mercantil sempre resultaram em economia escravista. [...] Entretanto, no mundo moderno, resultam no modo capitalista de produção. Segue-se que este resultado é efeito de outras circunstâncias que não o desenvolvimento do capital mercantil", vol. III, p. 332.

25 Excluída a administração familiar fechada, forma com interesse "puramente acadêmico" no caso da Europa, já que implica em sociedades que desconhecem o latifúndio, os arrendamentos, os dízimos e os impostos. Slicher van Bath em *História agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, 3ª ed. Porto: Presença, 1984, p. 30.

26 Van Bath, op. cit., p. 238.

27 Como a análise de John Merrington em "Ciudad y campo en la transición al capitalismo", em R. Hilton, op. cit., pp. 238-76.

28 Ellen Wood, op. cit., pp. 15-6.

29 Dobb, op. cit., p. 16.

30 Gorender, op. cit., p. 112

31 Novais, op. cit., pp. 63-4.

32 Encontramos também esta caracterização do período em questão no modelo elaborado por F. Mauro sobre o funcionamento da economia da Europa ocidental e, particularmente, da França nos séculos XVI-XVIII. Neste período, para ele, o capital mercantil é o setor motriz da vida econômica. "Théorie économique et histoire économique", *Recherches Philosophiques et Economiques*, IV. Paris, 1979, pp. 45-75.

33 Sodré, op. cit., p. 24.

34 Op. cit., pp. 25-7.

35 Op. cit., pp. 32 e 43. Esta visão se choca com a utilização do conceito de capital financeiro em obras recentes como em F. Braudel e G. Arrighi. Para eles é legítimo

falar de capital financeiro a propósito dos genoveses, dos venezianos, dos holandeses etc. Para estes autores, o capital financeiro não é a associação do capital industrial com o capital bancário, definição de Hilferding. Baseando-se mais na definição de Hobson, ambos consideram o capital financeiro aquele aplicado nas operações de crédito e particularmente no financiamento da dívida pública. Ver Arrighi, *O longo século XX*, pp. 166-7.

36 Op. cit., pp. 155-6.

37 "La transition du féodalisme au capitalisme", in Charles Parain et al., *Sur le féodalisme*. Paris: Sociales, 1971, pp. 36-7, apud Cardoso, op. cit. pp. 162-3.

38 *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 36-7.

39 Como vimos, Maurice Dobb considera a segunda metade do século XVI como abrigando os inícios do desenvolvimento capitalista *na Inglaterra*.

40 Marx-Engels, *Correspondence*. Londres, pp. 407-8. No caso da Inglaterra o reforço da servidão ocorreu em algumas áreas no século XIV e disso trata Dobb, op. cit., p. 38, mas no século XVI os "enclosures", movimento relacionado ao desenvolvimento do capitalismo caracterizava o cenário do campo inglês, fenômeno que pode dizer-se operava no sentido inverso, isto é, ao invés de prender o camponês à terra expulsava-o. Ver Witold Kula, especialista marxista do feudalismo, *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença, 1979, p. 170; e Ellen M. Wood, op. cit., p. 24.

41 Braudel, *Civilisation matérielle, economie et capitalisme*, vol. 2, p. 310.

42 Braudel, op. cit., vol. 2, pp. 311-3.

43 Kula, op. cit., pp. 121-2.

44 Kula, op. cit., pp. 47-8.

45 Na peculiar concepção de Braudel, capitalismo designa aquela parte da economia onde se concentram os grandes negócios e que, até o século XIX, engloba apenas uma pequena parcela da sociedade. *Civilisation matérielle*, vol. 2, op. cit., pp. 275-8 e sobre segunda servidão, pp. 310-17.

46 Por exemplo, Magalhães Godinho: "Não foi só em Portugal, não foi até só na Península ou mesmo no mundo mediterrâneo que a reação senhorial, agarrando-se outra vez à terra — sobrecarregando o camponês — conquanto não despreze as novas fontes de réditos [...] veio colorir o capitalismo mercantil que pareceria em inícios de Quinhentos estar para triunfar." *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 4, 2ª ed. Lisboa: Presença, 1983-85, p. 222.

47 E. Hobsbawm, "The general crisis of the 17th century", op. cit., pp. 46-7; e "The crisis of the 17th century", *Past & Present*, nov., 1954, nº 6, p. 46. E também H. R. Trevor-Roper, "The general crisis of the seventeenth century", *Past & Present*, nov., 1959, nº 16, pp. 31-62.

48 *História econômica do...*, op. cit., p. 13

49 Sodré, op. cit., p. 16. A passagem, assim como outras a respeito da história de Portugal, é inspirada na obra de Azevedo Amaral, *Ensaios brasileiros*, Rio de Janeiro, 1930, p. 125, citado na nota 9 da referida página. O autor destaca três fatores que explicam a "extravagante anomalia" que singularizava o reino português: o nacionalismo precoce, a ascendência igualmente precoce da "monarquia sobre o feudalismo" e a luta com "o sarraceno". São também as razões que para Azevedo Amaral tornavam a sociedade portuguesa refratária "às influências essenciais do medievalismo" (mais sobre esse debate será dito a seguir). Sodré discorda desta última interpretação que confunde

"o processo de centralização monárquica, processo político peculiar ao declínio feudal e criação do Estado moderno, processo peculiar à ascensão e triunfo burguês", pp. 27-34.

50 Passos Guimarães, op. cit., p. 21.

51 Manuel Paulo Merêa, *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*. Coimbra: França Amado, 1912, fazendo o inventário do debate no início do século listou 12 autores que admitiam a existência do "feudalismo puro" na península e 7 na posição contrária, entre os quais Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 7ª ed. Rio de Janeiro, 1914-16 e H. Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII ao XV*, 2ª ed., 11t. Lisboa, 1945-1954. Cláudio Sanchez Albornoz trouxe uma significativa contribuição ao debate acentuando o caráter "peculiar" do feudalismo ibérico. *España: un enigma histórico*, Barcelona, 1973.

52 H. de Gama Barros, op. cit., t.1, pp. 209-39.

53 Sodré, op. cit., p. 27.

54 Passos Guimarães, op. cit., p. 43.

55 Idem, p. 42.

56 Novais, op. cit., p. 65.

57 Cardoso, C. e Brignoli, H., op. cit., pp. 108-9.

58 Fernando Novais, op. cit., pp. 62-3.

59 Na historiografia marxista encontram-se representantes das duas posições relativas à natureza do Estado Absolutista. Os marxistas ingleses E. Hobsbawm (op. cit., pp. 33-55) e Perry Anderson (*El estado absolutista*, México, 1979, pp. 9-37), entre outros, são adeptos da tese do Estado feudal modificado. N. Poulantzas (Poder Político e Classes Sociais, São Paulo, 19, pp. 153-63) define-o como um Estado de transição onde predominam os aspectos burgueses. Existe ainda uma corrente que o classifica como um Estado de equilíbrio, como R. Mousnier ("Os séculos XVI e XVII", in M. Crouzet, *História geral das civilizações*, t. IV, vol. 1, São Paulo, 1957, pp. 104-35), inspirada na expressão de Engels.

60 A expressão é de Manuel Nunes Dias, "A expansão européia e o descobrimento do Brasil", *Brasil em perspectiva*. São Paulo, 1968, p. 22.

61 Gama Barros, op. cit., t. 1, pp. 371-2.

62 Godinho, op. cit., vol. 4, p. 219.

63 Novais, op. cit., pp. 33-9; e Maurício Goulart, *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Martins, 1949, pp. 54-6.

64 Witold Kula, outro crítico deste modo de ver as coisas, reproduz o gracejo de Sombart de que "ao ler certos estudos da história econômica se fica com a impressão de que as pessoas na Europa medieval se alimentavam principalmente de pimenta". Kula, op. cit., p. 121.

65 Immanuel Wallerstein, *The modern world system*. Nova Iorque: Academic Press, 1974, vol. 1, p. 42.

66 Sodré, op. cit., pp. 20-1.

67 Godinho, op. cit., vol. 3, p. 231.

68 Antonio Sergio, *Breve interpretação da história de Portugal*, 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, pp. 29-30.

69 Revolução agrária ocorrida no campo inglês a partir do século XVI, que implicou na mais completa mudança nas relações e inter-relações entre os homens e a natureza. A introdução de práticas como a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e pelo aumento da produtividade, através da especialização, acumulação e inovação, trouxe consigo a nova dinâmica de crescimento auto-sustentado e foi acompanhada pelo processo de expropriação do qual resultou uma massa de trabalhadores sem terra. Ellen M. Wood, op. cit., pp. 10-1.

70 As sesmarias passaram a ser distribuídas com o objetivo de fomentar o cultivo nas regiões onde se reorganizava a propriedade rural em decorrência da expulsão dos mouros, quer a terra pertencesse ao rei, quer aos grandes senhores, ou às ordens militares e monásticas. A sua aparição deu-se a partir do momento em que a ocupação pela presúria (antiga expressão portuguesa ligada à Reconquista que significa posse à mão armada) e pela posse simples, já não eram mais toleradas pelo Estado português. O nome sesmarias derivava de sesmos e sesmeiros. Sesmo era uma fração de determinada área de terreno onde se recortavam as herdades que o concelho distribuía aos cultivadores, que eram distintas das outras terras comunais. Sesmeiros eram os seis homens do concelho que repartiam as terras dos sesmos nos seis dias da semana. Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa, 1946, pp. 40-2.

71 Virgínia Rau, op. cit., p. 76.

72 Trevelyan, *History of England*, 2ª ed. Londres, 1944, pp. 238-9.

73 Rau, op. cit., pp. 97 e 128.

74 Situação na qual o concessionário estava ligado por obrigações a um senhor imediato. O pagamento do foro era uma das obrigações que sobrecarregavam o camponês. A existência de inúmeras outras, de diversas naturezas, distinguem a enfiteuse feudal do arrendamento.

75 Gama Barros, op. cit., vol. III, p. 579; e Virgínia Rau, op. cit., p. 104.

76 Idem, p. 107.

77 O domínio eminente era o direito que assistia ao soberano de apropriar-se dos bens dos súditos, independentemente de qualquer formalidade, de qualquer processo preliminar e de qualquer indenização.

78 Sobre a questão do recuo demográfico, ver C. Cardoso e H. Brignoli, op. cit., pp. 104-5. Quanto ao fracasso da aplicação da lei, talvez ajude a explicar a surpreendente composição social da península Ibérica registrada num levantamento realizado na Espanha o século XVI e citado por Godinho como podendo talvez expressar também a situação de Portugal. Ao contrário do que tudo levaria a supor, a população ocupada na agricultura não era maioria, nem mesmo se aproximava de metade da população, ficando em torno de um terço. Tratando-se de uma economia de Antigo Regime, que desconhecia a mecanização da agricultura, a escolha de sementes, os adubos artificiais, que não dispunha, portanto, de meios de fomentar a produtividade agrícola e em que essa produtividade era extremamente baixa, tudo isso leva à conclusão de que tratava-se de uma sociedade cujos mecanismos fundamentais de crescimento e desenvolvimento estavam bloqueados. É o que o autor chama de *terciário de Antigo Regime*. A situação altera-se no século XVIII: o setor primário passa para 60%, ficando os "parasitas" em 30%. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, 1971, p. 68.

79 O Juiz do povo Francisco Velho, 1632, apud Godinho, op. cit., vol. 4, p. 222.

80 Godinho entende que a expansão ultramarina foi a causa da inexistência da revolução agrária, considerando-a, a nosso ver, um desenvolvimento "natural". "Cabe

perguntarmo-nos se não é precisamente nesta constituição estrutural da sociedade peninsular que residem as razões pelas quais, tendo iniciado a grande faina do descobrimento do mundo, depois não participou na revolução industrial. E como foi possível essa atrofia do setor primário e essa não menos espetacular e estranha hipertrofia do setor que come a renda sem fomentar a produção? Uma e outra resultaram da expansão ultramarina, quer para Portugal, quer para Espanha, com o correlativo crescimento mercantil e a possibilidade de satisfazer, graças aos circuitos comerciais as necessidades que a produção nacional não pode satisfazer. Sabemos hoje que a revolução industrial foi precedida tanto na Grã Bretanha como na França e na Alemanha por uma revolução agrícola, ligada à pressão demográfica; o aumento de produtividade na produção de subsistência libertou mão de obra que afluiu às cidades e constituiu a base do mercado do trabalho industrial, podendo, graças às trocas internas, ser alimentado pelo trabalho do camponês. Foi o que não se processou na Península." *Estrutura...*, op. cit., p. 74.

81 Analisamos ambas as leis em *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

82 Ao invés de explicar o caráter feudal da colonização portuguesa pela necessidade da reforma agrária nos anos 1960, como faz Passos Guimarães, op. cit., p. 33. "A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária."

83 O institucionalismo foi uma escola de pensamento econômico surgida na década de 1920, nos Estados Unidos.

84 *Economia, derecho, historia*. Barcelona, 1983, p. 119.

85 Ibidem.

86 P. Vilar, op. cit., p. 111.

87 Caio Prado Jr., *História econômica...*, op. cit., p. 32. F. Novais e Werneck Sodré não abordam o assunto.

88 Rocha Pombo, *História do Brasil*, 10ª ed. São Paulo, 1961, pp. 63-4. Já Roberto Simonsen, conhecido defensor do caráter capitalista da colonização brasileira, reconhece o caráter concessionário do regime de propriedade. *História econômica do Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957, p. 83.

89 Gorender, op. cit., p. 369.

90 Significado de *alodial* no dicionário Michaelis: "Dizia-se, na época feudal, daquilo que era livre de encargos e direitos senhoriais."

91 Na colônia o termo passou a designar aquele que recebia as sesmarias e não, como em Portugal, aquele que as distribuía.

92 A Carta Régia de 27/12/1695 tem como fonte os "Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia", escrito no século XVIII, *Revista Trimensal de História e Geografia*, Rio de Janeiro, IHGB, nº 12, dezembro de 1841. Varnhagen, *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., vol. 1, p. 263; e Costa Porto, *Sistema sesmarial no Brasil*, Brasília: Editora da UNB, s.d., p. 107, baseando-se nas cartas de sesmarias pernambucanas, acreditam que a data correta é a Carta Régia de 20/1/1699. A dificuldade em estabelecer a data indiscutível decorre, entre outras coisas, do fato de que muitas cartas de sesmarias posteriores àquelas datas não trazem a obrigação do pagamento do foro.

[93] Passos Guimarães, op. cit., p. 17; Ciro Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 118; Gorender, pp. 372-3.

[94] Felisbelo Freire, *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: tipografia do Jornal do Comércio, 1906, p. 137.

[95] Grifos nossos. Rui Cirne Lima, *Pequena história territorial do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1954, p. 38.

[96] Pierre Villar, op. cit., p. 128. Grifos do autor.

[97] Idem, p. 88.

[98] Adotando esta interpretação, Vanhagen lamenta que a imposição de foro às sesmarias não tenha sido aplicada com a devida seriedade, pois seria um instrumento para regularizar a propriedade da terra na colônia. Op. cit., vol. 1, p. 265.

[99] Tratava-se da discussão sobre a faculdade dos poderes públicos definirem formas de alienação de domínio e a utilização das terras em projetos de colonização ou similares. Mais sobre esse debate encontra-se em L. Osorio Silva, op. cit., cap. VII.

[100] Em "Propriedade da terra e técnicas de produção nas colônias escravistas da América Latina e das Antilhas no século XVIII", em *Agricultura...*, op. cit., pp. 111-32.

[101] Ciro Cardoso, "O modo de produção escravista colonial"; T. Santiago (org.), *América colonial*, Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 126.

[102] Op. cit., p. 109.

[103] A resistência não foi apenas dos indígenas, sugere Maurício Goulart, pois, "realmente, quanto mais óbices se levantassem à exploração do gentio americano, mais africanos se tornariam necessários aos colonos". Op. cit., p. 54.

[104] Novais, op. cit., p. 105.

[105] Marx, vol. III, p. 331. Retomado por Ciro em *O modo de produção...*, p. 90.

[106] Godinho, op. cit., vol. 4, p. 221.

[107] Uma das contribuições mais importantes para o debate da escravidão moderna de Décio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 69-73. A questão coloca-se de maneira diferente no caso do Estado brasileiro independente que não é o caso de discutir aqui.

[108] Marx, op. cit., vol. III, pp. 334-5.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. *El Estado absolutista*. México, 1979.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo, 1996.

ASTON, T. H. e PHILPIN, C. *El debate Brenner: estructuras de classes agrarias y desarollo económico en la Europa pre-industrial*. Barcelona, 1988.

BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, 3 vols. Paris, 1979.

CARDOSO, C. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, 1979.

______. "O modo de produção escravista colonial na América", in SANTIAGO, T., *América colonial*. Rio de Janeiro, 1975, pp. 89-143.

______ e BRIGNOLI, H. *Historia económica de América Latina*, 3ª ed. Barcelona, 1984.

DIAS, M. N. "Expansão européia e descobrimento do Brasil", in MOTA, C. G. et al., *Brasil em perspectiva*. São Paulo, 1968, pp. 19-51.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. São Paulo, 1983.

"FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA SOBRE AS SESMARIAS DA BAHIA", *Revista Trimensal de História e Geografia*. Rio de Janeiro, IHGB, dez., 1841, nº 12.

FREIRE, F. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, 1906.

GAMA BARROS, H. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII ao XV*, 11 vols., 2ª ed. Lisboa, 1954.

GODINHO, V. M. *Os descobrimentos e a economia mundial*, 4 vols., 2ª ed. Lisboa, 1983-1985.

GODINHO, V. M. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, 1971.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo, 1978.

GOULART, M. *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo, 1949.

HAMILTON, E. J. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España 1501-1650*. Barcelona, 1983.

HERCULANO, A. *História de Portugal*, 8 vols., 7ª ed. Rio de Janeiro, 1914-16.

HILTON, R. H. "Capitalism — what's in a name?", *Past & Present*, fev., 1952, nº 1, pp. 32-43.

______. (org.). *La transición del feudalismo al capitalismo*, 5ª ed. Barcelona, 1987.

HOBSBAWM, E. "The general crises of the European economy in the 17th century", *Past & Present*, nov., 1954, nº 5, pp. 33-53.

______. "The crisis of the 17th century — II", *Past & Present*, nov., 1954, nº 6, pp. 44-65.

KOFLER, L. *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*. Buenos Aires, 1971.

KULA, W. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa, 1979.

LANDES, D. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, R. C. *Pequena história territorial do Brasil*, 2ª ed. Porto Alegre, 1954.

MARX, K. *O capital*, 3 vols., 6ª ed. Londres, 1977.

MAURO, F. "Théorie économique et histoire économique", *Recherches et Dialogues Philosophiques et Economiques*, IV. Paris, 1959, pp. 45-75.

MERÊA, M. P. *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal*. Coimbra, 1912.

MOUSNIER, R. "Os séculos XVI e XVII", in CROUZET, M. *História geral das civilizações*, t. IV, vol. 1. São Paulo, 1957, pp. 104-35.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, 6ª ed. São Paulo, 1986.

PASSOS GUIMARÃES, A. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, 1963.

PERPIÑÁ, J. N. y. *Reflexiones imparciales sobre la humanidad de los españoles en las Indias contra los pretendidos filósofos y políticos (1780)*. Madri, 1782.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo, 1968.

PORTO, J. da C. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília, s.d.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*, 8ª ed. São Paulo, 1963.

______. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1942.

RAU, V. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa, 1946.

ROCHA POMBO. *História do BrasilI*, 10ª ed. São Paulo, 1961.

SAES, D. A. M. de. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, 1985.

SANCHEZ ALBORNOZ, C. *España: un enigma histórico*, 2 vols. Barcelona, 1973.

SERGIO, A. *Breve interpretação da história de Portugal. Obras completas*, 10ª ed. Lisboa, 1981.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas, 1996.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*, 2ª ed. São Paulo, 1963.

TREVELYAN, G. M. *History of England*, 2ª ed. Londres, Nova Iorque, 1944.

TREVOR-ROPER, H. R. "The general crisis of the seventeenth century", *Past & Present*, nov., 1959, nº 16, pp. 31-62.

VAN BATH, S. *História agrária da Europa ocidental (500-1850)*. Porto, 1984.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*, 6 vols., 7ª ed. São Paulo, 1962.

VILAR, P. "Problems in the formation of capitalism", *Past & Present*, nov., 1956, nº 10, pp. 15-38.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo, 1985.

______. *The modern world system I — II*. Nova Iorque, Londres 1974-1985.

WEBER, M. *General economic history*, 6ª ed. Londres, 1995.

WOOD, E. M. "The agrarian origins of capitalism", *Monthly Review*, jul.-ago., 1998, vol. 50, nº 3, pp. 14-31.

Capítulo 2

A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo

Marcos Del Roio

Por muito tempo, no Brasil, a palavra *revolução* esteve associada pelo senso comum a qualquer episódio de crise política institucional, particularmente os que envolvessem os militares, sem que jamais estivesse em pauta uma real mudança no poder político. Isso não significa que não estivesse em andamento um processo revolucionário real, apenas que sem uma clara e pontual subversão do poder político e derrocada das classes dominantes com seus fundamentos econômico-sociais. A revolução burguesa no Brasil seguiu um percurso análogo àquele que Gramsci chamou de "revolução passiva": um processo no qual as forças sociais antagônicas à ordem vigente são insuficientes para alcançar a instauração de um novo poder, mas conseguem se constituir em elemento de pressão capaz de contribuir para que as velhas classes dominantes, num único movimento, façam algumas concessões às classes subalternas, atraiam seus intelectuais e incorporem novos setores sociais ao recomposto bloco histórico.[1]

Embora a reprodução da hegemonia burguesa e da exploração capitalista exija uma constante recomposição econômico-política, podemos afirmar que a revolução burguesa é um período no qual ocorre a generalização das relações sociais fundadas na acumu-

lação do capital industrial. Nesse processo, o capital subsume as outras relações de exploração social do trabalho e permite que, na medida em que o Estado se configure como elemento imprescindível à reprodução ampliada, a burguesia surja como classe dominante. É certo, porém, que esse não é um processo redutível à dimensão econômico-social, muito pelo contrário, pois envolve luta de classes e possibilidades alternativas que se definem por meio da política.

A revolução burguesa no Brasil, segundo esse entendimento, cobre um período de meio século, que transcorre do final dos anos 20 até o final dos anos 70. Em alguns momentos desse arco temporal, podem ser observadas algumas possibilidades de fortalecimento das classes subalternas e de avanço das forças democráticas, que redundaram em derrota e numa recomposição do bloco de poder. Embora outras forças socioculturais, de inspiração liberal ou mesmo de viés conservador, também se referissem à "revolução brasileira" e contassem com instrumental teórico e analítico diferenciado, o objetivo desse ensaio é o de procurar captar o entendimento que teve desse processo a predominante cultura política marxista. Essa delineou-se articulada em torno da ação político-cultural do Partido Comunista, particularmente nesses momentos nos quais o movimento do real parecia mais nítido aos intelectuais e aos sujeitos da transformação, com a intervenção mais ativa das forças sociais e culturais que pensavam para além da própria revolução burguesa, em direção a um horizonte socialista.

Assim, o ponto de partida é a exposição da formação dessa cultura política e a difusão do tema da revolução, precisamente num primeiro momento crítico da revolução burguesa, do fim da década de 20 até metade da seguinte.[2] Essa cultura política e sua relação com a revolução burguesa em andamento permanecem como cenário de fundo quando, num momento seguinte, a análise incide sobre a obra de alguns autores decisivos e que mais contribuíram na discussão sobre a idéia de revolução no marxismo brasileiro. O primeiro deles, Nelson Werneck Sodré, num outro momento crítico da revolução burguesa, de fins dos anos 50 até 1964, foi o autor que melhor expressou as potencialidades e os limites da cultura política pecebista. Em seguida é analisada a leitura da revolução brasileira

presente na obra de Caio Prado Jr., o mais vigoroso interlocutor dessa tradição postado no interior do próprio PCB. Finalmente é feita a exposição sumária da concepção de Florestan Fernandes, que debate de fora com a cultura política que até então predominara no momento que se agravava a crise política daquela tradição e se aproximava a conclusão da própria revolução burguesa.

1. *As formulações teóricas iniciais da revolução brasileira: ambivalências e oscilações*

Numa tumultuada reunião do Clube Militar, realizada em fins de junho de 1922, o tenente Asdrúbal Gwaier de Azevedo previa: "Sr. Presidente, estamos às portas da Revolução."[3] Nesse mesmo mês, expressando-se em nome do recém-fundado Partido Comunista, Astrojildo Pereira afiançava: "[...] tomamos sobre os ombros o compromisso de uma imensa tarefa: desfraldar e sustentar, nesta parte da América, a bandeira vermelha da revolução mundial."[4] É por demais óbvio que não falavam — o tenente indignado e o dirigente operário recém-rompido com o anarquismo — da mesma revolução. Mas os indícios de que o tema da revolução estava surgindo no Brasil, com os primeiros sintomas da crise da dominação oligárquica e do Estado liberal, são irrefutáveis, tendo sido o levante do Forte de Copacabana de 5 de julho daquele mesmo ano o prenúncio de que a iníqua ordem social teria que enfrentar não só o antagonismo de uma fração do operariado, mas também de uma fração da própria força armada do Estado.

A reedição do levante militar, dois anos depois, pretendeu derrocar o governo federal oligárquico a partir de uma rebelião iniciada em São Paulo e que contou com uma série de movimentos armados solidários por todo o país, da Amazônia ao Rio Grande do Sul. O fracasso relativo de quase todos, de certa maneira, obrigou a que os revoltosos de São Paulo, que conseguiram, com êxito, uma retirada estratégica, se reunissem com os rebeldes que partiram de Santo Ângelo (RS) e optassem por desencadear uma luta de guerrilha contra o governo do presidente Arthur Bernardes. A rebelião

militar de São Paulo logo ganhou a designação de *revolução* e, em função da atividade de denúncia exercida no exterior contra a repressão e o "estado de sítio", foi chamada de "revolução brasileira".

Em 1926, o citado tenente Gwaier publicou um livro em Portugal chamado *Os militares e a política,* procurando oferecer elementos para a compreensão da crise e que faria parte de uma "Biblioteca da Grande Revolução Brasileira". Cerca de um ano depois, Juarez Távora publicaria sua visão em *À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.*[5] No mesmo ano de 1926, vinha a lume um pioneiro "Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil", subtítulo do opúsculo *Agrarismo e industrialismo,* redigido pelo dirigente comunista Octávio Brandão logo após a retirada da capital paulista dos jovens militares rebelados e publicado com o pseudônimo de Fritz Mayer. Foi uma primeira tentativa de deslindar a crise e as perspectivas da revolução brasileira com a intenção de defender o ponto de vista da classe operária e fazendo uso do instrumental teórico do marxismo.

O fato é que os sujeitos sociopolíticos que se formavam nas fissuras cada vez maiores da dominação oligárquica, no decorrer dos anos 20, se configuravam em torno de alguma concepção de revolução. Estavam em discussão os rumos históricos do país, sua identidade, sua institucionalidade e também o lugar das diversas forças sociais nesse momento de se defrontar com a realidade posta pela modernidade capitalista que se gestava no Brasil em meio à mais dramática crise que o Ocidente liberal jamais enfrentara. Não só a burguesia industrial paulista procurou delinear um projeto societário que implicava a industrialização e a "americanização" das relações sociais e a existência de uma ordem institucional liberal.[6] Também setores da oligarquia agrária interessados na formação de um mercado interno e de um Estado nacional mais sólido procuraram atualizar o ideário positivista, aí possibilitando a convergência com setores da esquerda militar.[7]

As camadas médias urbanas, exasperadas com a dominação oligárquica, que, com um roto invólucro institucional liberal federativo, garantia a submissão de amplas massas agrárias a uma condição servil e beneficiava o capital agromercantil associado ao mercado

mundial de bens primários, observaram com grande simpatia a cisão manifesta no exército. O movimento da juventude militar rebelada contra as mazelas das oligarquias, na sua nebulosa postura programática, ia ao encontro da reivindicação de diversificados setores sociais que esperavam uma reordenação do Estado e da vida social em sentido liberal-democrático e, portanto, antioligárquico. Mas é aquela outra cisão perpetrada no seio do movimento operário por um pequeno grupo de simpatizantes da revolução socialista eclodida na Rússia, organizado em torno de Astrojildo Pereira, que importa antes desenvolver aqui.

De todas as maneiras é preciso realçar que o tema da revolução só se impôs no cenário político-cultural na medida em que a crise da dominação oligárquica não mais poderia ser transposta com uma mera reprodução dos mesmos fundamentos econômico-sociais. A incontornável crise de acumulação do capital mercantil e das alianças sociais que davam sustentação à dominação oligárquica, assim como a emergência de novos atores na arena política, sugeriam de maneira indelével a proximidade da revolução. Quais os contornos, qual o significado e qual o entendimento do que se poderia almejar para o período próximo é o que estava em disputa, embora reste pouca dúvida de que a questão decisiva era o desenvolvimento das forças produtivas do capital, ou seja, a industrialização e a formação de um moderno Estado nacional capaz de sobreviver à enorme turbulência do cenário internacional.

Astrojildo Pereira e Octávio Brandão encarregaram-se de entabular o esforço de formulação teórica a fim de inserir o movimento operário como sujeito sociopolítico autônomo no processo de desagregação da dominação oligárquica. Os elementos condicionantes dessa formulação teórica são a restrição das preocupações da tradição cultural anarquista no Brasil ao mundo do trabalho urbano, a formação cientificista e o acoplamento ao pensamento positivista. Esse último aspecto ficou realçado com a aliança formada no jornal *A Nação* de 1927 com o conhecido professor Leônidas de Rezende,[8] assim como a proposta de aproximação com "os revoltosos pequeno-burgueses", em parte também de formação positivista, a fim de gestar uma frente política. A crença no progres-

so e num mundo futuro de concórdia alimentava a rebelião tanto de setores operários quanto intelectuais...

É sobre esse alicerce que se erguia no Brasil um nascente marxismo, alimentado pela experiência da luta social e por exígua literatura, em grande medida chegada pela correspondência da Internacional Comunista (IC). Tendo partido das conclusões auferidas anteriormente no livro *Agrarismo e industrialismo*, pode-se dizer que o primeiro esforço sintético de teorização da revolução brasileira do ponto de vista do marxismo no Brasil foi um texto preparado por Octávio Brandão para uma reunião da direção do PCB em outubro de 1927 e que foi, no ano seguinte, publicado com alterações no nº 6 da revista partidária *Autocrítica* com o título de "O proletariado perante a revolução democrático pequeno-burguesa".[9] Esse escrito já antecipa a confusão conceitual e terminológica que, por muito tempo, seria a tônica da teoria da revolução dos comunistas brasileiros, assim como também a tendência a ver com lentes de aumento as parcas forças organizadas do proletariado. A própria colocação do problema, articulando uma possível (e até provável) continuidade imediata do movimento da juventude militar com uma apenas desejável revolução proletária, revela essa tendência.

Octávio Brandão, antes de mais nada, identifica a juventude militar rebelada contra o governo oligárquico e contra a alta oficialidade das forças armadas com a "pequena-burguesia". Que houvesse uma relação difusa de origem social e de simpatia em relação às reivindicações políticas é plausível, mas uma não é simples "vanguarda" da outra. Mas, se é razoável notar o importante papel que as camadas médias urbanas estavam tomando e deveriam tomar no futuro imediato, Octávio Brandão não conseguiu alcançar o conceito de revolução burguesa como o conteúdo econômico-social do processo que estava para se abrir na formação brasileira. Confundiu o conteúdo da revolução com a ação política de uma gama variada de forças sociais e políticas que incluía com destaque a oposição liberal-democrática, conduzida tanto pelas armas da guerrilha dos jovens oficiais quanto por setores políticos associados às modernas camadas sociais urbanas e a setores oligárquicos que procuravam preservar a direção do processo de transformação da ordem.

Buscando respaldo teórico em algumas formulações de Marx, Lenin e Bukharin (então o mais destacado dirigente da IC), Octávio Brandão esmera-se em fazer uma análise da situação concreta, apelando mesmo para comparações socioistóricas (particularmente com a revolução russa, é claro), para convencer um partido reticente em relação à necessidade de fazer alianças e de estabelecer objetivos intermediários. De imediato, Octávio Brandão advogava a mais ampla frente política, envolvendo todas as forças de oposição ao regime oligárquico, visando à "terceira revolta" (após aquelas de 5 de julho de 1922 e de 1924) e a derrocada do partido republicano e do Estado agrário. Nessa fase, seria desejável uma "aliança ideológica e orgânica até um certo limite com os revoltosos pequeno-burgueses", sendo sensível a sugestiva influência do Guomitang chinês.[10] Feito isso, a luta deveria se concentrar no combate ao imperialismo, à grande burguesia e aos restos do feudalismo. Somente então poder-se-ia projetar a construção da "república proletária" pela ação do proletariado urbano e rural, aliado à fração revolucionária da pequena-burguesia.

Há ainda pontos que devem ser destacados nesse texto e que, em breve, sofreriam alterações substanciais no contexto da teoria da revolução formulada pelos comunistas. Octávio Brandão insiste que "[...] no Brasil, a questão da pequena burguesia é urbana e não rural como na Rússia" e, embora se referindo ao "feudalismo" e à "opressão feudal", fala apenas em "proletariado urbano e rural", denotando uma certa subestimação do tema, acoplada ao desconhecimento das condições reais da vida agrária no país. O revolucionário alagoano insiste ainda que "[...] a revolução democrática pequeno-burguesa poderá ser uma revolução de libertação nacional, [...]", querendo isso dizer que seu objetivo principal é a derrocada do regime, ato histórico que poderá se desdobrar num outro, não sendo esse, no entanto, o objetivo primeiro nem o imperialismo o inimigo principal.

Com essa compreensão é que em dezembro de 1927, em nome do PCB, Astrojildo Pereira foi-se encontrar com Luiz Carlos Prestes na Bolívia, levando consigo o que foi possível da literatura marxista disponível. Como o contato com a oposição liberal-democrática estava fluindo bem, faltava definir o contato com o mais prestigioso

comandante militar rebelde. Embora sobejamente conhecido, esse episódio lançou as sementes de uma vertente que iria consubstanciar uma nova síntese político-cultural ocorrida em meados da década seguinte: o encontro da esquerda positivista existente nas fileiras do exército com a difusa influência positivista presente nas lideranças do movimento operário que assimilaram o impacto da revolução russa e do marxismo terceiro-internacionalista na sua versão staliniana. Acrescente-se ainda que esse processo de configuração de uma nova síntese teórica e cultural, colocada a esquerda do espectro político, identificada com o marxismo e a revolução social, coincide com um período crítico da revolução burguesa no Brasil, período esse — entre 1928 e 1935 — que (re)definiu o bloco de poder que deveria orientar a nova fase da acumulação do capital na formação social brasileira.

Um dos deslizes mais freqüentes da literatura que aborda esse período é o de identificar *tout court* o resultado da polêmica reunião dos delegados comunistas da América meridional no VI congresso mundial da IC, com a interferência direta na linha política e na formulação da teoria da revolução no continente e no Brasil. Para a IC, uma organização de caráter mundial, não restava qualquer dúvida na identificação do *imperialismo* como o inimigo principal de todos os povos. Partindo dessa premissa é que se buscou uma fórmula teórica suficientemente ampla que servisse às "colônias" e "semi-colônias" [sic], com ênfase notável na questão agrária. A debilidade teórica e cultural dos comunistas sul-americanos encontrou-se com a ânsia de generalização dos dirigentes da IC, de Humbert-Droz nesse caso específico, sem que no entanto tenha havido, em princípio, qualquer forma de imposição. O VI congresso da IC, do ponto de vista político e teórico, representa ainda um compromisso de tendências presentes no Partido Comunista Russo (bolchevique) e no PC da Alemanha (e mesmo no PC da China), então os mais importantes partidos da IC. O *stalinismo*, como regime político e como concepção teórica, só iria se impor por completo em meados de 1929, quando então teve início a interferência direta da IC nas seções nacionais.[11]

Tal situação de compromisso na IC permitiu que o PCB preservasse o cerne de sua formulação teórico-política, qual seja a da aliança

estratégica com os "revoltosos pequeno-burgueses". Num artigo preparatório para o congresso mundial, Astrojildo Pereira ainda insistia em que "a situação econômica e política do país, [...], faz prever uma conjuntura francamente revolucionária, que resultará dos seguintes fatores: 1) crise econômica conseqüente a uma catástrofe na política do café; 2) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial no Brasil; 3) possibilidade de uma repetição de um novo 5 de julho".[12]

As teses do III congresso do PCB, no entanto, acabaram suprimindo a primeira fase do processo revolucionário, como houvera sido analisado por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão e que apontava para a formação da mais ampla frente democrática contra o "czarismo brasileiro", o inimigo principal. Ainda se tratava de "apoiar energicamente, desde já, os movimentos revolucionários em preparação", ou seja, a conspiração da oposição liberal-democrática e da oficialidade rebelde do exército, mas não para a derrubada do regime liberal oligárquico e sim para objetivos inexeqüíveis para essa coalizão que se forjava: "a) solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro".[13]

Essa conclusão política advinha do fato de ter sido o imperialismo elevado à categoria de imediato inimigo principal, e a burguesia nacional, segundo essa mesma análise, haver capitulado diante desse inimigo. Deve-se notar ainda que esse congresso acabou por consagrar um novo termo, até então alheio ao vocabulário sociológico e político no Brasil, que é o de *camponês* e *campesinato*. O termo havia já sido introduzido, desde fins de 1927, quando se decidiu renomear o Bloco Operário, a frente política de massas do PCB, como Bloco Operário-Camponês.

Entrementes, a vitória política da extrema-esquerda na luta interna do PC da Alemanha e sua aliança com o grupo de Stalin no PCR(b) e na IC possibilitou a ruptura da situação de compromisso existente desde 1928 e a imposição da ditadura staliniana. No que tange especificamente à política da IC, o ponto de viragem é, sem dúvida, a X reunião plenária da Comissão Executiva, realizada em julho de 1929. A partir daí, e somente a partir dai, é que ocorre uma clara intervenção em todas as seções da IC, até mesmo no PCB.

Entre outubro de 1929 e junho de 1930, toda a concepção e análise teórica que os marxistas brasileiros vinham amadurecendo foi desautorizada pelo Secretariado Sul-Americano da IC (que, por seu turno, também sofreu o afastamento de Humbert-Droz), deixando uma parcela razoável do movimento operário despojado de maiores possibilidades de incidência no agravamento da crise política que deitaria abaixo a forma vigente de dominação oligárquica.

A interferência do SSA/IC no PCB ocorre quase em concomitância com a cisão no movimento da juventude militar perpetrado por Luiz Carlos Prestes. Desde princípios de 1928, encontrando-se já na Argentina, Prestes sugeria estar-se afastando da perspectiva militar de inspiração positivista, ao mesmo tempo que deixava clara sua insatisfação com as soluções emanadas do liberalismo. Nessa trajetória, que teria o significado de uma clara cisão político-ideológica, inicialmente Prestes mostrou-se favorável a uma frente única de oposição ao regime, mas, quando viu formada a Aliança Liberal, foi tornando-se cada vez mais reticente. Ao mesmo tempo, suas leituras de textos clássicos do marxismo e de jornais e documentos de inspiração marxista — oriundos principalmente de publicações da IC — e os contatos com o PC da Argentina e o PCB aproximavam-no de uma nova visão de mundo e da realidade brasileira.[14]

A cisão que originou uma nova esquerda militar, que partindo do positivismo se aproximava do marxismo — sem, jamais, no entanto, superar a formação cultural anterior —, ocorreu com o chamado *manifesto de maio* (de 1930), quando Prestes exprimiu-se como tendo incorporado a teoria da revolução, tal como a IC vinha tentando persuadir o PCB, ou seja, de que "[...] contra as duas vigas mestras que sustentam economicamente as atuais oligarquias, precisam, pois, ser dirigidos nossos golpes — a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano".[15] A evolução da minúscula parcela da esquerda positivista que permaneceu com Prestes seguiu, portanto, um roteiro análogo ao do PCB, começando por encontrar o inimigo principal inicialmente no regime oligárquico e apregoando uma frente de oposições com o fito de colocá-lo abaixo e, depois, passando a uma política de alianças mais estreita, que percebia no imperialismo e na grande propriedade agrária os inimigos imediatos.

Apesar das críticas que sofreu da parte da direção comunista, Prestes perseverou no novo caminho que escolhera, mas quanto mais se aproximava, como uma miragem, mais o PCB dele se afastava. Na complexa e difícil conjuntura por que passava o país, a cisão no movimento rebelde da juventude militar e a interferência do SSA/IC no PCB, induzindo uma nova orientação, acabaram provocando o isolamento político de Prestes que não viu outra saída senão viajar para a URSS e lá completar sua mutação ideológica. Acontece que, como se sabe, Prestes permaneceu na URSS exatamente no período de consolidação do regime stalinista, tendo assim entrado em contato e absorvido um marxismo vinculado a aspectos da concepção positivista, convergente com sua formação precedente. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, Prestes e o prestismo (ou seja, essa nova vertente da esquerda militar) passavam a ser encarados como o inimigo principal dos comunistas.[16]

Ao contrário deste final de século, em que poucos se identificam como revolucionários, nos primeiros anos 30 praticamente todas as correntes políticas, de alguma modo, assim se consideravam. Desde o novo governo que emergiu da heterogênea coalizão composta na Aliança Liberal até as forças filofascistas que, em sua maioria, viriam a formar na Ação Integralista Brasileira, passando pela reciclada oligarquia paulista que, em 1932, na ânsia de retomar o poder, sob o estandarte do liberalismo, enveredou para a guerra civil. Na verdade, o processo da revolução burguesa no Brasil passava fundamentalmente pela desagregação e recomposição do bloco de poder, com a incorporação da burguesia industrial e de parcela das camadas médias urbanas, pela expansão econômica industrial e pela expansão da máquina administrativa do Estado. A corporativização estatal da classe operária foi a forma encontrada para, com um único movimento, esvaziar a pressão das classes subalternas e bloquear a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade.

No espectro político, é claro, os comunistas colocavam-se na extrema esquerda, identificando o movimento civil e militar de outubro de 1930 como "contra-revolução" e encaravam como inimigo principal as outras tendências de esquerda, particularmente o "prestismo" e o "trotskismo". A compreensão dessa postura política exige a aborda-

gem da subjacente concepção da teoria da revolução. Embora o PCB tivesse excluído de suas fileiras praticamente todos os elementos com alguma capacidade de elaboração teórica e com alguma percepção do que vinha a ser o marxismo, havia entre os militantes comunistas uma visão de revolução introjetada a partir da concepção gestada na IC.

Até mesmo intelectuais afastados dos quadros partidários acabaram incorporando o núcleo dessa concepção. Leoncio Basbaum, num ensaio publicado nos primeiros dias de 1934, procurou sofisticar e particularizar a análise da realidade brasileira, entendendo ser o latifúndio o fundamento de um regime social semi-escravagista e feudal. No entanto (e essa apareceu como a grande divergência em relação a análise do PCB e do Bureau Sul-americano da IC), Leoncio Basbaum observou que uma burguesia agrária vinha também tomando forma nas regiões mais próximas dos canais de exportação. A burguesia industrial, apesar de contar com interesses específicos, faria também parte do "bloco feudal-burguês", por sua vez dependente do imperialismo anglo-americano. Contra o "bloco feudal-burguês" e o imperialismo, deveriam se aliar o proletariado urbano e rural e os camponeses, não sem antes "desmascarar" os "social-fascistas" (entre os quais trotskistas e prestistas).[17]

Quase ao mesmo tempo, o então estigmatizado Astrojildo Pereira redigiu um texto chamado emblematicamente de *Campo de batalha*, no qual reafirma em largos traços a posição dos comunistas, ainda que com o costumeiro refinamento. Designa o movimento de outubro de 1930 como contra-revolução preventiva e o regime advindo como "imitaçãozinha camuflada do fascismo italiano". A assembléia constituinte de 1933/34 foi vista como um fórum para o estabelecimento de um renovado compromisso entre as frações da classe dominante, sujeitas às manobras do imperialismo. Astrojildo Pereira percebe com nitidez a forte tendência presente no seio da burguesia industrial em se compor com ao latifúndio, mas diante da grave crise capitalista mundial, da qual o Brasil é apenas um cenário a mais, a única solução que vislumbra é a revolução operário-camponesa, contra a qual tenta se postar a barreira do fascismo.[18]

Foi com a instauração da ditadura stalinista na URSS e na IC que acabou por se impor a visão de que a crise capitalista desencadeada

em 1929 abria largas possibilidades para a retomada da revolução socialista em escala planetária, após o curto período de "estabilização". A única forma da burguesia imperialista evitar o desenlace revolucionário seria pela instauração da ditadura fascista, cuja implicação era a abertura de uma fase de aberta guerra civil ou de direto confronto de classes: seria a fase chamada de "classe contra classe". Acontece que, nessa análise, as "ilusões democráticas" difundidas pela social-democracia com suas alianças com partidos liberal-burgueses acabavam debilitando o impulso revolucionário do movimento operário e desobstruindo o caminho para o fascismo. Por outro lado, a persistente influência nas massas do reformismo social-democrata dificultava a adesão da classe operária ao projeto revolucionário dos comunistas. A social-democracia, particularmente seus setores mais à esquerda, passou então a ser qualificada com o epíteto de "social-fascismo" e definida como o inimigo principal, já que além de impedir a revolução socialista — segundo essa leitura — se associava a posições próximas ao fascismo.

Até mesmo por causa da ausência de um partido social-democrata, a versão brasileira do "social-fascismo" tomou o nome de "prestismo". Esse era o inimigo principal da revolução que o partido comunista pretendia encarnar em função da presumida influência desnorteadora que o nome do ex-militar rebelde exercia sobre parte da classe operária e da pequena burguesia. Era o "prestismo" que, em grande medida, estaria bloqueando a formação da aliança operário-camponesa, força motriz da revolução brasileira. O caráter da revolução brasileira era definido como democrático-burguês, mas dentro de um país "semi-colonial". Sua particularidade se compunha pela questão agrária (luta contra o feudalismo e a grande propriedade territorial) e pelo antiimperialismo (luta pela independência nacional), o que ensejaria a rápida transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária socialista.

Sob o influxo do BSA/IC e com a disponibilidade dos comunistas brasileiros conformou-se então uma genérica visão que não discernia a particularidade das formações sociais desse Ocidente subalterno que é a América meridional e que, pelo contrário, observava no Brasil fortes tinturas "orientais", enfatizando-se a força revo-

lucionária propulsora do campesinato: era como se o Brasil fosse a China do Ocidente. A noção instrumental da ação política e o desprezo pela teoria como dimensão da práxis acentuaram a confusão conceitual presente entre os comunistas. A própria ênfase do stalinismo na questão nacional, acentuada pela conflituosa conjuntura mundial, ajudaram na aproximação e assimilação de Prestes e de parte dos jovens militares dessa versão do marxismo.

Apesar dos esforços do governo empossado pela Aliança Liberal, a crise da instituição militar persistiu, alimentada pelo processo revolucionário em andamento no meio de severa crise social. O exército continuava, talvez ainda mais que antes, sendo uma alternativa de sobrevivência e de educação básica para parcela considerável da juventude que se imiscuía num ambiente politizado e de latente rebelião. Desde que Prestes, já em fins de 1930, percebeu o fracasso da tentativa de organizar uma Liga de Ação Revolucionária como pólo aglutinador da nova esquerda militar surgida da cisão que ele encabeçava e reconheceu o ingresso no PCB como única opção válida, seus admiradores e seguidores foram discretamente tomando essa atitude.

A resistência da direção do partido ao nome de Prestes e ao "prestismo" fez-se recuperando posturas marcadamente associadas ao anarco-sindicalismo, como a referida ojeriza à reflexão teórica, a valorização extremada do operário e o preconceito antimilitar. Aos poucos, no entanto, elementos egressos do "prestismo", como Antônio Maciel Bonfim e Honório de Freitas Guimarães, começaram a predominar na direção partidária que se consolidou na chamada I conferência nacional do PCB, de julho de 1934. Ao mesmo tempo a longa espera de Prestes, aguardando sua aceitação nas fileiras do PCB, chegava ao fim por imposição da própria direção da IC. Esse foi o sinal para que mais admiradores de Prestes entrassem no partido.

Dessa maneira ocorreu uma fusão e síntese de grande alcance histórico no seio do movimento comunista no Brasil. O stalinismo predominante na IC e assimilado por um PCB portador de uma tradição cultural que o encontrara predisposto convergia com a cisão da esquerda militar que vislumbrava no marxismo staliniano um instrumental teórico-prático para radicalizar as esperanças contidas na sua originária convicção positivista, de uma ordem social fraterna, culta

e orientada pela ciência. Pode-se então dizer que, no Brasil, forjou-se uma particular cultura política de esquerda que seria predominante por todo o processo da revolução burguesa, tornado-se mesmo um seu elemento constitutivo.

O importante é notar que a visão de revolução prospectada por essa tendência almejava a construção de uma moderna economia industrial e um forte Estado nacional capaz de agir no combate à miséria e ao atraso cultural, bandeiras comuns do stalinismo e do positivismo. Num primeiro momento, supunha a construção de alguma forma de capitalismo de Estado em condições de garantir a soberania nacional no cenário mundial e constituir uma alternativa nacional-popular de progressão histórica fundada na valorização da força de trabalho. Até pelas circunstâncias da época houve dificuldades em se pensar a organização do processo democrático dentro de um moderno Estado de direito parlamentar de cidadania ampliada, mas isso se deveu principalmente ao fato da questão nacional, definida no seu confronto com o imperialismo, juntamente com a identificação do latifúndio feudal como a causa decisiva do "atraso" do país, constituir o cerne teórico-político dessa concepção de revolução.

Essa síntese político-cultural se completou com a formação da Aliança Nacional Libertadora, que apregoava e defendia a implantação de um "governo popular nacional revolucionário" e que constituiria o embrião de uma alternativa nacional-popular de desenvolvimento da economia e da cultura no Brasil. Na ANL procurou-se a efetivação da aliança entre a classe operária e a pequena burguesia urbana, tendo-se apelado para que se incorporassem os trabalhadores rurais e até mesmo a parcela da burguesia que eventualmente se confrontasse com o imperialismo.

A derrota da ANL serviu apenas para constatar — como diria Gramsci — a insuficiência das forças antagônicas, que não conseguiram dotar as classes subalternas de uma intelectualidade "orgânica" e materializar uma hegemonia, embora seja perceptível a atração exercida pela organização de frente popular entre os intelectuais antifascistas, emersos de um ambiente cultural permeado pelo positivismo.[19] A pressão operário-popular, no entanto, foi suficiente para obrigar as classes dirigentes a se reciclarem e a colocarem em anda-

mento uma revolução passiva que iria culminar no Estado Novo. Nesse processo, foram parcialmente incorporadas algumas reivindicações de cidadania e direitos sociais que vinham sendo expressas pelo movimento operário desde 1917, ainda que ao preço de extensa limitação de elementares direitos civis e políticos.

A partir de 1937, os comunistas, ao reduzirem a noção de revolução burguesa a mera industrialização, passaram a entender a burguesia nacional como força motriz essencial da revolução brasileira, deixando na sombra a questão agrária. A participação do Brasil na guerra antifascista estimulou o ingresso de outra leva de jovens militares nas fileiras comunistas que agora contava com Prestes como dirigente máximo. Assim, embora o PCB tivesse sido praticamente destruído pela repressão estadonovista, a *refundação* de 1943 teve o significado de consolidação dessa cultura política da esquerda brasileira e de sua perspectiva de *revolução*.

2. *Nelson Werneck Sodré e a maturidade da teoria da revolução brasileira*

Ainda que o PCB tenha exercido significativa atração sobre a intelectualidade no seu período de legalidade do pós-guerra, isso ocorreu de maneira difusa e ligada ao impulso antifascista que vinha desde a formação da ANL. A exclusão do PCB do espaço legal indicava o temor das classes dirigentes diante da auto-atividade das massas e da política de unidade popular pela democracia que os comunistas buscavam por em prática. No entendimento destes, o pós-guerra possibilitaria a configuração do Brasil como Estado nacional soberano dentro do concerto da ONU e da ampla aliança antifascista, implicando o enfraquecimento do latifúndio e do imperialismo, o concomitante desenvolvimento das forças produtivas do capital e a consolidação da classe operária como sujeito histórico.[20]

A ilegalidade imposta em 1947, como desdobramento do início da "guerra fria", sugeriu uma releitura da realidade brasileira que, resgatando as lentes "orientais", foi responsável pelo refluxo e isolamento político-cultural do PCB e do marxismo. A vitória da revolução chinesa (1949) e a contra-ofensiva americana, aumentando a ten-

são político-diplomática e militar no mundo, estimularam no PCB uma rediviva esperança na iniciativa revolucionária das massas agrárias, tendo até entabulado algumas experiências de guerrilha no Paraná e Goiás, que deveriam ser o começo de um desejável Exército Popular de Libertação Nacional. Por outro lado, a expectativa de um novo conflito mundial renovava a idéia (já presente em 1934-35) da criação de "zonas liberadas" em contraposição a iminente ameaça de "colonização". A ênfase no combate ao imperialismo obscurecia as possibilidades institucionais presentes no processo político da formação social brasileira, particularmente no governo Vargas (1950-54), e reafirmava o vínculo político-cultural com a URSS, demonstrável pelo empenho na luta pela "Paz".[21]

É no segundo lustro dos anos 50, porém, que o tema da "revolução brasileira" ganha novo fôlego. Nesse momento, consolida-se a ideologia do "nacional-desenvolvimentismo", e também a aliança entre comunistas e trabalhistas (já ensaiada no pós-guerra) se fortalece, aproximando ambas as tendências culturalmente devedoras da matriz positivista com influência no movimento operário. Ocorre um salto no padrão de acumulação do capital e um novo vigor no processo democrático com a posse de Juscelino Kubitschek — com respaldo de uma ampla coalizão de forças e um novo impulso cultural no Brasil. Essa conjuntura se articula a acontecimentos da maior gravidade no cenário do socialismo — como foram o XX congresso do PC da URSS (com as denúncias de muitos dos crimes de Stalin) e a insurreição de Budapest — que estimularam um processo de reciclagem no PCB. Após a grave crise de 1956-57, desencadeada pelo relatório de Krushev sobre Stalin, cuja implicação foi a saída de muitos intelectuais e de dirigentes históricos, a cultura política da esquerda brasileira passou por uma renovação criativa que teve como resultado uma inserção muito maior, não só do PCB, na luta política em curso, como também a difusão do marxismo e uma melhor compreensão da realidade do país.

Os comunistas deram-se conta que no Brasil estava ocorrendo uma aceleração do desenvolvimento capitalista, com o crescimento numérico da classe operária, uma ampliação dos espaços democráticos e a presença de dois projetos conflitantes no interior das clas-

ses dirigentes. Um que pretendia fortalecer o capitalismo por meio de uma maior integração do mercado interno e o Estado nacional, aproximando-se de países em situação similar, a fim de minorar a dependência econômico-política ante os EUA. Outro que preferia uma inserção maior no mercado mundial e uma relação privilegiada com o império americano. Percebiam ainda que o desenlace da *revolução brasileira* exigia o confronto com o imperialismo americano e a quebra do monopólio da terra. Para a consecução dessas tarefas históricas seria necessário estruturar a mais ampla frente nacionalista e democrática, articulando forças sociais as mais heterogêneas e mesmo contraditórias, incluindo até latifundiários em eventual conflito de interesse com o imperialismo americano.[22]

Não só a revista *Brasiliense*, fundada por Caio Prado Jr. já em 1955, mas também a *Estudos Sociais* que contou com Astrojildo Pereira como editor, foram instrumentos importantes de renovação do debate e de aglutinação de intelectuais empenhados no prosseguimento da *revolução brasileira*. Um dos mais destacados, influentes e produtivos intelectuais desse período foi, sem dúvida, Nelson Werneck Sodré. Enquanto seguia sua carreira militar, esse apaixonado pela literatura teve seus primeiros contatos com o marxismo já em fins dos anos 20, com o intuito de estabelecer os fundamentos materiais da cultura brasileira. Sua intervenção política ocorreu somente a partir de fins dos anos quarenta, quando nos embates do Clube Militar se reacendeu a polarização entre os militares brasileiros, agora nos quadros da "guerra fria".

Sodré amadureceu sua postura de intelectual revolucionário e sua identificação com o marxismo e o comunismo, a partir de sua adesão ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde passou a dedicar-se a explicação da natureza da forma social brasileira. Foi então que superou alguns aspectos mais vulgares da sua concepção materialista, travando contato com autores pouco conhecidos do universo marxista do país, como José Carlos Mariátegui e Georg Lukács. Sodré foi o autor mais identificado com a visão de Brasil e a orientação política do PCB no período e, sem dúvida, um dos mais injustamente execrados e levianamente detratados. A maior das estultices de alguns desses "críticos" está na afirmação de que Sodré procura enquadrar

a realidade brasileira num padrão universal de evolução social por etapas predeterminadas, tal como teria sido formulado por Stalin.[23]

Dentro de sua ampla e diversificada obra, Nelson Werneck Sodré apresenta de maneira mais completa sua visão de Brasil na *Formação histórica do Brasil*, produto de um curso ministrado no ISEB em 1956, publicado como livro em 1962, e na *Introdução à Revolução Brasileira*, vinda a lume em 1958, mas que sofreu alterações significativas até 1967 na 3ª edição. Essas duas obras de certa forma se complementam, mas, em outros trabalhos publicados nesse período, Sodré aborda temas específicos que aprofundam sua leitura da particularidade da formação social brasileira e que são a *História da burguesia brasileira* (1964), a *História militar do Brasil* (1965) e a *História da imprensa no Brasil* (1966). Num de seus livros mais recentes, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, de 1990, retoma e reafirma suas convicções e o diagnóstico sobre a formação social brasileira. Chama vivamente atenção no conjunto de sua obra, no entanto, a pouca dedicação à análise do movimento operário como sujeito da revolução brasileira. É aqui, ao que parece, que fica mais clara a herança positivista, mais que no seu método de análise, que tende a compartimentar as classes e camadas sociais, ou numa inexistente linearidade da análise socioistórica.

Para Nelson Werneck Sodré, a formação social brasileira origina-se do empreendimento colonial encetado pelo "grupo mercantil" português associado ao regime feudal monárquico. A tentativa de transferir a ordem econômica do feudalismo vigente em Portugal para as terras a serem ocupadas mostrou-se logo inviável, até porque camponeses e artesãos, os elementos sociais mais avançados, foram excluídos da empreitada ultramarina, sendo que "assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial".[24] O escravismo firmou-se no Nordeste de produção açucareira desde fins do século XVI, expandiu-se no século XVIII para as Minas Gerais com a extração aurífera e para a zona cafeeira do Vale do Paraíba em meados do século XIX. Essa forma produtiva e de exploração do trabalho existiu ainda em mais alguns pontos localizados como da produção

algodoeira no Maranhão e no Sul do Brasil. O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial.

No entanto, os períodos de crise ou de declínio inelutável dessas regiões provocam o fenômeno de uma transição regressiva ou da "regressão feudal", quando parte dos escravos são vendidos para zonas econômicas emergentes e outra parte permanece, com outros trabalhadores "livres" já existentes, numa "condição de servidão não codificada". Esse fenômeno da "regressão feudal" teria ocorrido no Nordeste em meados dos século XVIII, provocando a transferência de escravos para a mineração que, por sua vez, ao entrar em declínio, passou também por uma "regressão feudal" e forneceu escravos para a emergente cultura cafeeira. Ao contrário do que dizem seus críticos, Sodré vislumbra então no Brasil uma particular formação social que da regressão feudal vê emergir em outra parte um sempre fortalecido escravismo. E que da crise geral do escravismo observa a passagem para uma forma de feudalismo — sugerida no "colonato"— que não se completa, pois que deve já se defrontar com as questões postas pela revolução burguesa que pressiona para a formação do mercado de trabalho "livre".

Por outro lado, para Sodré, as vastas zonas de fronteira da conquista colonial, incluindo as missões jesuíticas e de criação de gado não podem mais que serem chamadas de "feudais". O feudalismo prevaleceria, assim, além de nas áreas de regressão, também naquelas áreas mais extensas do interior do continente, de menor densidade demográfica e menor peso político. Significa então que o Brasil colonial se caracteriza pela contemporaneidade do não coetâneo. Isso quer dizer que, embora a lógica histórica diga que são modos de produção que se sucedem, no Brasil escravismo e feudalismo convivem numa formação social compósita e segmentada, na qual a primeira forma aparece como mais avançada e a segunda como regressiva. E como que antevendo o equívoco conceitual grosseiro predominante na produção historiográfica que se seguiria, Sodré já chamava atenção para o risco de se confundir o grupo mercantil responsável pela colonização com burguesia mercantil e capital mer-

cantil com capitalismo.[25] Uma visão complexa, discutível e polêmica essa que Sodré construiu da formação social do Brasil, mas, sem dúvida, muito distante do "esquematismo", do "etapismo stalinista" e do "marxismo vulgar" que lhe quiseram impingir.

Nelson Werneck Sodré vê a "revolução brasileira" como sendo inequivocamente uma revolução burguesa. É esse um processo de múltiplas e sobrepostas dimensões, que está ainda — no momento em que escreve — em andamento. Num sentido mais amplo e geral, para Sodré, a revolução brasileira é constituída pelo desenvolvimento das relações capitalistas que permitiram a elevação da burguesia ao papel de classe dirigente e dominante. De maneira incerta e tortuosa as relações capitalistas começaram a se desenvolver desde a metade do século XIX, ligadas principalmente ao capital comercial, meio de inserção do Brasil no mercado mundial. Esse desenvolvimento capitalista apenas embrionário foi suficiente para mostrar a inviabilidade da manutenção do escravismo. A abolição e a mudança para o regime político republicano alteraram a forma da dominação da "classe senhorial" e enquanto uma grande parcela da força de trabalho sobrevivia em condições servis não institucionalizadas, outra parte começava a constituir um mercado de trabalho assalariado. O predomínio da grande propriedade territorial e o investimento massivo do capital estrangeiro em transportes e serviços públicos, que beneficiavam o capital comercial, dificultou a formação de uma burguesia nacional que teve seu esboço delineado somente na década de 20.

É precisamente nos anos 20 deste século que tem início o período que Sodré denomina de "estruturação da economia nacional" com a incorporação de novas técnicas produtivas e a gestação de um mercado interno. Elemento decisivo na história das lutas sociais no Brasil desde fins do século XVIII, quando incorporava a ideologia liberal da revolução burguesa, vinha sendo a pequena burguesia. Seu fortalecimento social e político nos anos 20 e seu acoplamento com a rebelião dos jovens militares, permitiram que essa camada social cumprisse o mais relevante papel na derrocada do regime das oligarquias, seu grande momento histórico, segundo Sodré.

A complexidade do processo, as oscilações próprias da classe média, a debilidade da burguesia e do proletariado, a insipiência das

lutas no campo impediram porém que a revolução de 30 tomasse caráter antilatifundiário e antiimperialista. O que ocorreu foi a incorporação da burguesia como associada no corpo das classes dominantes, compartindo o poder político com os latifundiários, tendo o proletariado emergido na cena política de maneira apenas subordinada. No entanto, o surto industrial estimulado ainda pela situação internacional de guerra acabou dando alento a burguesia como força social, abrindo-lhe novas possibilidades.

Embora o processo político da chamada revolução brasileira tenha tido início em 1930, é só na década de 50 que as condições socioeconômicas e políticas mostram-se suficientemente maduras "para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira".[26] É no campo, porém, segundo a análise de Sodré, que

> as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento a moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido.[27]

Mesmo vislumbrando as possibilidades da "via prussiana", Sodré insiste que a luta sociopolítica no Brasil gira em torno da contradição fundamental "entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava".[28] Para ser mais fiel a formulação de Lenin, o estudioso em questão — não citado —, a conclusão de Sodré deveria incidir no cerne teórico do problema, na questão da democracia e da hegemonia no processo revolucionário, subsumindo a questão nacional.

Após o final da guerra, seguindo a análise de Sodré, a pressão imperialista voltou a se fazer cada vez mais presente, assim como a pressão latifundiária, colocando a burguesia nacional diante de um dilema histórico: atuar no sentido de integrar o desigual e fragmentado mercado interno ou sucumbir a essa pressão conjugada. Alte-

rações na estrutura econômica do país revelam, sempre, segundo Sodré, a "presença de atos de vontade" e a "intenção do poder político". Dito de uma outra maneira, as perspectivas históricas do Brasil estariam na dependência da configuração de atos de vontade coletiva e de um poder político que permitissem planejar uma nova ordem social que pudesse contar com o mais amplo consenso e respaldo. A revolução burguesa no Brasil estava perto de seu desenlace, mas esse não era um enigma de solução única.

A aceleração do processo, particularmente após o suicídio de Vargas, associado "ao conjunto de transformações que ocorrem em nosso país na fase atual convencionou-se denominar Revolução Brasileira",[29] sendo essa uma revolução burguesa que se realiza na fase imperialista do capitalismo num país de economia colonial ou dependente. Essa realidade inegável caracterizava a atualidade e a particularidade da revolução brasileira, processo esse que de modo algum pode ser confrontado com os padrões originais de revolução burguesa. A revolução brasileira insere-se num amplo quadro histórico que pressupõe, obviamente, a acumulação primitiva interna do capital e a emergência das classes sociais antagônicas por um caminho particular que lembra a "via prussiana". Mas, até mesmo por isso, Sodré insistia que

> não é verdade apenas que as revoluções democráticas tem hoje alcance e conteúdo diferentes dos da revolução burguesa clássica; é também verdade peculiar ao caso dos países subdesenvolvidos ou dependentes, do tipo do Brasil, onde correspondem [...] ao quadro histórico da crise geral do capitalismo, da decomposição do sistema colonial, da presença e do fortalecimento da área socialista do mundo.[30]

Na análise de Nelson Werneck Sodré, a marcha da revolução brasileira vislumbrava a possibilidade e a necessidade histórica da construção de uma novo Estado nacional-popular que se colocasse no cenário mundial no pólo antiimperialista, aliado a área socialista, ainda que seu programa fosse centrado no desenvolvimento das forças produtivas do capital e que nele a burguesia cumprisse papel decisivo dentro de uma ampla aliança social. Tal Estado só poderia ter um peso considerável no mundo, com uma inserção efetivamente

soberana, se internamente tivesse um mercado integrado por uma produção industrial significativa e que contasse com um povo culto e saudável. As forças que bloqueavam esse projeto de nação eram fundamentalmente o mais arcaico latifúndio que se articulava com o imperialismo na economia (mas nem sempre) e no Estado. Dessa aliança faziam parte ainda amplos setores da alta burguesia, da burguesia comercial e da pequena burguesia que compunha a administração pública e os meios de difusão do pensamento.

Embora Sodré pensasse para o Brasil uma revolução nacional democrático-burguesa de caráter antifeudal e antiimperialista, tinha bastante clara a insuficiência de uma aliança operário-camponesa para o cumprimento de uma tarefa histórica desse porte. Era preciso compor uma aliança nacional-popular muito mais ampla que articulasse não só os vários estratos agrários em oposição ao latifúndio feudal com o proletariado industrial em franco crescimento numérico, mas também os mais amplos setores da pequena burguesia e da burguesia nacional. Mas diante da insipiência do movimento político dos trabalhadores do campo e da debilidade da organização sindical e política do movimento operário, a questão da posição política da pequena burguesia e da burguesia nacional passavam a ser decisivas. É em decorrência da correlação das forças sociais no campo nacional e popular que a *questão nacional* se define principalmente em torno do antiimperialismo.

Dentro dessa problemática mais ampla, a questão da burguesia nacional não se reduz à mera situação econômica, embora seja da maior importância e não possa ser desconsiderada. Sodré anota que "a burguesia opera como burguesia nacional segundo os problemas e as condições concretas que a afetam e com a fração afetada. [...] não cabendo esquemas a tal respeito".[31] Assim, a definição da burguesia como nacional não se dá apenas pela mera inserção no processo produtivo do capital, mas depende das opções políticas que ela encara como classe, ao se defrontar, por um lado, com a pressão imperialista, e, por outro, com o proletariado. A opção da burguesia, nessa situação, era de caráter político e cultural, opção com fundamentos e resultados econômicos, mas que se resumia na decisão de fazer parte ou não do povo-nação em construção.

Mas era a própria debilidade do movimento operário e camponês que induzia Nelson Werneck Sodré a crer que a maior parte da burguesia se postaria contra o imperialismo e a favor da revolução nacional-democrática, embora a justa compreensão do processo por parte dos revolucionários marxistas e a linha política derivada devesse cumprir um papel fulcral nessa definição. E, nesse quadro, o *nacionalismo*, movimento sociopolítico e cultural que passou a ganhar força a partir de 1957, poderia vir a constituir o cimento que consolidaria a ampla frente pelas reformas e que estimularia a formação de uma consciência e uma cultura nacional-popular em chave antiimperialista.

No entanto, se a burguesia podia, dentro de determinadas condições da luta social em curso, escolher entre fazer parte do povo brasileiro com outras camadas sociais, constituindo elemento ativo na construção de uma alternativa nacional-popular, poderia também, por outro veio, compor com o imperialismo. E a burguesia poderia ser levada, eventualmente, a essa segunda escolha se as contradições entre as forças sociais que, naquele momento histórico, definiam (ou poderiam definir) o contorno da nova nação e do povo brasileiros, viessem exacerbadamente à tona, contribuindo até mesmo para a liquidação das liberdades democráticas.

Mas no próprio desenvolvimento da revolução brasileira, visto ser essa uma revolução burguesa em fase de desenlace no momento de ampliada pressão imperialista e de existência de uma área socialista mundial, não se pode afirmar categoricamente "que essa ampliação de relações capitalistas terá, como coroamento fatal, admitido a priori, o reforçamento da burguesia, conferindo-lhe, na correlação das forças de classe, aquele primado que lhe permitiu auferir a maioria das vantagens de sua revolução clássica".[32] Nessas linhas, redigidas depois do golpe de 1964, Sodré já aventava a hipótese de a questão nacional ser mais importante para amplos setores burgueses enquanto para outras forças (entenda-se a classe operária e outras camadas populares) a *questão democrática* ganhava crescente centralidade. Aliás, Sodré havia já percebido anteriormente que "a defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende [...] ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas à compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento",[33] de onde "a

Sodré e PCB

manutenção e a ampliação do regime democrático aparece como imperiosa necessidade".[34]

Evidente que o núcleo da reflexão de Sodré está condicionado pelas múltiplas injunções da época histórica que sugeriam a indefinição do desenlace da revolução burguesa no Brasil, e essas incluíam os influxos do reformismo krusheviano no movimento comunista e as condições históricas do próprio marxismo no Brasil e no mundo. Agora, identificar pura e simplesmente, sem qualquer nuance, a reflexão de Nelson Werneck Sodré sobre a formação social brasileira e o tema da revolução, com a chamada tradição terceiro-internacionalista e aos documentos políticos do PCB, é incorrer no reducionismo ou esquematismo de que o acusam. Isso porque, embora Sodré —como marxista que é — enfatize a dimensão do econômico, sua análise, como se procurou sugerir, transcende o economicismo presente em vários documentos políticos do PCB, assim como a percepção meramente instrumental do fazer política. Além do que, não custa lembrar, por exemplo, que a reflexão de Nelson Werneck Sodré sobre o feudalismo colonial se aproxima muito mais de um José Carlos Mariátegui, marxista peruano que não só se opôs à imposição das diretrizes da IC stalinizada como ofereceu resistência à própria filiação do partido socialista marxista que fundara e dirigia àquele organismo, do que das formulações pretensamente universalizantes que vieram a predominar no PCB e em quase todos os partidos comunistas da América meridional.

É também inegável que o universo categorial utilizado por Nelson Werneck Sodré (como de resto era o caso do conjunto do marxismo brasileiro daquele momento) não foi suficiente para desenvolver algumas análises bastante promissoras presentes em vários de seus textos. É o caso da questão da construção de uma cultura nacional-popular como elemento essencial no processo da revolução brasileira tal como ele a pensava, até para que melhor se definissem os pontos possíveis de ultrapassagem da própria revolução burguesa. Não conseguiu (ou não pode) melhor delinear a questão da hegemonia do processo revolucionário, até porque seus limites eram os limites do marxismo de seu tempo.

A derrota histórica das forças nacional-populares em 1964 significou também a derrota da concepção teórica da "revolução

brasileira" tal como a concebia Nelson Werneck Sodré e, com algumas nuanças, o PCB e a maioria dos militantes marxistas brasileiros. Na verdade, a visão do Brasil de Nelson Werneck Sodré perdurou apenas na política de frente única que continuou a nortear a ação política dos comunistas do PCB até os estertores dessa organização já nos anos 80, tendo ocorrido, no entanto, um importante deslocamento de foco, já antecipado pelo próprio Sodré, passando-se da centralidade da questão nacional (e do antiimperialismo) para a centralidade da questão da democracia. Por outro lado, sua compreensão e suas hipóteses sobre a natureza da formação social brasileira foram quase que totalmente abandonadas, embora se saiba que a concepção teórica do processo revolucionário não possa ser dissociada daquela análise.

3. *Caio Prado Jr. e a crise da revolução brasileira: releitura e diluição*

No próprio processo de avanço da "revolução brasileira", desde o final da década de 50, a até então inconteste hegemonia do marxismo pecebista começou a se confrontar com outras formulações. Os aspectos mais criticamente visados da teoria política pecebista foram a existência de um feudalismo brasileiro e a possibilidade de uma burguesia nacional com postura antiimperialista. Uma das fontes mais importantes de crítica veio compor uma concepção difusa que poderíamos chamar — lembrando Lenin — de "marxismo de cátedra", até mesmo em função de seu ecletismo teórico e da forte convergência com a reflexão liberal-democrática marcada pelo evolucionismo.[35]

O "marxismo de cátedra", ainda que com diversos matizes, se configura em torno de alguns avatares teóricos como a "teoria da dependência" e o "populismo". Emblemáticos dessa tendência são os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*,[36] que procura demonstrar a inexistência de uma burguesia nacional com propensão antiimperialista, e *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (escrita com o chileno Enzo Faletto),[37] que se opõe às teses estagnacionistas e sugere que ocorre

sim um desenvolvimento capitalista na América Latina, apenas que dependente e associado aos capitalismos centrais.

Uma das conclusões políticas possíveis dessa concepção é que em função da dificuldade — ou inviabilidade — de uma revolução, decorrente da insuficiência das forças sociais, o processo histórico deveria se encaminhar para a realização de uma democracia liberal e uma renegociação dos vínculos de dependência, para o que o "autoritarismo" representaria um óbice. Os estudos de Francisco Weffort sobre o "populismo" também se apegam ao paradigma liberal-democrático, pois que, para esse autor, no decorrer do período "populista", não se conformaram classes sociais claramente definidas, mas apenas "massas" acopladas a um "Estado de compromisso", no qual o PCB exerceu papel ativo. O problema parece ser sempre a dificuldade de realização de uma democracia liberal, ainda em função da imaturidade das classes sociais e da ausência de organizações sociais intermediárias entre Estado e massas.[38]

Por outro lado, o surgimento de novas organizações políticas marxistas indicavam uma contestação à política pecebista pela esquerda, assim como a diferenciação e fragmentação do próprio marxismo brasileiro. Poderíamos qualificar genericamente como marxismo de esquerda toda essa área cultural que postou-se à esquerda do PCB e de sua concepção teórica de revolução, incluindo não somente as novas organizações surgidas no início da década de 60, como todas as correntes que romperam com o partido de Prestes entre 1966 e 1968. Essa diferenciação ideológica no seio da esquerda — incluindo a persistência do trotskismo e o surgimento de uma esquerda católica — não pode ser dissociado do próprio desenvolvimento capitalista no Brasil, mas deve também considerar o influxo da crise e reorganização do socialismo de Estado, dos eventos na China e Vietnã, da revolução argelina e muito particularmente da revolução cubana e seus desdobramentos.[39]

De uma forma geral, esse diferenciado marxismo de esquerda convergia na negação de qualquer papel revolucionário da burguesia, na observação da tendência da economia brasileira à estagnação, na visão de que o elo fraco da ordem encontrava-se no campo, de que a ditadura militar era a única forma política capaz de preservar o poder das classes dominantes e os interesses imperialistas e que a instauração de um "governo popular revolucionário" (recuperando a divisa da ANL) demandaria formas de luta armada. Embora não tivesse sido suficientemente aprofundada a questão sobre um possível nexo entre revolução democrático-popular e revolução socialista ou então dos momentos de aproximação da revolução socialista, todas as tendências tinham em conta a importância do tema do antiimperialismo.[40]

Os autores mais significativos que inicialmente tentaram sistematizar alguns pontos dessa perspectiva do marxismo de esquerda foram Theotonio dos Santos com *El nuevo caracter de la dependencia*[41] e Rui Mauro Marini com *Subdesarollo y revolución*,[42] numa tentativa de fundamentar a crítica que vinha sendo feita à política do PCB e de sua teoria da revolução. O objetivo era o de atualizar a teoria do imperialismo fazendo uso de algumas categorias bastante presentes nas ciências sociais e políticas da época, como "dependência" e "subdesenvolvimento", apenas com outros significados.

Dois livros muito influentes que alimentaram e inspiraram a crítica do marxismo de esquerda à política pecebista, embora tivessem outro ponto de vista teórico, ambos publicados em 1966, foram *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de Celso Furtado, e *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr. O primeiro previa uma época de estagnação econômica no continente, a menos que fossem autonomamente redefinidas as amarras que o ligavam ao mercado mundial. O segundo, também de fundo estagnacionista, procurava "desmistificar" a formulação teórica predominante entre os comunistas. O sucesso do trabalho de Caio Prado Jr., em parte, deveu-se ao fato de ter sido publicado num momento de grande acirramento do debate ideológico que procurava acuar a teoria consolidada do PCB, com a qual nunca esteve de acordo.

Membro de influente família da oligarquia do café de São Paulo, Caio Prado Jr., desde muito jovem rebelou-se contra a dominação oligárquica, inicialmente juntando-se às fileiras do Partido Democrático, apoiando a Aliança Liberal de Getúlio Vargas. Filiado ao PCB em 1931, foi dirigente de destaque na ANL paulista em 1935 e deputado estadual em 1946. Nunca tendo se afastado da organização co-

munista, embora tenha mantido permanente polêmica por jamais ter estado de acordo com as formulações teórico-políticas predominantes, Caio Prado Jr. dedicou-se principalmente aos estudos históricos dos quais retirava os argumentos para o debate político.

Seu trabalho mais importante foi *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de 1942, projeto de fôlego que ficou lamentavelmente restrito apenas ao primeiro volume, dedicado ao período colonial. Título sugestivo de sua perspectiva teórico metodológica de buscar no processo histórico as origens e significados dos problemas do presente. É nesse livro, particularmente no capítulo de abertura chamado "O sentido da colonização", que Caio Prado Jr. sintetiza sua visão da natureza da formação social brasileira. Nessas páginas, Caio Prado Jr. aprofunda a tese já lançada em obra anterior, a *Evolução política do Brasil e outros estudos*, de 1933, sobre o caráter mercantil do surto marítimo e colonial lusitano, segundo ele, "[...] provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros [...]".[43]

Para o historiador paulista a colonização dos trópicos confunde-se, desde o início, com uma empresa comercial capitalista que deve encontrar um produto a ser comercializado com altos lucros no mercado mundial em formação. Como o produto inicialmente identificado foi o açúcar, que exige amplas área de cultivo, formou-se a grande propriedade territorial produtora de uma única mercadoria, e como mostrou-se claramente inviável a adaptação dos povos autóctones para o processo de trabalho exigido, assim como a transferência de trabalhadores em número minimamente necessário, obrigou-se, a empresa colonial, a adotar a força de trabalho africana escravizada.

Mesmo sendo impossível que nos alonguemos aqui nesse tema tão importante, é visível como Caio Prado Jr. parte e se prende ao paradigma do ethos capitalista, comprometendo assim a análise da própria historicidade da formação social em processo. Veja-se, por exemplo, como identifica na "sede de lucros" a motivação da "empresa" que erige um "capitalismo comercial e colonial", como observa no senhor de engenho um "empresário" *avant-la-letre* ou como identifica como "grandes burgueses nacionais" a classe dominante de meados do século XIX. Assim, para Caio Prado Jr., se observar-

mos não só o sentido mercantil da colonização portuguesa, mas também

> se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção ou considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.[44]

O que pode ser observado através das lentes de Caio Prado Jr. é que a trajetória histórica do Brasil se confunde com um indiferenciado "capitalismo colonial", sem vida própria, reflexo dos anseios do mercado mundial. Estranho e particular economicismo de mercado propalado pelo persistente analista da realidade brasileira indicado pela afirmação: "A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização."[45]

Das dificuldades discerníveis no campo teórico, de método e do universo categorial que contraria formulações essenciais do marxismo "clássico" é que advêm os problemas maiores na reflexão sobre o tema da "revolução brasileira" e que implicam a diluição de um projeto qualquer de poder. Para Caio Prado Jr., revolução "são esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, [...]".[46] No campo teórico do marxismo, essa concepção de revolução, na mesma medida em que se afasta da concepção lenineana, por exemplo, se aproxima bastante da visão reformista predominante na Segunda Internacional, particularmente em Bernstein.

Essa observação parece se confirmar no momento em que Caio Prado Jr. procura desqualificar a validade de se questionar científica e politicamente o "caráter" ou a "natureza" da revolução em curso, advogando que só saberemos a resposta ao final do processo, composto por lutas e objetivos imediatos que prescindem de qualquer ligação com o objetivo histórico do socialismo. Parece dizer que o objetivo final para pouco ou nada serve diante das agruras da luta

econômica cotidiana, reafirmando o equívoco do poeta que avisava ao caminhante que em não havendo caminhos, esses seriam construídos no próprio ato de caminhar (mesmo sem se saber para onde?, poderia ter respondido o caminhante na ocasião).

Na verdade, desde o início, a concepção teórica de revolução brasileira de Caio Prado Jr. menospreza a questão crucial de toda a revolução que é a tomada do poder político por uma classe ou aliança de classes em detrimento de outra(s). O historiador em foco resgata, não se sabe com que grau de consciência, a noção de revolução expressa pelo ensaísta liberal-democrata Sérgio Buarque de Hollanda quando, ainda na década de 30, observava "[...] uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional",[47] acrescentando que "a grande revolução brasileira não é um fato que se registre em um instante preciso; é antes um processo demorado [...]".[48] Para Caio Prado Jr. a atualidade da "revolução brasileira" estaria em fazer as contas com as etapas anteriores desse processo evolutivo, "a Independência política, a supressão do tráfico africano, e os dois corolários que daí derivam diretamente, a saber, a imigração de trabalhadores europeus a partir sobretudo do terceiro quartel do século passado, e a abolição do trabalho escravo".[49]

No momento em que escreve, Caio Prado Jr. procura enfatizar a situação concreta de estagnação do processo revolucionário, em boa medida decorrente daquilo que ele vislumbra como graves equívocos na interpretação da realidade brasileira e da teoria revolucionária. Seria essa a explicação principal para a derrota histórica das esquerdas e do marxismo ocorrida em 1964. Mas, em vez de se empenhar na crítica do que havia de mais avançado no arsenal teórico-político do interlocutor (como sugere o próprio método crítico-dialético), Caio Prado Jr. se esmera fundamentalmente no debate com o senso comum da cultura política predominante dos comunistas brasileiros. Desse modo são menosprezadas as teorizações de Nelson Werneck Sodré ou mesmo de Ignácio Rangel ou Alberto Passos Guimarães, facilitando a transmissão da falsa percepção de que esses autores se identificassem de forma plena com aquele senso comum.

Caio Prado Jr. percebe e enfatiza que, ao se abordar o senso comum da cultura política dos comunistas, "tem-se a impressão de estar vogando nas águas do velho Augusto Comte [...], ou de um Spencer [...]. Isso é, de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais".[50] Numa atitude pouco comum no seu tempo, critica as formulações do VI Congresso da IC para a América Latina, a atividade do BSA/IC e a teoria da revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista. Para Caio Prado Jr. não haveria quaisquer "restos feudais" a serem estirpados na formação social e econômica brasileira, até porque em momento algum teria havido um feudalismo nessas paragens, e nem haveria um campesinato propriamente dito, definidor da existência de relações feudais, segundo as entendia. Persistente no Brasil, teriam sido, segundo esse autor, os restos do antigo escravismo mercantil, particularmente no que tange às condições de trabalho, e não os "restos feudais" referidos nos documentos do PCB. Daí resulta que o eixo da luta política no campo não é a luta pela partilha da terra e sim onde "[...] se encontram os pontos nevrálgicos do processo revolucionário em curso. A saber, a luta reivindicatória dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho e emprego".[51]

Ora, parece claro então que para Caio Prado Jr., se o Brasil é, desde as origens, uma grande empresa capitalista inserida no mercado mundial, não há qualquer sentido em se falar de revolução burguesa. Eis porque a luta política dos trabalhadores deve se resumir em tentativas de melhoria das condições de vida dentro dessa "grande empresa". E como as piores condições de vida encontram-se no mundo agrário, é aí que se encontra o cerne do problema da "revolução brasileira". De uma forma até certo ponto paradoxal, mesmo acentuando a inerência capitalista do ser histórico do Brasil, Caio Prado Jr. termina por enfatizar o "atraso" e o mundo agrário na condução do processo sociopolítico, convergindo então, pelo menos nesse aspecto, com o viés "oriental" da formulação política do PCB, predominante em 1930-34 e 1950-54 e que ele tanto critica.

Da mesma maneira que se volta contra a hipótese de um feudalismo no Brasil, Caio Prado Jr. ataca a idéia da possível existência de uma burguesia nacional com postura antiimperialista. A raiz do

equívoco, mais uma vez, estaria localizada no *Programa da IC* aprovado no VI Congresso e na generalização proposta que envolve numa mesma perspectiva os países da Ásia e da América Latina. A diferença fundamental entre as duas áreas, segundo anota Caio Prado Jr., é que a primeira confrontou com o imperialismo sociedades antigas constituídas inteiramente à parte e que sofrem a penetração do capital imperialista, enquanto a segunda (que inclui o Brasil) foi conformada "dentro de um sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, [...], e por força das mesmas circunstâncias [...], que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina".[52] É a mesma natureza congenitamente capitalista da formação social e econômica brasileira que a mantém umbilicalmente atada ao imperialismo, sendo daí decorrente o fato de também a burguesia encontrar-se inapelavelmente atada ao imperialismo, o que não seria o caso do Oriente, onde essa camada social poderia assumir postura contrária à presença dominante do Ocidente.

Se não existem então "restos feudais", não existe também uma oligarquia agrária de caráter pré-capitalista a ser desarticulada, do que resulta que "os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária"[53] que não tem qualquer interesse fundamentalmente conflitivo com os setores burgueses urbanos. E o conjunto da burguesia — rural e urbana — tem relações de complementaridade com o capital estrangeiro que é, em geral, bem-aceito no interior da economia brasileira. Na análise de Caio Prado Jr., o conflito e a diferenciação no seio da burguesia não ocorre em função da presença imperialista ou da contradição cidade–campo, mas "[...] se prende ao papel desempenhado pelo Estado, ou antes pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital por meio do favorecimento pelo poder público de interesses particulares",[54] vindo a constituir um "capitalismo burocrático". Essa facção da burguesia ancorada ao Estado e que "[...] encontra aliados naturais em grupos pertencentes a outras categorias sociais (classes médias e mesmo trabalhadoras) [...]", pode contar com um relativamente amplo respaldo popular (principalmente urbano) em função mesmo da facilidade

com que se identifica com os interesses gerais e "pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores sem se expor diretamente e comprometer seus interesses".[55]

Assim, "o capitalismo burocrático é levado a posições que, de certa forma e numa perspectiva imediata, se aproximam das tendências progressistas e populares da política brasileira".[56] Pelo contrário, a facção fundamentalmente identificada com o mercado, além de se confrontar diretamente com os trabalhadores, é onerada pelo paternalismo estatal do capitalismo burocrático sendo "[...] sempre o maior contribuinte do fisco, e isso sem nenhuma compensação".[57] Por conseguinte, Caio Prado Jr. contesta veementemente os dois pilares sobre o qual se sustenta a teoria da revolução brasileira forjada pela predominante cultura política da esquerda, qual seja a recusa dos resquícios de escravismo e feudalismo e, principalmente, a centralidade do antiimperialismo, priorizando por sua vez a conflitualidade intraburguesa e a questão da relação Estado–economia.[58] A esquerda teria se equivocado precisamente ao fechar os olhos para as mazelas do "capitalismo burocrático" e na sua identificação com uma pretensa burguesia nacional, não percebendo que o outro setor burguês mobilizava as massas para o golpe de Estado vitorioso em 1964.

Mas se, como já vimos, "[...] é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa",[59] e o que está em jogo não é a alteração das relações de propriedade e sim a melhoria das condições de emprego (ou de venda da força de trabalho, como seria mais adequado dizer), o eixo da "revolução brasileira", na acepção de Caio Prado Jr., volta a se deslocar para o mercado. A concentração fundiária, visto ser falsa a reivindicação pelo parcelamento da propriedade da terra, serve, nos fatos, apenas para deprimir o poder de contratação do trabalho.

O esfacelamento da grande propriedade agrária seria dessa forma tão-somente a decorrência da "acentuação e o desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego",[60] que eliminaria as "empresas" sem condições de se adaptar às exigências do mercado. A intervenção estatal dar-se-ia, tão-somente,

visando "[...] assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação a extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado".[61] Garantia de direitos de cidadania no mercado capitalista, diríamos hoje!

Embora Caio Prado Jr. considere que "[...] a iniciativa privada [...] é insubstituível" e que "[...] a implantação do socialismo [...] é desde logo irrealizável no Brasil",[62] julga imprescindível o planejamento e a intervenção do "poder público" tendo em vista "[...] uma distribuição mais eqüitativa de recursos financeiros e dos proventos e benefícios derivados das atividades econômicas".[63] A intervenção estatal na economia seria também da maior importância no que se refere às relações externas. A fim de se evitar a evasão de divisas e da riqueza produzida no país seria essencial o controle das contas e fluxos financeiros externos e o monopólio estatal do comércio exterior. Dessa maneira (e de maneira análoga à leitura da questão agrária), a centralidade do tema do antiimperialismo fica diluída no problema da intervenção do "poder público" na defesa do desenvolvimento interno do capitalismo, mais uma vez, não implicando a transferência de propriedade do capital imperialista para o Estado brasileiro, embora o conflito redundasse inevitável (no mercado?).

Como, para Caio Prado Jr., a discussão sobre a natureza da "revolução brasileira" é irrelevante, fica-se sem saber também qual seja a natureza desse "poder público", ainda que ele insista na necessidade desse mesmo poder ser pressionado por uma aliança do proletariado rural com o proletariado urbano, facilitada pela recente origem rural dos trabalhadores da cidade. Aliás, nessa compreensão, um inesperado desdobramento positivo do golpe de 1964 [sic] acabou ocorrendo: "O capitalismo burocrático sofreu um grave revés e se acha momentaneamente prostrado. E, com sua derrota, destruiu-se o sistema e interrompeu-se o processo em que o movimento operário se viu envolvido e em que se comprometia cada vez mais."[64] A partir dessa nova situação, a construção da aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade em bases autônomas estaria facilitada, direcionando-se a atividade dos revolucionários para a organização sindical e política. Caio Prado Jr. fala em evitar o isolamento social, mas não explicita com que outras camadas se consumaria a aliança proposta.

Em suma, a tarefa da revolução brasileira, para Caio Prado Jr., consiste na criação de uma economia efetivamente nacional e em civilizar o capitalismo. E, ao ancorar-se pesadamente nas determinações econômicas e elidir assim a questão do poder político e, por conseqüência, também a questão da democracia, não pode reconhecer que o processo que analisa e descreve refere-se a uma transformação capitalista e portanto uma revolução de cunho e conteúdo econômico e social burguês. Ao fim das contas, na sua análise o processo se resume ao movimento, pouco importando o conteúdo, o que faz com que o horizonte socialista simplesmente se dilua na bruma. Passa mesmo a impressão que Caio Prado Jr. está a descrever e a projetar a continuidade de uma revolução burguesa que Gramsci não hesitaria em classificar como "revolução passiva", aquela em que as classes subalternas são incapazes de formular um projeto de poder e de hegemonia, limitando-se a fazer valer alguns de seus interesses pressionando o Estado existente que se sente obrigado a reorganizar-se.

Apesar disso, muitos foram os intérpretes pela "esquerda" desse texto, entendendo que se o Brasil era já um país capitalista onde não havia uma burguesia nacional antiimperialista, o caráter da revolução não poderia ser senão o de uma revolução socialista concretizada por uma aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade, por sua vez conduzida por uma vanguarda política provavelmente armada. Mas houve também a leitura mais correta, pela "direita", e que percebeu na obra de Caio Prado Jr. o potencial de convergência com algumas formulações liberal-democratas (como a de "capitalismo burocrático") e keynesianas (no plano da programação econômico-social). Na verdade, foi essa segunda vertente intelectual (liberal-democrata e keynesiana) que fez de Caio Prado Jr. um tardio vitorioso, irônica e particularmente na academia da qual ele sempre esteve excluído por sua identificação com o marxismo e com o PCB. Hoje sua visão de Brasil como país originado e inserido (eternamente?) num sistema histórico definido pelo mercado capitalista é tida quase como definitiva e inconteste.

O aprofundamento da militarização do poder estatal a partir de fins de 1968, assim como seus desdobramentos, tiveram algumas implicações decisivas para a reflexão sobre o tema da revolução no Brasil. Antes de tudo, a aceleração da acumulação do capital demonstrou a cabal falsidade das teses estagnacionistas. Essa situação veio se juntar à derrota estratégica da idéia de luta armada e guerra revolucionária. Embora as organizações políticas identificadas num vago marxismo de esquerda criticassem com ferocidade a orientação política do PCB, persistia no campo teórico do predominante marxismo brasileiro, nucleado na idéia de antiimperialismo.

Não só o PCB e as organizações que propugnavam a resistência e a luta armada contra a ditadura militar sofreram com a violência estatal. A intelectualidade que se postava nas universidades, que sorvia o fluxo da cultura marxista e que alimentou a vontade e o conhecimento de boa parte da juventude que se sacrificou enveredando-se pela via das armas e da clandestinidade também foi severamente punida com a perda do direito de trabalho e com o exílio. Um deles, intelectual militante de grande destaque acadêmico foi Florestan Fernandes. Embora, em sua colocação institucional, se misturasse com intelectuais que ele mesmo chamava de "socialistas de cátedra", desde cedo procurou diferenciar-se dessa área, a qual criticava com veemência por privilegiar a carreira acadêmica e por deixar-se enredar em todos os "modismos" produzidos pelo "marxismo ocidental".

Identificado com as classe subalternas, até mesmo pela sua origem social (era filho de lavadeira), Florestan Fernandes aproximou-se ainda bastante jovem (em 1939) do recém-composto Partido Socialista Revolucionário (PSR), um pequeno agrupamento marxista que, inspirado no ideário de Trotski, opunha-se à perspectiva então predominante no PCB de apoiar o industrialismo burguês. A fragilidade da esquerda organizada, o sectarismo predominante entre os marxistas e a repressão vigente no Estado Novo fizeram com que Hermínio Sacchetta, então jornalista da *Folha da Manhã*, com alguma facilidade, persuadisse Florestan Fernandes a ingressar na vida universitária.

Formado em Ciências Sociais em 1944, Florestan Fernandes seguiu a carreira acadêmica, estudando as sociedades indígenas e, em seguida, a questão da (des)integração dos ex-escravos negros na sociedade de classes. Professor universitário que apregoava uma sociologia militante e transformadora, insistia no papel da Ciência para a resolução dos problemas nacionais. Florestan Fernandes percebia que a idéia de "revolução brasileira", tão presente na cena político-cultural do país no primeiro lustro da década de 60, era freqüentemente deturpada pela ausência de perspectiva histórica, com o predomínio de "[...] uma ingênua mistificação da natureza do processo global, raramente entendido como autêntica *revolução burguesa*".[65] E tinha dessa revolução burguesa uma expectativa bastante otimista:

> Nossa débil "revolução burguesa" constitui, por enquanto, o único processo dinâmico irreversível que abre algumas alternativas históricas. Não só representa a única saída que encontramos para a modernização sociocultural. Contém em si novas dimensões de organização da economia, do Estado e da sociedade, a difusão e o fortalecimento de técnicas democráticas de organização do poder e da vida social, novas bases de integração da sociedade nacional, etc.[66]

Em 1969, foi destituído de sua funções na USP pela violência discricionária da ditadura militar. A humilhação sofrida e o novo desafio intelectual apresentado reaproximaram Florestan Fernandes das preocupações mais diretamente relacionadas ao marxismo e à revolução. No exílio dos primeiros anos 70, resgata seu vínculo juvenil com o marxismo, debruçando-se sobre as obras "clássicas" dessa tradição, mas partindo agora de um sólido alicerce teórico sociológico, do qual nunca se desfez. Sua primeira aproximação com o marxismo ocorrera pelo influxo teórico de Trotski, do qual incorporou principalmente a formulação do desenvolvimento desigual e combinado e a visão da atualidade permanente da revolução socialista. Sua leitura do imperialismo está muito mais próxima das formulações de Rosa Luxemburg, com sua compreensão do imperialismo como movimento intrínseco à acumulação do capital, do que da hipótese lenineana da fase suprema do capitalismo. A ênfase esperançosa na auto-atividade das massas, mais uma vez, aproxima Florestan de Rosa.

Por tempos, Florestan Fernandes acreditou na revolução fundamentada na questão agrária nos países da periferia capitalista, estabelecendo pontes de simpatia com as idéias de Mao e os processos revolucionários da Ásia oriental. O impacto do discurso da construção do "homem novo", produzido por Guevara e pela revolução cubana, marcaram sobremaneira a concepção de revolução (e de educação) de Florestan Fernandes. Mantendo o ecletismo, ele optou por fazer uso de todo o cabedal teórico do marxismo "clássico" (em vez de se envolver no temário proposto pelo "marxismo ocidental") e com ele entabular uma audaciosa análise da formação social brasileira e da revolução burguesa, sempre com o fito de pensar uma outra revolução: a socialista. Nesse processo, Florestan mudou radicalmente sua avaliação sobre os conteúdos e significados da revolução burguesa na América Latina e Brasil. Um primeiro e forte indício desse passo foi a publicação, em 1973, de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*,[67] onde as potencialidades da revolução burguesa na periferia já aparecem revisadas.

Sua obra mais importante, no entanto, aquela na qual redefine sua compreensão da realidade brasileira, sob o evidente impacto da fase mais terrível da ditadura militar, foi *A revolução burguesa no Brasil*, apresentada ao público em fins de 1974, tendo-se constituído na última grande tentativa de reflexão teórico-política sobre o tema da revolução no Brasil.[68] Contribuiu para catalisar o debate da esquerda marxista que se esforçava para acumular forças no combate à ditadura e estimulou o envolvimento da intelectualidade na militância política para além dos muros da Universidade.

A formulação teórica de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente e a revolução burguesa no Brasil ocorreu particularmente sob o influxo da revolução cubana e da derrota de 1964 e nas circunstâncias da crítica da teoria da revolução nacional democrático-burguesa subjacente à ação política do PCB. O conjunto das críticas convergia para a negação da hipótese de um passado feudal na forma social brasileira e também para a negação da existência de uma facção burguesa que servisse de protagonista da revolução nacional e democrática. Hoje é perceptível que a matriz da "teoria da dependência", desenvolvida pelo "marxismo de cátedra", desdobrou-se, simplificadamente, em duas vertentes: a primeira, na qual se enquadram Florestan Fernandes e algumas facções políticas de esquerda marxista, que não vêem outra saída para a crise brasileira que não seja a revolução socialista; e outra, na qual se encaixa Fernando Henrique Cardoso e largas faixas da intelectualidade liberal-democrática, que julga ser a "dependência" algo inelutável.

A postura crítica em relação à visão de Brasil e de revolução da cultura pecebista acaba por aproximar Florestan Fernandes de algumas formulações de Caio Prado Jr., mesmo sendo uma crítica de "esquerda" e não de "direita" como a do historiador paulista. Embora fazendo referência a um "modo de produção escravista" servindo "como base material da ordem escravocrata e senhorial",[69] Florestan Fernandes enfatiza muito "o problema da conexão do capitalismo comercial com o escravismo colonial e mercantil".[70] O nexo colonial e mercantil do escravismo no Brasil se resolvia na necessidade de

> produzir e reproduzir um butim, a ser compartilhado pelo senhor, pela Coroa e seus funcionários, pelos negociantes metropolitanos e ultrametropolitanos. Esse butim, no plano em que se dava a partilha colonial dos frutos da pilhagem, perdia qualquer ligação com suas origens. Aí, nem a produção escravista nem a propriedade do senhor contavam para qualquer efeito.[71]

Enquanto na metrópole ocorria uma revolução econômica parcialmente alimentada pelo pilhagem, na colônia se reproduzia uma ordem senhorial e de castas. Buscando circunscrever a particularidade da ordem social subjacente ao escravismo colonial e mercantil, Florestan Fernandes não pôde aceitar que no Brasil existisse apenas um redivivo escravismo e menos ainda supor a presença de relações feudais (como nas teses de Nelson Werneck Sodré). Para contornar as dificuldades, Florestan Fernandes se vê obrigado a apelar para um universo categorial diverso e estranho ao marxismo. Para explicar a ordem social da época colonial, Florestan Fernandes incorpora o conceito de patrimonialismo que está acoplado ao entendimento que Max Weber tinha do problema do feudalismo. Toda a empresa colonial seria obra de vassalos do Estado patrimonial português que visavam transplantar a ordem social original cuja base

é a posse da terra. A introdução necessária do trabalho escravo africano altera o projeto original alterando também a forma da sociedade estamental.

A crise política do antigo sistema colonial, acoplada às revoluções burguesas, permitiu a internalização do escravismo mercantil que pôde então desenvolver todas suas potencialidades. A partir daí a apropriação dos frutos do trabalho escravo passava a ser "[...] determinada a partir de dentro e regulada pelos interesses coletivos da aristocracia agrária",[72] tendo ocorrido uma alteração fundamental apenas na condição da classe dominante local, liberada do nexo colonial, o que, de todo modo, permitiu que se processasse internamente a acumulação do capital mercantil. Esse período que durou até 1870, durante o qual se formou Estado nacional, é o primeiro patamar da revolução burguesa no Brasil, assim como é o período de transição para a ordem neocolonial que surgiu com o capitalismo dependente e a ordem social competitiva.

Para Florestan Fernandes o capitalismo dependente surge articulado então com a emergência da fase monopolista (ou oligopolista) nas zonas de capitalismo competitivo original, configurando uma ordem neocolonial na periferia que reproduz uma sociedade competitiva. A pressão do dinamismo do mercado mundial em expansão opera para a formação do capitalismo dependente da mesma maneira que a acumulação interna do capital comercial. O capitalismo dependente formado por essa conjunção se caracteriza pela reprodução e reciclagem das estruturas coloniais herdadas do passado escravista, preservando a exclusão e a exploração daqueles que constituem os estamentos inferiores da vida social. Nessa condições a burguesia (e a revolução burguesa) só se desenvolve recebendo os influxos emanados do capitalismo monopolista e imperialista, reorganizando os elos de dependência externa. Ao mesmo tempo que atualiza as estruturas coloniais internas herdadas, introjeta novas, próprias da específica forma capitalista dependente. A convivência conflitiva de diversas forças sociais dominantes em graus variados "[...] acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si".[73]

Florestan Fernandes conclui que a iniciativa política autônoma da burguesia, tendo em vista a revolução nacional e democrática, é

então impossível, dada sua origem associada à oligarquia agrária e ao imperialismo. Nessa variante dependente de desenvolvimento capitalista, a dominação burguesa tem que impor-se de maneira autocrática, única forma de manter o controle sobre os despossuídos e evitar a revolução "contra a ordem". Em assim sendo, a "democracia burguesa" não pode ser mais que limitada e restrita, já que um processo efetivo de democratização, que ponha as massas proletárias e marginalizadas em movimento, não favorece a burguesia, como no caso das revoluções nacionais e democráticas originais, mas, ao contrário, corre o risco iminente de voltar-se de imediato contra a própria ordem burguesa.

A análise de Florestan parece resvalar com alguma freqüência para uma oposição meramente formal entre democracia e autocracia, entre classe operária, "despossuídos" e "excluídos" de um lado e burguesia e imperialismo de outro, definindo um termo em oposição ao outro e passando por cima das contradições, não só entre as classes, mas entre classes e seus aliados e no interior das próprias classes. Ademais, etimologicamente, autocracia é expressão adequada ao poder absoluto de um indivíduo e não se presta tão bem para definir o poder de uma classe social.

Entende-se então que no raciocínio de Florestan Fernandes, a revolução nacional e democrática tem a burguesia como agente propulsor e beneficiário apenas nas fases de implantação da ordem competitiva. Mas, sob o domínio do capitalismo monopolista imperialista, a própria ordem competitiva gestada tardiamente por conta dos limites do escravismo mercantil, encontra-se sob risco ao defrontar-se com o problema da irrupção dos "excluídos" e com a necessidade de uma acumulação de capital que, partindo de patamares baixos, precisa transitar com rapidez e dentro da ordem, para a forma monopolista e dependente de dominação burguesa. Em casos como esse do Brasil, a revolução nacional e democrática só pode ser produto da pressão dos "de baixo", interseccionando-se então imediatamente com a questão da revolução "contra a ordem". Assim, num desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, os tempos se sobrepõem e se aceleram, permitindo a emergência concreta do tema da revolução socialista.

Florestan Fernandes nota que o "mercado livre" nos países de capitalismo competitivo original é um produto da revolução nacional, mas que, no caso brasileiro, foi uma conquista da luta da classe operária nos anos 10 e 20 do século XX, que a fórceps abriu seu espaço como trabalhadores na ordem competitiva que tanto preservava da antiga ordem escravista. Mas a formação de um mercado de trabalho "livre" não seria também do interesse da burguesia industrial? Nas décadas seguintes, a classe operária constituiu-se, na melhor das hipóteses, em cauda do radicalismo burguês, ou então viu-se submetida à ordem institucional da chamada autocracia burguesa.

A insuficiente auto-atividade das massas proletárias, em certa medida, explicaria o papel do PCB, que não conseguiu se constituir em partido revolucionário. Nesse período de concretização da revolução burguesa, a partir da década de 30, a tarefa política do movimento operário socialista era precisamente agir no sentido da realização da revolução nacional democrática e na configuração do proletariado como classe em si. Circunscrito ao quadro da "revolução dentro da ordem", nessa fase, o movimento operário só poderia propor o programa socialista da "revolução contra a ordem" como elemento educativo que serviria de arcabouço de resistência à exploração do capital.

A fragmentação dos interesses burgueses no período de transição para o capitalismo monopolista no Brasil fez com que a burguesia, ou setores dela, conduzissem a revolução nacional sob pressão das classes despossuídas. Mas uma revolução nacional que jamais se fez acompanhar do tema da democracia e da igualdade. Pelo contrário, em nenhum momento a burguesia arriscou conceder espaços que a levariam a um confronto com o imperialismo, deixando-a exposta ao risco de sucumbir diante da irrupção de uma "revolução contra a ordem".

A esse ponto da argumentação de Florestan Fernandes, seria o caso de questionar se poder-se-ia ainda qualificar de autocrático o poder burguês e se as fissuras e as contradições no seio das classes dominantes não poderiam dar passagem para formas mais democráticas de direção política do processo de revolução burguesa e de uma maior resistência ante a pressão imperialista. Mas a ausência de uma abordagem do Estado e da política, de programas, de sujeitos coletivos que se formavam e tiveram seu desenvolvimento bloqueado não permite

esse passo, e isso a fim de garantir a análise do processo econômico social a partir do qual o poder político — a autocracia burguesa — emerge quase como um universal abstrato. Assim, o gigantesco "ensaio de interpretação sociológica" arrisca-se a escorregar para o sociologismo ao não conseguir pensar a ação política mediatizada e a questão da tomada do poder, sem o que também a revolução socialista permanece numa dimensão abstrata.

A decisão política de reagrupar o conjunto das classes possuidoras em função de uma redefinição aprofundada da dependência em relação ao imperialismo e do projeto de conclusão do trânsito para o capitalismo monopolista e da própria revolução burguesa ocorreu exatamente para que fosse bloqueada a revolução nacional e democrática em marcha. Tal desenlace da revolução burguesa aparece como "[...] uma revolução que, para outras classes, encarna atualmente a própria contra-revolução", de modo que no novo cenário proposto "[...] há uma coexistência de revoluções antagônicas".[74] Assim, o regime inaugurado em 1964, denominado por Florestan Fernandes de "república institucional", ao bloquear a revolução nacional democrática que se desenvolvia "dentro da ordem", concluiu a revolução burguesa no Brasil pela via autocrática e colonial, consolidando um capitalismo monopolista dependente. Mas, ao utilizar uma violência extrema contra as massas de despossuídos e solidificando a relação da burguesia brasileira com os centros imperialistas, sob mediação de um Estado militarizado, deu-se também via larga para a constituição do proletariado como classe que se auto-organiza.

Assim, Florestan Fernandes só consegue perceber uma saída para a autocracia burguesa que se impôs como corolário do processo de formação de um capitalismo monopolista dependente, durante o qual a "[...] burguesia nacional converteu-se, estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente antiimperialistas, [...]".[75] Essa saída é a retomada da revolução nacional e democrática que, como sujeito histórico, tem a grande massa de despossuídos e marginalizados, aglutinada em torno da classe operária. Como a revolução nacional e democrática, nas condições da autocracia burguesa vigente no capitalismo monopolista dependente, ocorre

desde o início em confronto com a burguesia e o imperialismo, ela se confunde imediatamente com a marcha da revolução socialista. Na análise de Florestan Fernandes não fica suficientemente esclarecido se a burguesia capitula diante do imperialismo e, de uma maneira definitiva, apenas em 1964 — o que seria decorrência de uma opção política —, ou se como classe umbilicalmente atada aos interesses imperialistas essa decisão e esse desenlace da revolução burguesa eram inevitáveis.

Embora a construção teórica de Florestan Fernandes tenha se erigido em oposição à concepção pecebista, não se pode negar que, em certa medida (e nem poderia ser diferente), o sociólogo e militante socialista incorporou, misturou e transformou algumas formulações da pregressa história do marxismo no Brasil. É notável, embora fazendo uso de categorias weberianas, a similitude da análise de Florestan Fernandes da fracassada tentativa de implantação de uma ordem estamental no Brasil, reproduzindo a sociedade lusa, com a idéia de Nelson Werneck Sodré de que a colonização se deu promovendo uma regressão do modo de produção feudal existente na metrópole para o modo de produção escravista que viria a predominar na zona colonial. De Caio Prado Jr. pode-se seguir a pista na utilização da noção de "capitalismo comercial" e da ênfase no caráter mercantil do escravismo colonial que demarca uma diferença fundamental em relação ao escravismo antigo e ao pensamento de Sodré.

Florestan Fernandes, na específica análise da revolução burguesa, embora fazendo uma leitura de arraigado viés "esquerdista", de Nelson Werneck Sodré, recupera a questão da revolução nacional e democrática, que praticamente desaparecera em Caio Prado Jr., mas concorda com este no fato de a burguesia nacional contar com vínculos estruturais indissolúveis com o imperialismo. No trabalho de Florestan Fernandes, é também perceptível a centralidade da classe e do movimento operário na análise e entendimento da revolução burguesa e da superação da autocracia burguesa, enquanto para Nelson Werneck Sodré o peso da análise recai sobre o papel da pequena burguesia e da burguesia nacional, e Caio Prado Jr. se ocupa principalmente do proletariado rural.

O tema da revolução brasileira foi, no decorrer dos anos 80, perdendo fôlego até parecer quase inteiramente neutralizado e sem sentido nessa virada de século. Por quê? Aqui não poderemos mais que enumerar alguns elementos que podem eventualmente auxiliar na construção de uma explicação. Antes de tudo, completou-se a revolução burguesa e a constituição do modo de produção especificamente capitalista no Brasil. Essa situação histórica se fez acompanhar da crise do padrão de acumulação que conduziu esse movimento e coincidiu com o ingresso do capitalismo e do mercado mundial numa nova e diferenciada fase de desenvolvimento que se identifica com a mundialização do capital.

Essa fase do capital se caracteriza, entre outras coisas, pela colonização dos mercados, pela debilitação da soberania e da capacidade de intervenção da maioria dos Estados nacionais que se encontram distantes dos círculos de poder do grande capital. De crucial importância para o tema aqui tratado, é a reestruturação do mundo do trabalho derivada da ofensiva do capital. Essa ocorre por meio de uma revolução tecnológica e gerencial combinada com medidas legislativas (privatização do patrimônio estatal e revogação de direitos sociais). Nesse contexto de profundas mudanças no perfil social e cultural do mundo do trabalho é que estão inseridas a crise histórica do socialismo de Estado e a crise da cultura marxista e das instituições do movimento operário.

A crise do marxismo de estampa pecebista, predominante no Brasil desde os anos 30, e que se arrastava desde 1964, se agravou dramaticamente a partir de fins dos anos 70, confundindo-se com a crise orgânica do PCB. O próprio Luiz Carlos Prestes, completando um périplo de meio século — mesmo resguardando a fidelidade a URSS —, foi dos primeiros a romper com o leito histórico dessa cultura política, aproximando-se em muitos pontos das posições políticas do marxismo de esquerda, que acabou encontrando em Florestan Fernandes uma representação significativa. O isolamento de Prestes, desta feita, deveu-se ao fato da maioria dessa heterogênea tendência ter-se inserido no movimento que resultaria na

experiência do Partido dos Trabalhadores. Como a cisão que originou o marxismo de esquerda ocorreu, em grande medida, contra a política que Prestes simbolizava nos anos 60, o espaço para ele no novo partido era exíguo o bastante para tornar inviável uma aproximação.

O cerne da divergência de Prestes em relação à maioria da direção comunista estava no papel econômico-político da burguesia na fase de esgotamento e superação da ditadura. Para Prestes — como para o conjunto do marxismo de esquerda —, o papel a ser desempenhado pela burguesia seria intrinsecamente antidemocrático e contra-revolucionário em função de sua associação com o capital imperialista, advindo então daí a necessidade de se agir no sentido de forjar uma frente popular socialista. Para a maioria dos pecebistas — e em continuidade com a orientação política que se consolidara desde 1958 —, amplas frações da burguesia poderiam servir de agentes na construção de um regime de liberdades democráticas, objetivo imediato de uma ampla frente política. Nessa concepção, seria a partir dessa "democracia de massas" em construção que emergiria a atualidade do socialismo. Essa heterogênea maioria, composta com o objetivo de derrotar as posições de Prestes, fragmentou-se logo após consumar-se a ruptura e a saída do secretário-geral.

Nesse momento, um número significativo de intelectuais apregoava uma profunda renovação da cultura política da esquerda brasileira. As fontes teóricas desse também diversificado grupo, além da referência a Lukács, encontravam-se principalmente em certa leitura da obra de Gramsci, então em voga na Itália, que colocava a questão da democracia e seus nexos com o socialismo no centro do debate e da ação política. *Grosso modo*, essa tendência incorporou a interpretação de Caio Prado Jr. da natureza da formação social brasileira e, ao mesmo tempo, a política frentista subjacente à obra de Nelson Werneck Sodré, tendo ainda buscado legitimidade na figura do fundador Astrojildo Pereira para se opor à tradição e à aura de Luiz Carlos Prestes. Mas também essa tendência foi derrotada e se dispersou com o passar dos anos.[76] O que predominou no PCB, no momento de seu inelutável declínio, foi uma farsesca tentativa de reciclagem teórico-política, que incorporou muitas das idéias do chamado grupo renovador e que buscou novo impulso na fracassada

experiência da *perestroika*. O colapso do socialismo de Estado levou definitivamente de roldão um já inexpressivo e desorientado PCB.

A emergência do movimento operário em fins da década de 70 ocorreu por fora e até contra a cultura política preservada pela direção pecebista, particularmente no que tange a política frentista. Ao exacerbar a questão da autonomia da classe diante do Estado, fez-se seguir de uma recusa da política, apresentando-se como uma reação corporativista societária em oposição ao corporativismo de Estado que subjugava os trabalhadores urbanos, limitando assim sua iniciativa histórica. Ponto de convergência de diversas visões marxistas de esquerda com tendências católicas e liberal-democratas, o PT não conseguiu (se é que pretendeu) formular uma orientação política e um programa socialista despido de ambigüidades. A própria diversidade do marxismo de esquerda no interior dessa organização dificultou a necessária renovação teórica na práxis revolucionária.[77]

De tal modo, a pressão operária e popular foi insuficiente para propor uma alternativa democrática de desenvolvimento da economia e da cultura no Brasil, assim como as fraturas entre os setores das classes dirigentes não foram de tal monta que não permitissem o controle permanente da transição da ditadura militar para um Estado de direito liberal formalmente democrático que preserva o poder despótico embutido no processo produtivo do capital. Durante essa fase histórica, o tema da revolução (termo que os setores dominantes do Estado abandonaram em meados dos anos 70) foi perdendo espaço no próprio seio da cultura política das esquerdas, ao mesmo tempo em que passava a predominar o tema da "transição democrática" e, em seguida, da "cidadania". O próprio "marxismo de cátedra" foi assumindo de maneira mais nítida sua faceta liberal, até que também no interior da Universidade o marxismo acabou ficando relativamente isolado.

Nesse processo, em que se deu por terminada a "revolução brasileira", se forjou e consolidou a hegemonia liberal-burguesa na formação social brasileira. Enquanto isso, os marxistas, ou continuaram apegados dogmaticamente às antigas concepções do processo revolucionário, ou renunciaram ao tema da revolução (e ao próprio marxismo, portanto), atendo-se à expectativa de construção de uma

democracia que não infrinja a ordem liberal-burguesa e que faça uso dela. E o limite histórico da cultura política predominante no seio da esquerda e do marxismo no Brasil, que foi a dificuldade de pensar a revolução — entendida como ruptura com a ordem do capital — acoplada ao processo de construção da democracia socialista, apesar de esforços relativamente isolados que não se consubstanciam em ação política coletiva, continua sem ser superado. Mas a realidade histórica posta pela mundialização do capital e pelos esforços das classes dirigentes de consolidação de um Estado neoliberal colocam na ordem do dia a exigência de uma refundação teórico-prática da revolução brasileira.

Notas

1 Cf. Antonio Gramsci. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975. Ver também Marcos Del Roio. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*, 1998, pp. 289 e segs.

2 Cf. Marcos Del Roio. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, Introdução.

3 Cit. in João Quartim de Moraes. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 147.

4 Cf. *Movimento Communista*, I (7): 175, jun., 1922.

5 Cf. João Quartim de Moraes. "O positivismo nos anos 20", in Vários autores. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 83 (nota 18).

6 Cf. Luiz Werneck Vianna. "Leis do trabalho e burguesia industrial", in *Liberalismo e sindicato*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

7 Nesse texto o termo positivismo deverá ser entendido em sentido lato, como um caldo cultural onde se misturavam, em medidas variadas, influências de Comte, Spencer, Haeckel, na qual entrava também Marx, visto por meio das lentes da social-democracia.

8 Leônidas de Rezende (1889-1950) foi professor e jornalista. Proprietário do jornal *A Nação*, em 1927 associou-se ao PCB nessa publicação, até que foi novamente cerceada pela censura. Em 1935, participou do movimento da ANL e foi novamente preso.

9 Cf. Octávio Brandão. "O proletariado perante a revolução democrática pequeno burguesa", in *Autocrítica*, nº 6, 1928, pp. 12-5.

10 O Partido Nacional do Povo — Guomitang – foi fundado em 1919 por Sun Yat-sen (1866-1925) visando à realização de uma revolução nacional-democrática na China. Contou com a participação dos comunistas entre 1921 e 1927. Após a morte de Sun Yat-sem as relações entre comunistas e nacionalistas se deterioraram, culminando na ruptura definitiva em abril e que redundou no massacre dos comunistas em dezembro de 1927.

11 Cf. Marcos Del Roio, op. cit., 1990, pp. 106-29

12 Cf. Astrojildo Pereira. "Brasil: la situaccion política", in *La correspondência sudamericana*, nº 4, 15 set., 1928.

13 Cf. "El IIIº Congreso del PCB", in *La correspondencia sudamericana*, nº 9, 30 jan., 1929.

14 Cf. Marcos Del Roio, op. cit., pp. 159-67

15 Cf. Maria Cecília Spina Forjaz. *Tenentismo e Aliança Liberal*, 1976, pp. 91-7 (*Diário da Noite*, 30/5/1930).

16 O ano de 1930 assistiu ainda a mais uma cisão que redundaria na formação da vertente trotskista do marxismo brasileiro que concebia a revolução brasileira como de caráter imediatamente socialista. Ainda que da maior importância, esse tema não faz parte dos objetivos deste ensaio, sendo tratada em outra parte dessa coleção.

17 Cf. Augusto Machado (pseudônimo de Leoncio Basbaum). *A caminho da revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.

18 Cf. Astrojildo Pereira. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, pp. 189-212.

19 Cf. Leandro Konder. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 177-83

20 A propósito do tema das concepções de democracia entre os comunistas, particularmente na década subseqüente à guerra antifascista, pode ser visto João Quartim de Moraes. "Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954)", in *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. Ver também Antonio Carlos Mazzeo. "Rupturas e continuidades: a construção do reformismo", in *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

21 O documento partidário que ficou conhecido como *Manifesto de Agosto* (de 1950) é o que melhor expõe essa visão da realidade e do projeto de revolução dos comunistas naquele momento.

22 A *declaração sobre a política do PCB*, de março de 1958, é o documento que expõe essa "nova política" e a "via nacional". Tida por muitos como um marco na história do PCB, uma verdadeira refundação teórico-política, que balizou a ação política desse partido até os anos 80 e, por outros, visto como a definitiva adesão ao reformismo.

23 A obra de Nelson Werneck Sodré, quando não foi simplesmente ignorada, foi distorcida. Esse fenômeno ocorreu muito particularmente nos meios acadêmicos paulistas, a partir dos anos 70.

24 Cf. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962, p. 70

25 Cf. idem, pp. 27 e segs.

26 Cf. idem, *Introdução à revolução brasileira*, 4ª ed. São Paulo: Lech, 1978, p. 58.

27 Cf. idem, *Formação histórica do Brasil*, p. 357.

28 Cf. idem, p. 401.

29 Cf. idem, p. 394.

30 Cf. idem, *Introdução à revolução brasileira*, p. 233.

31 Cf. idem, *Formação histórica do Brasil*, p. 402.

32 Cf. idem, *Introdução à revolução brasileira*, p. 247.

33 Cf. idem, *Formação histórica do Brasil*, p. 404.

34 Cf. idem, p. 405.

35 Desde fins dos anos 50, ocorre um influxo significativo da obra de Marx nos estudos acadêmicos. Assim, intelectuais inseridos na universidade passam a fazer uso das concepções de Marx para pensar a realidade brasileira e seu processo de transformação de maneira racional e científica. A grande maioria deles, no entanto, não só não

se vinculou ao movimento operário, como fez um uso eclético do marxismo, encarada como uma vertente clássica da sociologia. Do mesmo modo, para esses autores, a "revolução brasileira" deveria desembocar numa democracia liberal com acento social, num processo sem rupturas marcantes. Entre eles destacam-se Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort, José Arthur Gianotti, Gabriel Cohn, Robert Schwartz, Paul Singer e outros. Mesmo quando muitos desses passaram para uma militância política mais ativa e com posições diferenciadas, não deixaram de lado essa concepções advindas do paradigma liberal-democrata.

36 Cf. Fernando Henrique Cardoso. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

37 Cf. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

38 Cf. Francisco Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

39 A diversificação e fragmentação da esquerda brasileira tem sua gênese na diferença de atitude em relação à dois significativos eventos políticos ocorridos num arco de poucos meses: a chamada *Declaração de Março* do PCB, meio de superação da crise interna e proposta de uma nova política, e a vitória da guerrilha cubana.

40 Cf. Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, pp. 25-36

41 Cf. Theotonio dos Santos. *El nuevo caracter de la dependencia*. CESO, Universidad de Chile, 1967.

42 Cf. Rui Mauro Marini. *Subdesarollo y revolucion*. México: Siglo XXI, 1969.

43 Cf. Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil e outros estudos (1933)*, 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975, p. 15.

44 Cf. idem, *Formação do Brasil contemporâneo*, (1942), 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959, pp. 25-6.

45 Cf. idem, 1957, p. 266.

46 Cf. idem. *A revolução brasileira (1966)*, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 12.

47 Cf. Sérgio Buarque de Hollanda. *Raízes do Brasil (1936)*, 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 126.

48 Cf. idem, p. 127.

49 Cf. Caio Prado, Jr. *A revolução brasileira*, op. cit., p. 83.

50 Cf. idem, p. 33.

51 Cf. idem, p. 61.

52 Cf. idem, p. 68.

53 Cf. idem, p. 108.

54 Cf. idem, p. 122.

55 Cf. idem, p. 125.

56 Cf. idem, p. 126.

57 Cf. ibidem.

58 É impossível deixar de notar a semelhança com algumas formulações presentes no temário do "marxismo de cátedra" que focavam a análise nesse nexo Estado/mercado e também nas formulações sobre a "burguesia de Estado".

59 Cf. Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, op. cit., p. 136

60 Cf. idem, p. 148

61 Cf. idem, p. 153

62 Cf. idem, p. 165

63 Cf. idem, p. 168

64 Cf. idem, p. 178

65 Cf. Florestan Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 168. Trata-se de um discurso de paraninfo pronunciado na USP em 23/3/1965.

66 Idem, p. 170.

67 Cf. Florestan Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

68 Não deixa de ser instrutivo um confronto dessa obra com o livro de Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização (1975)*, com sua inspiração liberal-democrática de viés weberiano

69 Cf. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 7.

70 Cf. Florestan Fernandes. "A sociedade escravista no Brasil", in Octavio Ianni (org.), *Florestan Fernandes*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 233.

71 Cf. idem, p. 235

72 Cf. idem, p. 239

73 Cf. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., p. 250.

74 Cf. idem, p. 295

75 Cf. idem, p. 305

76 Os nomes mais notórios dessa tendência ficaram sendo Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, entre muito outros que se agruparam na experiência da revista *Presença*. Além do universo categorial de Gramsci (particularmente noção de sociedade civil), esse grupo fez uso da noção de "via prussiana" e "modernização conservadora" como modelo explicativo nodal da formação social brasileira e das possibilidades da "renovação democrática".

77 Entre os empreendimentos intelectuais que serviram de referência às marxistas de esquerda, devem ser recordados os esforços de Jacob Gorender de propor uma original interpretação da formação social brasileira, denominada por ele de *escravismo colonial*, e a profícua tentativa de José Chasin de aprofundar as possibilidades de uma leitura pela esquerda da interpretação de Caio Prado Jr., do qual extraiu a noção de "via colonial", encetada fazendo uso do instrumental teórico-metodológico oferecido por Lukács, cujos resultados aproximaram-no de Florestan Fernandes com a noção de "autocracia burguesa".

Bibliografia

BORGES, V. P. *Tenentismo e revolução brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964).* São Paulo: Hucitec, 1997.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo: Difel, 1964.

______ e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal.* São Paulo: Lech, 1980.

______. *Cultura e sociedade no Brasil.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DE LORENZO, H. C. e COSTA, W. C. (org.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

______. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo.* São Paulo: Ícone, 1998.

D'INCAO, M. A. (org.). *História e ideal.* São Paulo: Brasiliense; Editora da UNESP, 1989.

FERNANDES, F. *Em busca do socialismo.* São Paulo: Xamã, 1995.

______. *A revolução burguesa no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

______. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FORJAZ, M. C. S. *Tenentismo e Aliança Liberal*. São Paulo: Pólis, 1978.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HOLLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

IANNI, O. (org.). *Florestan Fernandes*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

KONDER, L. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

______. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, A. (pseudônimo de Leoncio Basbaum). *A caminho da revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.

MARINI, R. M. *Subdesarollo y revolucion*. México: Siglo XXI, 1969.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo; UNESP–Marília Publicações, 1999.

MORAES, J. Q. de. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

______. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.

PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira*, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

______. *Evolução política do Brasil*, 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

______. *Formação do Brasil contemporâneo*, 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SANTOS, T. *El nuevo caracter de la dependencia*. Santiago: CESO; Universidad de Chile, 1967.

SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

______. *Introdução à revolução brasileira*, 4ª ed. São Paulo: Lech, 1978.

______. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, s.d.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929)*. São Paulo: Global, 1985.

Capítulo 3
Tempo de fundadores

Angelo José da Silva[*]

1. *Apresentação*

A história do marxismo no Brasil não pode deixar de analisar os escritos sobre os mais importantes temas brasileiros elaborados pelos militantes de primeira hora do Partido Comunista do Brasil, o PCB. Dentre estes, cabe focalizar dois comunistas que se destacaram para além de sua atividade de organização política: Astrojildo Pereira e Octavio Brandão. Eles distinguem-se por sua contribuição teórica para a compreensão do Brasil. Embora Astrojildo não tenha elaborado, como o fez Brandão, um ensaio de maior fôlego e abrangência, seus artigos, manifestos etc. permitem identificar uma série de elementos analíticos apoiados no marxismo. Outra característica que os diferencia é o fato de Astrojildo ter desempenhado um papel decisivo no processo de organização do PCB em seus primeiros anos de existência.

[*] Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná.

Além de comentar essas contribuições pioneiras para uma interpretação marxista do Brasil, procurei delinear minimamente a trajetória militante desses dois comunistas, principalmente aquela no interior do PCB.[1] Daí, algumas indicações biográficas apresentadas no desenvolvimento deste texto.

Alguns autores já se debruçaram sobre os escritos de Octavio Brandão.[2] Nesse sentido, a parte relativa a ele será, em grande medida, uma retomada de textos anteriores, com destaque para aqueles relativos à análise da formação do Brasil. Quanto a Astrojildo Pereira, penso estar oferecendo a maior parcela de ineditismo, uma vez que análises sobre os escritos deste autor são menos comuns. Seus textos sobre a realidade brasileira encontram-se dispersos em artigos de cunho jornalístico.

Além desses dois militantes, estudo um texto dos mais significativos sobre a realidade brasileira produzido por Mário Pedrosa em parceria com Lívio Xavier. Pedrosa destacou-se como uma figura de relevo do trotskismo brasileiro. Além disso, suas análises apresentam algumas diferenças significativas em relação àquelas produzidas por Pereira e Brandão.

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar os primeiros ensaios sobre a compreensão da nossa realidade a partir de uma base teórica marxista. Espero, assim, abranger com o presente capítulo aquilo que de mais relevo foi produzido sob inspiração marxista no Brasil na década de 1920 até meados dos anos de 1930.

2. *Astrojildo Pereira: as análises e a construção do partido*

Como um dos delegados presentes no Congresso de fundação do Partido em 1922, como articulador político junto à Terceira Internacional, Astrojildo Pereira realizou destacado trabalho partidário nos primeiros anos de vida do PCB.[3] Deixou como herança intelectual um grande número de artigos, manifestos etc., que estavam mais voltados para a análise de conjuntura do que para ensaios analíticos. Nestes textos podemos identificar, inclusive, as influências teóricas

de Octavio Brandão, influências essas que se manifestam mesmo não havendo uma afinidade pessoal entre eles.

Na apresentação dos *Ensaios históricos e políticos*[4] de Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima comenta que não foram produzidos de forma sistemática e exaustiva. Nenhum grande tema foi aprofundado por ele. A maioria de seus escritos foi direcionada para a imprensa da classe operária. Destaco aqui alguns deles: *Sociologia e apologética*, de 1929, *Manifesto da contra-revolução*, de 1931, e *Campo de batalha*, de 1933-34.[5] No primeiro, o fio condutor é uma crítica ao trabalho de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil.* O segundo tem como alvo da crítica o manifesto-programa da Legião Revolucionária de São Paulo, redigido por Plínio Salgado. Em *Campo de batalha*, o autor faz uma análise crítica da Revolução de 1930 e seus desdobramentos. Além disso, em *Interpretações*, uma coletânea de artigos, Astrojildo reúne uma série de textos em que trata de temas relativos à crítica literária, história e política.[6]

Uma primeira aproximação com o pensamento de Astrojildo Pereira pode ser encontrada em "*A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros*", de João Quartim de Moraes.[7] Segundo Moraes, a indigência intelectual das elites brasileiras contrastou com o trabalho de Astrojildo que, mesmo manejando o marxismo de forma rudimentar, conseguiu produzir interpretações sobre os destinos políticos do país que aquela elite jamais foi capaz de fazer.

Em *Campo de Batalha*,[8] escrito entre novembro de 1933 e maio de 1934, Astrojildo Pereira analisa a situação política brasileira. Podemos encontrar nesse texto uma estrutura cara às análises conjunturais do marxismo (e dos marxistas). O autor procura, a partir de um balanço da situação internacional, desenhar o perfil do cenário nacional e traçar perspectivas de desdobramentos da luta de classes.

Inicialmente podemos identificar algumas similitudes entre o texto de Octavio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, a ser analisado a seguir, e aquilo que foi escrito por Astrojildo. Refiro-me especificamente a dois aspectos do ensaio. O deslocamento do Brasil da área de influência do imperialismo britânico para o norte-americano é o primeiro. O outro diz respeito à atribuição dos termos feudal e semifeudal à formação social brasileira.

Conforme apontei em trabalho anterior,[9] Astrojildo Pereira considera que o Brasil, "durante mais de um século, foi dominado principalmente pela finança britânica".[10] Com a expansão do império estadunidense, principalmente após a Primeira Guerra e ainda com a crise de 1929 que levou o Império a estender seus domínios a todos os cantos do planeta, a Revolução de 1930 foi, segundo ele, um golpe articulado pelos norte-americanos: "O golpe de outubro foi o resultado lógico das manobras concertadas nos escritórios da Wall Street."[11] Temos aqui, além das considerações sobre o imperialismo, um posicionamento sobre o movimento que levou ao fim a Primeira República brasileira. Também de forma similar a Brandão, o autor em foco considera que a Revolução de 1930 foi um golpe reacionário contra as massas, uma contra-revolução preventiva. Pereira afirma que as promessas e o linguajar libertador e popular apregoados pela Aliança Liberal em 1930, que poderiam sugerir a erupção de uma revolução burguesa, foram alterados significativamente logo nos primeiros anos da Revolução:

> A coisa pode ser explicada, mais ou menos assim: para poder desfechar o seu golpe de outubro, cuja finalidade real consistia em barrar preventivamente o curso da revolução operária e camponesa que amadurecia a olhos vistos, a burguesia necessitava da simpatia e do apoio das largas massas, ainda desligadas da vanguarda proletária, e foi para conquistar esta simpatia e este apoio que se fez a campanha demagógica da Aliança Liberal [...].[12]

Para ele, a natureza do movimento era reacionária ou, ainda, havia se alterado o discurso progressista, mas a natureza do movimento permanecera a mesma. "Observe-se que a transformação se operou unicamente na fraseologia, hoje abertamente reacionária, e não na prática, efetivamente reacionária desde o primeiro dia."[13]

No que tange ao caráter feudal e semi-feudal da burguesia e da sociedade brasileira no pré-30, o autor apela para expressões como "minoria feudal-burguesa"[14] talvez não como uma simples agressão verbal, mas na busca de um sentido de definição daquela burguesia. É Astrojildo quem afirma que "o governo deposto em 1930 refletia na política justamente a preponderância dos elementos feudais e

semi-feudais dominantes na estrutura econômica do país, e daí a lógica histórica de sua queda".[15] Partindo da concepção leninista da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista, afirma que este processo foi "abortado" pelo golpe de 1930. A burguesia brasileira não permitiu que ele se desenvolvesse, pois ele levaria a sua própria extinção como classe. Antes disso, o "outubro tupiniquim" foi um ato preventivo. "É por isso que o golpe de outubro não chegou a ser uma revolução (sem aspas), embora aparecesse com semelhante máscara, mostrando-se logo de início uma verdadeira contra-revolução com acentuadas tendências pró-fascismo."[16] Três páginas adiante, Astrojildo torna-se mais enfático e incisivo ao dizer que todos os novos partidos surgidos após 1930, "sob a dissimulação de tão variados rótulos, todos eles são dirigidos pela feudal-burguesia, tendo em mira unicamente consolidar o 'novo' regime feudal-burguês".[17]

Sociologia ou apologética, apesar de ser um dos textos mais conhecidos, não traz nenhuma contribuição substantiva para a interpretação do Brasil. Pereira considera *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, uma apologética das classes dominantes com um verniz científico, mas não consegue fazer uma crítica mais elaborada. Contrapõe as categorias de Vianna às categorias marxistas de luta de classes, do Estado como instrumento de dominação da burguesia, de forma mecânica e superficial.

Já no *Manifesto da contra-revolução*, de abril de 1931, Astrojildo apresenta com mais densidade algumas concepções sobre o Brasil, sobre o Estado, sobre as classes sociais e sobre o fascismo. Ao discutir o que é "nacional", dirá, respondendo à proposta dos integralistas, expressa por Plínio Salgado: "Nacionalista integral, entre nós, só o poderia ser o bugre de tanga na floresta; tudo mais que possuímos, absolutamente tudo mais, vem de fora, inclusive nós próprios que não somos índios puros. Não é 'brasileira' a língua que falamos, nem 'brasileiros' são os nossos costumes, nem tampouco os pensamentos e as idéias que expendemos. O detalhe pode ser brasileiro, antes amazonense, nordestino, mineiro ou gaúcho, mas o fenômeno básico, em seu conjunto, é sempre cosmopolita, mundial, internacional. Os problemas brasileiros são, na sua essência, problemas mundiais. A linha geral

que os caracteriza é a mesmíssima. A solução deles só pode ser encontrada, logicamente, no plano mundial. As peculiaridades nacionais e regionais são sempre secundárias, condicionando apenas a aplicação prática local das soluções."[18]

Sobre a industrialização brasileira, nota que as principais indústrias estabelecidas no país — frigoríficos, tecidos, fósforos etc. — ou são diretamente propriedade dos grupos estrangeiros, ou estão a eles empenhados e hipotecados.[19] Como curiosidade, podemos observar que as missões internacionais já freqüentavam os palácios governamentais para fiscalizar, ditar procedimentos e controlar as finanças públicas brasileiras, conforme nos mostrou Astrojildo em seu texto.[20] O Brasil é uma colônia do imperialismo.[21] Possui uma realidade de "um país riquíssimo habitado por uma gente pobríssima."[22]

Em contraposição à "vocação agrária" presente no *Manifesto* de Plínio Salgado, Astrojildo propõe a luta "pela independência efetiva criando a sua própria base industrial, ou continuar como país fornecedor de matérias primas e alimentícias, sob o jugo das potência industriais e imperialistas".[23] Segundo ele, de país agrário deveríamos optar pela passagem para país industrial.

Discutindo o Estado e as classes sociais, a concepção instrumentalista do Estado aparece. "A forma do Estado, que vem a ser o continente de tal ou qual sistema político, é secundária e pode variar sem que varie o seu conteúdo de classe, que é tudo. Porque o Estado, sem exceção de tempo e de espaço, sempre foi a força organizada ao serviço de uma classe."[24]

No *Manifesto*, Plínio Salgado iguala os Estados norte-americano, italiano e soviético. A isto, Astrojildo responde dizendo que, em verdade, iguais são o parlamentarismo inglês, o presidencialismo norte-americano e o fascismo italiano, pois "nos três casos, o Estado é sempre a força organizada ao serviço da *burguesia*".[25] Esta noção geral do marxismo é aplicada sem mediações o que significa dizer que não existem diferenças fundamentais entre o fascismo e a democracia, uma vez que ambos são Estados burgueses. Temos, então, a ditadura aberta e a disfarçada, mas sempre a ditadura da burguesia. Aparece aqui também a visão "evolucionista" de que o capitalismo será necessariamente sucedido pelo comunismo: "O comunismo só

é possível, historicamente *depois* do capitalismo. O comunismo nasce das entranhas do capitalismo."[26]

> Astrojildo associa as "legiões revolucionárias" às legiões fascistas. Aquelas nada mais são, no fim de contas, que meras traduções brasileiras regionais (paulista, mineira, baiana, etc.) das "milícias fascistas" italianas, que constituem o modelo clássico da espécie. Explorando demagogicamente o "descontentamento das massas pequeno-burguesas, dos intelectuais e de outros meios" (*Programa da Internacional Comunista.*), o que os seus chefes, ideólogos e organizadores visam é reconsolidar o poder da burguesia ameaçado pela crise revolucionária, que sacode o país. A diferenciação regionalista que se observa na sua formação — e bem assim o choque entre elas e os partidos tradicionais — refletem uma dupla pressão: de um lado, as contradições internas que dividem as classes dominantes brasileiras; de outro lado, as rivalidades imperialistas, ao serviço das quais se acham, respectivamente, os diversos grupos da burguesia "nacional". [...] são de fato organizações medularmente contra revolucionárias — fazendo o jogo de tal ou qual grupo regional da burguesia, o que vale dizer, fazendo o jogo de tal ou qual imperialismo.[27]

3. *Uma primeira tentativa de interpretação marxista do Brasil*

Octavio Brandão[28] era farmacêutico de profissão. Sua formação política era, como aquela da maioria dos dirigentes do PCB, anarquista. Brandão teve, portanto, que "migrar" de suas primeiras concepções para um terreno completamente distinto. Manejar os conceitos marxistas, portanto, tornou-se uma tarefa árdua que foi desenvolvida a partir dos limites dados pelo meio social conservador, pelo arranjo esquemático das coisas (e por que não das idéias?) a partir da profissão, e, para concluir o processo, a distância teórica entre o marxismo e o anarquismo teve que ser vencida por uma longa marcha. Ao final, Brandão realiza a "primeira tentativa de análise marxista da situação nacional".[29]

As dificuldades encontradas por Octavio Brandão, contudo, não o impediram de cometer muitos "acertos". Pretendo destacar, a seguir, os aspectos pioneiros, do ponto de vista do método marxista de análise, existentes em *Agrarismo e industrialismo* e, mais especificamente, aquelas considerações sobre o Brasil. Retomarei, assim,

aspectos fundamentais de suas análises que fizeram história, tanto no PCB quanto no interior da academia.[30]

Agrarismo e industrialismo foi escrito em dois momentos distintos, sendo a primeira parte em 1924 e a segunda em 1925. O ensaio veio a lume em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com local de edição falso (Buenos Aires), recursos estes utilizados para despistar a intensa repressão daquele período.O pioneirismo e marxismo possíveis para Brandão em meados dos anos 20 foram duramente criticados. O esquematismo e mecanicismo das análises de *Agrarismo e industrialismo* foram ressaltados por vários comentadores.[31] Dentro de seu contexto, o trabalho de Brandão foi um avanço. Rompeu com as considerações raciais e naturais para a explicação do Brasil e conseguiu, mesmo com todo o seu esquematismo, antecipar eventos e desdobramentos da cena política brasileira, que nenhum conservador ou liberal jamais sonhara. Brandão realiza uma ruptura a partir do momento em que utiliza em suas análises o arsenal clássico do marxismo como a luta de classes, a análise do desenvolvimento econômico, as relações políticas internacionais.

Ao realizar essa ruptura, contudo, Brandão traz consigo algumas marcas do pensamento social existente naquele período. É neste sentido que podemos assinalar a influência de Euclides da Cunha visível nas linhas de *Agrarismo e industrialismo*. A *raça* e o *meio*, temas centrais em *Os sertões*, percorrem o texto de Brandão. Não podia ser diferente, afinal, Euclides da Cunha pode ser considerado divulgador de idéias progressistas para aquele período e Brandão foi se apoiar em idéias que, além das marxistas, poderiam sustentar sua crítica à realidade brasileira.[32]

O mote para o desenvolvimento do texto de Brandão foi a revolta militar ocorrida em São Paulo em 1924, dentro do movimento conhecido por *tenentismo*. O subtítulo do trabalho é "Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil". Para além das rupturas e heranças carregadas por Octavio Brandão, temos esse comunista antecipando a expressão "marxismo-leninismo", criada em 1928 na União Soviética e incorporada ao léxico marxista por Stalin no final dos anos 30.[33]

Brandão articula a revolta de 1922 no Rio de Janeiro, que culminou no célebre episódio dos "Dezoito do Forte", e a de 1924, em

São Paulo, com os desdobramentos que elas provocaram. A assim chamada *terceira revolta* iria, segundo Brandão, dar seguimento à guerra de classes no Brasil. Uma vez que as condições objetivas que propiciaram as duas revoltas anteriores não haviam se alterado significativamente, a *terceira revolta* permanecia na ordem do dia. Aqui Brandão inicia sua caracterização do quadro interpretativo do Brasil. Para ele, havia três grandes questões que definiam o contexto e a justificativa das revoltas tenentistas. Estas questões foram nomeadas por Brandão como *econômicas, políticas* e *psicológicas.*

A primeira grande causa das revoltas oriundas da caserna era de origem econômica. Nesse item Octavio Brandão irá elencar alguns aspectos relevantes das contradições econômicas do Brasil. O autor irá traçar um perfil da economia brasileira nos anos 20, considerando a inserção brasileira no mercado mundial. A partir daí temos uma economia dependente, ancorada no endividamento, na inflação e na carestia etc. Constata-se que interpretações sobre o Brasil daquele período e dos posteriores apresentam uma monótona repetição. O problema é que isto não é por causa da falta de criatividade dos analistas, mas à retomada constante da mesma receita pelos governos que se sucederam. Salvo por alguns novos temperos, o mesmo prato é requentado e servido ao longo da história da República.

A segunda causa dos males brasileiros é apontada por Brandão como de origem política. Apenas de passagem é mencionada a "situação revolucionária internacional",[34] aparentando mais uma referência ao padrão marxista de análise que procura levar em conta o quadro internacional para aí situar a realidade nacional do que de fato a existência de um acirramento da luta de classes internacional. Vale a pena lembrar que, em meados dos anos 20, o ascenso revolucionário impulsionado pela Revolução Russa já se atenuara significativamente. Tínhamos nesse período a ascensão do fascismo na Itália, por exemplo, que anunciava maus ventos para a revolução.

A política internacional não foi o destaque de Brandão nesse momento de seu texto. Contudo, a análise do perfil político brasileiro apresenta elementos decisivos para a compreensão do enfrentamento em curso naquele período. Peço licença ao leitor para transcrever uma passagem de *Agrarismo e industrialismo* bastante esclarecedora:

> [...] a vontade de dominação — vontade de potência, diria o filósofo — por parte dos grandes industriais cujos interesses muitas vezes são desprezados pelos grandes fazendeiros de café; a rivalidade crescente entre ambos, rivalidade política resultante da rivalidade econômica [...]; os direitos eleitorais da pequena burguesia pisados pela política atual [...]; o despertar desses elementos e o dos operários; a concentração de massas oprimidas em quatro cidades do litoral e especialmente no trecho centro-oriental; o reforçamento da velha oligarquia de politiqueiros paulistas e mineiros; um Congresso de bonzos que lambem as patas do Buda-fazendeiro de café; o enfraquecimento da força coletiva do governo, a desagregação da força política do Estado, força coercitiva, pelos empréstimos e valorizações, desagregação provocada pelo grande burguês agrário (fazendeiro de café), em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o Estado e o povo sejam sacrificados, por outras palavras, o próprio grande burguês é quem mais enfraquece politicamente o seu Estado, o Estado burguês agrário do Brasil [...].[35]

A passagem reproduzida acima apresenta uma espécie de síntese das grandes linha analíticas assumidas por Brandão. A oposição campo e cidade é o primeiro aspecto a ser ressaltado. No interior das próprias classes dominantes, temos uma contradição que opõe o campo e a cidade, ou melhor, o setor agrário predominante da burguesia brasileira em oposição ao setor minoritário formado pelos industriais. Em função desta marca constitutiva da formação social brasileira tínhamos um setor atrasado, reacionário, ligado ao campo, ao agrarismo, em luta com outro setor mais avançado política e economicamente, ligado às indústrias, ao industrialismo.

O aliado natural do industrialismo era a pequena burguesia urbana. Por sua vez, em relação a esta pequena burguesia é necessário dizer que ela foi representada pela ação política e militar do movimento denominado "tenentismo". Não é outro o sentido da frase seguinte de Brandão:

"No Brasil, os pequenos burgueses lutam contra os agrários feudais como na Alemanha de 1848 [...]. Episódio da luta de classes no setor brasileiro de uma batalha internacional: aí está a nossa interpretação da revolta de 5 de julho de 1924."[36]

Para o autor de *Agrarismo e industrialismo* não havia dúvidas. O setor militar revoltoso expressaria, na ação direta, as aspirações das

camadas médias urbanas. O autor não pára aqui. Uma outra faceta da realidade brasileira é identificada por ele. É o que veremos a seguir.

Como terceira grande linha interpretativa, Octavio Brandão vai lançar mão daquilo que ele chamou de causas psicológicas. Considero que sob este tema Brandão está englobando uma série de aspectos que poderíamos denominar genericamente de ideológicos. Por exemplo, um certo "espírito de revolta" presente no ar e disseminado pela Revolução Russa e pela Primeira Guerra Mundial. Ao lado desse espírito Brandão coloca o liberalismo presente no Exército, que se opõe ao "espírito tacanho, feudal, dos governantes". Some-se a estes fatores uma desilusão presente no interior da pequena burguesia no que diz respeito a obter mudanças na sociedade brasileira por meio da lei e da ordem. Temos, portanto, um caldo de cultura para a ação revolucionária. O processo de fermentação estava em curso e desembocaria na *terceira revolta* prevista por Brandão.

Chamei de ideológicas estas causas parcialmente apontadas acima considerando que a ideologia funciona como o "cimento" que mantém a sociedade coesa. No caso, a pequena burguesia já não acreditava mais na lei e partiu para a ação armada, confirmando a falência ideológica da dominação oligárquica.

Outro aspecto presente nas formulações de *Agrarismo e industrialismo* é o relativo à caracterização de nosso país como tendo uma predominância de elementos feudais. A partir desse pressuposto Brandão procurou desenvolver, ou melhor dizendo, tentou encaixar a tese da revolução democrática burguesa à realidade brasileira.[37]

Em várias passagens de *Agrarismo e industrialismo*, encontramos menção às marcas do feudalismo aqui existentes. Não podemos exigir da análise feita por Brandão uma coerência que não encontrâmos em textos mais recentes. Caso isto fosse feito, cometer-se-ia o grande pecado do anacronismo, como não se cansam de alertar os historiadores. De qualquer maneira, nosso autor apresenta uma identificação bastante precisa das classes dominantes brasileiras do período. Ele afirma que a política era "fatalmente agrária, política de fazendeiros de café, instalados no Catete". A esta classe de fazendeiros opunha-se uma burguesia totalmente desorganizada como classe, uma "burguesia industrial e comercial politicamente nula, desorganizada [...]".[38]

Ao destacar a contradição entre agrarismo e industrialismo, Brandão une o primeiro ao imperialismo inglês e o segundo ao imperialismo norte-americano. "A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana num confronto aberto. A Inglaterra apóia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apóia os revoltosos, isto é, a pequena burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde agirá o grande burguês industrial."[39]

Ao dar seqüência a essas análises Brandão "previu" com grande exatidão os desdobramentos econômicos e políticos que redundaram na Revolução de 1930. Senão vejamos: "Se os revoltosos pequeno-burgueses souberem explorar a rivalidade imperialista anglo-americana e a luta entre os agrários e os industriais, se procurarem uma base de classe para a sua ação, se o proletariado entrar na batalha e se essas contradições coincidirem com a luta presidencial e as complicações financeiras, será possível o esmagamento dos agrários."[40] Elevado grau de acerto...

Nem só de acertos, contudo, viveu Brandão. Visivelmente influenciado por Euclides da Cunha, o autor em foco irá cometer alguns equívocos sobre a análise do Brasil. Tentando ancorar seu texto em aspectos como a raça e o meio físico, geográfico, Brandão se afasta do marxismo que pretendia seguir. Para ele, "o duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional".[41] Preocupações muito semelhantes àquelas de Euclides quando da organização do seu *Os sertões*, estruturado a partir de "a terra, o homem, a luta", aparecem no ensaio de Brandão. Identifica-se, assim, em *Agrarismo e industrialismo* a junção de elementos distintos e contraditórios, ou seja, a teoria marxista e a visão naturalizada das sociedades humanas.

4. *Mário Pedrosa e o Brasil dos primeiros anos do trotskismo*[42]

Tratarei de fazer aqui apenas uma discussão sobre os primeiros trabalhos de Mário Pedrosa, embora parte significativa de sua contribuição tenha vindo nos anos 60 com *A opção brasileira* e *A opção imperialista*.[43] Outras análises fundadoras dessa corrente marxista no Brasil podem ser encontradas; contudo, optei por esse texto exclusivamente pelo fato de que ele sintetizou as posições do trotskismo, em suas linhas gerais, sobre o Brasil, naquele período.

O primeiro aspecto a ser destacado é a caracterização do Brasil marcado por sua origem colonial, dependente, que passou sem mediações do escravismo para o capitalismo. O resultado dessa passagem foi a inexistência de uma "classe média". "A classe dos pequenos proprietários, o fator da pequena produção, geralmente anterior ao regime capitalista e cuja expropriação é um dos fatores determinantes deste, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe."[44]

Nesse sentido, a marca do patrimonialismo do Estado brasileiro se faz presente. E, como "a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade",[45] temos mais um elemento para reforçar as características da dominação de classe em nosso país.

A produção e comercialização do café e a formação da burguesia cafeeira, conforme denominou Pedrosa, servem de base para a implantação da República no Brasil, ou mais precisamente, "a República foi imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira do estado de São Paulo, que não podia aceitar a forma de produção reacionária e patriarcal. Com o advento da república, esse Estado impôs sua hegemonia à Federação".[46]

Para que os interesses locais pudessem ser preservados de forma subordinada aos interesses da burguesia cafeeira, a República foi moldada por essa classe na forma de uma Federação. Assim, segundo Pedrosa e Xavier, foi possível acomodar os distintos interesses particulares e locais dos coronéis com o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ocupando o posto chave, o executivo central, a fração dominante da burguesia brasileira consegue impor ao conjunto da federação o predomínio de seus interesses. "As lutas políticas que a República conheceu até agora e que se produzem, geralmente, por ocasião das eleições presidenciais, desenrolam-se ao redor dos grupos políticos dominantes no Estado de São Paulo."[47] O foco das atenções,

portanto, é a Presidência da República. Com o acordo político entre Minas Gerais e São Paulo, o monopólio desse posto chave pôde ser mantido ao longo de toda a assim chamada República Velha. Como o texto em pauta foi escrito antes do três de outubro de 1930, o fim dessa República Velha não é mencionado.

A continuidade desse processo de industrialização aberto pela lavoura do café é a integração do país ao mercado mundial e a entrada "na esfera de atração imperialista".[48] Segundo as considerações dos autores em foco, essa dependência ao imperialismo acontece pelo fato de o Brasil entrar com "atraso" na disputa por mercados. Os assim chamados países coloniais não dispõem de tempo para desenvolver um mercado interno que sustente suas economias. Além disto, os solavancos econômicos ditados pelo imperialismo dificultam ainda mais a expansão econômica do mercado interno. Como uma das conseqüências dessa instabilidade econômica e política,

> a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. [...]. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e — em todos os planos — a sua covardia.[49]

Outro desdobramento dessa análise é fato de que o processo de fortalecimento dessa classe passaria pela industrialização. O desenvolvimento industrial, assim, também está submetido às condições de desenvolvimento econômico e político da fase imperialista do capitalismo. Para que esse desenvolvimento aconteça é fundamental a presença do Estado. Assim, "a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical".[50]

Do ponto de vista do desenvolvimento político, mesmo o liberalismo apresenta um ar subversivo para este tipo de arranjo do aparelho de Estado, das classes sociais e do desenvolvimento econômico. No interior desse quadro, temos o avanço do processo de centralização do aparelho de Estado, por um lado, e a reação da Federação, por outro. Ou seja, a fração dominante da burguesia brasileira necessitava,

para atender seus interesses, de um Estado forte e centralizado. Contudo, essa centralização ameaçava a unidade federativa. Nesse contexto é que se insurgem os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

> O aparelho de Estado federal adapta-se cada vez mais aos interesses econômicos da burguesia, na razão direta de sua centralização. Se, atualmente, serve de maneira imediata aos interesses dos partidos dominantes de São Paulo, ele pode servir, amanhã, aos interesses dos partidos dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.[51]

Mal sabiam os trotskistas como esse processo de centralização iria se aprofundar com o governo nas mãos de Getúlio Vargas... Havia para os autores uma contradição que dificultava a ação política das classes dominantes. "O processo econômico exige a centralização, ao passo que a formação histórica dos estados exige a Federação como condição da unidade nacional."[52]

> Ainda sobre o lugar do Executivo, o texto afirma que "com o desenvolvimento capitalista dos outros estados do Brasil, é natural que os partidos dominantes nesses estados desejem participar cada vez mais — em pé de igualdade — da gestão do aparelho do governo central. Assim, o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia do partido que o exerce um domínio quase completo".[53]

Além disso, a dominação foge das mãos da burguesia brasileira que estava condenada a "ceder o controle político à ação internacional imperialista, em razão de sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe".[54] Em função da mencionada fraqueza e regionalidade (ausência de ação coletiva da burguesia) "os partidos políticos — expressão das oligarquias políticas — não podem, pois, possuir caráter nacional nem tradições políticas para defender".[55]

Esses trotskistas vão centrar sua análise dos desdobramentos políticos no Brasil daquele período nas bases econômicas. Eles explicam, por exemplo, a Revolução de 1930 como o esgotamento de um modelo de desenvolvimento. Pedrosa e Xavier desenvolvem a análise, procurando demonstrar as necessidades econômicas e políticas

de alguns dos principais estados brasileiros para concluir que "o desenvolvimento das forças produtoras no quadro nacional obriga à luta por uma forma política adequada ao equilíbrio dos estados que estão chegando ao momento de assumir seu impulso capitalista".[56]

5. *Conclusão*

O meio intelectual brasileiro dos anos 20 era avesso a idéias críticas em relação à nossa formação social, ou melhor, as análises sobre a realidade brasileira, feitas por liberais e conservadores, permaneciam na superfície dos problemas, sempre no interior da perspectiva da ordem e do progresso. Era o predomínio do positivismo, do liberalismo e do conservadorismo.

Os primeiros teóricos marxistas no Brasil, herdeiros dessas influências, conseguiram romper em grande medida com os padrões analíticos dominantes em seu tempo. Vimos, portanto, que autores como Astrojildo Pereira, apesar de suas limitações, conseguiram desenvolver uma compreensão relativamente estruturada e precisa do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Octavio Brandão, por seu turno, conseguiu, como mostrei acima, definir com precisão o processo de crise que explodiu no final dos anos 20 no Brasil. Crise esta acirrada pelo esgotamento do modelo econômico, pela sucessão presidencial e pela ação dos militares revoltosos.

Na mesma toada, Astrojildo Pereira recoloca estes desdobramentos da cena política brasileira, afirmando em documento preparatório do III Congresso do PCB, realizado em 1928, que se abriria no Brasil "uma conjuntura francamente revolucionária, que resultará da coincidência dos seguintes fatores: 1) crise econômica resultante de uma catástrofe na política cafeeira...; 2) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial... (1930); 3) possibilidades de uma repetição de um novo 5 de julho".[57]

Verifica-se, portanto, que Brandão influenciou marcadamente seu camarada de Partido, uma vez que ambos expressam, de fato, a mesma previsão política apoiados no instrumental marxista.

Como Brandão produziu seu ensaio em 1924-25, considero que Astrojildo Pereira é caudatário de suas proposições.

Sobre as análises trotskistas expressas no texto de Pedrosa e Xavier, considero que apresentam um grau de eficiência analítica razoável para as condições do período. Num certo sentido, apresentam-se como complementares àquelas realizadas por Brandão e Pereira.

Enquanto os dirigentes do PCB focavam suas análises nas classes sociais, no papel jogado pela classe média representada pelo movimento militar batizado de "tenentismo", Pedrosa dirigia suas atenções para aquilo que poderíamos chamar de bases econômicas da realidade brasileira. Além disso, uma atenção especial é dada, também, ao papel do Poder Executivo, mais precisamente, à Presidência da República. Assim, os trotskistas destacaram o caráter autoritário e centralizado, centralizador do Estado Brasileiro. Ligaram, ainda, essas características às bases econômicas sobre as quais o Brasil se apoiou para deixar de ser colônia portuguesa, para passar ao domínio dos britânicos e depois dos norte-americanos.

Contrasta com o ensaio *Agrarismo e industrialismo* a abordagem feita no *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (as referências desse ensaio estão na nota 43) no tocante à questão da contradição entre os imperialismos. Para Pedrosa não havia nenhum conflito relevante entre ingleses e norte-americanos. Apenas, considerava, o comando externo ao país havia mudado, nada mais.

O lugar ocupado pelos "tenentes", no entanto, escapa totalmente da análise trotskista. Assim, nem menção é feita ao significado dos levantes militares ocorridos no Brasil ao longo dos anos 20. Considerando que um dos elementos decisivos para a Revolução de 1930 foi a participação dos "tenentes", afirmo que reside nesse aspecto o principal problema apresentado pelas análises de Pedrosa.

Parece-me, não obstante, que as análises comunistas e trotskistas acabam por se complementar. Por um lado, pelo fato de que ambas procuram se apoiar em Marx, ou seja, no mesmo marco teórico. Em contrapartida, como esses dois agrupamentos políticos se opunham, parece-me óbvio que sejam enfatizados por eles, aspectos distintos da realidade. Assim, ambos acabaram por deixar escapar fatores

relevantes da realidade analisada, em virtude das diferenças políticas que ambos procuravam destacar.

Finalmente, considero que os trabalhos analíticos produzidos, tanto por comunistas quanto por trotskistas, naquele período, mantêm, para desgraça nossa, uma atualidade impressionante. O estudo daqueles documentos dos primeiros marxistas do Brasil, que apontam o processo de endividamento do Estado brasileiro, a presença em nosso país de fiscais do imperialismo etc., dá a sensação de se estar lendo o jornal de ontem.

Notas

1 Embora seja notório, lembro que tanto Astrojildo quanto Brandão iniciaram a militância política no interior do movimento anarquista. Este fato ganha importância à medida que as influências teóricas do anarquismo poderão ser percebidas na fase comunista de sua atividade política.

2 Ver Paulo Ribeiro Cunha. "Agrarismo e industrialismo: pioneirismo de uma reflexão", *Novos Rumos*. São Paulo, 12, (26), pp. 54-61, 1997; João Quartim de Moraes, "A influência do leninismo de Stalin no comunistmo brasileiro", in D. A. Reis Filho et al. (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Angelo José da Silva. *A crítica operária à Revolução de 1930: comunistas e trotskistas*. Dissertação de mestrado, IFCH–UNICAMP. Campinas, 1996; e Angelo José da Silva. "Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil", *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, (8), pp. 43-54, 1997.

3 Segue uma pequena biografia de Astrojildo Pereira, retirada do CD-ROM "Era Vargas 1º Tempo"; CPDOC–FGV.
Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu em Rio Bonito (RJ), em 1890.
Ainda jovem iniciou sua militância em organizações operárias de orientação anarquista, tendo sido um dos promotores, em 1913, do II Congresso Operário Brasileiro. Iniciou na imprensa operária sua carreira de jornalista, atividade a que se dedicaria durante a maior parte de sua vida. No final de 1918, participou dos preparativos de uma frustrada insurreição anarquista e, por conta disso, foi preso. Com a vitória da Revolução Russa, em 1917, começou a afastar-se do anarquismo.
Em 1922, participou do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em Niterói (RJ). Em seguida, foi eleito secretário-geral da nova organização e, nessa condição, fez sua primeira viagem à União Soviética, em 1924. No ano seguinte, o PCB iniciou a publicação do jornal *A Classe Operária*, que teve Astrojildo e Octávio Brandão como principais redatores. Em 1927, encarregado pela direção do partido de buscar contato com Luís Carlos Prestes, exilado na Bolívia, para propor-lhe entendimentos políticos, entregou ao líder tenentista diversos volumes de literatura marxista.
Em 1928, passou a fazer parte do Comitê Executivo da Internacional Comunista, eleito no VI Congresso da entidade. Entre fevereiro de 1929 e janeiro de 1930 permaneceu em Moscou, de onde voltou com a orientação de proletarizar o PCB, ou seja, promover a substituição dos intelectuais da direção do partido por operários.

Em novembro de 1930, o processo de proletarização acabou atingindo o próprio Astrojildo, que foi afastado da secretaria-geral. No ano seguinte, desligou-se do PCB, após breve período de atuação junto ao seu Comitê Regional de São Paulo. A partir de então, dedicou-se durante muitos anos aos negócios particulares herdados do pai e, já como crítico literário reconhecido, colaborou no jornal carioca *Diário de Notícias* e na revista *Diretrizes*. Em 1944, publicou *Interpretações*, obra em que reunia estudos sobre literatura. Em 1945, foi delegado do Estado do Rio ao I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, e um dos redatores da declaração de princípios do encontro, marcada por críticas à ditadura de Vargas. Ainda em 1945, retornou ao PCB e, desde então, passou a colaborar intensamente com a imprensa partidária. Dirigiu as revistas *Literatura*, *Problemas do Socialismo* e *Estudos Sociais*, e colaborou com jornal *Imprensa Popular* e com a revista *Novos Rumos*.
Em 1964, foi preso após o golpe militar, tendo permanecido na prisão por três meses, já em estado de saúde precário. Morreu no Rio de Janeiro, em 1965.

4 V. Astrojildo Pereira. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

5 Ibidem.

6 Quando pesquisava no volume original de *Interpretações*, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da UNICAMP, pude verificar que havia uma série de anotações manuscritas no trabalho de Astrojildo sobre Machado de Assis. Ao final da página 48, uma delas destacava-se. Suponho que tenha sido feita por Otávio Brandão, uma vez que o volume fazia parte de seu acervo pessoal. Caso minha suposição esteja correta, temos mais um elemento para somar ao arsenal de críticas dirigidas a Astrojildo por Brandão. Pode-se ler em letras grandes e calcadas no papel amarelado "Trabalho medíocre!".

7 V. "A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros", in João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*, vol. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

8 O texto utilizado aqui é aquele presente em Astrojildo Pereira. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

9 Ver Angelo José da Silva. *A crítica operária à Revolução de 1930: comunistas e trotskistas*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 1996.

10 Astrojildo Pereira. Ensaios históricos e políticos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 197.

11 Idem, p. 198.

12 Idem, p. 191.

13 Idem, p. 191. Para uma discussão mais detalhada destas afirmações de Astrojildo Pereira sobre a Revolução de 1930 e sua natureza, ver Angelo José da Silva. *A crítica operária à Revolução de 1930: comunistas e trotskistas*, op. cit., principalmente o Capítulo 2.

14 Astrojildo Pereira. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 195.

15 Idem, p. 202.

16 Idem, p. 203.

17 Idem, p. 206.

18 Idem, pp. 176-7.

19 Idem, p. 178.

20 Idem, p. 179.

21 Idem, p. 177.

22 Idem, p. 179.

23 Idem, p. 183.

24 Idem, p. 184.

25 Idem, p. 185, grifo no original.

26 Ibidem.

27 Idem, p. 187.

28 Seguem indicações biográficas de Otávio Brandão, também retiradas do "CD-ROM Era Vargas 1º Tempo", CPDOC–FGV.
Otávio Brandão Rego nasceu em Viçosa (AL), em 1896.
Farmacêutico, diplomou-se pela Universidade de Recife. Foi um dos pioneiros na defesa da existência de petróleo no subsolo brasileiro, em conferências realizadas em Maceió na década de 10. Nesse mesmo período, iniciou sua militância anarquista na capital alagoana.
Em 1919, após passar dois meses na prisão, conseguiu fugir e se transferiu para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como farmacêutico e continuou sua militância anarquista. Logo, porém, entraria em contato com o marxismo, por intermédio de Astrojildo Pereira. Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), ainda em 1922, poucos meses após sua fundação. Durante a década de 1920, assumiu destacada posição no partido, sendo eleito para sua comissão executiva já em 1923. Dois anos depois, foi um dos fundadores do jornal oficial do partido, *A Classe Operária*, tornando-se um de seus principais redatores.
Em 1928, elegeu-se para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro pela legenda do Bloco Operário Camponês, criada pelo PCB. Em 1930, foi preso logo após o início do movimento político-militar que pôs fim à República Velha e levou Getúlio Vargas ao poder. Por essa época, o PCB iniciava um processo de mudanças em sua estrutura, caracterizadas pela substituição dos intelectuais que ocupavam posições em sua direção por trabalhadores manuais. Afastado da direção partidária em função dessas mudanças, em 1931 Otávio Brandão passou a viver na União Soviética. De lá criticou a deflagração dos levantes militares de novembro de 1935, sob o comando de Luís Carlos Prestes, já então membro do PCB. Durante a Segunda Guerra Mundial trabalhou na Rádio Moscou, produzindo programas em língua portuguesa.
Em 1946, voltou ao Brasil. No ano seguinte elegeu-se vereador no Rio de Janeiro pelo PCB. Em 1948, porém, foi cassado juntamente com todos os parlamentares do PCB, após o cancelamento do registro do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio do ano anterior. Em seguida, passou a viver na clandestinidade, assim permanecendo até 1958. Voltou, mais uma vez, à clandestinidade em 1964, com a implantação do regime militar, só vindo a reaparecer publicamente em 1979.
Morreu no Rio de Janeiro, em 1980.

29 Palavras de Astrojildo Pereira em relação ao texto em pauta de Otávio Brandão. Apud. Paulo Ribeiro Cunha, p. 55.

30 De maneira distinta daquela de Astrojildo Pereira que apontou análises de forma esparsa em seus vários escritos, Otávio Brandão produziu o ensaio em pauta, concentrando ali suas interpretações sobre a realidade brasileira. Em função disto é que os comentários sobre sua produção analítica restringem-se, quase que exclusivamente, a Agrarismo e industrialismo. Além disso, relembro que Brandão e suas análises definiram a linha política do PCB até aproximadamente 1930. Fora do Partido, as idéias dualistas de Brandão tiveram seus ecos ressoando até por volta dos ano 70. Para maiores detalhes sobre esta influência de Brandão nos textos acadêmicos ver minha dissertação de mestrado indicada anteriormente.

31 Sobre esses qualificativos para agrarismo e industrialismo, ver meu artigo publicado na *Revista de Sociologia e Política*, mencionado acima, especialmente a página 44.

32 Esta discussão encontra-se mais desenvolvida em meu artigo apontado na nota anterior, especialmente pp. 45-6.

33 V. João Quartim de Moraes, "A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro", in Daniel Aarão Reis Filho et al. (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

34 Fritz Mayer (pseudônimo). *Agrarismo e industrialismo*. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. Buenos Aires (Rio de Janeiro), s.e., 1926, p. 4.
Informo o leitor que procedi, já na indicação bibliográfica e nas citações, à atualização ortográfica do ensaio de Brandão.

35 Idem, p. 4.

36 Idem, p. 6.

37 Para o trotskismo essa visão era equivocada. A crítica à tese aqui apresentada será melhor desenvolvida quando trabalhar, a seguir, com as formulações de Mário Pedrosa.

38 Mayer, p. 8.

39 Idem, p. 43.

40 Idem, p. 67.

41 Idem, p. 7.

42 As anotações biográficas a seguir foram retiradas de Fúlvio Abramo et al. (orgs.), *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista — 1930-1933*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 66.
Mario Xavier de Andrade Pedrosa (1900-1981). Jornalista e crítico de arte. Entra para o PCB em 1927, sendo responsável pelo Socorro Vermelho (entidade criada para prestar apoio às vitimas da repressão). É enviado pela direção do Partido para freqüentar a Escola Leninista de Moscou, mas em Berlim adoece, toma contato com a Oposição de Esquerda e desiste de freqüentar o curso. Em correspondência com vários camaradas brasileiros os põe a par do que ocorria na Internacional Comunista e toma a defesa das posições de Trotsky, ganhando vários deles para a Oposição de Esquerda. Retorna ao Brasil em 1929 e lança as bases do primeiro grupo oposicionista brasileiro: o Grupo Comunista Lenine, criado em maio de 1930. É um dos fundadores do jornal *A Luta de Classe*. Empenha-se nas lutas sindicais e nas campanhas antifacistas. É um dos fundadores do jornal *O Homem Livre*, que se torna órgão da Frente Única Antifacista. Participa do enfrentamento entre antifascistas e integralistas, no dia 7 de outubro de 1934, quando é ferido, à bala. Em 1938, é enviado, como representante das seções latino-americanas, para participar da conferência de fundação da IV Internacional, onde intervém sob pseudônimo de Lebrun. É designado responsável pela América Latina no Comitê Executivo. Com a ida do Comitê Executivo da IV Internacional para Nova Iorque, passa a aproximar-se das posições de Max Schachtman (1903-1972), que critica a caracterização da União Soviética feita pela IV Internacional. Rompe em 1940. Volta clandestinamente em 1941, sendo preso e expulso, retornando em 1945 ao Brasil, defendendo a criação de um Partido Socialista por meio das páginas do jornal *Vanguarda Socialista*.

43 O texto que servirá como baliza para os comentários da visão de Pedrosa, principal articulador do trotskismo no Brasil em seus primeiros anos, é *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, escrito em parceria com Livio Xavier. Os autores

adotaram os pseudônimos de M. Gamboa, Pedrosa, e L. Lyon, Xavier. A versão por mim trabalhada desse texto é aquela publicada em *Na contracorrente da história*, uma tradução do texto originalmente publicado no *La Lutte de Classes*, número 28-9, de fevereiro-março de 1931, na França. No Brasil, o texto foi publicado "no número 6 de *A Luta de Classe*, de fins de setembro de 1930, não teve grande circulação, pois o referido periódico foi apreendido por ocasião do levante armado de 3.10.1930" (*Na contracorrente...*, p. 83, nota 36).

44 Idem, p. 68.

45 Idem, p. 69.

46 Idem, p. 70.

47 Idem, p. 72.

48 Ibidem.

49 Idem, p. 74.

50 Idem, p. 75.

51 Idem, p. 77.

52 Idem, p. 78.

53 Ibidem.

54 Ibidem.

55 Idem, p. 79.

56 Ibidem.

57 Apud. João Quartim de Moraes. *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, vol. II, p. 96.

Capítulo 4

O Programa Nacional-Democrático: fundamentos e permanência

João Quartim de Moraes

Em memória de meu pai e amigo de sempre,
Neddy Quartim de Moraes.

Pretendemos nesse capítulo expor os fundamentos teóricos do programa nacional-democrático da revolução brasileira, que inspirou os debates e as lutas mais importantes da esquerda ao longo do século XX e cuja importância política se expressa na permanência dos objetivos que considerava essenciais, notadamente o desenvolvimento autônomo da economia nacional e a reforma agrária. O interesse e a importância de um tema histórico não se medem necessariamente por sua atualidade. No caso, entretanto, estamos convencidos de que aqueles temas permanecem no centro de toda e qualquer visão crítica e transformadora da sociedade brasileira.

Formulado e defendido pelo PCB durante a década que precedeu o golpe de 1964, esse programa começou a ser elaborado em meados dos anos 40, como procuramos mostrar em capítulo do volume precedente da *História do marxismo no Brasil.*[1] Sofreu, a partir de 1947, o impacto da crispação esquerdista provocada pela farsa judiciária da cassação do registro e dos mandatos parlamentares do par-

tido. Mas, a partir do realinhamento político suscitado pelo suicídio de Getúlio Vargas, vítima da sanha reacionária da direita liberal, os comunistas retomaram, primeiro na ação, depois na doutrina,[2] a linha programática esboçada na década anterior. Mas as lições teórico-programáticas que se tiraram, no interior da esquerda marxista, do descrédito resultante da derrota levaram a erros maiores do que os cometidos pelo PCB. Compreender esses erros (tanto os da política comunista quanto os de seus críticos) é indispensável para que a esquerda brasileira volte a ser portadora de um projeto coerente de transformação social.

A expressão teórica mais completa do programa está na obra de Nelson Werneck Sodré. Alberto Passos Guimarães, em *Quatro séculos de latifúndio*,[3] influenciou fortemente o pensamento comunista a respeito da reforma agrária. A influência de Caio Prado Jr., também notável, acabou se exercendo menos por seus livros mais importantes (*Formação do Brasil contemporâneo*, *História econômica do Brasil*, *Evolução política do Brasil*), do que pela infeliz crítica ao programa agrário do PCB desenvolvida em *A Revolução Brasileira*.[4] Jacob Gorender ocupa, tanto por sua trajetória política como por sua produção teórica, posição peculiar, distinta tanto da de Sodré quanto da de Caio Prado. *O escravismo colonial*, sua obra maior e uma das mais importantes do marxismo brasileiro, desenvolve uma original teoria do modo de produção próprio à economia escravista brasileira, que se afasta dos fundamentos do programa nacional-democrático na medida em que apresenta o latifúndio, portanto o modo de apropriação da terra, como determinado pela escravidão e esta pela grande plantação colonial.

Até por ser pouco conhecida, a importância atribuída à concepção do caráter antifeudal e antiimperialista do combate revolucionário não somente por Carlos Marighella, mas também pelos jovens teóricos do COLINA (Comandos de Libertação Nacional), Ângelo Pezzutti e Herbert Daniel, merece ser mencionada.[5] Também marxistas ligados ao nacionalismo de esquerda, notadamente Paulo Schilling, centraram o programa revolucionário na reforma agrária, portanto na democratização da propriedade.

1. *Os comunistas e a crítica das instituições políticas brasileiras*

O termo "democracia" presta-se, sabidamente, pela ampla gama de suas conotações, a toda sorte de manipulações ideológicas.[6] Os marxistas, no Brasil e alhures, empregam-no em dois sentidos principais. Em sentido absoluto, sem qualificações, é valorizado positivamente como forma política do progresso social e do interesse coletivo. Seus correlatos objetivos são as situações históricas em que o poder do povo se concretizou paradigmaticamente, como na Atenas de Péricles e na França de Robespierre. Quando qualificado, seu significado pode ser: a) pejorativo, como na expressão "democracia formal"; b) descritivo e politicamente ambivalente, como nas expressões "democracia burguesa", "democracia social" ou "social-democracia"[7]; c) normativo e politicamente positivo, como em democracia "proletária", "operária" etc. As expressões "democracia formal" e "democracia burguesa" recobrem, com a diferença de conotação indicada, o campo semântico da noção de liberalismo, isto é, da ideologia e das instituições que os ideólogos do capital costumam erigir, salvo em situações de crise maior,[8] em expressão paradigmática da legitimidade política.

Tanto as categorias democracia e liberalismo quanto as qualificações da democracia foram utilizadas nesses sentidos por Lenin, com notável constância, desde 1899 (em *Um movimento retrógrado na social-democracia russa*), até o final de 1918 (em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*). Contrariamente a muitos de seus pretensos epígonos, ele nunca reduziu a democracia aos interesses políticos da burguesia, porque nunca a confundiu com o liberalismo. Mas, por isso mesmo, sempre denunciou as pretensões dos liberais de falar em nome da democracia.

Os defensores do programa nacional-democrático, até por definição, reconheciam o conteúdo revolucionário da democracia e portanto sua diferença relativamente ao liberalismo. Mas, para eles, a diferença mais importante passava menos por essas duas categorias do que pelo contraste entre a forma ideológico-institucional e o conteúdo político. Um exemplo, entre muitos outros, está num discurso de Luís Carlos Prestes, então senador, a favor da reforma agrária:

> O presidencialismo de nossas constituições republicanas... traduz o predomínio de uma classe de senhores feudais, sucessores de senhores de escravos que, habituados a mandar, não podem admitir na prática livre discussão, nem aceitam a possibilidade de governar em colaboração com outras classes. O presidente da República substitui o monarca, que, se tinha a denominação de poder moderador, era [...] chefe hereditário dos senhores de escravos, cujos interesses sempre defendeu. No final das contas, o nosso parlamentarismo na monarquia era, na verdade, uma tão grande caricatura do verdadeiro parlamentarismo burguês europeu, quanto o nosso presidencialismo republicano, do presidencialismo norte-americano.[9]

Critica pois não as formas políticas do liberalismo (parlamentarismo, presidencialismo), mas o fato de terem sido transpostas ao Brasil como mero arremedo (imitação caricatural do parlamentarismo inglês durante o Império, do presidencialismo norte-americano durante a República Velha), como forma sem conteúdo, ou, mais exatamente, como deformação do conteúdo.

A cassação do registro e o confisco dos mandatos do PCB pelo golpe parlamentar de 1947 confirmaram, na espessa eloqüência dos fatos, a distância que separava a fraseologia liberal da Constituição de 1946 dos métodos de dominação de classe dos latifundiários (majoritários no Congresso) e da burguesia pró-imperialista. O significado desse contraste não era entretanto unívoco: podia ser interpretado como expressão tanto do caráter hipócrita, portanto ilusório, das liberdades e direitos da democracia burguesa, quanto de seu caráter precário e incipiente. A primeira interpretação prevaleceu entre 1947 e 1954; a segunda, esboçada em 1944-1946,[10] reativou-se a partir de 1954, quando os comunistas aliaram-se, no combate sindical, ao trabalhismo getulista. Passaram, desde então, a conceber a democracia principalmente como resultado cumulativo das conquistas da classe operária, dos demais trabalhadores e, no campo, da reforma agrária. Portanto como democratização da sociedade. Às vésperas do golpe, essa concepção encontrou nas "reformas de base" do governo João Goulart seu maior impacto programático.

Não foram só os marxistas que contrapuseram a democracia, como perspectiva política, ao caráter arraigadamente antidemocrático da sociedade e da cultura brasileiras. Autores ligados a outras

correntes de pensamento, alguns de direita, que estudaram com um mínimo de sentido crítico as instituições políticas brasileiras, constataram que a democracia não passa, entre nós, de frágil verniz sobreposto a uma ordem social fundada nas diferenças de estatuto e na desigualdade de direitos. Desde o século XIX, encontramos notáveis expressões dessa linha crítica. Assim, Tobias Barreto desnudou, em *A questão do poder moderador*, a nulidade teórica dos apologistas do Império, empenhados em demonstrar com prolixos tratados a consistência jurídica e institucional do poder definido nos artigos 98 a 101 da Constituição de 1824. Basta consultá-los, em especial o artigo 101, em que são taxativamente enumeradas as nove atribuições daquele poder,[11] para constatar que configuraram tão-somente um compromisso híbrido entre o absolutismo monárquico e o constitucionalismo, entre o "O Estado sou eu" e o "O Rei reina, mas não governa".

Na primeira metade do século XX, Oliveira Viana constatou à exaustão o abismo entre o "país legal" e o "país real", explicando-o pelo que chamou "idealismo utópico" das "elites", isto é, a ilusão fetichista de que bastaria dotar o Brasil de uma constituição copiada do paradigma estadunidense para que a cultura política e a moralidade objetiva se tornassem substancialmente idênticas às da matriz imperial. Na verdade, ele próprio contribuiu para idealizar as "elites", atribuindo-lhes ideais que nunca tiveram. Politicamente conservador e filosoficamente positivista, não iria reconhecer que, longe de se reduzir, como pretendia, à projeção imaginária dos devaneios inconseqüentes de uma intelectualidade provinciana, deslumbrada com as instituições norte-americanas (como, durante o Império, deslumbrara-se com as inglesas e francesas), os princípios liberais da Constituição de 1891 (autonomia federativa, descentralização, separação dos poderes), estavam bem adaptados à ditadura dos fazendeiros. Adaptação perversa, sem dúvida, já que haviam sido amputados de todo conteúdo democrático (autogoverno, participação ativa da cidadania, pelo menos no âmbito municipal, na gestão da coisa pública), mas politicamente funcional como imagem idealizada das relações reais de dominação de classe.

Não só entre nós, de resto, mas em quase todo o continente americano, o liberalismo, convenientemente mutilado, funcionou

como princípio de organização do poder político exercido pelas oligarquias agrárias. No Brasil, em particular, pelas que se agruparam em torno da "aliança do café". Impermeabilizado a qualquer expressão efetiva da soberania popular, inclusive o voto (não é preciso insistir na farsa que eram as eleições da "República Velha"), o liberalismo serviu para assegurar aos chefes políticos das oligarquias estaduais dominantes o primado de seus interesses locais e regionais sobre o interesse nacional ou sobre os interesses regionais das oligarquias de Estados mais fracos. Esse indigente liberalismo de "ruralistas", jagunços e currais eleitorais funcionou de um lado como mistificação utópica, mas, de outro, cimentou ideologicamente o controle do poder federal pelos interesses dominantes. Basta evocar um só exemplo nesse sentido: enquanto, a partir de 1906, as finanças nacionais foram inteiramente subordinadas aos interesses dos exportadores de café, conforme o mecanismo, descrito por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, da "socialização das perdas", nenhuma iniciativa séria foi tomada, no plano federal, para salvar da catástrofe a produção amazônica de borracha.

2. *Programa, etapa e tática*

Um programa revolucionário caracteriza-se tanto pelo que nega quanto pelo que afirma. A negação constitutiva do programa dos comunistas do Brasil era dupla: contra o latifúndio, contra o imperialismo. A primeira negação concretizar-se-ia na revolução agrária, a segunda na revolução nacional. Só aquela, entretanto, afetava a base econômica da sociedade, na medida em que preconizava a supressão das relações de produção baseadas no monopólio latifundiário da terra e a instauração no campo de novas relações de produção, baseadas na apropriação da terra pelos trabalhadores. Já o segundo objetivo central do programa pretendia suprimir a dominação imperialista sobre a economia nacional em seu conjunto, e não uma classe exploradora. Objetivos heterogêneos, mas complementares: ambos visavam romper os obstáculos ao desenvolvimento da produção nacional, à ampliação do mercado interno e ao progresso social.

Em seus fundamentos teóricos e doutrinários esse programa sobreviveu, com ênfases e perspectivas distintas, às sucessivas fraturas do comunismo brasileiro, notadamente às de 1961-1962 (cisão entre o PCB e o PC do B) e de 1967-1968 (quando romperam com o PCB os partidários da luta armada, dirigidos por Marighella, e a corrente reunida em torno de Mário Alves e Jacob Gorender).

No complexo de fatores que conduziram à cisão PCB–PC do B, os internacionais (denúncia por Kruschev do caráter policial-terrorista assumido pela ditadura de Stalin, ruptura da China Popular com a União Soviética) são freqüentemente enfatizados em detrimento dos nacionais. A importância daqueles é evidente, mas seus efeitos internos foram mediatizados pela história do comunismo brasileiro. Não foi para hipotecar apoio a Moscou contra Pequim, mas com o objetivo (frustrado) de facilitar a volta à legalidade que a direção eleita no V Congresso (1960) substituiu a conotação internacionalista do nome histórico, Partido Comunista do Brasil, por uma mais nacional, Partido Comunista Brasileiro. Tanto assim que a referência internacional do grupo reunido em torno de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar no momento em que tornou pública sua ruptura com a direção eleita e as decisões adotadas naquele congresso, inclusive a mudança de nome, era ainda a União Soviética. Vale notar, a esse respeito, que a contraposição jornalística entre o PCB "pró-soviético" e o PC do B "pró-chinês" só adquiriu algum significado mais tarde, quando os dirigentes do PC do B, não tendo conseguido ser reconhecidos pelos soviéticos, que preferiram, por razões tanto de forma (respeito às decisões tomadas num congresso partidário) quanto de fundo (apoio à aliança com a burguesia nacional e à luta pela legalidade), além do apego ao prestígio de Luis Carlos Prestes, reiterar o reconhecimento do PCB como "partido irmão", decidiram voltar-se para a China Popular e o pensamento de Mao Tsé-tung. Contrariamente, pois, à banal interpretação anticomunista que reduzia a cisão a mero reflexo interno do conflito sino-soviético, a tomada de posição dos comunistas brasileiros neste conflito foi conseqüência e não causa da cisão de 1961-1962.

A grande preocupação da corrente vitoriosa no V Congresso era conferir caráter prioritário à luta eleitoral e à aliança com a bur-

guesia nacional. Note-se, entretanto, que esses dois objetivos não implicavam necessariamente em mudança de programa. A luta pela legalidade e pelos direitos eleitorais, como qualquer outra forma de luta, constitui, na teoria leninista, uma questão de *tática* e não de princípio. Mudar de tática é adequar as forças da revolução a uma situação nova. Persistir na mesma tática numa conjuntura distinta é passividade, inércia. A dificuldade, em 1961-1962, estava na avaliação da mudança de conjuntura, se era suficiente para exigir mudança de tática, como sustentava o PCB, ou se, ao contrário, uma relativamente pequena mudança na situação política estava servindo de pretexto para o abandono da perspectiva revolucionária, como sustentava o PC do B.

Nessa questão, decisiva para a história político-partidária do comunismo brasileiro, interessa-nos aqui a constatação de que, a despeito de sustentarem interpretações incompatíveis sobre a hierarquização e articulação das formas de luta e das alianças de classe, os comunistas brasileiros e os comunistas do Brasil mantiveram a mesma concepção de fundo sobre as transformações que a sociedade brasileira exigia: eliminação do latifúndio e da dominação imperialista. Mantiveram-na também, como assinalamos, quase todos os articuladores da luta armada desencadeada em 1968.

Majoritário, mas não unânime na esquerda marxista, o programa nacional-democrático não foi aceito nem por Caio Prado Jr.,[12] cujos argumentos examinaremos mais adiante, nem pelos grupos que, em nome de uma concepção verbalmente intransigente e ideologicamente messiânica da missão histórica da classe operária, rejeitavam qualquer impureza suscetível de macular seu "programa socialista". A crítica que dirigiam ao programa democrático pode se expressar num silogismo: se a revolução é anti-capitalista e a democracia uma forma de dominação política da burguesia, a democracia não pode ser revolucionária. As liberdades democráticas, no máximo, interessariam "taticamente" à classe operária.[13]

A primeira premissa desse silogismo remete a uma complexa e muito disputada questão de fundo da teoria marxista da revolução, levantada entre nós pelos que atacavam "pela esquerda" o programa comunista, imputando-lhe uma concepção "etapista" do processo revolucionário. A inspiração internacional dessa crítica está na doutrina de Trotski sobre a "revolução permanente", isto é, na tese, admirável por seu otimismo (que, em muitos de seus epígonos, transfigura-se em messianismo proletário), de que a classe operária é permanentemente mobilizável para a revolução socialista e só não a fez ainda triunfar porque é, também permanentemente, traída por seus dirigentes.[14] Mais consistente é a ênfase na inseparabilidade entre as lutas presentes e o objetivo final (socialismo, comunismo) e, conseqüentemente, a crítica à divisão da revolução brasileira em "etapas". No desenvolvimento de nossa exposição, teremos ocasião de examinar essa crítica, tal como se manifestou concretamente no debate sobre os fundamentos objetivos do programa nacional-democrático, bem como suas conexões com a problemática da periodização histórica, notadamente a propósito da coexistência de vários modos de produção como princípio de explicação da peculiar simbiose de atraso e progresso que tece a trama de nosso destino coletivo.[15]

A segunda premissa repousa na redução dogmática da democracia a mera forma de dominação de classe da burguesia.[16] Ironicamente, essa rejeição, que pretende resguardar a pureza revolucionária da classe operária, contribui para o ocultamento das diferenças entre liberalismo (a forma política mais adequada à dominação de classe dos capitalistas)[17] e democracia (que, no capitalismo, constitui, em larga medida, o resultado histórico das conquistas econômicas e políticas dos trabalhadores) e portanto para reduzir o conteúdo desta ao horizonte daquela. As chamadas "democracias liberais" não passam, com efeito, de liberalismos que absorveram, em graus variáveis, instituições e valores democráticos, a começar pelo sufrágio universal, permanecendo entretanto fundamentalmente liberais. Por isso, ao anular a democracia como questão revolucionária, os dogmáticos a abandonam às manipulações ideológicas dos politólogos burgueses, empenhados, por dever de ofício, em reduzir seu alcance à lógica do mercado e da propriedade privada dos meios sociais de produção. Nesse erro não incorreram os comunistas brasileiros, cujo programa contribuiu para desmistificar o rebaixamento liberal do significado historicamente denso e, em muitas situações, revolucionário do termo democracia.

Na obra de Nelson Werneck Sodré, como nos discursos de Prestes e nos documentos do PCB, o potencial revolucionário da democracia expressa-se em contraposição ao poder político dos latifundiários e dos agentes do imperialismo. Tal é o sentido da crítica à "ideologia do colonialismo", fórmula que, como se sabe, constitui o título de um de seus mais importantes estudos.[18] Como procuramos mostrar em volume anterior, a fundamentação teórica do programa nacional-democrático efetuou-se, coerentemente, na análise e na história das relações econômicas constitutivas da sociedade brasileira.[19] Na crítica das instituições políticas, como vimos a propósito de Prestes, os comunistas enfatizaram principalmente o contraste entre a forma, copiada do parlamentarismo europeu no Império e do presidencialismo estadunidense na República, e o conteúdo, respectivamente escravista e semi-feudal. Ao concentrarem a análise crítica nessa contradição entre a ideologia arremedada e o conteúdo social que a desmentia, deixaram de enfocar a diferença entre liberalismo e democracia como tais. Essa diferença só seria explicitamente tematizada a partir dos anos 1970, quando a questão (e para alguns o culto) da democracia passou a ocupar posição central no pensamento comunista.

O importante, entretanto, é que, mesmo conceitualmente insuficiente, a denúncia da caricatura institucional captava o essencial: se a democracia, entre nós, só existia no papel, cumpria então instaurá-la, como a haviam instaurado, para uso interno, as metrópoles imperiais, cujas instituições eram antes arremedadas que imitadas pelos ideólogos provincianos do latifúndio e da burguesia colonizada.

3. *Origens do atraso brasileiro: latifúndio e dominação colonial*

Cabe a Werneck Sodré o grande mérito teórico e político de ter incansavelmente perseguido a explicação do atraso brasileiro em termos de atrofia, bloqueio e frustração da revolução burguesa. Concordemos ou não com seu princípio de interpretação, ele nos oferece uma resposta coerente e concreta. O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista. A história do atraso brasileiro resolve-se na reprodução, sob novas formas, desse duplo entrave originário. A conexão do monopólio latifundiário da terra com a dominação estrangeira era, com efeito, transparente no período colonial: agricultura escravista produzindo para o mercado europeu. As discrepâncias entre os autores marxistas configuraram-se na avaliação dos pesos determinantes respectivos do modo de produção instaurado no Brasil e de sua inserção no mercado internacional. Os dois pólos são evidentemente interdependentes, mas a ênfase no comércio europeu leva a tratar as forças e relações de produção aqui instauradas como meros efeitos do "sistema colonial". Com efeito, todos os autores que salientaram unilateralmente o caráter exportador da economia colonial foram levados a subestimar os fatores internos do atraso brasileiro.

Examinando a questão nas considerações metodológicas preliminares de *O escravismo colonial*, Jacob Gorender oferece uma síntese das interpretações da formação histórica da sociedade brasileira, criticando tanto aquelas centradas no latifúndio, "entendido como categoria central da qual se segue necessariamente uma forma qualquer de feudalismo", quanto as que se basearam nos ciclos do comércio exterior (pau-brasil, açúcar, ouro, algodão, café). A primeira linha, com efeito, obrigada a "admitir que o feudalismo se baseou em relações escravistas", tinha de considerá-las como "fenômeno [...] secundário diante do privilegiamento teórico da grande propriedade territorial" (variante desenvolvida por Alberto Passos Guimarães, para quem "o feudalismo se baseou em relações escravistas") ou então (segunda variante, que ele imputa a Werneck Sodré) sustentar que "o escravismo [...] teve existência restrita, logo submergida pela formação feudal [...]".[20]

Quanto à segunda linha, atribui a Caio Prado Jr. o mérito de ter aprofundado a interpretação em termos de ciclos, ultrapassado a mera "história comercial" para descobrir "[...] a estrutura exportadora da economia colonial", configurando assim "o quadro de uma sociedade colonial capitalista".[21] Critica-a, entretanto, por erigir o mercado em "chave explicativa da economia colonial" e, portanto, sobrepor a "esfera da circulação às relações de produção".[22] A crítica remete à muito disputada tese de que o Brasil é capitalista senão

desde Cabral, ao menos a partir de Tomé de Souza, mais exatamente, na expressão de Caio Prado Jr., "se entrosa" e "participa desde seus primórdios" "do sistema internacional do capitalismo". "É como parte e peça de um sistema mercantil internacional", que foi colonizado e "nessa mesma situação... se perpetua".[23] Sem dúvida, é inegável que a plantação colonial marcou a transferência, em larga escala, do capital comercial para a esfera produtiva. Processo contemporâneo da mercantilização da agricultura inglesa, que, como veremos logo adiante, antecedeu e condicionou historicamente a introdução das relações capitalistas de produção no campo. Mas o equívoco, do ponto de vista do marxismo, fica patente na identificação de "sistema mercantil internacional" a "sistema internacional do capitalismo". O caráter mercantil da produção, isto é, o predomínio da produção para a troca não se confunde com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercâmbio do trabalho vivo com o salário. Ao confundi-los, para sustentar que a economia brasileira é capitalista desde as origens, os "mercadocêntricos" privaram-se da possibilidade de explicar a desigualdade de desenvolvimento entre os países que permaneceram submetidos ao jugo colonial e os que dele se emanciparam. Segundo Caio Prado, com efeito, no território brasileiro "se constituiu uma nacionalidade cujas raízes se situam no próprio complexo cultural que daria origem, mais tarde ao imperialismo; e cuja organização econômica, social e política se plasmaria, por conseguinte, em função de circunstâncias e padrões que são os do mesmo sistema [...]".[24] Como entender, nessa perspectiva, que os Estados Unidos, cujas "raízes" se situam no mesmo "complexo cultural", tenham logrado se transformar de colonizados em colonizadores, de colônia em Império, ao passo que o Brasil e os demais países da América Latina apenas passaram de uma dominação para outra?

Em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Werneck Sodré sintetiza sua explicação dessa diferença. "A ausência de passado feudal permitiu as Estados Unidos operar, no mesmo movimento, a autonomia política e a revolução burguesa [...]. No Brasil, a autonomia, herdando escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa."[25] Nos Estados Unidos, com efeito, a grande plantação colonial escravocrata não impediu o desenvolvimento, no Norte e no Oeste, de uma forte classe de agricultores independentes, ao passo que no Brasil o monopólio latifundiário da terra, ao bloquear a possibilidade de um desenvolvimento semelhante, impedindo o produtor direto de ter acesso à propriedade da terra, atrofiou a economia camponesa e, portanto, gerou a ancestral miséria das massas, a estreiteza do mercado interno etc. Vale acrescentar, no mesmo sentido, que os estadunidenses resolveram pela guerra dita da secessão a contradição entre o modo burguês e o modo escravista de produção, ao passo que, no Brasil, a abolição, que só veio um quarto de século depois, deixou intacto o monopólio latifundiário da terra, preservando a dominação de classe da oligarquia fundiária.

Para ele, portanto, a chave da diferença entre a prosperidade estadunidense e o atraso brasileiro está na revolução burguesa, precoce e bem-sucedida num caso, postergada e incompleta no outro, e não na escravidão, que ambos conheceram. Examinaremos adiante o debate sobre a caracterização do latifúndio como forma feudal de exploração do trabalho, mas desde já vale assinalar que não se pode caracterizar como capitalista o modo de produção dominante no continente europeu da virada do século XV para o XVI. Os produtores diretos, tanto a grande maioria de camponeses quanto os membros das corporações de artes e ofícios, permaneciam unidos aos meios de produção (a terra e os instrumentos de trabalho); o capital financeiro e comercial apenas começava a se apoderar da produção, pelos poros e beiras da economia camponesa e das corporações de artes e ofícios. Mesmo na Inglaterra, onde os "landlords" estavam suprimindo em massa a agricultura camponesa de subsistência para substituí-la, por meio das chamadas "enclosures", pela cultura de cereais e principalmente por pastagens de carneiros para atender à crescente demanda de lã, a produção rural tornava-se mercantil, mas não capitalista. A produção foi assumida por arrendatários ("tenants"), que trabalhavam com suas famílias, recorrendo eventual e complementarmente à mão-de-obra assalariada. A grande maioria dos camponeses expulsos da terra foi atingida pelo momento negativo da proletarização, isto é, foi separada dos pressupostos objetivos da reprodução de suas condições de existência e relegada ao sombrio destino de vagabundos sem-terra, indo engrossar os batalhões de miseráveis de Londres.[26]

Na Europa continental, entretanto, a evolução que se processava na Inglaterra com o desenvolvimento da agropecuária mercantil sobre as ruínas das formas medievais de economia camponesa só se manifestou lenta e desigualmente. Da França à Rússia, a propriedade feudal resistiu ainda alguns séculos ao avanço das relações mercantis, adaptando-se, sempre que possível, à produção para a troca, assentada no sobretrabalho extorquido dos camponeses. Ainda que se possa caracterizar como revolução burguesa precoce, o movimento que levou à instauração da dinastia de Aviz no final do século XIV em Portugal mostrou-se muito limitado, exaurindo-se na grande expansão marítimo-colonial, sem penetrar em profundidade nas relações de produção internas.[27] Sem o que não entenderíamos a também precoce decadência que tornou o país do grande Camões, na passagem do século XVII para o XVIII, um protetorado inglês.

Parece-nos que o fôlego historicamente curto dessa "revolução burguesa" manifesta-se em boa medida no fato de que a prioridade dos navegantes, ao se depararem com o Novo Mundo, foi a rapina. No Brasil, a cujos autóctones não havia ocorrido a idéia de amealhar tesouros de metais preciosos, a pilhagem concentrou-se na madeira que lhe deu o nome, muito apreciada pelos franceses. Gorender observou a esse respeito que o "objetivo primordial da Coroa" não era instaurar plantações e sim "a criação de meios que conduzissem à descoberta de jazidas de metais preciosos", inspirando-se no êxito dos espanhóis. Tanto assim que, só após três décadas de desleixo e ameaçada de perder para os franceses a posse da nova colônia, o rei de Portugal decidiu organizar-lhe a ocupação e povoamento por meio das donatárias. "A documentação da época revela a insistência com que a Coroa pressionou os capitães-donatários e os governadores-gerais no sentido de que estimulassem e organizassem a produção do ouro."[28] Não se pode reconhecer mais claramente que a instauração do monopólio latifundiário da terra, por meio das donatárias e da conseqüente distribuição de sesmarias, precedeu cronológica e economicamente a implantação da "estrutura agroexportadora".

O ponto de partida histórico da economia brasileira situa-se na passagem dessa atividade predatória preliminar à introdução da plantação colonial, mediada pela instituição, politicamente motivada (de-

fesa do território recentemente conquistado), das capitanias e das sesmarias. A única contribuição da Coroa portuguesa para a colonização foi estabelecer o monopólio latifundiário da terra,[29] deixando entretanto aos donatários e aventureiros convertidos em sesmeiros a iniciativa, inspirada na experiência da cultura colonial da cana-de-açúcar acumulada nas ilhas atlânticas, de instaurar o negócio agroexportador. Por muito tempo, com efeito, os reis de Portugal relutaram em fornecer aos plantadores escravos negros e outros meios de produção, solicitados principalmente por Duarte Coelho para os promissores engenhos de açúcar de Pernambuco. Dava mais lucro vendê-los às colônias espanholas.[30] Tanto assim que a plantação escravocrata começou e manteve-se talvez durante dois séculos[31] na base da caça ao índio.

O predomínio inicial da mentalidade de saqueador é corroborado pelos historiadores que interpretam o Estado absolutista, então em formação, como aliança da Coroa não tanto com a burguesia ascendente, mas antes com a nobreza feudal que tentava se transformar para adaptar-se à expansão das relações mercantis. Nesse sentido, como personagens históricos, Cortez e Pizarro estariam mais próximos do Cid Campeador do que do "espírito empresarial capitalista" enaltecido por Max Weber em seu conhecido estudo sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.[32] Os três viveram à maneira de barões feudais, saqueando riquezas alheias, prolongando a tradição guerreira da Reconquista que habituara a nobreza hispânica a pilhar e colher tributos dos enfraquecidos emires árabes da Andaluzia. Dom Quixote, nesse aspecto, estava mais fora do lugar do que do tempo. Quem sabe teria, no México, encontrando na princesa asteca Malintche (que traiu seu povo por amor a Cortez) a reencarnação de Dulcinéia, conquistado o Império Asteca.[33]

Sem dúvida, a passagem da mera pilhagem à plantação colonial foi muito rápida. Mas isso mostra apenas que a época era de vertiginosa transição. De qualquer modo, a América espanhola presta-se, ainda menos que a portuguesa, à idéia do capitalismo *ab ovo*. Ou deveríamos considerar o "encomendero" um capitalista agrário? Se é incontestável que a colonização agroexportadora deu gigantesca contribuição para o avanço internacional da produção, criando condições para que frações crescentes da riqueza monetária acumulada na esfera da

circulação se transferissem para a produção, não é menos verdade que enquanto na Inglaterra a mercantilização da produção agrária abria caminho para a transformação generalizada dos produtos do trabalho em mercadorias, culminando, nos séculos seguintes, com a transformação dos próprios produtores em vendedores da mercadoria força de trabalho, no Novo Mundo a plantação colonial, ao generalizar o trabalho escravo e a apropriação latifundiária da terra, circunscrevia a produção mercantil à "estrutura exportadora", bloqueando a expansão do mercado interno.

Vale insistir, a esse respeito, que, se o caráter mercantil da expansão colonial européia bastasse para definir como capitalistas as regiões colonizadas, como querem os mercadocêntricos, então não haveria razão para negar essa qualificação à Ásia e África, solos históricos de antiqüíssimas sociedades agrárias. Mesmo submetidos ao jugo colonial, os povos afro-asiáticos permaneceram, em larga medida, unidos à terra e aos instrumentos de produção. As formas de exploração que lhes foram impostas, integrando-os pela força dos canhões no mercado mundial como fornecedores, a preços vis, de toda sorte de produtos coloniais (a África, de escravos), não lograram dissolver radicalmente a base econômica camponesa da maior parte daqueles povos. Marx observou a esse respeito que

> o comércio exerce [...] em toda parte uma ação mais ou menos dissolvente sobre as organizações da produção que [...] se orientam principalmente para o valor de uso. Mas a medida em que ele destrói o antigo sistema de produção depende em primeiro lugar da solidez e da estrutura interna deste. Não é tampouco do comércio, mas das características do antigo modo de produção que depende o resultado do processo de dissolução, isto é o novo modo de produção que substituirá o antigo.[34]

No Novo Mundo, onde faltavam os pressupostos afro-asiáticos (relativa solidez do modo de produção camponês), as relações de produção instauraram-se sobre bases radicalmente novas. Salvo nas áreas que haviam pertencido aos astecas e aos incas, em que o antigo modo de produção sobreviveu parcialmente, o efeito dissolvente da colonização européia separou radicalmente, no mais das vezes pelo extermínio, os indígenas da terra. Aqueles que aceitaram

o jugo colonial foram escravizados,[35] mas em escala insuficiente para atender à demanda de mão-de-obra das plantações. Em nenhuma hipótese, os colonizadores toleraram a persistência do modo de produção comunitário que haviam encontrado ao aqui se estabelecerem. Como tampouco toleraram os quilombos e as reduções jesuíticas dos guaranis aculturados, aniquilados pelos bandeirantes, com implacável sanha que não se explica somente pela perspectiva da caça abundante de escravos, mas também para impedir a propagação do mau exemplo de índios e negros que recusavam, aqueles sob a tutela da Companhia de Jesus, estes por conta própria, o destino de gado humano.

Tanto o "fator terra" quanto o "fator mão-de-obra" foram, pois, "alocados" pelo fator violência: expulsão, escravização ou extermínio dos autóctones, "importação" de milhões de escravos africanos. As terras úteis foram assim reservadas para os latifúndios; o caráter predatório da grande plantação a levava a incorporar sem interrupção novas terras, impedindo, portanto, que ela fosse cultivada, salvo residual e precariamente, por camponeses independentes.

À violência dos colonizadores sobre os colonizados sobrepunha-se a da metrópole colonial sobre a colônia. A coerção extraeconômica não se cingia, com efeito, a reservar o acesso à terra aos sesmeiros e a liberdade aos brancos. Impedia também a produção artesanal. No final do século XVIII, o Brasil era obrigado a importar quase todos as mercadorias que consumia; mesmo a grosseira camisa de algodão que vestia o escravo era manufaturada na Inglaterra, à qual Portugal havia se enfeudado desde o início do século. O conhecido Alvará assinado em Lisboa em 1785 pela rainha dona Maria I constitui peça antológica nesse sentido. Considerando "o grande número de fábricas e manufaturas que de alguns anos a esta parte se tem difundido, com grave prejuízo da lavoura e da cultura das terras minerais daquele vasto continente, porque, havendo nele grande e conhecida falta de população, é evidente que quanto mais se multiplicará o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores e menos braços haverá que se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios [...] nem as sesmarias, que formam outra considerável

parte do mesmo domínio poderão prosperar [...] por falta do benefício da cultura [...]", Sua Majestade conclui que o Brasil precisa de "colonos e cultivadores" (leia-se escravos) "e não de artistas e fabricantes" e proíbe as "fábricas e manufaturas".[36]

Foi fator de nosso atraso ter sido colônia de Portugal, como, "mutatis mutandis" o foi para os demais países latino-americanos ter sido colonizados pela Espanha, não por causa de uma nebulosa tendência ao "personalismo" ou individualismo destes dois países ibéricos,[37] e sim porque, desde o século XVII, eles entraram num ciclo longo de decadência que, já no início do século XVIII, relegou Portugal à condição de protetorado do Império britânico. Quando, no final do mesmo século, dona Maria II emitiu seu torpe alvará, os Estados Unidos já se haviam tornado independentes e, sob forte pressão dos colonos pobres, esboçavam uma legislação agrária que favoreceu o formidável progresso do "colosso do Norte" (expressão usada pela direita liberal brasileira para marcar o provinciano deslumbramento que lhe inspira a metrópole imperial; ela apenas se esquece que o "colosso" tornou-se tal graças, em larga medida, a uma política democrática de concessão de terras que aqui os latifundiários sempre se recusaram a aplicar).

Com efeito, nos Estados Unidos, cujo território não foi, como entre nós, monopolizado por donatárias e sesmarias, o acesso à terra estava aberto, em princípio, a todos os colonos. A abundância de terras tomadas aos índios favorecia a constituição de uma larga classe de camponeses independentes. As companhias de comércio e os grandes proprietários criaram toda sorte de dificuldades à expansão dessa classe nascente, sem lograr entretanto atrofiá-la. Daí a insistência de ideólogos como Edward Wakefield, em meados do século XIX, para que se cobrassem altos preços para as concessões de terra nas colônias de maneira a delas excluir os colonos pobres, obrigando-os assim a trabalhar para os capitalistas. Comentando ironicamente em *O capital* as desditas de um certo Mr. Peel (que levou consigo da Inglaterra para Swan River, na Nova Holanda, víveres e meios de produção no valor de 50 mil libras esterlinas), referidas "em tom patético" por Wakefield, Marx constata que o economista inglês "descobriu nas colônias que a posse de dinheiro, de meios de subsistência,

de máquinas e de outros meios de produção não torna um homem de modo algum um capitalista, salvo se dispuser de um complemento preciso, o assalariado, um outro homem, enfim, forçado a se vender voluntariamente" e portanto que "em vez de ser uma coisa, o capital é uma relação social entre pessoas [...]". Com efeito, os "3.000 indivíduos da classe operária", que Mr. Peel também transportara para o Novo Mundo, desapareceram sem se despedir, deixando-o "sem sequer um doméstico para fazer-lhe a cama ou buscar água no riacho". O meticuloso empreendedor colonial esquecera-se apenas de levar em suas bagagens "as relações de produção inglesas".[38]

Como as revoluções e pelas mesmas razões, as relações de produção não se exportam. As capitalistas pressupõem a separação completa do produtor direto relativamente aos meios de produção. Onde e quando, como no nordeste e depois no oeste dos Estados Unidos, homens livres tiveram acesso direto ao cultivo da terra, o plantador colonial não conseguiu obrigá-los a trabalhar para ele. Se importasse, como Mr. Peel, trabalhadores livres para as plantações, estes prefeririam cultivar a terra por e para si. Empenhado em negar que o monopólio latifundiário da terra constitui fator fundamental do atraso brasileiro, Gorender, sintomaticamente, recusa qualquer inferência para o Brasil da teoria da colonização de Wakefield. Pondera que Marx, ao criticá-la, "tinha em vista uma situação em que houvesse terras livres direta e facilmente apropriáveis pelos pequenos produtores, o que caracterizou a ocupação de largas faixas do território dos Estados Unidos, porém não ocorreu, ou só ocorreu de maneira marginal, nas regiões de plantagem escravista".[39] Mas os colonos que afluíram para cá no século XIX tampouco transportavam as relações de produção de seus países de origem. Porque não procederam como os de Mr. Peel? Gorender responde: porque não havia no Brasil, contrariamente à Nova Holanda, "terras livres direta e facilmente apropriáveis pelos pequenos produtores". Faltou explicar porque, havendo abundância de terras, elas não eram livres nem facilmente apropriáveis. A terra, base e ponto de partida da apropriação da natureza, é totalmente indiferente ao modo como será apropriada, isto é, às relações que os homens estabelecerão entre si por meio dela. Se a ocupação dos Estados Unidos foi diferente da do Brasil, se tampouco em regiões impróprias para grande plantação,

como o sertão nordestino ou a floresta amazônica, a pecuária ou as atividades extrativas levaram ao desenvolvimento de uma próspera classe de pequenos fazendeiros, foi porque, desde o início da ocupação do território brasileiro, os resultados almejados pela política preconizada por Wakefield no século XIX vinham sendo obtidos por meio das sesmarias.

4. *Escravidão e feudalismo*

O trabalho escravo constituiu, durante três séculos e meio (de Tomé de Souza à Princesa Isabel), a principal força produtiva da sociedade brasileira. Gorender apóia-se nessa constatação fundamental[40] para desenvolver sua teoria do modo de produção escravista-colonial, notável construção teórica que se inscreve polemicamente, na história das visões marxistas da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, não somente (e a justo título, segundo nós) contra aquelas que erigiram o "mercado" em princípio de explicação das relações sociais, como também contra as que enfatizaram o monopólio da terra como fator relativamente autônomo da exploração e dominação de classe.

Essa segunda vertente de sua crítica não nos parece tão convincente quanto a primeira. Não que discrepemos de seu preceito metodológico liminar, a saber que o monopólio latifundiário não constitui por si só uma explicação das relações de produção que nele se assentaram. Ele tem razão de ponderar, recusando a trivial análise burguesa dos "fatores da produção", que são "igualmente unilaterais e superficiais as explicações que pretendem vincular a origem do escravismo no Brasil à abundância [...] do fator terra e à escassez do fator mão-de obra".[41] É óbvio, com efeito, que os meios de produção (terra, instrumentos, matéria-prima, força de trabalho) só se configuram como tais num processo produtivo concretamente determinado. Tomados abstratamente, não explicam nenhum modo concreto de produção. Mesmo porque a "abundância de terras" e a "escassez de mão-de-obra" foram antes "fazidos" que "fatores", isto é, não constituíram *dados naturais* e sim *resultados históricos*, principalmente nos

Estados Unidos, de uma das maiores "limpezas étnicas" de todos os tempos (extermínio dos "peles-vermelhas"). Não passam, portanto, de eufemismos para encobrir o gradual e inexorável genocídio das comunidades indígenas, provocado pela escravização (Gorender cita dados de Taunay e Simonsen, que estimam em cerca de 300 mil os índios escravizados apenas pelos bandeirantes),[42] combinada às mortíferas epidemias trazidas pelos vírus dos colonizadores, contra os quais os autóctones não estavam imunologicamente adaptados. Foi este imenso extermínio que tornou "necessária" a "importação" da força de trabalho africana exigida pelas grandes plantações.

Gorender é menos convincente, entretanto, quando, tendo constatado que "por toda a parte a plantagem escravista se associou à grande propriedade fundiária", afirma não ter sido "esta que determinou a plantagem, mas o contrário".[43] A constatação só é válida para a situação histórica em que a escravidão era admitida e tolerada exatamente porque não havia nas colônias um exército de camponeses sem-terra obrigados, para sobreviver, a trabalhar nas grandes plantações. Enquanto perdurou essa carência de camponeses (até o século XIX), os escravos constituíram o meio decisivo da produção: sem eles, de nada serviam terras abundantes. Por isso os bandeirantes foram caçadores de índios, antes de que os plantadores se tornassem importadores de negros. Não por acaso, o pressuposto da proibição do tráfico negreiro e da abolição foi a imigração em larga escala para o continente americano das massas pauperizadas do velho mundo. Ao se concretizar, esse pressuposto associou o "trabalho livre" à "grande propriedade fundiária", dissociando-a portanto da escravidão. Nessa nova situação, o monopólio da terra tornou-se fator decisivo da exploração do trabalho. Se é portanto incontestável que o sistema de plantações de trabalho escravo tem lógica objetiva própria, como modo historicamente determinado de produção de valores de troca nas colônias, não se confundindo nem com o escravismo antigo,[44] nem com o modo de produção capitalista, tampouco deve ser confundido com o modo de produção das plantações coloniais, ou "plantagens", como prefere Gorender, em que a exploração do escravo foi substituída pela do colono.

Por isso, se as interpretações em termos de feudalismo podem ser talvez criticadas por não levarem devidamente em conta o ca-

ráter central da escravidão, elas certamente têm razão de sustentar que o latifúndio determina uma relação básica de produção. Com efeito, a rejeição do uso abstrato do "fator terra" não justifica desconsiderar o modo de apropriação da terra como determinante essencial do modo de produção. A luta de classes pela apropriação das terras disponíveis constitui, com efeito, fator autônomo relativamente à escravidão, bem como às condições técnicas do processo concreto de produção. Seu peso determinante variou nos diferentes modos de produção já existentes ou instaurados na situação histórica da conquista européia do "Novo Mundo". Deixando aos etnógrafos e arqueólogos os dois modos anteriores a Cristóvão Colombo (o comunitarismo ou comunismo originário e o modo de produção das formações estatais dos maias, toltecas, incas e astecas), para considerar os três modos de produção pré-capitalistas coloniais (a grande plantação escravista, a grande plantação pós-escravista e a agropecuária de pequenos estabelecimentos rurais autônomos), constatamos que a luta pelo acesso à terra só não foi diretamente determinante no escravista, já que, obviamente, para cultivar a terra para si próprio é preciso ser livre e, para tanto, fugir das plantações e formar quilombos.

Cumpre, nesse sentido, distinguir os bandeirantes dos séculos XVII e XVIII (aniquiladores dos quilombos e das "reduções" jesuíticas), bem como os "capitães do mato" do século XIX, que caçavam escravos, dos jagunços e policiais a serviço do latifúndio, dos golpistas de 1964 , dos pistoleiros da UDR e das sucessivas "bancadas ruralistas" no Congresso Nacional, que caçavam e caçam camponeses em luta pela defesa de suas posses precárias e pela reforma agrária. A diferença de seus respectivos objetivos corresponde a das condições objetivas dos dois modos de produção a que serviam como braço armado. No escravismo, o principal meio de produção é o próprio escravo;[45] o custo da terra permanece muito baixo, mesmo porque o latifundiário dela se apropriou por meios extra-econômicos. No latifúndio pós-escravista, o monopólio da terra torna-se indispensável para impedir o acesso de colonos trabalhadores à propriedade agrária e, portanto, para extorquir aos camponeses formas pré-capitalistas de renda fundiária. Daí sua importância decisiva para provocar, por outros meios, o "efeito Wakefield", isto é, para obrigar trabalhadores juridicamente livres a produzir em terra alheia.

A diferença notável entre a apropriação da terra nos Estados Unidos e no Brasil consiste exatamente em que lá a correlação de forças entre grandes proprietários e trabalhadores livres permitiu que estes se apossassem em benefício próprio, pela conquista lenta, gradual e inexorável, dos territórios pertencentes aos índios, ao passo que aqui não o permitiu ou só permitiu em escala insuficiente para assegurar a formação de uma sólida classe de camponeses médios. O fato, reiteradamente enfatizado por Sodré, de que a supressão da escravidão não deu lugar nem à formação de uma classe de camponeses independentes, nem de operários agrícolas, constitui a prova histórica evidente de que o modo de apropriação da terra é determinante do modo de produção: vedando o acesso à propriedade da terra à imensa maioria dos que a cultivavam, o latifúndio passou a constituir, após a abolição do trabalho escravo, o meio principal de exploração pré-capitalista de trabalhadores juridicamente livres.

A lei de 1888, com efeito, não era, nem pretendia ser, uma lei de reforma agrária. Aboliu a escravidão para melhor preservar o latifúndio.[46] Forma política de um Estado escravista,[47] a monarquia só aceitou a abolição *in extremis*, diante da intensificação e ampliação da resistência e fuga em massa dos escravos (a forma de luta de classes que podiam travar), combinada à campanha abolicionista, que levou a uma fratura no aparelho de Estado, com a recusa dos militares a prestarem serviço de "capitães do mato"[48] e sob forte pressão da metrópole imperialista britânica. Juridicamente livres, mas economicamente sem-terra, já que as terras disponíveis permaneceram monopolizadas pela classe senhorial, os escravos emancipados não puderam formar uma classe de camponeses independentes. Foram engrossar, nas zonas urbanas a plebe pré-industral. Os que permaneceram no campo submeteram-se, em condições certamente piores que as das massas de imigrantes que afluíam da Europa e do Império otomano, às formas *pré-capitalistas* de renda da terra que já vinham substituindo a escravidão: colonato, parceria, "moradia de condição", "cambão", "foro", "meia", "terça" etc., que, sob a aparência jurídica de um contrato, permitiam aos senhores da terra extrair de "trabalhadores livres", cumulativa ou alternativamente, conforme as situações concretas, a renda-produto, a ren-

da-dinheiro e/ou a renda-trabalho, formas diversas da renda agrária pré-capitalista, expostas por Marx no capítulo XLVII, livro III, de *O capital*, consagrado à gênese da renda capitalista da terra. Só em situações excepcionais uma minoria de arrendatários logrou transpor as barreiras de classe para se tornarem fazendeiros.

Coerente com sua doutrina do capitalismo desde sempre, Caio Prado Jr. procurou caracterizar o colonato como trabalho assalariado. Sem dúvida, o colono do Sudeste (e, *mutatis mutandis*, o "morador" do Nordeste) auferia uma fração de seus meios de subsistência sob forma de salário, mas, como o escravo, produzia boa parte daquilo que consumia cultivando gêneros alimentícios em terrenos reservados para esse fim. Recebia também, por via de regra, um casebre para moradia. Cabia-lhe, em troca, criar e manter o cafezal. Trata-se, portanto, de uma relação de trabalho complexa, mas, como mostrou convincentemente Décio Saes, nela predominam as relações de produção servis e a dependência pessoal.[49]

Resta a questão da caracterização apropriada das relações de produção baseadas na exploração do trabalho livre em terras monopolizadas pelo latifúndio. Pode-se contestar o uso do termo feudalismo no Brasil, mas, para fazê-lo com seriedade, não basta contrapor ao emprego analógico do termo a interpretação literal como conceito histórico extraído da sociedade medieval européia. Mesmo porque tal uso já é problemático em seu solo histórico originário. "Feudo", com efeito, só indiretamente designa uma relação de produção e ainda assim circunscrita ao campo. Nos burgos medievais, a produção artesanal era assumida ou por trabalhadores independentes ou pelas corporações de artes e ofícios. Os senhores feudais e a Igreja eram meros coletores de tributos. Mesmo nas zonas rurais, a renda da terra, na forma de dinheiro ou de produto, aproximava-se, em muitos casos, onde e quando se afrouxava a servidão da gleba, à mera coleta de tributo. Só a renda-trabalho, na forma da corvéia, apresentava-se inequivocamente como feudal, isto é, como exploração fundada na dependência pessoal.

Se o essencial num conceito é seu conteúdo teórico, não há porque recusar liminarmente a transposição do termo que o denota, desde que o novo conteúdo ao qual é acoplado esteja claramente

determinado. No Japão, cuja base histórica foi a aldeia camponesa, reconhece-se em geral feudalismo. Uso literal ou analógico? Discute-se. Mais importante é saber se há um ganho teórico em enfatizar as analogias entre o significado original e o derivado. Um dos poucos pontos sólidos da crítica de Caio Prado Jr. ao programa nacional-democrático do PCB é insistir na importância da economia camponesa para o feudalismo, contrapondo-a a sua fragilidade na formação histórica da sociedade brasileira. Parece-nos que seu equívoco, nesse ponto, é considerar que o feudalismo *pressupõe* a economia camponesa. Ele sem dúvida a *supõe* no sentido de que sem camponês explorado não há senhor feudal explorador, mas não necessariamente no de que se *sobrepõe*, como relação de produção, a uma economia camponesa preexistente. Sodré, nesse sentido, poderia replicar que a atrofia da economia camponesa é conseqüência da presença e não causa da ausência do feudalismo. Com efeito, ao ser transposto para o Brasil, o instituto feudal das sesmarias estabeleceu o monopólio colonial da propriedade da terra, mas, na falta de camponeses para explorar, serviu de base para o escravismo. Só no século XIX, quando o acesso à propriedade da terra tornou-se economicamente decisivo, o monopólio latifundiário, como já apontamos, passou a constituir meio decisivo de exploração do trabalho. Entrementes, isto é, enquanto durou a escravidão, ele exercera efeito inibidor do surgimento de uma economia camponesa independente, como a que formaram os célebres "peregrinos" na costa leste dos Estados Unidos. Por isso mesmo, para Sodré, o feudalismo que marcou as relações sociais brasileiras não foi o inicial, submergido pela plantação escravista, e sim o feudalismo posterior, tanto aquele ligado ao desenvolvimento da pecuária no Nordeste e no Rio Grande do Sul e ao extrativismo na Amazônia e caracterizado menos pelo monopólio da terra do que pelos laços de dependência pessoal e pela menor dependência em relação ao comércio internacional, quanto o que se configurou nas plantações coloniais após a abolição da escravidão.[50]

Apoiado em Engels e em Maurice Dobb, que "retirou o problema das relações de vassalagem [...] e o transferiu ao âmbito das relações de produção", Gorender, para resolver a dificuldade conceitual, propõe entender por "feudalismo" uma forma particular

de *servidão*.[51] Ovo de Colombo? Duvidamos, na medida em que o sentido das categorias históricas presta-se mal a tais manipulações semânticas. Sem dúvida, há também um ganho teórico na solução proposta: ela põe em evidência a dependência pessoal constitutiva da exploração feudal do trabalho camponês. Mas, e a ressalva é ainda de Gorender, devemos considerar "a categoria 'feudalismo' sem conexão obrigatória com a existência de feudos".[52] Com efeito, são muitas as formas de servidão desprovidas de instituições assimiláveis, ainda que frouxamente, a feudos. (Um exemplo entre numerosos outros: os hilotas em Esparta.)[53] Mas convenhamos que um feudalismo sem feudos ou uma servidão sem servos são figuras teóricas curiosas.

Qual seria a melhor designação? Formas pré-capitalistas? Abrange todas as formas que precederam o capitalismo, inclusive a escravidão. Há quem opte por sincretismos, servindo-se de conceitos weberianos, como "patrimonialismo". Com Sodré, preferimos a coerência teórica à gelatina sociologizante. Há quem se atenha a simplesmente nomear as formas particulares de renda pré-capitalista que substituíram a escravidão: colonato, parceria, cambão etc. Mas renunciar ao universal é renunciar à teoria. Não é porém, qualquer abstração que pode dar conta da exigência de universalidade do conhecimento objetivo. Se nos contentássemos com uma expressão como "formas de transição para o trabalho assalariado rural", estaríamos sugerindo, teleologicamente, que houve uma transição orientada num sentido determinado, o que é historicamente falso, inclusive na Europa, onde a expansão da produção para a troca propiciou tanto a evolução pioneira para o capitalismo por meio da mercantilização generalizada quanto a segunda servidão na Europa do leste. Não é obrigatório, num estudo histórico, propor solução própria. Mas, do exposto, a conclusão mais correta parece-nos a fórmula "monopólio latifundiário da terra", que denota a relação básica de produção em que se assentaram os modos de produção não fundamentados na troca de trabalho vivo por salário.

5. *O programa comunista e a perversa "reforma agrária" da ditadura*

Vimos que a apropriação latifundiária das áreas agrícolas economicamente viáveis, iniciada logo que se exauriu o ciclo de pilhagem do pau-brasil, se manteve e estendeu, a partir das sesmarias e outras instituições feudais transpostas para o Brasil, por meio do consagrado método da ocupação pela força bruta combinada à chicana judiciária (popularmente dita "grilagem"), a praticamente todo o território nacional. Como mostram os dois mais importantes dispositivos legais que pretenderam fazer valer o interesse público contra o açambarcamento da terra pelos velhos e novos latifundiários, a chamada "lei de terras" de 1850 e o "Estatuto da terra" de 1964, que provocaram efeitos contrários aos oficialmente pretendidos pelo legislador, a história da legislação agrária brasileira configura notável exemplo de *adaptação perversa* das idéias dominantes aos interessantes dominantes.

A "lei de terras" de 1850 pretendia impedir a apropriação privada de grandes áreas de terras devolutas (portanto públicas), por meio da ocupação pura e simples (= posse), estabelecendo que doravante só o ato de compra e venda constituiria meio legal de aquisição de propriedade fundiária. Para tanto, passou uma esponja no passado, revalidando as "sesmarias doadas"[54] e reconhecendo as posses efetivadas até a data de sua promulgação. Entretanto, como mostrou Lígia Osório em *Terras devolutas e latifúndio*, grileiros e latifundiários ignoraram esse dispositivo, continuando a privatizar grandes extensões de terras devolutas. Adaptando a lei, *comme d'habitude*, às violações que tinha sofrido, o poder imperial prorrogou repetidamente o prazo para a legalização das terras indevidamente apropriadas, encorajando o prosseguimento da "grilagem". Já, na República, a promulgação do Código Civil de 1916 abriu nova brecha, por meio do usucapião para a apropriação privada das terras devolutas.[55]

O "Estatuto da terra" de 1964 pretendia tomar dos comunistas a "bandeira" da reforma agrária. A 15 de março de 1964, Goulart anunciara, em mensagem presidencial, a expropriação das propriedades fundiárias de mais de 100 hectares situadas a menos de 10 quilômetros das rodovias e ferrovias federais, bem como as de mais de

30 hectares que utilizassem meios de irrigação pertencentes ao governo federal. A réplica do latifúndio veio 16 dias depois com sua deposição. Truculenta repressão abateu-se sobre os dirigentes camponeses que haviam organizado sindicatos rurais ou estimulado a ocupação de terras improdutivas. Entretanto, a ditadura de Castelo Branco, empenhada em decepar a "hidra comunista", mas também em tornar credível sua pretensão de "modernizar" o país, absteve-se, sintomaticamente, de ab-rogar uma das mais importantes reformas legislativas que o governo João Goulart conseguira fazer aprovar no Congresso, o "Estatuto do trabalhador rural", promulgado a 2 de março de 1963, após dura batalha para contornar a resistência dos latifundiários. Sentindo-se logo suficientemente forte para iniciar pela cúpula do poder a reforma que bloqueara na base da sociedade, fez o Congresso aprovar, a 10 de novembro de 1964, a emenda nº 10 à Constituição federal (de 1946), que suprimia a exigência de prévia indenização em dinheiro estipulada no artigo 141, § 16, substituindo-a por indenização em títulos da dívida pública.[56] Essa reforma constitucional, como tal de inspiração incontestavelmente progressista, abriu caminho para a promulgação, a 30 de novembro, da Lei nº 4.504, conhecida como "Estatuto da terra", que, rejeitando em seu preâmbulo a concepção "socialista" da reforma agrária (caracterizada como estatização da propriedade fundiária), propunha-se implementar a "democrática", baseada no estímulo à "propriedade privada".[57]

A objetivos diferentes, métodos diferentes. Em vez da mobilização "subversiva" dos camponeses, o fermento da reforma ditatorial seria o imposto sobre a propriedade fundiária, cuja alíquota aumentaria na razão direta da extensão e na razão inversa da produtividade da terra, desencorajando a conservação de terras improdutivas para fins de especulação imobiliária e, de outro lado, estimulando os empreendimentos rurais produtivos com incentivos fiscais, bem como creditícios.[58] Faltava, entretanto, a essa reforma agrária de Castelo Branco, um requisito essencial: a determinação necessária para erigi-la em prioridade política. Por isso, ela não saiu do papel. Mais exatamente: saiu apenas para exercer efeitos perversos, o principal dos quais foi a expulsão em massa dos "colonos" e "moradores" (que forneciam renda-trabalho aos latifundiários) e mesmo de muitos arrendatários e parceiros (que lhes forneciam renda *in natura* ou renda-dinheiro), para descaracterizar vínculo empregatício e assim impedir que eles se beneficiassem dos direitos que lhes garantia o Estatuto do trabalhador rural promulgado por João Goulart. Cruel ironia, bem brasileira: a motivação do governo de centro-esquerda era ampliar aos semi-assalariados rurais a legislação trabalhista que protegia os assalariados urbanos. Ao ser preservado por uma ditadura oriunda de um golpe contra-revolucionário, o mesmo estatuto, em vez de ampliar aos colonos, arrendatários e outros trabalhadores rurais os benefícios concedidos por Getúlio Vargas aos trabalhadores urbanos, serviu para privá-los de seus empregos, moradias e pequenas roças, engendrando a mais perversa forma de proletarização, que lembra aquela sofrida pelo campesinato inglês a partir do século XV: expulsão da terra e desemprego sem qualquer direito.

Compreende-se assim que foi exatamente sob a ditadura que se acelerou entre nós a formação da classe de operários agrícolas, na figura dos chamados "bóias-frias" ou "volantes", puros vendedores de sua força de trabalho a preços vis (tanto mais que a emigração em massa para o sul dos camponeses nordestinos, em condições de indizível miséria, ampliava constantemente a superpopulação relativa e, portanto, a oferta de mão-de-obra). Requinte de perversidade, os fazendeiros, empenhados em não configurar vínculo de emprego, não contratavam diretamente os "bóias-frias", obrigando-os a recorrer a traficantes de emprego, ditos "gatos", que evidentemente, cobravam o máximo que podiam por seu duvidoso "serviço". (Essa "terceirização", inventada *avant la lettre* nas zonas rurais, seria mais tarde transposta, pela ofensiva reacionária neoliberal, às zonas urbanas.)

Para a expulsão em massa dos camponeses, contribuíram vários fatores convergentes, todos relacionados às conseqüências socialmente perversas das veleidades reformistas da política agrária da ditadura. O principal foi a "erradicação dos cafezais", principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná. A queda contínua dos preços de venda no mercado mundial, provocada pelo aumento das exportações de outros países produtores de café, impunha uma política que visasse equilibrar a oferta e a demanda, aperfeiçoar a qualidade do produto e diversificar a composição das exportações brasileiras. En-

tre 1962 e 1967, o número total de cafeeiros reduziu-se de 4,4 milhões para 2,6 milhões. O golpe de 1964 encontrou, pois, esse processo em pleno andamento, mas contribuiu para acelerá-lo. Em conseqüência, já em 1966, o café não representava mais que 44% do valor total das exportações brasileiras (no início dos anos 1950 respondia por praticamente três quartos daquele valor total), caindo no início dos anos 1970 para menos de 35%. Em princípio, a mão-de-obra deveria ser absorvida por outras culturas que substituiriam a do café. Mas os fazendeiros, não temendo reação séria por parte do movimento camponês (decapitado pelos golpistas), preferiram, para não terem de conceder aos trabalhadores os benefícios garantidos pela lei promulgada por Goulart e mantida por Castelo Branco, transformar em pastagens cerca da metade da área antes ocupada pelos cafeeiros arrancados.

No auge do processo de expulsão dos colonos, foi muito lembrado o provérbio camponês "onde entra o boi, o homem deve sair", reinvenção da fórmula célebre de Thomas More sobre os carneiros ingleses, devoradores de homens. A pecuária demanda menos investimentos que a agricultura, sobretudo para os que já possuem muita terra (como é o caso dos latifundiários), e os bois exigem pasto, mas não salários. A introdução do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), destinada a pôr fim à estabilidade no emprego, reforçou o processo de expulsão dos colonos. Aqueles que não "optaram" pelo fundo de garantia foram despedidos. Aceleraram-no mais ainda os fortes subsídios estatais à mecanização agrícola, ao encorajar a compra de veículos e máquinas, muitas vezes de maneira especulativa. Os custos de aquisição eram tão baixos (juros negativos) que os fazendeiros superequipavam seu estoque de meios mecânicos de produção.[59] Numa situação histórica em que, após séculos de "escassez", as classes dominantes rurais dispunham de um imenso excedente de mão-de-obra, essa mecanização hiperacelerada exacerbava os efeitos socialmente perversos da política agrária da ditadura militar.

A luta pela terra se intensifica na razão direta do aumento da população. Mas o surgimento de uma superpopulação é sempre relativo ao modo de produção. No Brasil do século XX, o crescimento demográfico engendrou um imenso exército de camponeses pobres, oscilando entre a condição de minifundiários, de semi-

proletários e de sem-terra. Se considerarmos apenas os minifúndios (menos de 10 hectares de superfície), encontraremos, para o ano de 1960, data do último censo nacional antes do golpe de 1964, um total de 3.349.500 explorações agrícolas de menos de 10 hectares de superfície, ou seja, 44,8% do número total de explorações agrárias do país, que dispunham de uma superfície total de apenas 5,9 milhões de hectares, isto é, somente 2,2% da superfície agrária total! O crescimento demográfico concentrou-se em regiões muito limitadas relativamente à superfície total do Brasil, engendrando, particularmente no Nordeste, uma superpopulação relativa, condenada ao êxodo rural e à mais sombria miséria, que assume dimensões catastróficas durante as secas que costumam assolar essa região desertificada. Décadas a fio, os "retirantes" nordestinos, em vagas inumeráveis, dirigiram-se rumo ao Sul, em condições da mais extrema penúria, para oferecer, em troca do salário da fome, sua combalida força de trabalho.

Compreende-se, assim, que a reforma agrária tenha se tornado, desde os anos 1950, objetivo central não somente dos comunistas, mas de toda a esquerda brasileira, salvo as duas já referidas exceções: obreiristas messiânicos de um lado, Caio Prado Jr. de outro. Quanto aos primeiros, tinham razão em constatar que a distribuição da terra aos camponeses se inscreve no âmbito das relações econômicas burguesas, já que visa a transformá-los em pequenos proprietários produtores de mercadorias. Como quem produz para trocar troca para consumir, alargar-se-ia o mercado interno e, portanto, as bases sociais da economia de mercado. A conseqüência, detestável para trotskistas e assimiláveis, é que as relações capitalistas de produção penetrariam mais profundamente no tecido social. O argumento de Caio Prado Jr. é mais elaborado. Extrapolando, em *A Revolução Brasileira*, as conseqüências da observação, em si pertinente, de que no Brasil, contrariamente à Eurásia, não houve economia camponesa, salvo em bastiões isolados, nega a necessidade da reforma agrária. Segundo ele, "a reivindicação da terra e utilização dela pelo próprio trabalhador, manifestando-se de maneira apreciável e não apenas por meio de vagas aspirações desacompanhadas de qualquer ação e pressão efetivas, isso se circunscreve no Brasil praticamente a três setores apenas, todos eles de importância relativa secundária".[60] É próprio do economicismo

conceber a evolução histórica como faticidade unidimensional, não levando em conta, na trama do devir, as possibilidades boqueadas, as tensões latentes que não lograram aflorar plenamente para se ater à morna constatação do positivamente dado. Por isso mesmo, não pode entender que, mesmo secularmente reprimida, a "fome de terra" do trabalhador sem-terra permanecia latente. No fundo — e às vezes na superfície do texto — desqualifica as aspirações sociais que não estão na ponta da "modernidade" tecnológica, retomando, nesse aspecto, o ponto de vista da social-democracia européia, que justificou a opressão colonial em nome do "progresso" econômico.

Outro argumento, de índole tecnocrática, lançado não tanto contra o princípio da reforma agrária, mas sobretudo contra os movimentos que a exigiam, é de que não basta distribuir a terra, mas é preciso viabilizar a empresa camponesa, apenas confirma a coerência objetiva do programa nacional-democrático. Para prosperar, quer na forma individual, quer na forma cooperativa, os camponeses necessitam ter acesso aos meios de produção (máquinas, sementes e demais insumos) que assegurem padrões adequados de produtividade. Só um poder político identificado aos interesses da nação poderia assegurá-lo. O que confirma o vínculo objetivo entre o conteúdo democrático e o conteúdo nacional do programa comunista.

6. *A aliança com a burguesia nacional*

Em "A situação no Brasil e no mundo", primeiro documento político assinado por Prestes após nove anos de prisão (publicado em *O Globo* de 15 de março de 1945), há uma afirmação que serviu de cavalo de batalha para doutrinários marxistas empenhados em criticar "pela esquerda" o programa nacional-democrático: "[...] num país industrialmente atrasado como o nosso a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva."[61] A frase, sem dúvida, não é feliz. Quando ao fundo, entretanto, ele estava reconhecendo que o desenvolvimento econômico objetivamente possível, naquela situação, era aquele esboçado durante

a ditadura Vargas com a implantação do complexo siderúrgico estatal de Volta Redonda. A conquista da democracia, com um partido comunista forte, aliado a uma forte burguesia nacional, impulsionariam decisivamente o desenvolvimento do mercado interno e a elevação do nível de vida das massas populares.

Tomada ao pé da letra, com intuito polêmico, a formulação de Prestes sustenta que os problemas da sociedade brasileira não provêm do capitalismo, mas da falta de capitalismo. A versão mais meditada e aprofundada de N. W. Sodré ultrapassa essa alternativa esquemática: o problema não estava nem na falta nem no excesso de capitalismo, e sim nas contradições não resolvidas da revolução burguesa no Brasil. O "etapismo" que tanto lhe incriminaram consistia em não se deixar tentar por formulações doutrinárias que, em nome da revolução socialista, deixassem de lado a resolução daquelas contradições fundamentais.

As críticas ao programa nacional-democrático se concentraram nas teses de que: a) o monopólio "feudal" da terra, ou, para evitar termos polêmicos, as formas pré-capitalistas de extorsão da renda da terra pelos latifundiários, constituíam obstáculo ao desenvolvimento; e b) a burguesia nacional, agente do progresso econômico, estava objetivamente interessada em aliar-se com as forças progressistas partidárias das "reformas de base". Os fatos pareceram conferir alto grau de pertinência a tais críticas. Mas elas, no mais das vezes, contentavam-se em negar polemicamente, sem aprofundar criticamente, as teses do PCB.

O argumento de que a grande propriedade fundiária não constituía obstáculo, antes favorecia o desenvolvimento do capitalismo, foi manejado principalmente por Caio Prado Jr.[62] e retomado, com motivações políticas opostas, pelos agrotecnocratas da ditadura, que se apoiavam no incontestável crescimento da economia brasileira a partir de 1969, dito "milagre" pelos áulicos do regime. Esse crescimento desmentia, porém, não a necessidade da reforma agrária, mas as teses estagnacionistas, exacerbadas por Celso Furtado, que chegou a prever a "pastorização do Brasil".[63] O problema fundamental não se colocava, pois, em termos de falta ou excesso de capitalismo, mas dos efeitos, sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, das contradições não resolvidas da revolução burguesa. Esses efeitos foram

caracterizados pelos militantes da teologia da libertação como crescimento econômico "socialmente excludente". (A expressão incorporou-se mais tarde ao léxico do PT e outras correntes de esquerda). A fórmula repousa numa dupla confusão: entre causas e efeitos (o capitalismo é intrinsecamente "excludente", já que se desenvolve concentrando os meios de produção e centralizando-lhes a propriedade) e entre o universal e o particular (no Brasil e demais países submetidos ao monopólio latifundiário e à dominação imperialista, a "exclusão" atrofia o próprio desenvolvimento capitalista). O "milagre" configurou um crescimento rápido e quantitativamente pujante de certos ramos da produção, sem desenvolvimento apreciável das forças produtivas, nem ampliação notável da capacidade aquisitiva da maioria da população. Em especial, as massas rurais continuaram a viver na miséria ancestral. Reencontramos a radical incompletude da revolução burguesa.

Os fatos mostraram que a aliança com a burguesia nacional repousava numa avaliação demasiado otimista de suas veleidades reformadoras, mas não, como pretendem seus detratores, que fabricaram uma versão caricatural do significado dessa aliança, intrinsecamente "oportunista", "reboquista", "populista", ou coisa pior. Segundo Sodré, a contradição entre as burguesias dos países dominados e o imperialismo "é um dado da realidade".[64] A base objetiva da aliança das forças populares com a burguesia nacional consistia no comum interesse pelo desenvolvimento capitalista independente da dominação estadunidense. Essa posição, claramente expressa na *História da burguesia brasileira*, longe de ser mecânica, completa o reconhecimento da dinâmica econômica objetiva pela dialética da correlação de forças: entre "o imperialismo e as forças populares [...]", a burguesia "prefere *sempre* conciliar com o mais forte [...]. Na maior parte das vezes, o mais forte é o imperialismo".[65] Não era fatal que o "empresariado" brasileiro optasse pela condição de sócio menor do Império estadunidense. Valia a pena lutar para que não passasse, como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As conseqüências continuamos a amargá-las até hoje.

É que as causas vinham de longe. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil transpôs decididamente, sob a ditadura Vargas (1930-1945), o limiar da industrialização, mas permaneceu sob a dependência do chamado "setor agroexportador", composto essencialmente dos grandes plantadores de café, de cana-de-açúcar e de algodão, com predomínio dos primeiros. Desde o início do último século, com efeito, o café era de longe o principal produto brasileiro de exportação: em 1821-1823, ele representava 18,7% do valor total das exportações, mas já atingiu 48,5% em 1836-1838 e 64,5% em 1891-1900. Em 1952, o café, ainda no apogeu, respondia por 74% do valor total das exportações brasileiras e isto em uma época na qual o desenvolvimento industrial do país se acelerava e em que a necessidade de divisas para a importação de bens de produção e de matérias-primas industriais se fazia mais premente. A posição de força dos plantadores de café (os quais, entretanto, estavam sob completa dependência dos compradores estrangeiros, sobretudo norte-americanos) não é determinante no plano interno: eles tinham as chaves não somente do comércio internacional, mas da balança de pagamentos do Brasil. Era com o excedente da balança comercial que o Brasil "pagava" a amortização e os juros da sua dívida externa e que os investidores imperialistas repatriavam seus benefícios. Na falta de uma revolução nacional-democrática, a política econômica dos sucessivos governos brasileiros tinha de levar em conta, por maior que fosse a vontade de industrializar o país, os interesses dos latifundiários. O resultado foi o bloqueio do aprofundamento e do alargamento da industrialização, que, crescendo superficialmente (justiça se faça entretanto a Vargas, a quem devemos, no início dos anos 40, a implantação da siderurgia na forma de empresa estatal, e aos comunistas, principais lutadores pela criação da Petrobrás),[66] reproduziu a miséria das massas, atrofiando o progresso das pequenas e médias indústrias consagradas à produção de bens de consumo elementares.

7. *O paradigma da "via prussiana"*

A ditadura militar entrou na história principalmente pelas atrocidades cometidas por seu aparelho repressivo. Mas reduzi-la a seus aspectos mais sórdidos e teratológicos oculta a natureza do influxo que ela exerceu sobre a evolução da sociedade brasileira e seu sig-

nificado histórico como solução de força para a crise de hegemonia burguesa no Brasil. Oculta, portanto, os interesses de classe que a manipularam, dela se servindo não somente para quebrar a ofensiva da esquerda em 1963-1964, mas também para retomar a expansão capitalista sem evolução democrática nem reformas sociais. É notável como, ao longo dos anos 1970, teóricos marxistas da nova geração, na dispersão do ostracismo interno e do exílio, centraram seu esforço intelectual na análise desse complexo de questões.

A primeira em data das expressões desse novo esforço remonta a 1973, quando *Debate*, publicação marxista editada artesanalmente em Paris por exilados brasileiros, lançou o *Projeto de plataforma política*,[67] cuja principal contribuição teórica foi a tentativa de reformular a interpretação marxista da democracia a partir da constatação, exposta no tópico "O caráter da sociedade e o programa marxista da revolução", do "caráter não revolucionário que assumiu em nosso país a transformação burguesa da sociedade". Desenvolve a argumentação enfatizando a conciliação dos interesses dominantes ao longo da evolução social do Brasil, contrapondo-a à da sociedade estadunidense, onde a contradição entre a grande plantação e a indústria conduziu a um enfrentamento decisivo pela via armada, como resultado do qual o capitalismo industrial impôs sua hegemonia sobre a sociedade e sobre o Estado, fortalecendo a posição do campesinato livre e abrindo largamente o caminho para a colossal expansão que lhe permitiria superar a Europa em poucas décadas e assumir posição hegemônica no sistema imperialista internacional. No Brasil, ao contrário, a contradição entre os que queriam perpetuar a "vocação essencialmente agrícola" do país e os que queriam industrializá-lo, entre os que utilizavam principalmente o monopólio da terra para explorar o trabalho dos parceiros e colonos e os que utilizavam a propriedade privada dos meios de produção sociais para explorar o trabalho dos operários, nunca se manifestou sob a forma de um antagonismo aberto. Cada vez que "se agravavam os problemas econômicos e que a expansão capitalista se defrontava com o duplo bloqueio do monopólio latifundiário da terra e da dominação imperialista", e em que "se intensificavam as lutas sociais e políticas, produzia-se uma recomposição de forças no interior das classes dominantes, no sentido

da reorganização do sistema produtivo e do aparelho de Estado, tendo como resultado o restabelecimento sobre bases distintas do sistema anterior de dominação de classe".[68]

O *Projeto* reconhece, entretanto, que embora a "crise revolucionária" de 1930 não tenha conduzido a uma "solução revolucionária", o resultado histórico da ruptura político-institucional então ocorrida foi "a reforma do aparelho de Estado, que deixou de ser o instrumento exclusivo de dominação da oligarquia fundiária [...] para tornar-se um instrumento de partilha do poder entre a oligarquia fundiária e a burguesia industrial".[69] Reconhece, portanto, o caráter historicamente progressista do regime instaurado por Getúlio Vargas. Já o golpe de 1964, ainda que não deva ser considerado mera "reação do latifúndio e do imperialismo [...]", pois "o que se preparava, com a implantação da ditadura militar, não era uma volta pura e simples ao passado agroexportador [...] não era a conservação estática do passado [...]", e sim "a plena afirmação da hegemonia burguesa em nosso país", configurou globalmente um retrocesso. Estimulou "surto importante de desenvolvimento do capitalismo monopolista apoiado no terrorismo policial-militar [...]",[70] mas, pelo fato mesmo de se apoiar na derrota das forças que se batiam pelo programa nacional-democrático, "incorporou e reproduziu os elementos pré-capitalistas ou apenas formalmente capitalistas característicos de uma sociedade em que a transformação burguesa não assumira caráter democrático". Em especial, o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira, ao manter a "concentração da propriedade da terra, com os modos exploração do trabalho que implica", manteve e exacerbou as misérias da sociedade brasileira [...]".[71]

Nessas constatações reconhecemos o tema da "via prussiana", examinado por Lenin, em sua notável análise das vias históricas de penetração do capitalismo no campo.[72] Vale lembrar que Lenin não pretendeu, ao sintetizar suas conclusões no *Programa agrário da social-democracia,* escrito em 1907, elaborar a teoria geral das formas históricas de transformação capitalista das relações de produção no campo. Estava preocupado em elucidar um problema concreto, o do desenvolvimento do capitalismo na agricultura russa, cujo "nó" eram "os latifúndios feudais". É em vista desta preocupação que distingue "duas

vias de desenvolvimento burguês objetivamente possível" da agricultura, a "via prussiana" e a "via americana". Nesta, "a exploração feudal se transforma lentamente em exploração burguesa, à maneira dos junkers, condenando os camponeses por décadas à mais dura expropriação e à servidão, decantando uma fraca minoria de grandes camponeses (Grossbauern)". Naquela, "o domínio senhorial não existe ou foi destruído pela revolução, que confiscou e fraccionou as propriedades feudais. O camponês passa então a predominar, tornando-se o agente exclusivo da agricultura e se transformando em fazendeiro capitalista".[73] Nessa "segunda solução, o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas seria mais amplo e *mais rápido...*".[74]

Exclusivamente sugerida pela leitura dos textos de Lenin, a analogia da "via prussiana", tal como a desenvolvemos no início dos anos 70, vinculava o caráter não democrático da sociedade brasileira ao caráter não revolucionário da transformação burguesa das relações de produção no campo. A discussão sobre a "via prussiana" só alguns depois, entretanto, foi propelida ao centro da reflexão teórica do marxismo brasileiro, numa perspectiva diferente da nossa, em estudos de muito maior ambição teórica, inspirados, entretanto, antes em Lukács do que em Lenin. O primeiro deles, publicado em 1974, foi *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, de Carlos Nelson Coutinho, que, buscando um lukacsiano pano de fundo da compreensão literária", encontrou "chave explicativa da formação social brasileira".[75] Em 1978, José Chasin, nas considerações finais de *O integralismo de Plínio Salgado*, retomou o conceito para expressar sinteticamente o sentido geral da analogia entre a Prússia e o Brasil. Constata-se em ambos uma "conciliação entre o historicamente *velho* e o historicamente *novo*", na qual este paga àquele "pesado tributo".[76] Em ambos, com efeito, essa conciliação preservou a predominância da grande propriedade rural e permitiu, por meio da composição de interesses entre a velha e a nova classe dominante, em detrimento das subalternas, que se adotassem "pelo alto" reformas limitadas que abriram no campo caminho para o capitalismo, mas com muito maiores privações para os camponeses e desenvolvimento mais lento das forças produtivas.[77]

Levando em conta os traços diferenciais entre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e no Brasil (origem feudal da grande pro-

priedade prussiana, mercantil e colonial da brasileira; desenvolvimento tardio do capitalismo alemão, mas "hipertardio" do brasileiro), Chazin propõe designar a via brasileira como "colonial".[78] Importa pouco, como ele próprio observa, o nome que pode ser dado a esta nova via. Importante é não forçar o sentido da analogia de Lenin, preocupado, ao formulá-la, com a questão concreta da fundamentação do programa da social-democracia russa. Por isso, parece-nos indispensável, para transpô-la com pertinência para uma situação distinta, como a do Brasil e dos demais países latino-americanos onde predominou, mesmo após a abolição da escravidão, a grande plantação exportadora, discernir, com estrita objetividade, quais dos termos de comparação oferecidos pela analogia "prussiana" constituem efetivamente traços idênticos de situações diferentes.

Dentre as diferenças salientadas por Lenin entre as "duas vias", a que credita à via americana de transformação capitalista das relações de produção no campo, por oposição à prussiana, uma expansão mais rápida e mais ampla das forças produtivas, deve ser relativizada à luz da perspectiva histórica de que hoje dispomos. A "via prussiana", com efeito, fez da Alemanha um país capitalista mais desenvolvido que a França. E a via "Meiji", configurada no último quarto do século XIX, fez do Japão uma grande potência industrial.

Quanto à caracterização da via brasileira como colonial, cabe notar que, fenômeno multisecular e multiforme, a colonização conduziu na África e na Ásia a resultados históricos muito diferentes uns dos outros e mais ainda daqueles que constatamos na América Latina. Na segunda metade do século XX, os jornalisticamente chamados "tigres asiáticos", beneficiando-se de sua condição de enclaves ou protetorados do Império estadunidense (que, empenhado em criar vitrines de prosperidade na zona de cerco estratégico à China, lá assumiu a função exercida alhures pela " revolução pelo alto"), ultrapassaram, de longe, a despeito da via de desenvolvimento capitalista que percorreram ter sido ainda mais tardia, a "hipertardia" via brasileira e de outros países latino-americanos.

Chazin tem razão de notar que a particularidade está nas "vias" e não no capitalismo como tal, que é objetivamente universal.[79] Mas não de apresentar, por oposição às vias tardias, os exemplos "clássi-

cos", como totalidades "mais coerentes [...] congruentes ou consentâneos", cujas partes se imbricariam de maneira "mais orgânica", de maneira que nelas "o real se mostra mais racional" do que na Prússia e no Brasil (onde o real se mostraria portanto irracional, ou, em sua expressão, como "particularidade contrastante").[80] Se o real fosse efetivamente racional, seria possível explicitar as razões deste contraste irracional, em vez de somente constatá-lo. Para milhões de camponeses franceses, as parcelas minifundiárias conquistadas pela via revolucionária entre 1789 e 1793 aproximavam-se mais da "racionalidade" do que as "enclosures" inglesas. Não há norma universal relativamente à qual a Prússia, o Brasil, o Japão e, em nossos dias, os "tigres asiáticos" constituiriam desvios. *Tudo é desvio* no sentido de que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção necessariamente se opera num tecido social *já dado*, sobre cujas particularidades ele incide, ora suprimindo-as, ora reproduzindo-as tais quais, ora metamorfoseando-as. As relações capitalistas de produção são universais. Mas universalizam-se concretamente, ao destruir ou marginalizar os modos de produção preexistentes e reduzir os produtores diretos a meros vendedores de sua força de trabalho. Objetivamente, não há vias "clássicas", mais "racionais" ou "harmônicas" para essa concretização. O real não é nem mais nem menos racional. Ele é. A "via americana" realimenta-se periodicamente de colossais gastos com a produção de meios de destruição maciça, que põem em risco a própria sobrevivência do *homo sapiens*. Em que sentido do termo, Hiroshima e Nagasaki, o Vietnã, a guerra nas estrelas e outros crimes contra a humanidade seriam mais racionais?

Cabe de qualquer modo perguntar em que medida ainda é pertinente servir-se da analogia "prussiana" para analisar o desenvolvimento do capitalismo de monopólios no Brasil, principalmente tendo em vista os efeitos anti-sociais da ofensiva reacionária neoliberal ao longo da última década. No essencial completou-se a transformação do latifúndio oriundo do escravismo colonial em grande empresa capitalista rural e a correspondente mutação da oligarquia latifundiária brasileira, no interior da qual passou a predominar o "agrobusiness". Ela permitiu aumentar a rentabilidade das grandes explorações agrícolas sem tocar no regime de propriedade da terra. As medidas de

"reforma agrária" adotadas pela ditadura militar e por seus sucessores, além de mesquinhas e demagógicas, premiaram muito mais os velhos latifúndios improdutivos, "expropriados" a preços superestimados, do que aqueles que dela deviam se beneficiar. A contradição entre os acaparadores do solo e os camponeses sem-terra, herança da "via prussiana", permanece não resolvida. Tanto assim que o mais pujante movimento de luta de massas da última década se chama exatamente movimento dos trabalhadores sem-terra.

8. *Democracia e dominação burguesa*

Em 1977, a nova geração marxista brasileira, empenhada no aprofundamento do debate sobre os temas conexos da incompletude e frustração da revolução burguesa e da via democrática para o socialismo, recebeu o impacto político de retumbante declaração do secretário-geral do então Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico Berlinger: "[...] a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista."[81] A proclamação de Berlinger, na linha dita eurocomunista, então em voga, repercutiu rapidamente entre os comunistas brasileiros: em março de 1979, Carlos Nelson Coutinho publicou o artigo "A democracia como valor universal",[82] em que procura mostrar que a tomada de posição do dirigente italiano não configura uma profissão de fé idealista, mas, ao contrário, atualiza e desenvolve o pensamento político marxista. Para tanto, empenha-se em provar que embora tendo sua "gênese histórica" nas revoluções burguesas, o "arcabouço institucional da democracia política" não perde "seu valor universal" com a superação da sociedade burguesa.[83]

A tese de que o socialismo resultaria do aprofundamento e da ampliação das instituições democráticas forjadas no capitalismo não constituía novidade. Ao contrário: havia sido sustentada pela II Internacional, cujos partidos-membros se intitulavam social-democratas exatamente para marcar o vínculo que entendiam essencial entre de-

mocracia e socialismo. Toda a dificuldade, evidentemente, consistia (e continua consistindo) em determinar a natureza deste vínculo, ou, mais dinamicamente, a lógica objetiva deste processo. A social-democracia, antes de seus últimos surtos de degenerescência, entendia-o como acumulação de reformas convergentes aprofundando gradualmente o caráter social da democracia política burguesa. Seguindo-lhes as pegadas, os amigos do "valor universal da democracia", salvo honrosas, mas poucas exceções, acabaram aceitando como paradigma do "arcabouço institucional da democracia política" a ordem liberal-burguesa em vigor nas metrópoles imperiais. Na Itália, em 1999, os herdeiros de Berlinger marcaram sua chegada ao governo participando do infame bombardeio da Iugoslávia, em nome, exatamente, daqueles "valores universais".

De seu lado, o movimento comunista internacional não recusava, em princípio, a idéia da transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática. Insistia, entretanto, nas teses de Marx e Engels, fortemente enfatizadas por Lenin, de que as formas do Estado se assentam na base econômica da sociedade, e que, portanto, sobre a base das relações capitalistas de produção, a democracia será *sempre* a forma política da dominação de classe da burguesia. O aprofundamento da democracia, como concretização do interesse coletivo e da soberania popular exige, cedo ou tarde, a socialização do controle dos principais meios sociais de produção. Donde a necessidade objetiva de uma *ruptura* abrindo a via para a passagem da ordem do capital à ordem socialista.

Luciano Gruppi já havia sustentado, no artigo "Lenin, il leninismo e il PCI", publicado pouco após a declaração de Berlinger,[84] que, desmentindo a expectativa de Lenin a respeito do "valor paradigmático" da "superação da democracia parlamentar na democracia soviética", "a experiência histórica subseqüente demonstrou, ao contrário, nos países com uma democracia política consolidada, o valor das instituições parlamentares como estrutura fundamental de garantia do exercício das liberdades democráticas". Reconhece, entretanto, que no plano dos princípios, Lenin tem razão ao recusar "identificar a democracia — o exercício da soberania popular — com as formas que assumiu historicamente. Produto da história, a democracia é entretanto realidade mais ampla — sempre histórica — das formas institucionais em que se exprime". Mas, acrescenta, a recusa de reduzir a democracia a uma de suas formas históricas de objetivação "vale tanto para as instituições parlamentares quanto [...] para os *soviets*".[85]

A constatação nos parece inegável, mesmo porque, contrariamente a Berlinguer, Gruppi enfatiza não a universalidade abstrata, e sim o condicionamento histórico-objetivo das instituições democráticas e portanto não perde de vista a diferença entre os "valores democráticos" e as instituições histórico-concretas em que se expressam. Deixa entretanto em aberto a questão essencial da relação entre parlamentarismo e democracia e, conseqüentemente, a crítica à instrumentalização das instituições políticas pelos interesses burgueses dominantes. Nesse sentido, nunca é demais insistir em que o encontro da democracia com o liberalismo não constitui uma fusão, mas uma tensa e problemática combinação de seus princípios fundamentais respectivos. A soberania popular, princípio supremo da democracia, é, *em última instância*, incompatível com a supremacia dos interesses privados, do poder do dinheiro e do individualismo egocêntrico, valores supremos do liberalismo.

Poder-se-ia replicar que as grandes potências capitalistas são democráticas a despeito de serem imperialistas. Afinal, a democracia ateniense compunha-se de cidadãos donos de escravos e dispunha de um império colonial. Mas então cabe reconhecer que, para o Brasil e toda a imensa periferia do sistema capitalista internacional, aquele "arcabouço", perfeitamente compatível com os bombardeios genocidas da OTAN e com as mais insidiosas formas de intoxicação da opinião pública, constitui uma máquina de opressão, que pereniza a insegurança e a miséria. Sem dúvida, valores ético-políticos como a liberdade de consciência e de expressão, a de ir e vir, a igualdade, a fraternidade, o chamado "direito à diferença" (inclusive sexual) etc. constituem conquistas da civilização sobre a barbárie: desqualificá-las ou aboli-las em nome da moral proletária ou revolucionária seria um retrocesso cultural. Mas é muito grande a diferença entre preservar valores culturais e perenizar arcabouços estatais. Numa época como a nossa, em que os "valores democráticos" são criminosamente manipulados pela truculência opressora das grandes potências liberal-

imperialistas, aqueles que, na esquerda, enfatizam unilateralmente a "centralidade" da democracia estão proclamando apenas uma meia-verdade, cuja outra metade é uma meia falsidade. Ocultam que o interesse nacional da maioria dos povos só pode se afirmar na luta contra a desigualdade entre nações, que constitui, tanto ou mais do que há meio século atrás, a regra das relações internacionais.

Notas

1 *História do marxismo no Brasil*, vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, Capítulo 3.

2 O *Manifesto* de março 1958 é geralmente considerado expressão oficial da ruptura com a linha esquerdista dita do *Manifesto de Agosto* (de 1950).

3 Publicado em 1968, no Rio de Janeiro, pela Paz e Terra.

4 Procuraremos mostrar mais adiante os pontos mais frágeis dessa crítica. Quanto à infelicidade, está em ter servido principalmente para fornecer argumentos aos adversários da reforma agrária, não apenas aos que, na esquerda, mostravam-se avessos ao caráter "burguês" da distribuição da terra aos camponeses, como também aos "ruralistas" e tecnocratas do grande capitalismo agrário, que pretendem defender o latifúndio em termos de maior produtividade, como se fosse mais "produtivo" para o país vedar o acesso à terra de milhões de trabalhadores.

5 Mesmo os participantes da luta armada que afirmavam o caráter socialista da revolução brasileira sabiam que estavam respondendo pela violência revolucionária à violência reacionária dos golpistas de 1964 e, por conseguinte, que a luta contra a ditadura constituía o programa básico de seu combate. Mas justamente os latifundiários e os burgueses associados à dominação estadunidense eram os principais responsáveis pelo golpe e pela instauração da ditadura militar. Eles tinham imposto o regime de força que cumpria derrubar pela força. Por isso, mesmo que o socialismo constituísse o objetivo final, o movimento de luta armada, na prática, quando não também na teoria, dirigia-se contra a ditadura e contra o imperialismo. Exatamente como preconizava o programa nacional-democrático.

6 A mais vulgar consiste em apresentar como democráticos todos os regimes providos de verniz constitucional, pouco importando o conteúdo de legitimidade do processo que os instituiu. Entre nós, até o Império escravocrata foi caracterizado, por um apologista ainda mais superficial do que otimista, como "democracia coroada". Menos tola e por isso mais eficiente é a anexação da democracia, amputada de seu conteúdo historicamente originário e conceitualmente essencial (= poder do povo), pela ideologia liberal. Desenvolvemos esse ponto em "A universalidade da democracia: esperanças e ilusões", *Ensaios ad hominem* (I, 1999) e em "Liberalismo e fascismo: convergências", *Crítica Marxista*, nº 8, 1999, pp. 24-8.

7 O termo "social-democracia" designou, até a degenerescência da II Internacional (que, traindo solenes compromissos, apoiou ou aceitou a guerra imperialista de

1914-1918), todos os partidos operários, inclusive os revolucionários. (Os anarquistas, por princípio, não se organizavam em partidos).

8 Como observamos em "Liberalismo e fascismo, afinidades", *Crítica Marxista*, nº 8, 1999, p. 18, se a burguesia aceita, em determinadas condições e correlações de força, reformas progressistas, aceita também, para manter seus privilégios econômicos, portanto suas posições de classe, em situações de crise política aguda, quando o controle exercido sobre a "opinião pública" pelos grandes meios privados de comunicação social não logra garantir a "funcionalidade" do sufrágio universal, hediondos retrocessos, tais como expressaram-se historicamente no fascismo, no nazismo e nas demais formas teratológicas dos regimes de exceção do século XX.

9 *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, s.d., p. 410. Documento notável dessa época é *Zé Brasil*, folheto de propaganda do programa agrário comunista, publicado em 1947 (o mesmo ano em que o Congresso brasileiro, numa decisão talvez ainda mais hipócrita do que reacionária, confiscou o mandato dos parlamentares comunistas, empurrando de novo o PCB para a clandestinidade, de onde emergira poucos anos antes, no ocaso do Estado Novo). Monteiro Lobato, seu autor, um dos mais originais, criativos e cativantes escritores brasileiros da primeira metade do século XX, nunca foi, entretanto, comunista ou marxista. Apenas assumiu entranhadamente a convicção de que o Brasil devia se transformar em profundidade para deixar de ser um país do sempre adiado futuro brilhante e da espessamente concreta miséria passada e presente. Zé Brasil, caipira sem terra, dialoga com o narrador. Os argumentos são simples e claros, nunca vulgares, entretanto. Nesse escrito do final de sua vida (morreu no ano seguinte, 1948), Monteiro Lobato mantém a mesma linguagem direta e transparente que, além de tê-lo consagrado como ensaísta, revelou o prazer da leitura a tantos brasileiros que se encantaram com as reinações de Narizinho e as histórias sem fim do sítio da dona Benta.

10 Mostramos no já referido Capítulo 3 de *História do marxismo no Brasil*, vol. 3 que, com a abertura política operada nos últimos anos do Estado Novo, a democracia foi posta no centro do programa e da propaganda dos comunistas até 1946-1947. Lançado na ilegalidade quando, no plano internacional, a efêmera esperança de paz duradoura suscitada pela vitória da aliança contra o nazi-fascismo era sepultada pelo desencadeamento da guerra fria, o PCB adotou a linha política teorizada no Manifesto de agosto de 1950, que, no concernente à democracia, podemos resumir na tese de que ela se conquista na ponta do fuzil.

11 O texto do artigo 101 da Constituição de 1824 é o seguinte:
O Imperador exerce o poder moderador:
1º) Nomeando os senadores [...]
2º) Convocando a assembléia geral extraordinária nos intervalos das sessões quando assim o pede o bem do Império.
3º) Sancionando os decretos e resoluções da assembléia geral, para que tenham força de lei.
4º) Aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos conselhos provinciais.
5º) Prorrogando ou adiando a assembléia geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra que a substitua.
6º) Nomeando e demitindo livremente os ministros de Estado.
7º) Suspendendo os magistrados nos casos do art. 154.
8º) Perdoando ou moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença.

9º) Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado.

12 Caio Prado Jr., obviamente, não negava a importância das conquistas sociais dos trabalhadores. Ao contrário, enfatizou a importância da sindicalização dos proletários agrícolas. Negava: a) a reforma agrária e, conseqüentemente, b) o vínculo entre a luta pela terra e a luta pela democracia. A própria palavra "democracia" está ausente de *A Revolução Brasileira*. Cf. sobre esse ponto *História do marxismo no Brasil*, vol. 2, Capítulo II, nota 30, pp. 98-9.

13 Por isso, segundo eles, erigir a democracia em objetivo revolucionário, como faziam os comunistas, era pregar a "colaboração de classes". Acusação repetida com incansável zelo não somente pelos grupos trotskistas, mas também por Política Operária (POLOP), intelectualmente coadjuvados por politólogos então de esquerda, que décadas mais tarde praticariam a "colaboração de classes" com inédita desenvoltura. F. Weffort, que se tornaria ministro do governo PFL–PSDB e admirador confesso do chefe reacionário A. C. Magalhães foi, durante três décadas, um dos grandes patronos dessa crítica "de esquerda".

14 Gramsci, em seus cadernos da prisão, criticou contundentemente "la famosa teoria di Bronstein sulla *permanenza* del movimento" (ênfase no original). Sobre a pretensão de Bronstein (Trotski), que em suas memórias declara ter sido confirmada sua teoria 15 anos depois, comenta que é como quem prevê que uma menina de quatro anos vai se tornar mãe e quando ela se torna, aos 20 anos, diz que tinha adivinhado, esquecendo-se de que queria estuprá-la aos quatro anos achando que ela teria já então se tornado mãe". Antonio Gramsci, *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*, Roma: Riuniti, 1971, p. 95.

15 A questão é examinada sistematicamente no estudo de Décio Saes sobre a contribuição do althusserismo ao marxismo brasileiro, que constitui o Capítulo I (pp. 11-122) do volume 3 da *História do marxismo no Brasil*.

16 Em nosso já referido "Liberalismo e fascismo, afinidades", *Crítica Marxista*, nº 8, 1999, p. 17, notamos que a expressão "democracia burguesa", "[...] corrente no léxico marxista, em si mesma não é nem verdadeira nem falsa. Como tampouco o são as expressões liberalismo burguês ou fascismo burguês. Essas formas políticas se interpenetram, combinando-se em graus e pesos específicos variáveis em cada configuração concreta do poder político. Dá origem, entretanto, a múltiplos equívocos, às vezes catastróficos, quando tratada como uma proposição da forma *S é P*, pouco importando qual o sujeito e qual o predicado (a democracia é burguesa ou a burguesia é democrática)". A dificuldade está no verbo "ser". A cópula predicativa oculta a tensão dialética entre as duas categorias, apresentando-as como uma proposição estaticamente positiva, destas que se constatam em laboratório ou se definem construindo o próprio objeto como o geômetra ao ensinar que o triângulo *é* um polígono regular de três lados. Desnecessário discorrer sobre as conseqüências politicamente desastrosas deste emprego banal do verbo ser (a democracia *é* burguesa, portanto, constitui, para a classe operária, no máximo, um objetivo tático).

17 Como também notamos no mesmo artigo, essa afinidade preferencial da burguesia com a ideologia liberal nunca a impediu, "para manter a 'liberdade' essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção, de revogar o conteúdo ético-político do liberalismo ("Estado de Direito", liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do 'estado de sítio' às ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala

genocida. Confirmando à sua maneira a tese histórico-materialista de que a base econômica determina a superestrutura política, a ordem burguesa só é intransigente na defesa da propriedade burguesa". *Crítica Marxista*, idem, p. 18.

18 *Ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

19 Cf. o tópico "o predomínio do raciocínio econômico na autonomização teórica do marxismo brasileiro" em "A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros", 2º capítulo do volume 2 da *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995), pp. 74 e segs. *Predomínio* do raciocínio econômico não significa exclusividade. A vasta obra de N. W. Sodré contém vastos e notáveis estudos políticos, culturais, ideológicos etc. Mas são sempre referidos, como a seu fundamento objetivo, à base econômica da sociedade brasileira.

20 Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, pp. 15-6. (Veremos mais adiante que tanto a interpretação do escravismo quanto a do feudalismo desenvolvidas por Sodré são bem mais complexas). Sobre a interpretação em termos de feudalismo, critica também Nestor Duarte que em *A ordem privada e a organização política nacional* trata a escravidão como "doméstica" (pp. 18-9) e acrescenta, a propósito de Passos Guimarães, que é formalmente contraditória a idéia de uma combinação *sui generis*, no "modo de produção do açúcar aqui implantado", de "um regime territorial *feudal* associado a um regime *escravista* de trabalho" (p. 19). Parece-nos que o formalismo está antes na crítica.

21 Inscreve nessa linha, além de Celso Furtado, Alice Canabrava e Fernando Novais. Idem, pp. 17-8.

22 Idem, p. 19. Gorender acrescenta (p. 20) que F. H. Cardoso, constatando que "o capitalismo com escravos não cabe na teoria geral marxista sobre o modo de produção capitalista", "recorreu ao instrumental tipológico de Max Weber [...]" (cf. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 99 e segs.). Aponta ainda, entre a linha latifúndio feudal-escravista e a comercial-estrutural, as diversas concepções dualistas, como as desenvolvidas por Normano, Furtado, Rangel e Lambert , que tentaram "uma síntese", mas não alcançaram "mais do que uma justaposição" (p. 18).

23 Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 301.

24 Caio Prado, idem, p. 121.

25 Nelson Werneck Sodré. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, pp. 87-8.

26 Ellen Wood, em "The agrarian origins of capitalism", *Monthly Review*, 50 (3), jul.-ago., 1998, confirma, com sólida análise histórica, que a produção agropecuária para o mercado constitui o ponto de partida histórico do capitalismo. "A transformação das relações sociais de propriedade estava firmemente enraizada no campo e a transformação da indústria e comércio ingleses foi mais o resultado do que a causa da transição da Inglaterra para o capitalismo", (p. 25). Muitos "tenants" empregaram trabalhadores assalariados, mas estes permaneceram "very much a minority in the seventeenth century in England". A dinâmica econômica naquele período "dependeu em primeira instância da existência não de uma massa proletária, mas da produção de arrendatários (tenants) vinculados ao mercado" (idem, pp. 25-6).

27 Sodré, reconhecendo a importância do que chama o "grupo mercantil", "detentor do capital comercial e do capital usurário" que, aliado ao poder monárquico, "possibilitou a empresa das grandes navegações", contesta sua caracterização como "burguesia". "Admitir o contrário seria admitir a existência, nos séculos XV e XVI, em

Portugal e na Espanha, de relações capitalistas predominantes [...]." *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, pp. 31-2. O argumento nos parece forçado. A existência da burguesia precedeu de vários séculos as revoluções burguesas entendidas como instauração das relações capitalistas de produção. Bem mais perto da verdade histórica, entretanto, está sua interpretação de que "é a luta pela exploração das áreas descobertas em ultramar [...] que motiva o declínio do grupo mercantil, em proveito da classe feudal, dominante em Portugal e na Espanha. É uma exploração que [...] repousa no papel de intermediação exercido pelos dois reinos: eles não trocam o que produzem, trocam o que outros produzem, particularmente as áreas ultramarinas. Dessa troca, não resultará, pois, um desenvolvimento da produção metropolitana de Portugal e da Espanha, mas um capital comercial que, pela sua natureza, não se incorporas à economia dos dois países, antes emigra para outras áreas" (idem, p. 32).

28 Gorender, idem, p. 143.

29 A fórmula "monopolização latifundiária da terra" pode parecer pleonástica, mas não é. A terra pode ser monopolizada, no sentido de totalmente apropriada, por pequenos ou médios cultivadores independentes, ou pelo Estado que cobra a renda dos produtores diretos etc.

30 Gorender, idem, p. 143. Cita dados de Edmund von Lippmann. *História do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1941, traduzido conforme à segunda edição alemã, corrigida e ampliada pelo autor, tomo II, p. 32, segundo os quais "ainda à altura de 1600, os interesses envolvidos na produção açucareira das ilhas atlânticas eram tão fortes que o governo de Lisboa impôs um direito alfandegário de 20% sobre o açúcar brasileiro, visando colocá-lo em desvantagem na concorrência com a área rival do próprio império lusitano".

31 Manoel Bonfim, em *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, pp. 13-4, sustenta que "a lavoura de cana açúcar se instituiu e se generalizou no trabalho dos índios. Em 1.580 só havia na colônia 8.000 negros africanos e já se contavam 130 engenhos produzindo para a exportação 70.000 caixas de açúcar". Calcula, baseado em dados estatísticos de 1628, segundo os quais havia nessa data apenas 30 mil escravos no Brasil e apoiando-se no fato de que quando o marquês de Pombal liberou os índios da escravidão, em 1755, estes representavam um terço do total dos escravos no Brasil, que, no início do segundo quarto do século XVII, haveria aqui no máximo 15 mil africanos (para uma população total presumida de cerca de 40 mil escravos). O método é demasiado aproximativo, mas sugere que a importância da escravização dos índios foi muito grande durante os três primeiros séculos da colonização. À mesma conclusão chegou John Monteiro, em estudo bem mais recente e metodologicamente mais cuidadoso: "[...] ao longo do século XVII, as atividades econômicas dos colonos da região de São Paulo assentaram-se numa ampla e sólida base de escravos índios" aprisionados em "freqüentes expedições". A caça ao índio era tão produtiva que, em seu auge (meados do século XVII, segundo ele), além de abastecer à saciedade "as fazendas e sítios da regiã o planáltica", proporcionava "mão-de-obra excedente, que se empregava sobretudo no transporte de produtos locais destinados ao mercado litorâneo" (*Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 209). A situação foi invertendo-se durante a segunda metade do século XVII, à medida que "[...] as expedições passaram a enfrentar sertões pouco conhecidos, distâncias maiores e crescente resistência indígena. O declínio na rentabilidade das expedições provocou uma séria crise na economia paulista. A maioria dos produtores rurais, dispondo de apenas alguns cativos índios, afastou-se da produção comercial [...]". Outros "introduziram

escravos africanos em suas fazendas. Outros ainda "lançaram mão da criação de animais de carga numa tentativa de substituir as reservas de carregadores índios". Outros, enfim, como Fernão Dias Paes, tudo investiram "na busca de metais preciosos" (idem, p. 209). Monteiro assinala ainda que a despeito desse declínio, a escravidão indígena "permanecia fortemente enraizada em São Paulo na época em que foi descoberto o ouro, na década de 1690" (p. 209). Em 1696, acordo entre os colonos, os jesuítas e a Coroa garantiu "aos primeiros direitos sobre o serviço particular dos índios" (p. 210).

32 Utilizamos a tradução francesa publicada em 1964 (Paris, Plon) de *Gesammelte Aufsatze zur Religionssoziologie*, Band I, Tubingen, Mohr, 1947, pp. 1-236. Max Weber sustenta que a mentalidade empresarial própria ao capitalismo moderno resulta essencialmente da nova ética introduzida pela reforma luterano-calvinista do cristianismo. Como contribuição à análise dos fatores do surgimento do "espírito empresarial", a hipótese merece ser levada em conta. Ao dissociar o lucro e o juro da usura e da agiotagem, descriminalizando os rendimentos normais (inclusive financeiros) do empresário austero, prudente e operoso, igualizando, aos olhos de Deus, todas as atividades e profissões, socializando, com a doutrina do sacerdócio universal, o contato com o Todo-Poderoso, retirando portanto do clero o privilégio profissional de mediar tal contato, a versão protestante do cristianismo certamente criou condições favoráveis à eclosão da mentalidade capitalista moderna. Menos convincente é o elo que Weber pretende estabelecer entre a doutrina calvinista da predestinação e a eficiência empresarial da burguesia. Parece-nos acertada a observação de que a recusa protestante da "justificação pelas obras", isto é, da crença de que o homem possa, por esforço próprio (por meio de esmolas, penitências, mortificações, compra de indulgências etc.) adquirir títulos de crédito resgatáveis na eternidade, liberou energias que se deslocaram para o sucesso profissional, sobretudo empresarial. Com efeito, para Calvino, notadamente, Deus, desde sempre, predeterminou, pelos impenetráveis desígnios de sua graça, quais serão seus eleitos. Não tendo pois motivo para tentar garantir um lugar no paraíso em troca de serviços religiosos especiais, o cristão deve exclusivamente levar uma vida normal dentro dos preceitos evangélicos, confiando na graça divina. A atividade empresarial passou assim a ser considerada como tão aceitável quanto qualquer outra, e o lucro, sempre que obtido por meios honestos, como fruto legítimo desta atividade. Essa análise é importante na medida em que aponta os fatores culturais suscetíveis de explicar a desobstrução dos bloqueios ideológicos que o catolicismo medieval impunha à expansão do mercado e do capital, mas não dá conta, contrariamente ao que Weber pretende a partir de seu formalismo analítico, da lenta, gradual e inexorável ascensão do modo capitalista de produção. Mesmo porque o capitalismo não repousa num estado de espírito e sim na transformação dos meios de produção em capital e, conseqüentemente, da massa dos produtores em vendedores de força de trabalho.

33 Nosso anacronismo é consciente: Dom Quixote é um personagem literário colocado pelo autor em seu próprio presente, o final do século XVI e o início do século XVII, quando o México já se transformara, há mais de meio século, em colônia espanhola.

34 Marx, *O capital*, vol. 6, livro III, Capítulo XX. Paris: Sociales, 1957, p. 340.

35 Alexander Marchant em *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980 (publicado originalmente em 1942 sob o título *From barter to slavery*), traz dados importantes, como anuncia o subtítulo do livro, para a compreensão das "relações econômicas entre portugueses e índios na formação do Brasil", de 1500 a 1580. Assinala

não haver "menção do uso de índios escravos pelos traficantes de pau-brasil", mas, em compensação, em 1545, mais de 3 mil índios escravizados trabalhavam nas plantações e engenhos de açúcar de São Vicente (p. 59).

36 O Alvará foi registrado "em livro próprio" a 2 de março de 1785 e publicado a 5 de junho de 1785 em Lisboa na oficina de Antônio Rodrigues Galhado. Modernizamos a ortografia.

37 Salvo a explicar nossas peculiaridades nacionais pelo apelo à psicologia dos povos como fez Sérgio Buarque de Holanda no capítulo inicial do festejado *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 14ª ed. 1981) em que busca fundamentos teológicos para a tese de que a "cultura da personalidade [...] parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais" (p. 4). (Por que não da gente romana, italiana, francesa, inglesa, alemã?) Argumenta que esta pretensa ênfase no "mérito pessoal", "prolongada na teologia, iria ressuscitar, em pleno século XVI, a velha querela do pelagianismo, encontrando sua manifestação mais completa na doutrina molinista. E nessa polêmica iria ter o papel decisivo, contra os princípios predestinacianos, uma instituição de origem nitidamente ibérica, a Companhia de Jesus, que procurou impor seu espírito ao mundo católico desde o Concílio de Trento" (p. 9). Salvo a constatação, óbvia, da origem "nitidamente ibérica" da ordem de Inácio de Loyola e a rima involuntária implícita no duelo entre os "predestinacianos" e os inacianos, essa digressão do respeitado historiador é uma teia de confusões e equívocos. Se o "pelagianismo" ressuscitou no século XVI, certamente não foi por meio de Luis de Molina (1535-1600), que o combateu frontalmente, e sim do humanismo renascentista, que, a despeito do surto erasmista e do brilho de Alcalá de Henares, não logrou enraizar-se na Península Ibérica. Contrariamente ao que parece supor S. Buarque, Molina, na parte VII da obra clássica que consagrou à questão, *Concordância do livre arbítrio com os dons da graça, a presciência divina, a providência, a predestinação e a reprovação*, condena tanto os erros dos luteranos quanto os dos pelagianos. (Na edição crítica da coleção Societas Iesu Selecti Scriptores, Burgos e Madri, 1953, pp. 470-1). Quanto ao fundo, o pelagianismo, isto é, a convicção de que o homem pode se justificar apenas pelas forças do livre-arbítrio é tão alheio à doutrina católica (defendida por Molina) quanto o protestantismo. Sobre esse equívoco básico, Sérgio Buarque de Holanda constrói um castelo de cartas. A "desconfiança e antipatia" com que "as teorias negadoras do livre-arbítrio foram sempre encaradas [...] pelos espanhóis e portugueses" explicaria porque eles "nunca se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento". Tal mentalidade, com efeito, teria se tornado "o maior óbice [...] ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas". Isto porque "as doutrinas que apregoam o livre-arbítrio e a responsabilidade social são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens" (p. 9). Essa especulação, manifestamente inspirada no livro de Max Weber acima referido, não se sustenta nem conceitual nem historicamente. Não se pode, com efeito, determinar com algum grau de rigor em que sentido e medida a adesão ao livre-arbítrio e portanto a tese de que o mérito é necessário à salvação constitui "óbice" ao espírito associativo. Os argumentos sociológicos e culturológicos, descontados os abusos da "psicologia dos povos" mostram, para tomar exemplo clássico da Grécia, que os mesmos homens que ilustraram a pólis e lhe deram a própria vida, como Sócrates, acreditavam firmemente na liberdade da vontade e na capacidade do homem de se elevar ao bem pelas luzes da razão. Mais perto de nós no tempo e no espaço, foram os jesuítas, expressão paradigmática, segundo Sérgio Buarque, do personalismo

individualista ibérico, que criaram o comunitarismo teocrático em suas reduções missionárias do Paraguai, Argentina e Brasil.

38 *O capital*, livro I, Capítulo XXXIII, "A teoria moderna da colonização". Citamos a partir da tradução de M. Rubel, Karl Marx, *Oeuvres*, I, Paris, Bibiothèque de la Pléiade, 1965, p. 1.226. Não se pode desejar elucidação mais límpida do próprio conceito de relações de produção. O texto de Wakefield citado por Marx é *England and America. A comparison of the social and political state of both nations*, vol. II. Londres, 1833, 2 vols., p. 33.

39 Idem, p. 146.

40 Nas "ilhas mediterrâneas e atlânticas, sob o estímulo da ampliação do mercado", observa, a produção de açúcar "também assumiu o caráter de plantacionismo escravista", mas no Brasil "houve um salto qualitativo": o escravismo da cana-de-açúcar, que lá era "modo de produção secundário e periférico [...] adquiriu a natureza de modo de produção *dominante* (ênfase no original) [...] servindo de base a uma formação social historicamente nova" (p. 145).

41 Gorender, idem, p. 145. Tanto assim que durante cerca de 20 mil ou 30 mil anos (período a que provavelmente remontam os mais antigos estabelecimentos humanos no continente americano) não ocorreu aos índios, que eram poucos e dispunham de terras abundantes, escravizar prisioneiros de guerra para tais fins. Podemos, a rigor, falar de escravidão nas formações estatais desenvolvidas dos olmecas, maias, toltecas, incas, astecas e de outros povos ainda insuficientemente reconhecidos pelos arqueólogos, mas somente no sentido genérico de que o vencido na guerra tornava-se coisa do vencedor.

42 Idem, p. 471, no Capítulo XXIII de *O escravismo colonial* que estuda a escravidão dos índios.

43 Idem, p. 147.

44 Décio Saes sintetiza, em *A formação do Estado burguês no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 62-74, a discussão sobre as características do escravismo antigo comparadas à escravidão moderna. Aceita a categoria "escravismo colonial", mas critica, em nosso entender pertinentemente, as distinções entre escravismo antigo e colonial moderno elaboradas por Ciro Flamarion e por Gorender (idem, pp. 64-74).

45 Cf. Gorender, idem, pp. 388-90. Assinala que também Sodré reconhece ser economicamente decisivo possuir escravos, já que a terra era doada graciosamente pela Coroa. Mas aponta ironicamente a contradição entre esse reconhecimento e as teses feudais daquele autor : "O feudalismo é o regime econômico em que a terra vale acima de tudo: quem a domina também domina os produtores diretos. Será que nos deparamos, no Brasil colonial, com mais um feudalismo 'sui generis' para o qual a terra nada valia?" (p. 390). Ele próprio, entretanto, como veremos logo adiante, admite feudalismos sem feudos. Sodré vincula o feudalismo brasileiro não só ao monopólio da terra, mas também e até, principalmente, às relações de *dependência pessoal* características das zonas de pastoreio e de extração vegetal. Com efeito, essa relação de dependência, muito mais do que o domínio da terra, é essencial à servidão da gleba. Bem mais justa e importante é a observação de que os banqueiros exigiam escravos e não terra como garantia para empréstimos hipotecários aos donos de plantação (idem, pp. 388-9).

46 O que não lhe tira o caráter progressista. Parecem-nos perfeitamente justas as considerações desenvolvidas a esse respeito por Gorender em *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

47 Para uma caracterização rigorosa, tanto conceitual quanto historicamente, da categoria "Estado escravista", é indispensável a obra já citada de Décio Saes, cuja Parte III, "A transformação burguesa do Estado brasileiro", analisa com impecável precisão a posição das diferentes classes da sociedade brasileira, as dominantes como as dominadas, diante da Abolição.

48 Em *A esquerda militar no Brasil*, vol. I, *Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991, pp. 44-5, evocamos o contexto e o teor dessa notável tomada de posição do Clube Militar, que, em seu quarto mês de existência, em outubro de 1887, escreveu a página mais generosa de sua secular existência. "Ameaçados em seus odiosos privilégios, os escravocratas reagiam à crescente mobilização abolicionista com uma truculência que seria imitada, no século seguinte, pelo inimigos da reforma agrária. Assim Martinho Campos, que chefiara o gabinete do Império em 1882, resumia seu programa de governo: 'Os abolicionistas são salteadores; mas, para estes, tenho meu revólver. A escravidão deve ser mantida, por amor dos próprios escravos'. Por amor dos próprios escravos que, teimando em não compreender as motivações filantrópicas de seus proprietários, fugiam em massa das senzalas e das plantações, intensificava-se a caça aos fugitivos; como, porém, embora numerosos, os esbirros empregados neste sórdido trabalho de busca e captura mostravam-se incapazes de deter a onda de evasões, os senhores de escravos passaram a pressionar o governo para que, como diriam hoje, mobilizasse o Exército em defesa da ordem social, isto é, na caçada aos foragidos, suficientemente numerosos e suficientemente apoiados pela opinião pública para não precisar se esconder no mato. Em vários centros urbanos formavam-se quilombos, entre eles o de Santos, contra o qual se encarniçavam especialmente os escravocratas, por ali se concentrarem, em número crescente, fugitivos das plantações de café da região de Campinas. O apelo ao Exército para desmantelá-lo era tido como iminente." Foi então que, reunidos no recém-fundado Clube Militar, os oficiais abolicionistas enviaram à Regente Isabel "um pedido que é antes uma súplica: que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior [...] os soldados sejam encarregados da captura obres negros que fogem à escravidão [...]". O texto, "todo redigido num tom de respeito e de dignidade que torna ainda mais eloqüente a inspiração ética que o anima", assim conclui: "O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, tranqüilamente, evitando tanto a escravidão como a luta e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

49 Décio Saes, idem, pp. 209-13.

50 Gorender ao examinar as relações de produção na pecuária (idem, Capítulo XX, pp. 411 e segs.) recusa a interpretação feudal de Sodré (p. 414). Mas reconhece que o trabalho escravo combinava-se ao "trabalho livre", acrescentando tratar-se de "formas embrionárias de salariado" (p. 416) ou ainda "formas rudimentares de salariado" (p. 422). Estaria sugerindo que todo "trabalho livre" é trabalho assalariado e que tais formas embrionárias ou rudimentares de salário configuram relações de produção embrionária ou rudimentarmente capitalistas? O importante, parece-nos, é evitar as interpretações teleológicas da evolução econômica. A expressão "trabalho livre" só é válida se entendida rigorosamente como sinônimo de "trabalho não escravo". A metáfora biológica do "embrião" induz a considerar as formas *pré*-capitalistas (isto é, anteriores ao capitalismo) como devendo conduzir necessariamente ao capitalismo.

Convém notar, neste sentido, que a idéia de *transição* aplicada às relações capitalistas no campo não configura uma tendência única: a luta de classes entre latifundiários e sem-terra não opõe diretamente o capital ao trabalho, diferentemente da que travam os proletários rurais contra os grandes agrários. A reforma agrária pela qual está lutando o Movimento dos Sem-Terra (MST), quaisquer que sejam suas diferenças relativamente às lutas camponesas travadas no período anterior ao golpe de 1964, tem objetivos democráticos. As formas de propriedade que pretende instaurar combinam a propriedade familiar com a propriedade cooperativa.

51 Gorender, idem, p. 111.

52 Ibidem.

53 Vale acrescentar que o sentido histórico original do termo latino *servus*, como o do grego *doulos*, é *escravo*. Gorender consagra um sub-capítulo (II, 6) de *O escravismo colonial*, à análise lexicográfica e histórica da escravidão comparada à servidão da gleba e ao trabalho assalariado (pp. 80 e segs.).

54 A lei de 1850 transformou os antigos sesmeiros em proprietários de pleno direito. As sesmarias haviam sido oficialmente extintas em julho de 1822, pouco antes da proclamação da independência. As razões da extinção estão explicadas em Lígia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, Capítulo III, pp. 57-78.

55 Cf. L. Osório Silva, idem, pp. 115-225, onde, apoiada em densa documentação primária, analisa a elaboração, promulgação e aplicação perversa da lei de terras. Sobre o usucapião, cf., idem, pp. 322 e segs. Decio Saes, op. cit., pp. 149-50, comenta a influência das idéias de Wakefield sobre os autores do projeto da "lei de terras" de 1850, mostrando convincentemente que o objetivo principal destes era socorrer as plantações escravistas, "às voltas com o crédito hipotecário, através da 'elevação do preço da terra', que se tornaria 'garantia aceitável para empréstimos hipotecários'" (p. 150).

56 Esse dispositivo que abria caminho legal para a reforma agrária foi retomado na Constituição de 1967, (artigo 157, VI, § 1). Também no Chile os golpistas anunciaram medidas progressistas. O general Leigh, membro da "Junta de Governo" chefiada por Pinochet, declarou a 22 de setembro de 1973, em entrevista coletiva à imprensa, que "los campesinos serán dueños de la tierra" (*El Mercurio*, de 23/9/1973). Anunciou também participação dos operários nos lucros da empresa e outras benesses. Mas a terra prioritariamente concedida aos camponeses foram sete palmos para enterrar os que haviam militado na esquerda. Às vezes, nem isso: foram muitos os jogados em valas comuns. Em compensação, caráter de urgência urgentíssima foi conferido à devolução aos latifundiários das terras apropriadas pelos camponeses durante a verdadeira reforma agrária, iniciada timidamente pelos democratas-cristãos nos anos 60 e acelerada durante o governo de Salvador Allende.

57 No artigo 4 do "Estatuto da terra", que distingue as formas de propriedade rurais, são avaliadas positivamente a "propriedade familiar" e a "empresa agrícola" e negativamente o "latifúndio" e o "minifúndio". O critério de avaliação, definido no artigo 2, é a "função social da propriedade".

58 Cf. "Estatuto da terra", artigos 47 a 53. Para subtrair dos latifundiários o controle do imposto fundiário rural, que até então era estadual, a Emenda Constitucional nº 10 tornou-o federal.

59 A aplicação dessa política acentuou a diferenciação interna na oligarquia fundiária, opondo os fazendeiros que tinham os meios de realizar os investimentos em capital fixo e circulante, portanto de aperfeiçoar a qualidade e a produtividade de suas culturas, aos que não os tinham.

60 Caio Prado Jr., idem, pp. 68-9.

61 Prestes, *Problemas atuais da democracia* , op. cit., p. 71.

62 Observa notadamente (idem, p. 119) que a "economia açucareira" [...] "em que se encontra a maior concentração fundiária", "não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista [...] mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade e do desenvolvimento econômico resultante".

63 Celso Furtado, "Brésil: de la république oligarchique à l'État militaire", *Les temps modernes*, nº 257, outubro de 1967, pp. 594-6. Foi muito grande, com efeito, a influência exercida por Celso Furtado sobre o pensamento da esquerda brasileira. Segundo ele, a "estrutura agrária anacrônica" não exerceu efeito bloqueador sobre o desenvolvimento econômico enquanto a indústria pôde crescer substituindo importações. Quando porém tal substituição atingiu relativa saturação, aquele efeito tornou-se operante.

64 Hoje como ontem. Mesmo os ingênuos que levaram a sério o "conceito" mediático de "globalização" poderiam meditar frutiferamente sobre uma manifestação extremamente contemporânea dessa contradição, a que opõe os lucros usurários auferidos pelo capital financeiro "globalizado" e o interesse nacional. Até o presidente F. H. Cardoso, após haver acorrentado o Brasil a Wall Street e ao FMI e tomado dinheiro dos aposentados para tentar saciar a sanha dos especuladores, lembrou-se, durante a crise do real no início de 1999, de que o interesse nacional existe, ao pedir aos especuladores, em grande parte brasileiros, que parassem de comprar dólar. O ímpeto patriótico presidencial não foi, porém, de longo fôlego. Logo em seguida, entregou o Banco Central a um preposto do especulador multimilionário estadunidense G. Soros.

65 *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 381. Grifos nossos. Comentamos mais amplamente esse ponto em *História do marxismo no Brasil*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, pp. 80-1 e 99, nota 32.

66 Os dois setores foram entregues à sanha dos trustes imperialistas, é bom nunca esquecer, pelo governo anti-nacional de F. H. Cardoso.

67 O objetivo do *Projeto de plataforma*, publicado em *Debate*, nº 12, abr., 1973, era aprofundar a discussão das questões com que se defrontava o marxismo revolucionário brasileiro, após o esmagamento do movimento de luta armada desencadeado em 1968, na perspectiva de sua rearticulação teórico-programática. Participei dessa publicação desde seu primeiro número, em 1970, até o último, em 1982. O *Projeto de plataforma* foi mais tarde publicado em Portugal no livro *Pela união dos comunistas brasileiros* (Lisboa: Prelo, 1975). Vale lembrar que em 1973, aniquilada nos centros urbanos, a resistência armada à ditadura, agora sob a bandeira do PC do B, transferira-se para o Araguaia. A partir de setembro de 1973, com o golpe militar-fascista no Chile, a grande maioria dos exilados brasileiros deslocou-se para a Europa, principalmente para a França. Essa concentração, resultante de tão perversas circunstâncias, favoreceu o debate teórico no exílio.

68 *Projeto de plataforma política*, p. 15.

69 Ibidem.

70 Idem, p. 17. "Tanto os doutrinários do PCB quanto os da esquerda cristã e do 'nacionalismo revolucionário' brizolista estavam convencidos de que a ditadura militar instaurada em 1964 levaria o país à estagnação econômica, ao completo bloqueio do crescimento das forças produtivas sociais, à liquidação do setor estatal da economia, etc." Na verdade, como notamos acima, o erro teórico foi de Celso Furtado, que com sua autoridade intelectual proporcionou à esquerda aqueles equivocados argumentos "estagnacionistas". Já havíamos examinado a questão em "La nature de classe de l'État brésilien", *Les temps modernes*, 27 (304) e (305), nov.-dez., 1971, pp. 667-5.

71 *Projeto de plataforma*, idem, pp. 17-8.

72 Em "As contradições no seio das classes dominantes", artigo-editorial de *Debate*, nº 6 , abr., 1971, p. 14, já havia caracterizado o "enfraquecimento gradual da velha oligarquia latifundiária em proveito da moderna grande empresa capitalista do campo", como "uma reforma agrária 'prussiana'". No ano seguinte publiquei, na revista *Afrique-Asie*, nº 13, de 18 set. a 1º out., 1972, pp. 42-5, sob o pseudônimo de Fernando Moraes (de que me servi no início dos anos 70 na Europa), o artigo "Brésil, 'la voie prussienne' à la campagne". Nele assinalei que se tornava cada vez mais difícil para os usineiros do Nordeste suportar, sem proteção governamental, a concorrência dos capitalistas agrários de São Paulo. Mas o poder político dos usineiros do Nordeste e o temor das convulsões sociais que uma falência maciça das usinas do Nordeste provocaria, impõem às classes dominantes uma "via prussiana" a passos de tartaruga. Assim, a produção açucareira do Nordeste era protegida contra a concorrência de São Paulo pela fixação de quotas para cada um dos Estados e, conseqüentemente, pela garantia de venda aos usineiros do Nordeste. Mas se a concorrência leva aqueles a tentar modernizar suas instalações, o baixo preço da força de trabalho não os estimula a substituir a máquina pelo homem. Cabe aqui declarar, considerando a notoriedade mais tarde adquirida pelo jornalista e escritor do mesmo nome (quase exatamente, porque escreve Morais, com 'i') que, evidentemente, eu nem sabia de sua existência ao adotar aquele pseudônimo. A infeliz coincidência valeu ao verdadeiro Fernando Morais mais de uma convocação ao DOPS. Mortificou-me ter-lhe provocado esse perigoso transtorno.

73 Lenin, "Programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907", in *Obras*, t. 13. Paris, Moscou: Sociales; Éditions du Progrès, Moscou, 1967, pp. 251-2. Não podemos reconstituir aqui a elaboração dessa análise de Lenin. Lembramos apenas que ela partiu da avaliação dos efeitos econômicos da abolição da servidão pelo czar Alexandre II em 1861. A questão é examinada na primeira grande obra do *corpus* lenineano, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, escrita de 1896 a 1898 e publicada em 1899. Porém só no ano seguinte, 1900, respondendo, no artigo "Uma crítica acrítica", a ataques sofridos por aquela obra, referiu-se pela primeira vez ao tema das "duas vias" do desenvolvimento capitalista no campo. Contra seu crítico, um certo Skvortsov, que, retomando, talvez sem saber, as idéias de Wakefield, sustentou que aquele desenvolvimento teria sido mais rápido se, em 1861, a terra tivesse sido vendida aos camponeses por preços mais elevados (só os mais afortunados teriam podido adquiri-las, obrigando os demais a trabalhar como assalariados em terras alheias), Lenin argumenta que, ao contrário, "se os camponeses tivessem recebido mais terras e tivessem podido adquiri-las por preço menor, o desenvolvimento do capitalismo teria sido muito mais rápido, mais largo e mais livre [...]; numa palavra, o desenvolvimento da Rússia teria sido tanto mais próximo do da América" (Lenin, *Obras*, tomo 3, pp. 664-5). É interessante observar que Lenin compara apenas, neste primeiro esboço das "duas vias", a Rússia à "América" (do Norte). Voltou várias vezes a examinar a questão nos anos seguintes, inclusive no prefácio à 2ª edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, datado de julho de 1907. O tema aí já está claramente formulado, contrapondo a via dos "junkers" à via "revolucionária". Prevendo abusos futuros dessa distinção analítica, observa: "É óbvio que os elementos desses dois tipos de evolução capitalista podem se combinar ao infinito. É preciso ser o último dos pedantes para querer resolver os problemas originais e complexos que se colocam nesse domínio apelando para citações tiradas desta ou daquela avaliação de Marx relativa a um período histórico diferente do nosso." (Cf. *Obras*, idem, tomo 3, pp. 21-2). Alguns meses mais tarde, em nov.-dez. de 1907, redigiu o *Programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, contendo a formulação mais conhecida e citada do tema das "duas vias". A advertência antipedante acima referida convida também a não pedir àquela análise uma sistematização histórica geral, que ela não pretende oferecer. É claro, por exemplo, que a "via americana" se desdobra em duas outras: a francesa (em que o domínio senhorial foi destruído pela revolução de 1789-1794, que confiscou e fracionou as propriedades feudais) e a americana propriamente dita, na qual o domínio senhorial nunca existira. Como enfatizamos no corpo do texto, as terras da América foram tomadas daqueles que a habitavam há pelo menos 20 mil anos, por meio de uma "limpeza étnica" implacavelmente genocida. A via originária, de resto, não foi a prussiana ou a americana ou a francesa, mas a inglesa. Esta sim abriu caminho ao surgimento (do campo para a cidade, como mostrou Ellen Wood em artigo comentado acima) das relações capitalistas de produção.

74 A ênfase é de Lenin, idem, p. 252.

75 Ver Celso Frederico, "A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade", Capítulo V de *História do marxismo no Brasil*, vol. II (op. cit.), p. 202. O autor consagrou um tópico desse capítulo à "via prussiana" (pp. 201-4). Demasiado generoso a meu respeito, credita-me ter sido o primeiro a "falar da possibilidade de se pensar a nossa realidade à luz dessa referência" (p. 201). Na verdade, o tema já havia sido bastante discutido, pelo menos desde 1960, durante os debates preparatórios do V Congresso do PCB, por intelectuais e dirigentes como Alberto Passos Guimarães e João Amazonas. Se algum mérito me cabe nesse assunto, é, no máximo, o de ter retomado a discussão uma década depois. Com mais justiça, Celso Frederico assinala que "em sua direta inspiração lukacsiana" o tema "foi trabalhado inicialmente por Carlos Nelson Coutinho em *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*" (p. 202). Ressalta a intervenção de José Chasin no debate e menciona outros autores, marxistas ou próximos ao marxismo, que seguiram a mesma trilha (idem, pp. 203-4). Assinala também que a "utilização política mais influente do conceito de via prussiana" está no artigo de C. N. Coutinho "A democracia como valor universal" que, em 1979, transpôs a discussão para a análise política, com sua apologia do "valor universal da democracia", que comentaremos adiante. O historiador norte-americano Barrington Moore desenvolveu amplamente o tema em seu conhecido estudo sobre as origens agrárias do capitalismo (*Social origins of dictatorship and democracy*). Entretanto, numa discriminação ideológica demasiado comum na metrópole imperial, simplesmente ignora a contribuição de Lenin.

76 José Chazin, *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1978, idem, p. 619. Reitera a fórmula mais adiante, pp. 627.

77 Observa pertinentemente que encontramos no próprio Marx, da *Crítica à filosofia hegeliana do direito à crítica do Programa de Gotha*, o reconhecimento da persistência dos "elementos medievais" no desenvolvimento capitalista (pp. 620-1). Acrescenta

entretanto que se tivesse havido, nos países que seguiram a "via prussiana", intervenção das classes subalternas, "fazendo valer seu peso específico", isso "abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do todo social" (p. 627; o itálico é do original). Aqui, divergimos. As "enclosures" não criaram uma sociedade "mais harmônica". Tanto assim que no século XVII a Inglaterra foi convulsionada pela longa guerra civil que culminou na ditadura revolucionária de Cromwell. Tampouco a criou a revolução francesa. (Aliás o significado histórico das revoluções é bem menos de criar novas harmonias do que destruir harmonias perversas.) Tanto assim que as "partes do todo social" atravessaram o século XIX em pé de guerra (de classe).

78 Idem, pp. 628-9.

79 Critica a "'criação' de novos universais, tal como se dá quando a 'colonial' se antepõe 'modo de produção'" (idem, p. 629, nota 33). Concordamos com a contraposição entre a universalidade das relações capitalistas de produção e a particularidade das vias históricas de seu desenvolvimento, mas não com a recusa de princípio de caracterização de um modo de produção como "colonial". Sem dúvida, o termo "colonial" por si só não indica nenhuma relação de produção. Mas o termo "escravidão" acoplado a "colonial" sim.

80 Idem, pp. 626-7.

81 Citado em Carlos Nelson Coutinho. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 20. Berlinger proferiu-a em Moscou por ocasião das comemorações dos 60 anos da Revolução de Outubro, num momento em que o poderio da URSS parecia intacto. (Não pode, pois, ser acusado de ter chutado um cadáver, como o fizeram tantos de seus epígonos.) Contestou pois frontalmente a pretensão dos dirigentes soviéticos de erigir em paradigma das instituições socialistas a ditadura do partido em osmose com o aparelho estatal. Enfatizando que as conquistas democráticas do movimento operário e de seus aliados históricos, institucionalmente consolidadas nos Estados capitalistas europeus (a começar pela própria Itália), integravam o conceito de democracia compreendido em sua universalidade e nesta medida constituíam o fundamento "de uma original sociedade socialista", deixou clara sua recusa da ordem política vigente no "socialismo real" de então. Não tão clara, na época, era sua capitulação diante da ordem planetária liberal-imperial, assumida explicitamente por um dos mais pífios de seus epígonos, Massimo D'Alema.

82 Carlos Nelson Coutinho, "A democracia como valor universal", em *Encontros com a civilização brasileira*, nº 9, mar., 1979.

83 Criticamos este argumento em "A universalidade da democracia: esperanças e ilusões", *Ensaios ad hominem* I. Santo André: Estudos e Ad Hominem, 1999, pp. 161-2. Coutinho apóia-se na constatação de que para Marx "a arte de Homero não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica" (op. cit., p. 36; para o conjunto do argumento, idem, pp. 35-40). (Só na versão revista do mesmo artigo que publicou no livro *A democracia como valor universal*, acima citado, ele dá as referências do texto de Marx, a partir da tradução brasileira: *Para a crítica da economia política*, Os Pensadores, São Paulo, 1974, vol. XXXV, p. 131). Trata-se da célebre Introdução de 1857. Coutinho retomou o essencial da argumentação num capítulo de *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 18 e segs. No tópico final da referida *Introdução à crítica* de 1857, Marx serve-se dos termos *Norm* e *Muster* (modelo) ao constatar que a arte e a epopéia grega "ainda nos proporcionam prazer estético e [...] valem como normas e modelos inatingíveis". A palavra *universal* nem sequer aparece no texto, nem a rigor a palavra *valor*, mas apenas o verbo *valer* (gelten). Mas a questão não é só de palavras. O argumento de Marx visa demonstrar exatamente a tese oposta à que sustenta Coutinho: as formas artísticas *estão vinculadas* a "formas determinadas do desenvolvimento social". Aplicar esta tese às formas políticas leva à conclusão exatamente oposta à do valor perenemente universal da democracia: a saber, de que as formas democráticas estão vinculadas a determinados estágios do desenvolvimento social... É verdade que Marx observa, ao concluir o argumento, que a dificuldade não está em reconhecer esta vinculação evidente, e sim em compreender porque os heróis da Ilíada ainda hoje nos encantam. Propõe uma explicação em que rejeita, com sua costumeira ironia, a idéia de que a arte grega não tenha perdido "sua função de modelo": "Um homem não pode se tornar de novo criança, sob pena de cair na puerilidade. Mas não lhe é agradável a inocência da criança...? Porque a infância histórica da humanidade, ali onde ela atingiu sua mais bela floração, porque este estágio para sempre ultrapassado não exerceria um encanto eterno (ewigen Reiz)?" Longe de estar em contradição "com o caráter pouco desenvolvido da sociedade onde frutificou", o encanto perene da arte grega "está indissoluvelmente ligado ao fato de que aquelas condições sociais insuficientemente maduras [...] não retomarão jamais". Todas as citações de Marx se apóiam no texto de *Einleitung* (zur Kritik der politischen Ökonomie), in Marx-Engels, *Ausgewählte Werke*, band II, Berlim: Dietz Verlag, 1978, pp. 495-7. Consultamos a tradução francesa, in *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Sociales, 1957, pp. 173-5. Em 1981, Márcio Naves já havia observado que o texto de Marx vai "em sentido contrário" às teses de Coutinho. Cf. "Contribuição ao debate sobre a democracia", in *Temas*, 10. São Paulo: Hucitec, 1981, pp. 113-6. Para Marx, com efeito, a perenidade do prazer estético proporcionado pela arte grega está vinculada ao desaparecimento das condições que a tornaram possível.

84 Em *Crítica marxista*, (5) XVI, set.-out., 1978, pp. 3-25.

85 Idem, pp. 11-2.

Capítulo 5

Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60

*Leonilde Servolo de Medeiros**

Nos anos 50/60, num momento em que intelectuais e forças políticas de diferentes matizes discutiam acirradamente diferentes propostas de desenvolvimento para o país, a reforma agrária constituiu-se num tema polarizador dos debates. Concomitantemente e dando-lhe conteúdo social e político, esses anos presenciaram a emergência de significativas erupções de conflitos no campo, bem como a progressiva constituição de uma "linguagem de classe" (Jones, 1989), identificando os trabalhadores rurais e suas demandas no cenário político, dando-lhes visibilidade social, trazendo a público um discurso sobre direitos e sobre a necessidade de reordenar seu lugar na sociedade.

Esses processos são ininteligíveis se não consideramos a atuação do Partido Comunista, organização que, no período aqui considerado, em função de suas linhas programáticas e da concepção que de-

* Professora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Este estudo retoma reflexões desenvolvidas de forma mais ampla em Medeiros, 1995b.

senvolveu sobre a natureza da revolução brasileira, tornou-se uma das principais mediações dos conflitos que emergiram no campo. Como tal, foi personagem central na produção de uma nova linguagem que reconfigurou um determinado campo de disputas, traduzindo carências e demandas dispersas nos termos de processos sociais mais amplos ("revolução", "reforma agrária", "direitos"), tirando, assim, os conflitos da esfera local e articulando-os ao debate sobre os destinos da nação.

A literatura acadêmica tem dado relevo à análise dos debates doutrinários que se travaram no interior do PCB sobre o sentido da revolução brasileira e o lugar da questão agrária, bem como procurado resgatar as propostas que foram levadas ao campo (Martins, 1981; Medeiros, 1983; Faleiros, 1989; Costa, 1996; Santos e Costa, 1997). Este estudo procura, sem desconsiderar esse debate, privilegiar as tensões inerentes ao processo por meio do qual diversas propostas se difundiram e se socializaram, bem como às formas de leitura e explicitação do cotidiano das condições de vida e trabalho no campo, enfatizando o papel da imprensa comunista na constituição de novas visões sobre o meio rural brasileiro. Buscamos evidenciar como era apresentada a experiência dos trabalhadores, que imagens eram produzidas sobre ela, que demandas eram levantadas nos encontros, congressos, conferências realizadas, nas matérias sobre os conflitos etc., de forma a verificar que segmentos eram abarcados nas categorias que então se socializaram — "lavradores e trabalhadores agrícolas" e/ou "camponeses" —, que propostas emergiam, que formas de luta eram valorizadas em cada conjuntura particular, em especial no que diz respeito à posse da terra.

Nosso suposto é o de que a imprensa partidária aparece como um local privilegiado para a identificação, no período que vai do fim do Estado Novo ao golpe militar, do que Sader (1988) chamou de "novas matrizes discursivas", bem como as tensões inerentes à sua produção. A análise de diferentes aspectos da presença dos conflitos no campo e atores envolvidos, em diferentes locais e em diferentes momentos, é um instrumento importante para a compreensão de como e quais dentre suas experiências são colocadas à luz. Permite-nos ainda verificar por meio de que caminhos essa nova imagem co-

locava em cheque alguns dos elementos centrais da estrutura econômica e política do país, na medida em que implicava em definição e hierarquização de demandas, delimitação de interesses, ruptura com construções culturais e políticas privilegiadoras de uma visão homogeneizadora do meio rural e, de alguma forma, constituição de uma concepção que valorizava os conflitos sociais e a ação de classes. Trata-se, pois, de um processo de reconstrução das imagens já instituídas sobre os trabalhadores do campo, tais como as de sujeição ao mando dos grandes proprietários, passividade, preguiça, atraso, dificuldade de organização, opondo uma outra, marcada pela afirmação da singularidade, do sentimento de injustiça, da capacidade organizativa e possibilidade de construção de uma unidade de natureza política que dialogasse com a enorme diversidade de situações presentes no meio rural.

Como o lembra Davis (1990), a palavra impressa, mais do que uma fonte de idéias e imagens, é mensageira de relações e afeta determinados ambientes. Essa propriedade é muito mais evidente quando se considera a imprensa comunista, em razão mesmo de sua natureza e objetivos: produzir modelos a serem seguidos, predispor os seus leitores à aplicação das diretrizes partidárias.[1] Dentro dessa ótica, estimulado pela Internacional Comunista, o PCB concebeu e implementou seus meios de comunicação, que exerceram, entre outras funções de propaganda, o papel de "levantar reivindicações", o que implica que se possa considerá-los como espaço privilegiado para investigação do processo de construção política de grupos sociais, das formas de sua expressão na esfera pública, de interesses.

Abordar a imprensa do PCB significa ter em vista, no contexto em que o partido atuou, que ela se dirigia, prioritariamente, para um determinado público, quer do estreito círculo de militantes, quer para um grupo maior, já sensibilizado pelas propostas que ela trazia.[2] Embora não tenha sido objeto das preocupações aqui desenvolvidas trabalhar a forma como os jornais eram lidos, não se pode descartar a consideração de que eles chegavam às mãos de seus leitores por meio de redes de relações já constituídas, onde a fidelidade e a confiança eram fundamentais: eram elas que davam legitimidade à nova maneira de ver o mundo que a imprensa trazia consigo e avalizavam as iniciativas que estimulava. Assim, é possível pensar sua eficácia em

termos de um pólo, composto por um grupo de leitores e divulgadores militantes, para quem os jornais eram os portadores da "verdade" do partido, e círculos concêntricos, de pessoas atingidas com níveis diferentes de intensidade, cuja adesão à mensagem veiculada dependia fundamentalmente da sua capacidade de tradução de experiências e dos efeitos que poderia produzir. Na possibilidade de se fazer ouvir nesses círculos é que se depositava, em grande medida, o poder de mobilização e organização do PCB. Na verdade, o ideário político que se procurava transmitir, as novas relações de que a imprensa se fazia mensageira, precisavam corresponder de alguma forma ao que era vivido e transmitir a idéia de factibilidade da alternativa proposta, de credibilidade dos meios propostos para levá-los a cabo.

Com estas preocupações mais gerais, este artigo enfatiza a maneira como os conflitos em torno da posse da terra foram tematizados e como se constituiu o debate em torno da reforma agrária.

1. *Reforma agrária: em que termos?*

O tema "reforma agrária" pode ser considerado um lugar privilegiado para captar as tensões entre as propostas do PCB, sua articulação com os conflitos e demandas que se desenvolviam no campo e o quadro de disputas políticas que o cercou.

Quando de seu nascimento, o PCB elaborou sua proposta de revolução democrático-burguesa, seguindo as orientações da Internacional Comunista e sem grandes aprofundamentos em relação à questão agrária. Como o mostra Faleiros (1989), apesar de, em sua trajetória, esse partido destacar a importância da aliança operário-camponesa, o termo "camponês" funcionou durante muito tempo como um mero adendo, sem corresponder a nenhum esforço de buscar conhecer e organizar esse segmento. Isso aconteceu até mesmo no momento de constituição do Bloco Operário-Camponês, em 1928.[3]

Com a legalização do PCB, após a queda do Estado Novo, o tema da reforma agrária começou a ganhar maior centralidade. Em seu famoso discurso no Vale do Anhangabaú, em 1945, Luís Carlos

Prestes ensaiava o delineamento de uma proposta, destacando a necessidade de se criar uma legislação que disciplinasse a propriedade da terra e coibisse a existência de latifúndios improdutivos próximos aos grandes centros consumidores e às vias de comunicação. Segundo Faleiros, ligada às contradições identificadas pelo partido na sociedade brasileira, a questão da distribuição de terras era então concebida numa perspectiva modernizadora e desenvolvimentista: "[...] ou os latifúndios modernizam sua exploração agrícola e pagam melhores salários ou o Estado deveria intervir distribuindo-os gratuitamente à massa camponesa sem-terra que nela queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno, medida que deveria vir acompanhada de política creditícia, cooperativista, de apoio técnico e de preços mínimos." (Faleiros, 1989, pp. 114-5). Já no final desse ano, começavam a surgir propostas de desapropriação sem indenização. Por ocasião da III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, ainda durante o período de prevalência das teses de "união nacional", uma das resoluções constatava que "a posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses [...], melhores condições de trabalho e contratos de arrendamento, a abolição dos vales e barracões, maior prazo nos contratos de arrendamento e garantias ao camponês de poder reformá-los, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato [...]" (apud Faleiros, 1989, p. 120).

Essas orientações refletiam a complexidade e as dificuldades que começavam a emergir a partir do incipiente trabalho político no meio rural, configuradas na tensão entre as teses partidárias e seu encontro com as demandas imediatas dos trabalhadores do campo, doutrinariamente definidas pelo PCB.

Como resultado da decretação de sua ilegalidade, em 1947, e conseqüente exclusão do jogo político-partidário, o partido refez sua avaliação da situação do país e passou à exaltação do caminho armado para a tomada do poder e a incentivar a criação de "frentes

democráticas de libertação nacional", teses corporificadas no Manifesto de Agosto de 1950. Já então, o "campesinato" era apontado como o principal aliado do proletariado e o partido passou a defender o confisco das grandes propriedades "latifundiárias" e a abolição das formas consideradas "semi-feudais" de exploração do trabalho, como a meia, a terça, o vale do barracão (Martins, 1981).

Nas orientações que transmitia à militância nesse contexto, o então clandestino jornal *Voz Operária* [4] ressaltava a importância da conquista da terra e incentivava: "[...] no trabalho no campo é preciso levantar com audácia a saída para as massas camponesas — a tomada das terras dos latifundiários, apontando-a não como uma solução para o futuro, para ser conquistada através de uma reforma agrária, mas imediatamente nas lutas que se vão desenvolvendo." Na percepção do partido nesse momento, sem a conquista da terra, nenhum direito poderia ser garantido aos trabalhadores. Comentando a proposta do então presidente da República, Getúlio Vargas, de estender a legislação trabalhista ao campo, o mesmo jornal afirmava: "[...] Para que os trabalhadores rurais conquistem a liberdade de se organizarem para a defesa de seus direitos — e, portanto, melhorarem as suas miseráveis condições de vida — necessitam destruir o monopólio, acabar com a dominação econômica e política da maioria da população do país. Assim, a questão do reconhecimento dos direitos do trabalhador rural, da aplicação no campo de uma legislação social que atenda a esses direitos, é inseparável da luta por uma verdadeira reforma agrária, que entregue a terra àqueles que a trabalham [...]."[5]

Essas propostas vinham acopladas a sinais de que se iniciava uma aproximação com os conflitos que se desenrolavam no campo: já no final dos anos 40, aparecem nos jornais as primeiras menções a lutas por terra, sendo mencionadas "ocupações" e "tomadas" de terra nas localidades de Populina, Sol, Guarani d'Oeste e Brasitânia, em São Paulo.[6] No início dos anos 50, indicações de resistência armada eram apontadas na Linha 9 de Abril (São Paulo), Campo Mourão (Paraná), em Canápolis (Triângulo Mineiro), em Américo de Campos (São Paulo), nestes dois últimos casos relacionada às condições vigentes e costumeiras dos contratos de arrendamento. No caso de Canápolis ocorreu uma "operação arranca-capim" e constituição de grupos de auto-

defesa.[7] No caso de Américo de Campos, o oficial de justiça, que trazia uma ordem de despejo, foi recebido a balas. As reivindicações dos "arrendatários", em geral, eram ligadas ao imediato de suas condições de vida e trabalho: extensão do prazo dos contratos, fixação das taxas a serem pagas ao proprietário da terra em 20% da produção, direito a terem no pasto um animal de sela, um pedaço de terra para utilizar "como quintal", ou seja, para plantio próprio. As tentativas de despejo ou a elevação do valor das taxas eram as razões mais comuns de tensões. Frente às ações de resistência, era recorrente o apelo dos proprietários à violência, quer por meio de jagunços, quer de forças policiais.

Foi, no entanto, em Porecatu, região de expansão da cafeicultura, situada no norte do Paraná, que as experiências de luta por terra por meio de ações armadas ganharam sua expressão mais espetacular, na medida em que os conflitos que ali se desenrolaram foram objeto modelar de experimentação das teses do PCB sobre a estratégia da "revolução agrária e antiimperialista" e da criação das "frentes democráticas de libertação popular". Iniciado com a resistência de posseiros às investidas de pessoas que se diziam donas das terras, o conflito tomou grandes proporções e se prolongou por quase dois anos com organização de mutirões e grupos de auto-defesa. Como relatou Armênio Guedes, "quando surgiu a luta em Porecatu, que era uma luta de massa, uma luta de posseiros [...] nós nos lançamos nela com o objetivo de transformá-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária" (Faleiros, 1989, p. 165). A repressão foi violenta, com o envio para a região conflagrada de cerca de 700 soldados. Os posseiros foram dispersos e acabaram recebendo terras em outras regiões.

Paralelamente a essas tentativas de implantação das "frentes democráticas", em outras áreas, no entanto, com pouco ou nenhum destaque na imprensa, desenvolviam-se ações de resistências com base nos textos legais. É o caso do Rio de Janeiro, onde a resistência dos posseiros, também orientada pelos comunistas, se fazia com base na reivindicação do usucapião, a partir do Código Civil.

Trabalhar no que chamavam plano das "reivindicações imediatas" ou incentivar ações "revolucionárias", explorar o campo legal

ou ignorá-lo na orientação dos conflitos foi uma tensão que permeou a ação dos comunistas no campo em todo o período analisado. Por exemplo, o I Congresso Camponês de Pernambuco, realizado em Palmares em 10 de fevereiro de 1950, e preparado pelas Ligas Camponesas[8] organizadas pelo PCB "com o objetivo de fundar uma organização central dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas" do Estado, afirmava que "os camponeses não se contentavam com as soluções reformistas propostas por alguns comunistas. A delegação de Jaboatão levantou o problema da tomada de terras dos latifundiários, que não foi discutida por não constar do temário".[9]

Apesar das decisões programáticas e do estímulo à ação de tomada de terras, nos primeiros momentos da organização dos trabalhadores do campo, a presença da reforma agrária como bandeira aparecia ainda de forma genérica. Nos encontros, todos de caráter local, que antecederam e, em alguns casos, prepararam a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), realizada simultaneamente em São Paulo e em Recife, nos dias 6 e 7 de setembro de 1953, as reivindicações que apareciam na imprensa diziam respeito principalmente às condições imediatas de vida e trabalho. Na Conferência, no entanto, entre as reivindicações apresentadas, constava a reforma agrária por meio do confisco das terras dos "latifundiários" e das "companhias estrangeiras" e sua entrega gratuita aos "camponeses", bem como a proibição da meia e da terça, do pagamento *in natura* e do trabalho gratuito. Ao mesmo tempo, falava-se em aplicação da legislação trabalhista ao campo, indicando a importância que assumiam as demandas trabalhistas, mesmo num contexto de pregação insurrecional, por meio da eliminação do "latifúndio".

Quando da realização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo em 1954, ocasião em que foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) aprovou-se uma "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", que dava destaque à reforma agrária. Entendida como medida de justiça social, era visualizada por meio da distribuição das terras dos "latifundiários" aos "trabalhadores agrícolas" e "lavradores" sem-terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade a "posseiros", "ocupantes" e

"colonos" de terra; de medidas de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em produtos etc.; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas. Essas demandas surgiam a partir de um diagnóstico que apontava para o poder do "latifúndio" como causa das péssimas condições de vida e trabalho no campo: "[...] impera no campo a mais absoluta falta de liberdade. Os lavradores e trabalhadores agrícolas vivem sob um constante regime de pressão e perseguição. Os mais elementares direitos democráticos são negados e violados pelos latifundiários, pelos seus prepostos e pelas autoridades, tal como acontece com o direito de reunião, de associação, de palavra, de locomoção, etc."[10] Por esse caminho, ao mesmo tempo em que constituía-se uma imagem do trabalhador marcada pela submissão, constituía-se uma outra, a do "latifúndio", que mais do que uma vasta extensão de terra, passava progressivamente a simbolizar relações de exploração e de opressão.

A partir dessas duas conferências, a reforma agrária passou a ser elemento articulador das diferentes lutas que se travavam no campo, ao mesmo tempo em que se procurava fazer, mais intensamente, a socialização dos significados de que ela era portadora. Começou a aparecer insistentemente em todos os encontros de "camponeses", que se multiplicaram entre 1954 e 1963. Por meio dela, começou-se a produzir a unificação de demandas díspares, correspondentes às diversas situações de vida e trabalho e às formas como se manifestavam os conflitos. Aos poucos, ela iria se tornando um libelo contra essas condições e constituindo um inimigo comum, o "latifúndio".

A reforma agrária também começou a aparecer mais organicamente articulada com as linhas políticas gerais do PCB, principalmente a partir do IV Congresso do partido, em 1954. Esse evento, embora no que se refere à questão agrária basicamente ratificasse as teses do Manifesto de Agosto, sinalizou algumas mudanças de rumo na ação no campo, referenciadas nas experiências colhidas e, a partir delas, no diagnóstico de "práticas sectárias" que, segundo o documento, esta-

vam sendo a marca da ação comunista. Reafirmando que o programa do partido correspondia "aos anseios e interesses da totalidade da massa camponesa", a intervenção de Oto Santos no evento sustentava a necessidade de uma "amplíssima linha de frente única no campo", agregando "camponeses pobres, médios e ricos" e "excluindo apenas a minoria de latifundiários".[11] A constatação do "sectarismo", segundo Santos, evidenciava-se na substituição, nas lutas, "da massa pela vanguarda", no trabalho político somente com setores do "campesinato" já sensíveis às propostas do PCB, no desprezo pela "utilização de todas as formas de luta" e indicação apenas de "formas de luta mais elevadas" (possivelmente referindo-se às ocupações), no privilegiamento das "camadas mais pobres do campo".[12] Importando categorias, sem ter parâmetros seguros sobre a forma como elas recobriam a diversidade de situações existentes no meio rural brasileiro, estava em discussão até mesmo que setores seriam privilegiados no trabalho político.

Uma das decorrências dessas concepções que passaram a ganhar força após o encontro que criou a ULTAB foi a tentativa de sensibilização ampla da sociedade, em geral, e do "campesinato", em particular, para o tema da reforma agrária. Elemento central nesse movimento foi o lançamento de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Para isso foi elaborado um *Memorial*, dirigido ao presidente da República, deputados federais e senadores, que encabeçaria uma coleta de assinaturas, que se pretendia fosse feita em âmbito nacional. Nesse documento, era denunciada, com a apresentação de números, a concentração da propriedade fundiária e a reforma agrária defendida como medida que se impunha para o amplo desenvolvimento do mercado interno, como "condição básica para o progresso da economia nacional" e como medida de justiça social. Demandava-se, em função disso, distribuição das terras dos "latifundiários" aos "trabalhadores agrícolas" e aos "lavradores" sem-terra ou com pouca terra e medidas de estímulo à produção, nos termos expressos na "Carta dos Direitos e Reivindicações".[13] Os termos do *Memorial* mostram que se buscava falar não só para os trabalhadores do campo (tom predominante nas resoluções do Congresso), mas principalmente para a sociedade, na medida em que era enfatizado o desenvolvimento do mercado interno e apontadas as relações entre reforma agrária e o fortalecimento da economia nacional. Além disso, procurou-se amplo apoio para seu lançamento, de forma a torná-la socialmente palatável. O evento deu-se em São Paulo, no teatro Colombo, com o apoio de "dois senadores, três generais, oitenta e um deputados federais, dezenas de deputados estaduais, secretários de estado, juízes, promotores públicos, prefeitos, vereadores, advogados, médicos, jornalistas professores e outras personalidades".[14] O destaque que a imprensa comunista, em especial no que se refere ao *Terra Livre*, deu a esse lançamento, é indicativo da preocupação em costurar apoios e alianças e, principalmente, de evidenciá-los para o "campesinato", de forma a potencializar sua mobilização.

O texto circulou pelo país inteiro em busca de assinaturas e talvez se possa afirmar que tenha sido o primeiro passo significativo no sentido de promover a difusão ampla da bandeira reforma agrária, permitindo que ela recobrisse diversas situações de conflito em que os trabalhadores estavam imersos.[15] Na medida em que era lido e divulgado em diferentes encontros de trabalhadores do campo, servia de instrumento para a progressiva tradução das diversas vertentes em que se manifestavam as tensões em torno do uso da terra, transformando a reforma agrária numa palavra pertencente ao vocabulário político do "campesinato" mobilizado, ao mesmo tempo em que constituía diferentes segmentos de trabalhadores rurais em "camponeses", ou seja, atores na arena política.

Nesse processo, novos sentidos incorporavam-se à bandeira das transformações fundiárias. Em editorial, cerca de um ano após o lançamento da campanha, a Comissão Executiva da ULTAB comentando o atraso na coleta de assinaturas, atribuía esse fato a "incompreensões quanto à possibilidade de conquista da reforma agrária e quanto ao tipo de reforma agrária pelo qual luta a ULTAB". Segundo esse documento, a reforma agrária propugnada "não visa à mudança de governo e nem tão pouco abolir a propriedade privada. Visa conseguir do governo a distribuição das terras e fazer surgir milhões de novos proprietários, os quais, assistidos técnica e financeiramente, elevarão rapidamente o seu padrão de vida, produzirão com abundância e muito mais barato, melhorando assim as condições de vida dos ope-

rários e do povo, o que ampliará as atividades comerciais e industriais".[16] É evidente a preocupação em dar um tom palatável à demanda, centrando as críticas estritamente no "latifúndio" e insistindo numa definição supostamente não ameaçadora à ordem vigente e claramente voltada para a ampliação das possibilidades de apoio e alianças. Acossada, ainda, por críticas que começavam a ser feitas pelos proprietários de terra que rapidamente passaram a se articular, quer por meio das entidades de representação patronais, quer por meio de seus porta-vozes no Congresso Nacional, e que argumentavam pela inutilidade de divisão de terras entre pessoas despreparadas ou que a terra por si mesma não resolveria a situação de miséria do campo, a ULTAB insistia em que, na sua concepção, a reforma agrária não se reduzia à distribuição de terras, mas também envolvia uma série de reformas parciais.[17] Entre elas, leis que regulamentassem o regime de arrendamento, a extensão de toda a legislação trabalhista ao campo, a proibição de despejos, garantia de preços mínimos compensadores para os produtos, crédito fácil, barato e a longo prazo para todos os lavradores, concessão de títulos de propriedade aos "posseiros" e outras medidas de estímulo e amparo aos "lavradores" e "trabalhadores agrícolas". Essas reformas parciais deveriam ser conquistadas ao mesmo tempo em que a reforma agrária,[18] o que reforça a suposição de que, pelo menos no que se refere ao campo, nem sempre a radicalidade das teses do partido encontrava tradução imediata.

De alguma forma, esses posicionamentos antecipavam alterações na linha política do partido, que viriam a se consolidar nas resoluções de 1958 do PCB[19] e, nas organizações de trabalhadores, na I Conferência da ULTAB (realizada de 18 a 20 de setembro de 1959 em São Paulo). Neste encontro foi aprovada uma "Carta sobre a Reforma Agrária", onde era ressaltado o caráter democratizador da propriedade da terra que a reforma deveria ter e reafirmava-se a importância da ação do Estado no apoio à produção, envolvendo tanto medidas tais como crédito e assistência técnica, como educação e saúde. Como forma de encaminhamento, propunha-se uma revisão constitucional que permitisse a indenização dos "latifúndios", com base no valor declarado para fins fiscais (não mais confisco), de forma a que ela não se transformasse "em prêmio à especulação e ao

parasitismo"; venda de lotes aos "camponeses sem terra ou com pouca terra" (não mais entrega gratuita); aproveitamento de terras públicas mediante sua concessão a famílias de pequenos agricultores; direito de posse e entrega de títulos aos "posseiros"; ajuda financeira e técnica; regulamentação jurídica dos contratos agrários de parceria e arrendamento; defesa jurídica dos trabalhadores rurais, permanentes e temporários, através de um único estatuto legal; defesa intransigente do direito constitucional de livre organização dos "assalariados" agríc em seus sindicatos rurais e dos "camponeses" em suas associações. Progressivamente vão se buscando enquadramentos jurídicos para que a reforma pudesse se concretizar na institucionalidade, adequando-a, assim, não só às novas diretrizes do PCB, expressas na "Declaração sobre a política do PCB" de março de 1958, mas também buscando matizá-la de forma a torná-la mais aceitável.[21]

O tema, no entanto, no plano doutrinário, não foi isento de debates. Nestor Veras, dirigente da ULTAB, apontava que nem setores latifundiários nem mesmo a chamada "burguesia nacional" poderiam fazer parte de uma frente única antiimperialista. Segundo ele, "a burguesia brasileira vem lutando não para acabar com a grande propriedade territorial e nem com o imperialismo, embora ele a prejudique. Ela teme mais um novo regime popular que seguir com o imperialismo. A burguesia luta para criar uma forte burguesia rural, com latifundiários do tipo burguês e um grupo forte de camponeses ricos, mas sem resolver a situação das grandes massas camponesas. E o imperialismo também se apóia nesse tipo de latifundiários... Na medida em que a massa camponesa é a maioria da população do país é para ela que tem que estar voltada a revolução. Da maneira como estão colocadas nas 'teses', as tarefas para o campo — desapropriação apenas das terras não produtivas ou mal cultivadas — fugimos da luta fundamental que devemos travar já, firmemente no campo, que é a luta por uma reforma agrária radical com confisco e desapropriação".[22]

Nas conferências estaduais que se desdobraram a partir da Conferência da ULTAB, a demanda por reforma agrária passou a aparecer permeada por propostas mais concretas que vinham ao encontro de situações particulares de segmentos específicos do "campesinato", indicando uma progressiva aproximação das experiências que mar-

cavam a trajetória dos trabalhadores. É o caso, por exemplo, da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses, realizada em agosto de 1959. Nela foram discutidas, como medidas de reforma agrária, o aproveitamento das terras devolutas e públicas para entrega aos "lavradores" que dispunham de pouca terra ou que não possuíam nenhuma; entrega aos "posseiros" das terras devolutas por eles já ocupadas; garantia de propriedade da terra, com entrega de título de posse aos "posseiros" etc. Das resoluções do encontro constava ainda a demanda por regulamentação de artigos da Constituição estadual, que determinavam a cobrança em dobro do imposto territorial rural das grandes propriedades não cultivadas e isenção de impostos para as propriedades até 20 hectares. No I Congresso do Paraná, realizado em Londrina, em agosto de 1961, entre as decisões tomadas, destacavam-se o apoio ao projeto de reforma agrária de Coutinho Cavalcanti e a sugestão de criação de uma comissão, com a "participação de representantes de sindicatos e associações rurais, sindicatos e federações operárias e deputados que tenham apresentado propostas de lei sobre reforma agrária, para elaborar em conjunto ou em grupos para cada região, um esquema de projeto de lei especial sobre o assunto".[23] Essas resoluções indicavam uma mudança de tratamento da questão fundiária, que passava a ser cada vez mais referenciada à esfera da legislação e do parlamento, numa ótica de viabilização do que fosse possível, ante a correlação de forças.

2. *O Congresso de Belo Horizonte e seus desdobramentos*

Em 1961 foi convocado pela ULTAB um Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ficou conhecido como Congresso Camponês de Belo Horizonte. Nesse momento, o tema da reforma agrária, alimentado pelos conflitos que se desenvolviam no campo e pelo crescimento das organizações de trabalhadores, ganhava cada vez mais a cena pública e colocava-se, para diferentes vertentes políticas, como condição para que o país removesse o que então era chamado de "obstáculos estruturais ao desenvolvimento". Indicativo da importância que esse congresso assumia na conjuntura

do início dos anos 60 foi a presença nele do recém-empossado presidente da República, João Goulart, e do primeiro-ministro, Tancredo Neves. Para ele também convergiram diferentes forças políticas já então existentes no campo e que guardavam autonomia em relação ao PCB. É o caso do Movimento dos Agricultores sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), estimulado pelo governador Leonel Brizola e das Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião.[24]

Esse congresso tornou-se um marco e uma referência constante para a imprensa comunista, constituindo-se, para ela, numa espécie de divisor de águas da trajetória do movimento "camponês". Em termos de resoluções, se, de um lado, ele consolidou algumas tendências anteriores, por outro, constituiu-se numa ruptura, ao agregar ao termo "reforma agrária" o adjetivo "radical".

Seguindo a tendência dos encontros que o precederam, reforçou-se na sua convocação a dimensão de institucionalidade na luta pela reforma agrária, o que pode ser percebido pela própria forma de enunciar os sub-itens da pauta. Apareciam como pontos a serem tratados: a reforma agrária e a Constituição Federal; reforma agrária e Código Civil brasileiro; preço da terra; terras públicas e terras de propriedade privada; condições de venda da terra; limites máximos e mínimos para a propriedade da terra; formas da propriedade da terra; a propriedade dos "posseiros"; problemas de colonização; empréstimos e financiamentos. A seguir, propunham-se para discussão medidas imediatas e parciais de reforma agrária, como utilização de terras do Estado para formação de núcleos de colonização, legalização da situação dos "posseiros", defesa contra grilagem etc. Falava-se ainda na regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, prevendo taxas, prazos, indenizações de benfeitorias etc.

Nos comentários sobre o Congresso, reportagens sobre seu andamento, discursos, percebia-se a presença de diversos interlocutores que indicavam a disputa política em curso sobre a natureza da reforma agrária. Entre eles, o projeto de "Revisão Agrária" do governo Carvalho Pinto, para São Paulo, e o Plano Piloto de Ação Agrária do governador Roberto Silveira, para o Rio de Janeiro, foram particularmente visados, na medida em que representavam

as primeiras iniciativas estatais no sentido de disputar o sentido das transformações fundiárias. No discurso de Nestor Veras, no encerramento do Congresso, esta passagem é significativa: "Consideramos esta reforma agrária (a proposta no Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) como uma necessidade inadiável e vital, capaz de dar saída e de conduzir à completa solução o agudo estado de subdesenvolvimento crônico do tipo pré-capitalista, capaz de dar solução à crescente e ameaçadora instabilidade econômica, política e social em que nos encontramos presentemente. Não concordamos, portanto, com as manobras e pretensas soluções que vêm proliferando nos últimos tempos sobre essa questão, como as chamadas 'revisões', 'planos pilotos' e outras, que nada mais constituem que paliativos ou saídas que visam a assegurar ainda mais o monopólio da terra a uma minoria privilegiada e insaciável, os latifundiários."[25] Essa crítica se repetia na "Declaração de Belo Horizonte", documento final do evento, que se tornou um marco e uma referência para as lutas "camponesas" daí para a frente.

No entanto, o centro das disputas em torno da reforma agrária sofreu um deslocamento no decorrer do Congresso. Para além da interlocução com as evasivas patronais ou com as propostas consideradas "paliativas" de alguns governos estaduais, ganhou lugar de destaque o debate sobre a "radicalidade" da reestruturação fundiária. A polarização deu-se fundamentalmente entre os seguidores das Ligas Camponesas e o PCB. Segundo a leitura do dirigente comunista Armênio Guedes, os adeptos de Julião consideravam inoportuna a discussão da regulamentação do arrendamento e da parceria (defendida pelos comunistas), no momento em que se buscava implementar a luta por uma reforma agrária "radical". Contrapondo-se aos comunistas, os "julianistas" cunharam uma palavra de ordem que constituiu a marca do evento: "Reforma Agrária radical, na lei ou na marra" e que, visivelmente, contrariava as propostas de encaminhamento do tema que, de há muito, vinham sendo implementadas pelo PCB e pela Ultab.[26]

A imprensa do PCB, na transcrição das falas de encerramento do encontro e nos comentários posteriores, procurou enfatizar o caráter unitário do Congresso e minimizar as divergências havidas.

A *Declaração* aprovada e que passaria a ser sempre citada como expressão dessa unidade e dos anseios dos trabalhadores do campo expressava os consensos mínimos obtidos: a defesa da radicalidade da reforma agrária, entendida como a "completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar". Entre as forças aliadas, a burguesia industrial não era explicitamente mencionada: "A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e *demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro*."[27]

A partir daí, o próprio sentido da "radicalidade" passou a ser disputado. Na sua edição de novembro de 1961, mês do Congresso, o *Terra Livre* insistia em dar esclarecimentos sobre o caráter "radical" da reforma agrária, reiterando a necessidade de exploração das brechas legais: "Quando falamos em reforma agrária radical, entendemos aquela que liquida mesmo o latifúndio no Brasil, eliminando todas as formas antiquadas e escravistas da atual estrutura agrária, dando terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Estamos empenhados numa luta por essa reforma agrária mas, procurando conquistar, inicialmente, pequenos direitos para o homem do campo, dentro das leis que vigoram no país, até alcançarmos o que nós queremos de fato. E como alcançar o que nós queremos de fato? [...] Será que de conquista em conquista, de vitória em vitória, dentro das leis aplicadas no Brasil, se conseguirá mesmo uma reforma agrária radical, que resolva de verdade os problemas dos camponeses? Não. A luta pacífica que estamos travando pelas conquistas de pequenos direitos, dentro das leis em vigor, serve para abrir a consciência dos homens do campo para a necessidade de estarem sempre juntos, unidos em associações... Como então ampliar o campo de luta? Começando, desde já, a exigir a mudança de governo. Exigir a queda do gabinete Tancredo Neves e sua substituição por um gabinete democrático e popular que não represente os interesses da burguesia reacionária, nem os interesses do latifúndio, que tem cadeira cativa na Câmara e no Senado Federal [...]."[28]

Como se observa, o Congresso de Belo Horizonte explicitou uma intensa disputa pela representação do "campesinato", formas de ação e de organização a serem implementadas, disputa essa que se desenvolvia envolvendo o PCB e as Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião,[29] num primeiro momento, e, a partir de 1962, também as organizações ligadas à Igreja Católica que começaram a proliferar. Como mencionado acima, discutia-se o próprio sentido do que era ser "radical" e sua vinculação com o processo revolucionário no Brasil. Num contexto de efervescência política, o que passava a contar eram as ações e seus efeitos políticos e a elas a imprensa passou a dar maior destaque.

A partir do Congresso de Belo Horizonte realizaram-se outros vários congressos estaduais, em que a reforma agrária manteve-se como centro das discussões. Um lado novo aparecia nesses encontros: o chamado às ocupações de terra o que, aparentemente, contrariava as teses da ULTAB e do PCB que, como vimos, já em meados dos anos 50, passaram a priorizar as ações legais. Nesse mesmo momento, a resistência armada começou a ser novamente estimulada ou pelo menos tomada, exemplarmente, na imprensa comunista. Já em 1961, no mesmo momento em que se realizava o Congresso de Belo Horizonte, o *Terra Livre*, em primeira página, estampava a foto de um posseiro armado, seguida da seguinte legenda: "Esta atitude dos posseiros de Goiás é a mesma dos posseiros do Sudoeste do Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco. O programa pacífico de lutas pela conquista da terra, através das associações e ligas camponesas não exclui a luta armada para garantir a própria vida contra latifundiários, grileiros e jagunços, muitos até juízes, deputados e senadores."[30]

Com efeito, no início dos anos 60, parece ter havido um recrudescimento das ações de resistência e principalmente de ocupações, procurando vinculá-las à implementação da reforma agrária. A ocupação das terras da América Fabril, consideradas griladas, por "camponeses" de Magé (RJ), por exemplo, foram acompanhadas do seguinte comentário: "Os camponeses da região resolveram começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso"[31]

(*Terra Livre*). Em Brasília, ocorreram ocupações em terras públicas, pertencentes ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). As lutas dos arrendatários, em alguns casos, também caminharam para o ocupação de terras. É o caso da fazenda Areia Branca em Jales (SP).

Ganhou destaque, nessa nova onda de ocupações que se iniciou na década de 60, ganhando página inteira do jornal *Novos Rumos*,[32] a região do Imbé, na área de Campos, Rio de Janeiro, onde terras "griladas" por uma usina foram ocupadas por trezentos "camponeses" sob orientação da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro, ligada à ULTAB. Por ocasião dessa iniciativa, esta entidade lançou um manifesto de "irrestrita solidariedade", ligando a iniciativa às resoluções do Congresso de Belo Horizonte.[33] Quando foi emitida a carta de reconhecimento da Federação dos Produtores Autônomos do Rio de Janeiro, em passeata com 10 mil lavradores, tendo à frente José Pureza, Bráulio Rodrigues (diretores da Federação) e Lyndolfo Silva, presidente da ULTAB, foi reafirmado que a "Reforma Agrária começa no Imbé".[34] As matérias acentuavam o grau de organização dos ocupantes, detalhando as suas regras internas e ressaltando a existência de comissões para garantir a ocupação.

A ação no Imbé passou a ser utilizada como exemplo a ser seguido para agilizar a reforma agrária e era citada em diversos encontros realizados. Foi objeto de manchetes e de extensas matérias, com fotografias etc. Por ocasião do I Congresso Operário-estudantil-camponês de Goiás, falava-se na necessidade da "ocupação dos latifúndios não explorados onde a massa camponesa assim decidir, seguindo o exemplo dos companheiros do Imbé, no Estado do Rio de Janeiro".[35]Ao mesmo tempo, pedia-se a "desapropriação de todas as propriedades com mais de quinhentos hectares, sejam quais forem as condições de utilização das terras"[36] e sugeria-se que, além da entrega das terras desapropriadas em lotes individuais, pudessem elas ser oferecidas também "a cooperativas para que se constituam em propriedades sociais ou em propriedades estatais dirigidas pelo governo em termos coletivos de exploração, dando reais condições de trabalho aos camponeses". Alertava-se também os trabalhadores para que não confundissem reforma agrária com colonização. Segundo a matéria

em pauta, "a tentativa de encobrir com a bandeira da reforma agrária uma política de colonização de regiões inexploradas é uma manobra cada vez mais evidente das classes dominantes e do imperialismo norte americano em toda a América Latina. Em Goiás ela transparece nos combinados agro-urbanos. Com isso se pretende aliviar a pressão das massas camponesas sobre o latifúndio e permitir a transformação das grandes propriedades atrasadas em explorações capitalistas que empregam processos tecnológicos modernos e dispõem de grande volume de mão-de-obra".[37]

Também na II Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas de São Paulo, realizada em 1963, repercutiu a ocupação do Imbé, o que pode ser ilustrado por declarações do tipo "o que é preciso fazer agora é capturar a terra. Temos de começar a reforma com nossas mãos. O pão mais gostoso é aquele que nós mesmos fazemos".[38] Na "Proclamação ao Povo", que resultou desse encontro, destacava-se: "É imperiosa a nossa unidade de organização e ação; ocupemos as terras devolutas, as terras griladas e as terras dos latifundiários não cultivadas; impeçamos de todas as formas os despejos e forcemos melhores contratos de arrendamento e de trabalho para, assim, dar passos concretos no sentido de realização de medidas parciais e imediatas de reforma agrária [...]."[39]

Na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, verificou-se ainda a resistência armada na fazenda São Lourenço. Quando a polícia tentou invadir a área para promover o despejo, os "*camponeses*" resolveram pegar em armas para permanecer na terra. "*Deste momento em diante, os camponeses não dormem mais, homens, mulheres e crianças pegam em armas, são cavadas trincheiras no mato.* [...] *À medida que o tempo passa, os núcleos vizinhos se solidarizam e mais de quatrocentos homens armados aderem ao movimento*" (*Novos Rumos*, 25 a 31/8/1961, p. 6). A imprensa reiterava assim a legitimação do recurso às armas, na defesa contra as investidas dos "*grileiros*".

Os jornais davam destaque ainda a ocupações de terra na Paraíba, afirmando que, nesse estado, havia zonas onde não se pagava mais cambão, faziam-se "*contratos coletivos*" de arrendamento e de trabalho, como Rio Tinto e Mamanguape e eram impedidos despejos arbitrários (*Terra Livre*, 124, jul., 1963, Suplemento Especial, p. 1).

Uma das matérias mencionava uma marcha de 3 mil camponeses liderados por Assis Lemos em solidariedade a 25 famílias despejadas da fazenda Sobrado. A marcha foi para "*reocupar as terras*" (*Terra Livre*, 131, fev., 1964, pp. 1 e 8).[40]

O estímulo às novas ocupações foi se tornando cada vez maior. Segundo o *Terra Livre* de julho de 1963, "*a realização de acampamentos simplesmente à beira dos latifúndios não resolve. A solução é a ocupação das terras, sua divisão entre os novos ocupantes e a efetiva defesa de sua posse caso surjam quaisquer ameaças de despejo*" (*Terra Livre*, 124, jul., 1963, p. 8). Esses estímulos eram indicadores de um clima de radicalização das ações "*camponesas*", que expressavam diferentes níveis de conflitos e disputas: entre as diferentes entidades que procuravam falar em nome dos trabalhadores, entre as demandas por reforma agrária e as distintas instâncias do Estado, entre as organizações de trabalhadores e as entidades patronais e entre "*camponeses*" e "*grileiros*" e "*latifundiários*" em diversos locais do país.

Se, como vimos, a trajetória da bandeira reforma agrária vai progressivamente sendo traduzida na linguagem institucional, das leis, do Congresso, chama a atenção o fato de que num contexto de luta política em torno de quem tinha maior representatividade para falar em nome dos "*camponeses*", numa situação em que a radicalidade aparecia como um valor positivo, PCB e Ligas disputavam essa qualificação não só em termos de conteúdo da reforma agrária, como também das ações que a impulsionariam, como é o caso das ocupações de terra. Ao lado disso, deve-se acrescentar o papel de uma conjuntura de intensa fermentação política, onde se produzia, embora de forma tensa, o reconhecimento político das ocupações de terra que, em alguns casos, resultavam inclusive em intervenção pública, por meio da desapropriação de algumas áreas, indicando o reconhecimento da legitimidade das demandas dos "*camponeses*". Dentro desse quadro, deve-se também ressaltar a repercussão da revolução cubana, que passa a ser utilizada como exemplo quer por comunistas, quer por julianistas.

3. *A constituição de categorias: "camponeses" e "latifundiários" e o recurso à lei*

O período de que ora tratamos parece ter-se constituído em um tempo principalmente de acúmulo de experiências para um partido que não tinha tradição de trabalho nas áreas rurais, nem quadros preparados para isso, mas apostava na necessidade desse investimento como condição para dar consistência às suas teses. Por outro lado, era por meio dos múltiplos experimentos que se construíam as possibilidades de cruzamento entre os problemas que se identificavam como existentes no campo brasileiro, as necessidades organizativas, as teses do partido, os modelos gerados no plano internacional e a estrutura institucional existente, que delimitava as possibilidades dos encaminhamentos políticos.

Orientar-se pelos conflitos que afloravam, lendo-os a partir de sua compreensão do perfil da revolução brasileira, parece ter sido o ponto de partida para que os militantes pudessem chegar aos trabalhadores do campo e, assim, instituir e/ou consolidar sua mediação. Partindo dos pressupostos da Internacional Comunista sobre a definição das classes sociais no campo, tratava-se de identificar, nas condições do meio rural brasileiro, o "*campesinato*" "*pobre*", "*médio*" e "*rico*", bem como os "*latifundiários*". Nesse encontro, os trabalhadores das lavouras de exportação, em especial cana e café, localmente denominados "*colonos*" e "*moradores*", passaram a ser traduzidos como "*assalariados*", embora, na maior parte, dos casos dispusessem da cessão de um lote para cultivo próprio e se utilizassem do trabalho familiar. Esse enquadramento fez com que as demandas desses segmentos fossem construídas na direção do cumprimento da legislação trabalhista ou extensão desta aos trabalhadores do campo, com a introdução do registro em carteira de trabalho, jornada de oito horas, repouso remunerado, férias, fim do desconto habitação. Embora a questão do acesso à terra estivesse posta (e em algumas vezes chegou a constar da pauta de ações grevistas), a mediação do PCB de alguma forma construiu esses segmentos como "*assalariados*" na cena pública.[41] Usando o respaldo da legislação trabalhista, interpunham a mediação da lei às demandas, de alguma forma adaptando-as ao quadro já existente e conformando-as a padrões familiares à linguagem da esquerda.

No que se refere à parceria e arrendamento (que envolvia relações localmente denominadas como "*meia*", "*terça*", "*foro*" etc.) e que eram importantes focos de conflito no campo, tornaram-se, como vimos, eixos importantes nas disputas sobre o sentido da reforma agrária. No plano local, eram comuns as reivindicações pela regulamentação, envolvendo contrato escrito obrigatório, fixação de prazo (de quatro a cinco anos), de taxas (nunca superior a 20% da colheita). Ou seja, sugeria-se o seu disciplinamento nos aspectos mais recorrentemente tensos da relação parceiro/proprietário fundiário, com relevo aos prazos contratuais que eram um dos elementos constantes nas disputas, principalmente quando o que estava em jogo era a prática comum de deixar a terra com capim plantado.

Também no caso dos "posseiros", o recurso à lei era recorrente. A imprensa não especifica suficientemente como se davam as idas e vindas das descobertas das tramas do poder judiciário, até porque, no caso em pauta, ganhavam mais destaque as buscas de apoio no poder local, no governo estadual etc., mostrando ter sido a luta de "posseiros" o local por excelência de encontro e confronto entre diferentes forças políticas. Algumas situações, no entanto, podem ilustrar esse processo. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a demanda dos "posseiros" pela permanência na terra foi encaminhada, num primeiro momento, por meio do recurso ao usucapião. Foi o fracasso dessa tentativa que fez com que, já em meados dos anos 50, se fizesse a opção pela luta por desapropriação (Pureza, 1982). De qualquer forma, a referência para a constituição da reivindicação básica (permanecer na terra) foi a existência do aparato legal, que passou a ser testado/incorporado em função das necessidades e possibilidades dos grupos mobilizados.

Como o afirma Martins (1981), "*camponês*" foi um termo externo, introduzido no meio rural pelos comunistas. Ele passou a unificar situações distintas e a se constituir numa palavra capaz de designar grupos mobilizados. Naquele contexto, ser "*camponês*" era perder o medo, ou seja, diferenciar-se e colocar-se como ator na cena política (Novaes, 1997). Por meio dessa mesma mediação, constituiu-se como categoria política o termo "*latifúndio*", que passou a simbolizar, mais do que uma grande extensão de terra sob posse de uma mesma pessoa ou empresa, relações de exploração e opressão.

Considerando que os interesses dos trabalhadores só podem ser apresentados e defendidos na medida em que são parcialmente redefinidos (Offe, 1989), colocava-se para o PCB a necessidade de criar consensos mínimos, condição para que ele pudesse cumprir seu papel de mediador e, ao mesmo tempo, obter o cacife necessário para mobilizar sanções, ou seja, fazer com que determinadas ações expressassem situações de manifestação de poder e exigissem um posicionamento dos interpelados por ela. Greves, resistências na terra, ocupações, passeatas etc., além de darem visibilidade à ação política dos trabalhadores, são indicativas de seu poder social e, se os colocam como força perante a sociedade, como num espelho, mostram esse poder aos próprios trabalhadores e mediadores, fortalecendo-os simultânea e mutuamente. Essas ações também tiveram importância para que os trabalhadores aparecessem para a sociedade como portadores de interesses diferenciados em relação aos proprietários de terra, explicitando, por meio de determinadas práticas contestatórias, a negação da tese da comunidade de interesses por estes defendida. Por esse caminho, o aparecer dos trabalhadores do campo na cena pública produziu uma ruptura com a imagem dominante sobre o rural como homogêneo e isento de tensões e instituiu a possibilidade de novas imagens. Para além das disputas intra-partidárias e entre o PCB e outras forças que se propunham a falar em nome dos interesses do novo ator que se colocava na cena política, a imagem da homogeneidade de interesses existente no campo, de paternalismo e submissão se rompia.

A diversidade dos personagens presentes e a forma como a imprensa os situava indica a progressiva busca de tradução de sua presença e de suas demandas nos termos legais existentes ou na proposta de transformação desses termos, dentro dos marcos institucionais (como é o caso das propostas de alteração constitucional, para permitir a realização da reforma agrária, que emergiram da Declaração de Belo Horizonte). E o fez por meio do arsenal disponível no momento, onde a legislação era um referente crucial. Essa foi uma das marcas através da qual os trabalhadores do campo emergiram na cena pública e a partir da qual se conformaram seus interesses.[42] Mas o "*campesinato*" e sua imagem se fizeram também através de suas práticas de greves, resistências e ocupações, colocando-se como uma ameaça no cenário político.

As reivindicações apresentadas apareciam assim como um processo de encontro e filtragem de trajetórias distintas: as condições de vida e trabalho do homem do campo que eram lidas e selecionadas a partir de uma outra experiência, a da doutrina comunista que as enquadrava (ou, melhor dizendo, procurava enquadrar) no que seria o lugar–destino do "campesinato" no curso da "revolução brasileira". Nesses parâmetros definiram-se as necessidades (prioritariamente voltadas ao mundo do trabalho, mas não só), como um novo modo de aparecer social desses trabalhadores. Suscitavam-se, assim, novos significados que passaram a instituir espaços de poder para esses recém-chegados na arena política e que iriam marcar sua presença por meio de sua capacidade de mobilizar o que Offe (1989) chamou de "poder social".

Se os conflitos agrários tendiam a se generalizar, isso se dava seguindo uma dupla lógica: a da emergência de tensões cotidianas nos locais de trabalho, colocando em questão o direito de acesso à terra ou o perfil dos contratos (fossem eles de "colonato", "morada", "aforamento", "arrendamento", "parceria", formalizados ou não) e a lógica da ação do PCB que potencializava esses conflitos, dava-os a conhecer, produzia uma determinada forma de tratamento e encaminhamento, enfim enquadrava-os numa determinada linguagem.

Apesar de haver uma diretriz geral do PCB para o campo, expressa nas teses aprovadas em congressos do partido ou nas resoluções emanadas da cúpula partidária e que guiava a elaboração das palavras de ordem mais gerais, é impossível fazer exclusivamente por meio delas a leitura do sentido dado às lutas. Perante isso, acompanhar a imprensa é seguir os vaievém das resoluções e as contradições que se geravam na tentativa de sua implementação.

O recurso às armas ou à lei, a aproximação maior ou menor com as autoridades constituídas, as ocupações de terra não podem ser derivados estritamente dos diferentes momentos da trajetória do PCB. A imprensa é eloqüente em indicar que essas opções têm que ser entendidas por meio do recurso a elementos mais complexos, como as concepções dos quadros locais do partido, as disputas políticas regionais ou estaduais, que compunham o quadro político no qual as ações se davam, o que incluía inclusive as disputas por falar

em nome desse segmento que então se organizava, a própria capacidade do partido em expressar as reivindicações dos "camponeses", fazendo com que nas palavras de ordem mais gerais, o que era considerado como seu interesse, em algum momento expressassem as experiências vivenciadas por esses segmentos. Assim, tomando como exemplo as memórias do dirigente ligado à ULTAB, José Leandro Bezerra, há referências a resistências à luta armada e às ocupações de terras: "Nós aqui não conseguimos invasão de terras porque os camponeses não topavam e nós não íamos organizar turmas de voluntários para invadir e depois chamar os camponeses porque ninguém acreditava nisso. O nosso trabalho era com os camponeses [...]. E eles não concordavam em invadir fazendas, como eu vi que aconteceu na Baixada Fluminense" (Leandro, 1988, p. 72).

Nessa trajetória, o recurso à lei e à justiça foram uma constante, um dos motes mais sistematicamente apresentados na imprensa e um dos caminhos por excelência do aparecimento público do "*campesinato*". De alguma forma, ele moldou esse aparecer, mas também explicitou as possibilidades de múltiplos usos da lei. Como Thompson aponta, "a maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência" (Thompson, 1987, p. 338). Foi através da utilização do arsenal legal existente que, em grande medida, emergiu uma nova força social. Por esse caminho, temos o paradoxo da criação de novos direitos, por meio da ampliação da esfera de aplicação dos direitos existentes ou de sua redefinição. Nesse processo, práticas costumeiras tanto foram estigmatizadas quanto reabilitadas ou legalizadas. No primeiro caso, instituições como o "cambão", por exemplo, foram erigidas em símbolo de exploração, passando por uma conversão do que eram relações costumeiras e que se tornavam inteligíveis através de uma ampla rede de obrigações mútuas. É por esse mesmo mecanismo que se explica a luta contra o desconto sobre a habitação, uma vez que o fornecimento da casa compunha o quadro das relações de morada e colonato. Sua monetarização, através da redução a uma porcentagem de salário, mercantilizava a relação e remetia a uma disputa que, alterando um dos elementos (o salário), alterava concomitante todos os outros. A esse respeito, ainda seguindo Thompson, é possível afirmar "a lei mediava as relações de classe através de formas legais que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes" (Thompson, 1987, p. 356).

A partir de 1961, momento em que se intensificou o debate no nível do Congresso Nacional sobre reforma agrária e extensão da legislação trabalhista para o campo, o jornal *Terra Livre* passou a apresentar uma seção permanente denominada "Conheça os seus direitos" em que, a cada número, era desenvolvida uma argumentação em torno do que se considerava direito dos trabalhadores. Dessa forma, os jornais iam socializando a noção da existência de um direito que era sistematicamente desrespeitado pelo próprio aparelho judicial, buscando criar condições para a formação de uma "indignação moral" em torno de práticas consideradas injustas (Moore Jr., 1987).

Também chama a atenção o fato de que, nas diferentes formas de expressão dos conflitos, múltiplas alianças se constituíram, envolvendo contraditoriamente diversas forças políticas locais. Era comum encontrar o recurso a prefeitos, juízes, indo além da apresentação de demandas e utilizando-se de posturas que facilmente podiam ser lidas como assistencialistas. Assim, por exemplo, em suas memórias, José Leandro, falando sobre a ação da FALTAC (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará), afirma:

> A FALTAC, assim, foi ganhando prestígio e tinha acesso às repartições públicas e fazia entendimento com elas, recebendo apoio e pedindo auxílio daquelas autoridades. Cooperávamos na distribuição de tudo aquilo que fosse em benefício dos camponeses pobres. Chegamos a distribuir nove toneladas de leite por mês, centenas de milhares de enxadas e, quando se aproximava o inverno, toneladas de sementes. Com o dinheiro da subvenção conseguida pelo deputado Adahil Barreto, comprávamos máquinas, sementes, tudo que era necessário e possível, para distribuir entre as associações filiadas à ULTAB (Leandro, 1988, p. 60).

Era por meio dessas aproximações que os trabalhadores mobilizados ganhavam alguma legitimidade para suas demandas e que passava a ser disputado o próprio sentido da luta. No entanto, em-

bora a imprensa comunista primasse pelo tom emocional na descrição das condições de vida dos trabalhadores, voltado para despertar indignação, as práticas do tipo acima indicado pouco foram tratadas, possivelmente porque na cultura política de esquerda elas apareçam como "assistenciais" e opostas à formação de uma "consciência de classe". No entanto, entrevistas com dirigentes mostram que elas eram bastante comuns.

Da mesma forma, era bastante recorrente a busca da quebra de isolamento, com os demandantes de terra disputando o apoio das autoridades locais e dos governos estaduais ou mesmo federal. Ser recebido nessa esfera tinha o efeito de dar maior publicidade aos conflitos, ampliando as possibilidades de potencializar alianças. No caso de Porecatu, já nos primeiros momentos, os "posseiros" vieram em busca de providências no Rio de Janeiro, então sede do governo federal. As próprias reivindicações do manifesto por eles elaborado, faziam do Estado o interlocutor central. No decorrer das notícias sobre Formoso, eram enfatizadas as relações entre os "posseiros" e o poder público, mencionando-se, inclusive, como vimos, "uma grande festa" em homenagem a Pedro Ludovico, governador do estado. No caso de Pato Branco e Francisco Beltrão, por ocasião da tomada dessas cidades pelos "posseiros" rebelados, era ressaltado que algumas autoridades locais (um juiz de direito de comarca e do promotor público) se colocaram ao lado da junta governativa formada pelos rebeldes.

Esse tipo de prática instituía laços entre os conflitos e diversos tipos de "autoridades": deputados, vereadores, governadores, jornalistas da grande imprensa, criando um complexo quadro de alianças e jogos políticos. É por meio dessas alianças que se procurava instituir os "posseiros", "arrendatários", "foreiros" e suas lideranças como interlocutores efetivos dos poderes públicos, constituindo a posse da terra como questão política.

A utilização da lei, a aproximação, em diversas circunstâncias, com as autoridades constituídas não nos autoriza, no entanto, a falar em comportamento institucional (como sugere Camargo, 1973). Como vimos acima, o uso da lei e o recurso às armas não eram excludentes, como também não era excludente o fato de que, embora o PCB, em nível nacional, adotasse uma política que podia ser vista

como de "*conciliação*", acabasse por ter que se deparar com casos de confronto direto nos conflitos. Tratava-se, na verdade, de duas faces da mesma moeda, acionadas em espaços políticos diferenciados, onde contavam as disputas políticas em jogo, questões locais, o perfil dos militantes etc.

4. *Considerações finais*

A tese central deste capítulo foi a de que nos anos 50/60 produziram-se novas concepções sobre o lugar político dos trabalhadores do campo e sobre seu lugar na construção da nação. Essa nova linguagem se socializou e pôde traduzir diferentes experiências nas diferentes organizações então constituídas, principalmente as que correspondiam a processos de luta e que organicamente davam voz e expressão a processos de agregação e mobilização: as "associações", "uniões", "núcleos", os "mutirões", resignificados como atividade política, os "conselhos de córrego" etc. Eles eram os espaços por excelência de divulgação e socialização das informações, de discussão. Era participando delas que o trabalhador aderia à nova visão de mundo e, assim, reconstruía sua maneira de perceber sua situação, encontrava pares, descobria alternativas para além do local. Elas foram, assim, um instrumento produtor de redefinições de lugares sociais.

Nesse sentido, quando falamos da participação do PCB na construção de grupos e categorias no campo, referimo-nos a esse processo molecular de produção de identificação com determinadas bandeiras e demandas, de mudanças de comportamento em relação ao costumeiro, mas que se fez e ganhou visibilidade a partir das parcelas mobilizadas.

Foram esses grupos mobilizados que também estiveram presentes nos congressos, encontros e manifestações públicas, que se constituíram num dos espaços de produção política do "*campesinato*" na medida em que agregava os mais distantes, para além do estreito círculo da militância, permitia troca de opiniões, ampliava o círculo da mobilização, enfim, como indicamos, construía um "*nós*".

Mas esse não era um caminho de mão única. Ao mesmo tempo em que difundia uma determinada leitura sobre os processos sociais que ocorriam no campo, fica patente a necessidade que o PCB teve de conhecer mais a fundo esses mesmos processos, de expressar as experiências dos trabalhadores. Se já havia uma leitura sobre o meio rural pronta, derivada das concepções da Internacional Comunista, que apontava para existência de determinados mecanismos de exploração, de uma determinada estrutura de classes, ela dificilmente se adequava à realidade com a qual os "*quadros*" destacados para trabalhar no campo se enfrentavam. Eles tiveram que, de alguma forma, fazer um esforço de entender as relações vivenciadas, apropriar-se de seus conteúdos e significados, repensar as relações com o local e as disputas que nele se davam.

Se a palavra de ordem "*reforma agrária*" pode obter tantas adesões e se constituir num mito capaz de orientar práticas políticas é porque de alguma forma ela aparecia, nos seus múltiplos significados, como algo que correspondia às demandas geradas pelas experiências de um conjunto bastante diversificado de trabalhadores. Foi daí que ela tirou sua força mobilizadora que, vale ressaltar, se inseriu de tal forma nos horizontes políticos dos trabalhadores do campo que, passados cerca de 40 anos, carregada de novos sentidos, ainda é capaz de produzir fatos políticos, como o vêm demonstrando as recentes ocupações de terra e o conseqüente revigoramento da demanda por reforma agrária.

É observando esse duplo movimento que acreditamos poder afirmar que o "*campesinato*" se construiu como ator político *também* por meio da ação do partido. Afinal, se as mediações políticas têm externalidade em relação aos grupos socais, só se concretizam como mediação, cumprem sua proposta, têm eficácia como porta-vozes e produtoras de uma identidade se puderem também ser internas, no sentido de serem capazes de produzir significações a partir dos segmentos que pretendem atingir.

Considerando a trajetória dos movimentos no campo, verificamos que, se houve derrota e se, como o mostra Novaes (1997), o medo se impôs e descristalizou a identidade "*camponês*", ficaram fortes marcas nos consensos então criados sobre a necessidade de

reconhecimento de direitos, sobre a potencialidade das lutas no campo. E, no que se refere à formação de demandas e grupos sociais, em que pese a descontinuidade imposta pela derrota representada pelo golpe militar de 1964, persistiram alguns elementos do que nesse período se constituiu no que podemos chamar de uma "*cultura política*" dos trabalhadores do campo. Apesar da repressão que sobreveio ao golpe militar, apesar do termo "*camponês*" ter sido banido do vocabulário político (Palmeira, 1985), as marcas da entrada dos trabalhadores rurais no cenário político permaneceram fortes. Talvez a mais significativa delas seja a bandeira reforma agrária, que garantiu, desde então, seu espaço na linguagem política, como mito impulsionador de ações (Novaes, 1995).

Notas

1 Desde as origens do movimento socialista, foi dado um papel de relevo à imprensa. Marx considerava ser ela fundamental para difundir as idéias do emergente movimento operário e se constituir num instrumento capaz de minar as bases do sistema político vigente (Moraes, 1994). Ele mesmo foi um divulgador incansável de suas teses em jornais como a *Gazeta Renana* e posteriormente *Nova Gazeta Renana*. Lenin atribuía à imprensa o papel de agitador, de instrumento de propaganda e de organizador coletivo, considerando-a uma ferramenta para solidificação do partido. Segundo ele, a imprensa constituía a "arma mais poderosa do partido para chegar à classe operária todo dia, toda hora e em sua própria língua" (cit. por Moraes, 1994, p. 61).

2 De 1945 a 1947, o PCB esteve na legalidade. A partir de então, foi considerado ilegal e passou por dois períodos distintos. O primeiro, até meados dos anos 50, de existência em total clandestinidade, o que fechava o círculo do trabalho político. Daí para frente, viveu em semi-legalidade, que significava uma presença pública maior e maior possibilidade de atingir diferentes níveis de simpatizantes. Durante esse período, diversos jornais circularam. As observações que se seguem foram calcadas numa exaustiva pesquisa nos jornais *Imprensa Popular*, *Hoje*, *Notícias de Hoje*, *Voz Operária*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, este último voltado especificamente para as questões referentes ao meio rural.

3 O BOC foi uma articulação eleitoral do PCB para disputar eleições em 1928. Segundo depoimento de Astrojildo Pereira, então dirigente do partido, "o elemento 'camponês' representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito [...]. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre os operários e os camponeses" (Pereira, 1979, p. 124).

4 *Voz Operária*, 31/3/1951, p. 9.

5 Idem, de 17/5/1952, p. 9.

6 Idem, 23/7/49, p. 12.

7 Nos contratos de arrendamento, era comum exigir que o arrendatário, após três anos de uso, deixasse a terra plantada com capim, formando pasto sem nenhuma despesa para o proprietário e provocando constante mobilidade dos arrendatários, por vezes no interior de uma mesma fazenda. Essa prática era extremamente conflitiva e gerou

em diversas situações reações dos arrendatários que arrancavam o capim plantado para impedir a formação de pasto.

8 As ligas que emergem na segunda metade dos anos 40, em especial no Nordeste, não devem ser confundidas com as Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, na segunda metade dos anos 50. "Liga" era então o nome utilizado para designar associações de trabalhadores do campo e foram duramente reprimidas no período em que o partido ficou na ilegalidade. Quando, em meados dos anos 50, é constituída a associação do engenho Galiléia, ela passou a ser nominada como "liga", principalmente pelos grandes proprietários da região, com o intuito de criar uma identificação com as antigas ligas comunistas e, assim, predispor a opinião pública contra ela (Bastos, 1984).

9 *Voz Operária*, 1/4/1950, p. 9.

10 Preâmbulo da "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", in *Terra Livre*, 2ª quinzena de setembro–1ª quinzena de outubro de 1954.

11 *Problemas*, 64, dez., 1954, a fev., 1955, p. 246. Oto Santos foi o autor da intervenção "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", única específica sobre a questão agrária publicada na revista *Problemas* dedicada ao IV Congresso.

12 *Problemas*, op. cit., p. 251.

13 *Terra Livre*, 51, 2ª quinzena de dezembro de 1954, p. 4.

14 *Terra Livre*, 53, 1ª quinzena de março de 1954, p. 1.

15 Em diversos exemplares do jornal *Terra Livre* aparecia o texto do Memorial, conclamando os leitores a divulgá-lo e recolher assinaturas de apoio. Também apareciam balanços, com números parciais de assinaturas recolhidas.

16 *Terra Livre*, 64, maio de 1956, p. 1, editorial.

17 Para os argumentos patronais, ver os diferentes números no período das revistas *A Rural* (editada pela Sociedade Rural Brasileira), *Brasil Rural* (da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo) e *A Gleba* (porta-voz da Confederação Rural Brasileira). Uma sistematização desses argumentos pode ser encontrada em Medeiros (1983 e 1994) e Esteves (1990).

18 *Terra Livre*, 64, maio de 1956, p. 1, editorial.

19 Na "*Declaração de Março*", como ficou conhecido o documento, o Brasil era diagnosticado como um país de passado feudal, dominado pelo imperialismo, em especial americano, vinculado ao "*latifúndio*" e a alguns setores burgueses. Parcela importante da burguesia, no entanto, entrava em conflito com os grupos dominantes e tinha interesse em ampliar o mercado interno e eliminar os resquícios feudais. Essa burguesia, entendida como "progressista", seria uma aliada para a constituição de um capitalismo nacional ("revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática"). Por "forças nacionais" entendia-se todas aquelas que tivessem interesses opostos aos do "imperialismo". Nesse sentido, a frente antiimperialista poderia incluir "até mesmo setores de grandes fazendeiros que entrem em conflito com certos aspectos da política monopolista norte-americana" (*Novos Rumos*, 15 a 21/5/1959). Somente após a consolidação capitalista é que se iniciaria a etapa socialista da revolução. Nesse quadro, a reforma agrária adquiria um papel central, mas dela se excluía a idéia de confisco. Ao mesmo tempo, em linha de continuidade com as teses que já vinham se desenvolvendo desde a I CNTA, dava-se cada vez maior importância às chamadas reivindicações imediatas e às lutas dentro das perspectivas político-institucionais vigentes.

O jornal *Novos Rumos* explicitava essa perspectiva, por meio de exemplos concretos, em diversas edições.

20 *Terra Livre*, 87, janeiro de 1960, p. 10.

21 De acordo com esse documento, a etapa inicial da revolução brasileira seria democrático-popular, antimperialista e antifeudal. Nesses parâmetros é que se pensava a reforma agrária, a ser atingida por meio de medidas parciais, que garantissem direitos dos trabalhadores do campo.

22 *Novos Rumos*, 3 a 9/6/1960. O ceticismo em relação à possibilidade de uma aliança com a burguesia era também uma tese básica de Francisco Julião, o que nos leva à hipótese de que entre os militantes do PCB no campo havia maiores proximidades com seus opositores das Ligas do que a literatura, que enfatiza a divergência, deixa perceber.

23 O projeto Coutinho Cavalcanti preconizava a criação de uma forte classe média rural, formada por pequenos e médios proprietários, que seria produtora de alimentos e, ao mesmo tempo, mercado consumidor dos produtos industriais. Com isso, acreditava ser possível eliminar o que considerava "desentendimentos e rivalidades entre a agricultura e a indústria, principalmente no setor de mão de obra, assim como permitirá, do ângulo político, a conservação da verdade democrática, pela superação do coronelismo" (cit. por Medeiros, 1983, p. 105). O projeto dava grande importância ao município no encaminhamento da reforma agrária, por meio da criação de comissões agrárias municipais. As desapropriações seriam feitas com base no valor declarado para fins de arrecadação do imposto territorial rural. Para maiores informações sobre esse projeto e outros presentes no debate naquele momento, ver Medeiros (1983), Tápia (1986).

24 No início dos anos 60, as Ligas já estavam se tornando o próprio símbolo da luta pela reforma agrária. Para maiores detalhes sobre esse movimento, ver Julião (1962); Camargo (1973); Azevedo (1982); Bastos (1984).

25 *Novos Rumos*, Suplemento Especial, 8/14 de dezembro de 1961.

26 A imprensa comunista divulgou fartamente o Congresso, transcreveu os discursos de encerramento, a Declaração de Belo Horizonte etc., mas não divulgou as conclusões e propostas das comissões. Até onde se pode apurar, esse documento permaneceu inédito até 1994. Nelas chama a atenção o resultado da Comissão "Formas de Arrendamento e Parceria": Conclusões: *não* se deve e nem se deverá recomendar ou propor medidas paliativas de novas formas de contratos de arrendamento, porque, quaisquer que elas sejam, dentro da estrutura atual de predomínio do latifúndio, seriam uma imoralidade.
Proposta: "propõe-se a pura e simples extinção, por lei do Congresso Nacional, de todas as fórmulas de arrendamento e de parceria, com a anulação dos contratos existentes e a distribuição das terras arrendadas aos arrendatários [...]" (Costa, 1994, p. 41).

27 *Novos Rumos*, Suplemento Especial, 8 a 14 de dezembro de 1961, grifos nossos. Como apontado mais acima, o PCB apostava numa aliança com a burguesia nacional para levar adiante a revolução democrático-burguesa, entendida fundamentalmente como antiimperialista e antilatifundiária. Julião, ao contrário, não acreditava nessa possibilidade e apontava o entrelaçamento entre os interesses dessa burguesia e o "latifúndio". Para ele, a luta contra o "latifúndio" seria o primeiro passo de uma revolução socialista, que partiria do campo para a cidade (Julião, 1968). Como vimos anteriormente, a crítica à aliança com setores da burguesia também era compartilhada por alguns quadros do PCB, dirigentes da ULTAB.

28 *Terra Livre*, 105, nov., 61, p. 2.

29 Vale lembrar que no interior das Ligas também havia disputa entre comunistas e julianistas. A Liga de Sapé, a mais importante da Paraíba, era liderada por João Pedro Teixeira, ligado ao PCB. Seu assassinato, em 1962, e o crescimento da liderança de sua esposa, Elizabeth Teixeira, abriu espaço para que os julianistas tivessem mais força nessa Liga. Para os conflitos na Paraíba nesse período e seu papel na formação de identidades, ver Novaes, 1997.

30 *Terra Livre*, 104, outubro de 1961, p. 1 A referência é ao conflito de Trombas e Formoso, em Goiás. Nessa região, desde 1954, posseiros, resistindo às sucessivas tentativas de expulsão por grileiros, passaram a ter controle sobre uma vasta área. Sobre o conflito ver Cunha (1994).

31 *Terra Livre*, 118, janeiro de 1963, p. 6

32 *Novos Rumos*, 26 a 10/4/1963.

33 *Terra Livre*, 122, maio de 1963, pp. 1, 2 e 5.

34 Idem, 129, dezembro de 1963, p. 8.

35 *Novos Rumos*, dezembro de 1963, Suplemento, p. 1.

36 Numa leitura de inspiração leninista sobre estrutura agrária que se perpetuou até os anos 80 e para além das concepções do PCB, os estabelecimentos com mais de 500 hectares eram classificados como "latifúndios", independentemente da região do país e das condições de sua utilização.

37 *Novos Rumos*, dezembro de 1963, Suplemento, p. 1. Os combinados agro-urbanos foram uma iniciativa do governo Mauro Borges, em Goiás, no sentido de buscar resolver as crescentes tensões em torno da posse e uso da terra.

38 *Novos Rumos*, 20 a 26/9/1963, p. 7.

39 *Terra Livre*, 127, outubro de 1963, pp. 1 e 2.

40 Em entrevista com Elizabeth Teixeira, fica explícito que, na Paraíba, as ocupações de terra nesse momento tinham o sentido de uma volta: garantir na terra "camponeses" que dela haviam sido expulsos. Sobre o significado que o termo "camponês" tem na região e uma análise bastante rica dos conflitos nesse momento, ver Novaes, 1997.

41 Segundo Wanderley (1979), analisando a relação entre capital e propriedade fundiária em Pernambuco, o pressuposto de que foreiros e moradores constituíam classes distintas, com interesses e reivindicações próprias não tinha consistência. A análise de Palmeira (1977) vai na mesma direção. Num levantamento das greves no período, encontra-se referências a paralisações levadas em conjunto por arrendatários e colonos, reivindicações por direito de plantar gêneros de subsistência entre as ruas do cafezal, greve tendo como uma das reivindicações baixa na taxa de aforamento. A grande maioria delas, no entanto, referia-se a direitos trabalhistas e/ou aumentos de salário. Sobre essas greves e demandas, ver Medeiros (1995b).

42 Lembramos que, na sua prática em relação às Ligas, Julião também valorizava os instrumentos legais. No bojo da disputa mencionada acima, Julião, se foi acusado de "*radicalismo*", tendo em vista suas concepções sobre a natureza da "*revolução brasileira*", também o foi de estar dominado pelo "*fetichismo do jurídico*", em resenha, feita por Rui Facó, do livro *O que são as Ligas Camponesas*, e publicada no jornal *Novos Rumos*. Dizia Facó: "[...] porque os trabalhadores agrícolas ou qualquer outro setor só poderiam organizar-se 'legalmente' e 'pacificamente'? Porque não seguiriam o exemplo histórico dos operários urbanos, cujas primeiras organizações eram consideradas ilegais e subversivas e, como tais, perseguidas pela burguesia?" (*Novos Rumos*, 23 a 29/11/1962).

Bibliografia

Azevedo, F. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Bastos, E. R. *Ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Camargo, A. A. Brésil, Nordest: mouvements paysans et crise politique. Thèse de 3ème cycle, École Pratique des Hautes Études. Paris, 1973.

______. "Questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964)", in Fausto, B. (org.), *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*, vol. 3, t. III. São Paulo: Difel, 1981.

Costa, L. F. de C. *Sindicalismo rural em construção*. Forense Universitária; Edur, 1996.

______. *Congresso Nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Edur, 1994.

Cunha, P. R. R. Aconteceu longe demais: a luta pela terra de Formoso e Tromas e a política revolucionária do PCB no período 1950 a 1964. Dissertação de mestrado, PUC–São Paulo. São Paulo, 1994.

Davis, N. Z. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Esteves, B. M. A Confederação Rural Brasileira. Origens e propostas. Dissertação de mestrado, Cpda, Ufrrj. Itaguaí, 1991.

Faleiros, M. I. L. Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964). Tese de doutorado, Fflch, USP. São Paulo, 1989.

Jones, G. S. *Lenguages de classe. Estudios sobre la historia de la classe obrera inglesa (1832-1982)*. Madri: Siglo XXI, 1989.

Julião, F. *Que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, Coleção Cadernos do Povo.

______. *Brasil, antes y despues*. México: Nuestro Tiempo, 1968.

Leandro, J. *Depoimento*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

Martins, J. de S. *Campesinato e política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Medeiros, L. S. de. A questão da reforma agrária no Brasil. Dissertação de mestrado, Ffcl, USP. São Paulo, 1983.

______. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

______. "Reforma agrária: questões, controvérsias e debates", *Cadernos Riad*. Rio de Janeiro, 1994. Também em http://www.dataterra.org.br.

______. "Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe", *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, jun., 1995a.

______. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. O papel da imprensa comunista na constituição de uma linguagem de classe*. Tese de doutorado, Ifch, Unicamp. Campinas, 1995b.

Moore Júnior, B. *Injustiça. As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Moraes, D. de. *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Novaes, R. R. "Reforma agrária: o mito e sua eficácia", in Villas Boas, G. e Gonçalves, M. A. (orgs.), *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

______. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

Offe, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Palmeira, M. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional", *Contraponto*, 1989, ano II, nº 2.

______. "A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato", in Paiva, V. (org.), *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

Pandolfi, D. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Pereira, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

Pureza, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Sader, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Santos, R. e Costa, L. F. de C. "Camponeses e política no pré-64", in *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abr., 1997.

Tapia, J. Capitalismo e questão agrária. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil, 1946-1964. Dissertação de mestrado, Unicamp. Campinas, 1986.

Thompson, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Wanderley, M. N. B. *Capital e propriedade fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Capítulo 6

O Nordeste: "problema nacional" para a esquerda

Carlos Alberto Dória

O sertão se sabe só por alto.
Mas, ou ele ajuda, com enorme poder,
ou é traiçoeiro muito desastroso.

J. Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*

1. *O nascimento da noção de "região problema"*

Cerca de dois terços dos pobres brasileiros estão no Nordeste, representando 63% de sua população, e os programas e iniciativas para minorar esta chaga social, se existem, não conseguem galvanizar a opinião pública enquanto vontade política nacional.

Trata-se de um problema fechado sobre si mesmo e de contornos rigorosamente regionais, pois visto do centro-sul e sudeste os discursos que se articulam a seu respeito parecem se referir a um "outro país". Por outro lado, entre os brasileiros que se ocupam em pensar as trajetórias históricas nacionais, salta à vista que, apesar de cinco séculos de colonização, só há pouco a sua região de mais antiga colonização passou a ser objeto de atenção nacional como "problema".

O processo de tomada de consciência, a Revolução de 30 foi um marco. *Grosso modo*, podemos dizer que é a partir de então — e especialmente do Estado Novo — que se assiste à *regionalização do Nordeste tal e qual a compreendemos hoje*. Com isso queremos expressar que num Estado centralizado como o nosso *uma região é, antes de tudo, um recorte político dentro de uma nação*, um arranjo de poder que revela as tensões nas relações inter e intra regionais, tensões que se projetam na consciência social e nas estruturas de poder como cristalizações de um modo específico de ser que precisa, em suas particularidades, ser "atendido" pelo todo. Fosse o Estado brasileiro fruto de uma arquitetura federalista, estas diferenças seriam pactadas na gênese da federação de modo a reiterar permanentemente as diferenças. Ao contrário, assistimos após 1930 à alimentação da "pauta nordestina" pelos seus representantes oligárquicos como se fossem representantes de uma "região problema", isto é, de todos os nordestinos preteridos pelo jogo de poder nacional, supostamente fonte de toda distribuição desigual da riqueza.

Mas a repartição das benesses do poder não pode mesmo ser igual para quem detém parcelas desiguais de poder. O Instituto do Açúcar e do Álcool, criação voltada para as oligarquias litorâneas nordestinas, conseguiu administrar de maneira eficaz os interesses usineiros, compondo-os com os do mesmo setor no Sudeste, ao proteger o Nordeste com subsídios que cobriam a diferença de produtividade, formando assim um só preço para o produto nacional. Em relação às elites sertanejas, as reivindicações pelo atendimento de seus interesses jamais silenciaram. Seu ponto de vista resultou, na Constituição de 1946, no artigo 198 das Disposições Gerais, onde se lê: "Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada sêca do Nordeste, a União despenderá, anualmente, com as obras e serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a 3 por cento da sua renda federal" (o que equivale a dizer que a cada 33 anos o polígono das secas receberia uma vez a totalidade da renda tributária federal!). Não é de espantar, portanto, que o próprio desenho geométrico do polígono, definido em 1936, tenha se expandido em 1946, conquistando, na constituinte, a margem direita do São Francisco até Minas Gerais.

2. *O momento das esquerdas*

a) A consciência nacional da iniqüidade da estrutura agrária

Ora, o Brasil chega à democracia de 1946 tendo, no processo, contemplado as elites nordestinas por meio das políticas setorias que lhes foram concedidas entre 1930 e a própria constituinte. Era uma época na qual o sindicalismo rural nordestino praticamente inexistia e pouquíssimas eram as vozes que falavam pelos dominados; em geral vozes de intelectuais comunistas residentes no Rio de Janeiro. Mas é neste contexto de pós-guerra também que começamos a vislumbrar a contribuição dos comunistas com vistas a uma nova equação política capaz de minorar a miséria de parcela tão expressiva do povo brasileiro.

De fato, na primeira metade dos anos 50, o país começava a se dar conta da impropriedade da política de combate às secas como mecanismo de supressão da miséria e do logro que havia sido aquela disposição constitucional que a favorecia. Pode ser considerado um marco nesta nova direção um discurso de Getúlio Vargas, em março de 1953, pregando a necessidade de desapropriação das terras marginais aos açudes públicos.

No mesmo mês em que Getúlio parecia acordar, o jornal *Correio da Manhã* enviou Antonio Callado ao Nordeste para uma série de reportagens que se notabilizaram justamente por trazer à discussão as estruturas sociais plasmadas por trás dos discursos dos deputados nordestinos sobre a necessidade de se acudir flagelados das secas liberando verbas infinitas para a construção de açudes.[1] Callado enunciava uma tese nova para o grande público:

> Temos de salvar o Nordeste nós mesmos, esmiuçando, esbagaçando o problema. Têm de salvá-lo, principalmente, os nordestinos, que vivem, mesmo entre suas elites, narcotizados pela idéia única dos açudes, com preguiça de considerar o problema em sua totalidade, e tudo esperando do governo federal [...]. O açude é uma visão mística, uma imagem de regaço materno na terra madrasta.[2]

Ele, que fôra realizar a cobertura jornalística das tragédias da fome, pautado pelos ecos do problema no Congresso Nacional e na imprensa nordestina, traçou em suas reportagens um outro quadro. "A fome grassava ao longo dos quilômetros que percorremos, uma fome constrangedora, mas dessas que matam a longo prazo e não de inanição. Era um purgatório, mas não o inferno."[3] Na verdade conseguiu perceber que havia, no Nordeste sêco, uma estrutura perversa de apropriação privada dos recursos públicos, a necessidade de se implantar açudes a par com uma rede ampla de irrigação, além do desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentada pela exploração das plantas xerófilas; além, é claro, de um problema educacional grave. De imediato, propunha Antônio Callado:

> Construir açudes sem desapropriar, previamente, as terras que iriam irrigar, foi a consagração, no plano nacional, do princípio da loteria. O único mérito dos "irrigados" foi terem a sorte de possuir terras à jusante dos açudes, por onde passariam os canais de irrigação. Assim é que os bilhões de cruzeiros que eu, o leitor e os brasileiros em geral invertemos em água para o nordeste estão até hoje beneficiando meia dúzia de felizardos.
>
> [...]
>
> Muitos dos proprietários passam a vida folgadamente no Clube Náutico de Fortaleza e arrendam as terras fertilizadas com o nosso dinheiro ao caboclo humilde que deveria recebê-las do govêrno em fáceis condições de aquisição.
>
> [...]
>
> Excluídos os proprietários exemplares, que deverão permanecer em suas terras [...], os demais devem efetivamente ser desapropriados [...]. O Govêrno que desaproprie, loteie e colonize os lotes racionalmente divididos. No momento, o próprio processo de herança está retalhando aquilo em minifúndios inaproveitáveis, e cada um governado pelo seu reizinho. Faça o Govêrno tudo isso o mais depressa possível, para poder pensar nos outros ângulos do Plano do Nordeste.[4]

A seqüência das secas de 1951, 1952, 1953, 1956 foi aguçando as discussões nacionais sobre os remédios inócuos para a miséria sertaneja. Além das reportagens de Callado, um marco importante nesta ascensão crítica foi o discurso proferido por Josué de

Castro, então deputado federal por Pernambuco, em julho de 1956. Cobrava ele atitudes do poder executivo no sentido de promover as ações necessárias "por uma reforma de base, que mude a infraestrutura econômica nacional", em especial promovendo a discussão dos projetos de reforma agrária, engavetados nas comissões do Congresso. "Os prefeitos angustiados diante de situações econômicas desesperadoras forçam um pouco o tom dramático da seca para obterem alguns recursos. Os governadores do Nordeste, levados pela mesma onda sentimental, afinam pela mesma nota e os parlamentares aqui no Sul fazem côro. E fica assim a sêca, como o cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina."[5] Contrapondo-se à grita das elites locais com o objetivo de extorquir o tesouro nacional, oferecia seu diagnóstico:

> A meu ver, a fome que o Nordeste está atravessando [...] é mais fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a sêca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente, que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis, as épocas de vacas magras, porque já não há lá, nunca, épocas de vacas gordas [...].
>
> E que causas determinam esse estado social, esse estado de estagnação econômica e de proletarização progressiva da região do sertão? A meu ver a causa essencial, central, contra a qual temos de lutar todos, é o regime inadequado da estrutura agrária da região, o regime impróprio com o grande latifundiarismo, ao lado do minifundiarismo, reinante no Nordeste do Brasil [...] ele só poderia sobreviver e desenvolver-se, se a agricultura fosse compensadora, fosse produtiva. Infelizmente, não o é. E por que não o é? Porque o latifúndio é o irmão siamês do arcaísmo técnico. Nessas áreas latifundiárias se pratica uma agricultura primária, uma proto-agricultura, sem assistência técnica, sem adubação, sem seleção de sementes, sem mecanização, e pelos processos rudimentares, exaurindo a força do pobre sertanejo para produzir menos do que o suficiente para matar sua fome.
>
> O latifúndio nessa região é representado pelo fato estatístico significativo de que, de 1940 a 1950, longe de diminuir o tamanho médio da propriedade agrícola no Nordeste, este tamanho aumentou e vem aumentado de tal forma que, hoje, no Nordeste, apenas 20% dos habitantes das regiões rurais possuem terra; 80% trabalham como arrendatários, como parceiros ou como colonos, porque a terra é monopolizada por pequeno grupo.[6]

Dessa sua análise concluía que o "latifundiarismo e o feudalismo agrário" eram os problemas permanentes do Nordeste, ao passo que a sêca "um fenômeno transitório".[7]

Quando se deu a radicalização da classe média nos anos 60,[8] a opinião pública urbana encontrava-se medianamente informada e preparada para compreender que havia um grave problema de estrutura agrária no Nordeste. Mesmo no meio acadêmico novos trabalhos apontavam nessa direção,[9] reforçando a idéia de que era chegada a hora de promover, dentre as "reformas de base", o solapamento do poder político das oligarquias nordestinas.

b) A denúncia de quatro séculos de latifúndio

O mais importante libelo contra o latifúndio, especialmente nordestino, está contido no trabalho de Alberto Passos Guimarães, intitulado *Quatro séculos de latifúndio*, publicado em 1963. Em suas próprias palavras, o livro tinha o propósito de apreciar "determinados aspectos que nos pareceram marcantes da formação, apogeu e declínio do latifúndio no Brasil [...] e [...] tentar descobrir as conexões interiores entre aqueles fatos, estabelecer e avivar as relações de causa e efeito que motivaram os avanços e os recuos, os êxitos e insucessos do sistema latifundiário brasileiro".[10]

Ora, o latifúndio passa, a partir de então, a ser um novo objeto de reflexão crítica sistemática, desenhado com cores fortes de obstáculo ao desenvolvimento harmônico da nação, deixando em descompasso as populações rurais que sofrem seus "efeitos". Além disso, Passos Guimarães denuncia uma aliança cara à política dos comunistas como visualização dos inimigos do povo: a aliança oligárquico-imperialista. "Agora — dizia ele — o poder do latifundiário conta com fôrças novas que não são mais nacionais, mas estrangeiras, desde que, como sinal dos tempos, foram abertas tôdas as facilidades à aquisição, por empresas dedicadas à especulação internacional, de faixas imensas de nosso território agrícola. É um fato novo em nossa história, pois não tem nenhuma semelhança a atual corrida aos vastos latifúndios do interior brasileiro com a ocupação de lotes coloniais que

se processou no século passado [...]. Hoje, o que se verifica é uma simples desnacionalização territorial."[11]

Como observou Raimundo Santos em seu livro *Questão agrária e política: autores pecebistas*,[12] Alberto Passos Guimarães, Nelso Werneck Sodré e Caio Prado Jr. tiveram um papel bastante positivo na formulação das propostas políticas mais avançadas do país, já que as elaborações teóricas e as formulações políticas do PCB acerca da "questão agrária" nunca foram muito consistentes. O livro de Alberto Passos Guimarães, apesar de visto como literatura "oficial" comunista, representava o primeiro esforço sistemático de compreensão da estrutura fundiária brasileira de uma ótica socio-política.[13] Mais do que isso, no contexto histórico em que apareceu, fornecia um diagnóstico que exigia dos democratas uma ação radical na superação da iniqüidade no meio rural. Muito provavelmente a teoria da revolução brasileira seria outra sem esse estudo pioneiro, pois entre suas conclusões mostrava, com clareza, a crescente proletarização no campo por meio do decréscimo da área média das pequenas propriedades e o deslocamento "cada vez mais para a faixa mais pobre do campesinato (aquela mais próxima ao minifúndio) da exploração propriamente agrícola e, especialmente, a oprimida agricultura de subsistência, de que tanto dependem o abastecimento das cidades e o consumo popular".[14] De uma maneira sintética, dizia: "se acompanharmos a evolução do sistema latifundiário brasileiro, a partir de sua forma integral primitiva, veremos que ele, ao entrar nas etapas da crise de decomposição, foi perdendo, gradativamente, algumas de suas principais características, sem contudo perder, desde o início até hoje, aquelas que o qualificaram como um regime arcaico, anacrônico, lesivo aos interesses progressistas da sociedade brasileira."[15]

Ora, sua teoria da "crise de decomposição" do latifúndio — sem, contudo, perder seus traços de sistema semicolonial e semifeudal, mesmo quando renovava suas alianças, aparecendo ao lado de "interesses estrangeiros, anti-nacionais" — tinha o condão de transformar as oligarquias agrárias numa classe parasitária, desnecessária, que precisava ser estirpada para que o país todo pudesse entrar no ritmo do desenvolvimento. É interessante nos determos um pouco mais neste aspecto.

"Vestígios de um passado que deveria estar morto",[16] este juízo de Passos Guimarães sobre o latifúndio tinha um sentido ético muito forte, pois visava condenar "a crueldade do tipo de exploração semiescravista ou semi-servil que era a única compatível com a sua estrutura".[17] Assim, a reforma agrária, antes de uma necessidade econômica, atendia a um imperativo de natureza política:

> Uma reforma agrária democrática [...] seu objetivo *fundamental* é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país.[18]

Embora uma série de economistas tenha desenvolvido estudos, especialmente após o golpe militar,[19] demostrando que o *crescimento econômico* não tinha como suposto a reforma agrária — às vezes apontando como uma "razão menor" os reclamos exclusivamente políticos que a justificariam — a verdade é que a supressão da miséria no agronordestino, embora exija *mais do que mudanças na propriedade fundiária*, não se alcança sem as mesmas. O conteúdo ético-político da reforma agrária é portanto o aspecto central das "reformas de base" do período, embora muitas vezes tenha se valido, para se legitimar, de argumentos econômicos inverídicos. Assim como a crítica ao populismo feita por alguns intelectuais logo após o golpe militar de 1964 tinha a função de expiação de culpas das classes médias urbanas por não terem avaliado corretamente (!?) as alianças reformistas a que aderiram, a crítica ao trabalho de Passos Guimarães, apontando inconsistências em seus argumentos econômicos, visava, então, elidir o aspecto político das suas propostas.

c) O "prólogo da luta armada"

De fato, a decorrência prática que derivava de estudos como o de Alberto Passos Guimarães era, para o Nordeste, bastante radical. A "sacralidade" de que se revestia o poder oligárquico havia se quebrado

e se tratava de liquidar a economia latifundiária em que se apoiava. Via-se uma crise regional de hegemonia ou, nas palavras de Francisco de Oliveira, um momento de "abertura" regional que se iniciava sob o influxo do desenvolvimentismo. Numa bela imagem literária, registrou Antonio Callado que o "latifúndio de almas", em grande parte improdutivo, que a igreja nordestina possuiu por quatro séculos, foi finalmente "loteado por Francisco Julião e os comunistas, que em pouco tempo carregaram impetuosamente os lavradores da resignação à reivindicação".[20] Quem nunca tivera vez nem voz começava a se fazer ouvir.

Àquela época era a filmografia de Glauber Rocha o que melhor expressava o novo estado de espírito em relação aos proprietários de latifúndios. Que conta *Deus e o Diabo na Terra do Sol*?

No início, conta a estória, tão freqüente na literatura verista do século XIX, do camponês que, num momento de desespero, mata o patrão escravista. Mas, desde o momento em que Manuel se embrenha na caatinga e se junta ao bando dos fanáticos seguidores do Santo Sebastião (um profeta negro que afirma que um dia o mar vai virar sertão e o sertão vai virar mar, que o sol choverá ouro e que, portanto, para provocar esse milagre, é preciso matar todos os que fazem o mal, isto é, principalmente os padres e as prostitutas) o filme conta algo de muito moderno: as alucinações, as visões, as práticas e os modos de conduta aberrantes que a fome, a miséria e a ignorância podem inspirar num povo desesperado.[21]

Esta resenha de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* traz à baila uma nova questão. Nos anos 60, tão importante para a revolução brasileira como a denúncia do latifúndio, era a análise da capacidade de revolta dos sertanejos, isto é, da possibilidade de encontrarem por si próprios um caminho de transformação. E essa possibilidade era avaliada, também, pela burguesia local: "Ou se acha uma solução com medidas de financiamento maciço da produção que melhore o Nordeste, ou não chegaremos a 1 de janeiro de 1963 sem uma convulsão, talvez sangrenta. Quem não acreditar ponha o calendário no bolso e espere para ver", eram palavras do então governador potiguar, Aluísio Alves, para quem era melhor armar logo de dinheiro os velhos oligarcas a ter que armá-los literalmente mais adiante para conter a radicalização política.[22]

De fato, a pressão das Ligas Camponesas de Francisco Julião sobre as estruturas oligárquicas de poder criavam um clima de temor e alarme entre os governantes. Do lado dos setores democráticos da sociedade nascia uma grande esperança de que os nordestinos, em especial os sertanejos, fossem capazes de tomar o destino histórico em suas próprias mãos...

Parece-nos que as peças mais importantes para a formação desta convicção foram, por um lado, os textos no *Jornal do Brasil* e livro do jornalista Antônio Callado, intitulado *Os industriais da sêca e os 'Galileus' de Pernambuco*, de 1960, versando sobre a luta das Ligas Camponesas, e por outro lado o livro de Rui Facó, intitulado *Cangaceiros e fanáticos*, surgido em 1963. O livro de Rui Facó influiu como peça de propaganda, na conjuntura em que surgiu, e como modelo de análise e compreensão ulterior do problema das massas camponesas no mundo rural brasileiro. A novidade de Facó esteve em desenhar sociologicamente o personagem que liquidaria o latifúndio; mas é necessário acompanhar o percurso histórico que resulta em suas teses para compreender seu alcance.

Grosso modo, desde o nascimento da literatura nordestina, com o romance *O cabeleira*, traços da herança Ibérica — como a temática da honra e dos crimes de sangue — preservados pelo camponês da região eram explicados como típicos de homens de pouca cultura mas, ao mesmo tempo, destemidos; submissos, mas capazes de, destemperados, cometerem atos de valentia para se afirmar em meio às adversidades. A frase de Euclides da Cunha ("o sertanejo é antes de tudo um forte") bem expressa a visão culta sobre esta capacidade de resistir às adversidades. E também lemos em Euclides que o camponês, idiotizado pela pregação religiosa heterodoxa, é capaz de cometer desatinos.

Foi especialmente por meio dos escritos de Gustavo Barroso — escritor conservador, influenciado pelas teorias determinísticas da raça e, mais tarde, integralista — que o sertanejo nordestino começou a ser desenhado como capaz de reagir de modos diversos diante da opressão. Pela violência, materializada no cangaço, ou pelo conformismo, consubstanciado nos movimentos místicos que pontuam a história regional. Nos anos 30, esta sociologização da vio-

lência encontrou sua sistematização acadêmica no livro *O outro Nordeste*, de Djacir Menezes. Análise diversa só vamos encontrar, à época, em Graciliano Ramos, que se esforça em definir o cangaço por suas determinações econômicas, sem contudo abordar os movimentos místicos.[23]

Em síntese, antes de Rui Facó, considerava-se que a violência empurrava o sertanejo oprimido para diante da alternativa cangaço ou messianismo — uma escolha que dependeria mais de sua personalidade do que de causas objetivas. Mas em *Cangaceiros e fanáticos* lemos, de início, a advertência:

> Tem-se exagerado indevidamente o fundo místico dos movimentos das massas sertanejas como foram Canudos, Juazeiro [...]. O que discutimos é a sua essência, a eclosão e motivação das lutas no falso pressuposto de que elas têm no misticismo ou messianismo sua origem e seu fim. Acreditamos, ao contrário, que os fenômenos de misticismo ou messianismo, que se convencionou chamar de fanatismo [...] têm um fundo perfeitamente material e servem apenas de cobertura a esse fundo.
>
> [...]
>
> É também o reconhecimento de que aqueles homens que empunharam armas e se tornaram cangaceiros, ou que se reuniram em torno de um monge ou conselheiro e eram chamados de fanáticos, não passaram na realidade de vítimas de uma monstruosa organização social que se está modificando hoje ao sopro das vertiginosas transformações por que passa o mundo contemporâneo [...]. Mais do que isso, foram aqueles miseráveis sertanejos os precursores do surgimento de um espírito inconformado que haveria de criar mais tarde uma situação revolucionária para a destruição completa daquele estado de coisas anti-humano.[24]

Ao introduzir a noção histórica de "precursores", Facó criou imediatamente uma *continuidade* e *tradição* de lutas na rabeira das quais as Ligas Camponesas ou o sindicalismo rural, incrementado pelos comunistas, apareciam como seqüência de um esforço secular por liquidar o latifúndio. Na verdade, seu "vôo de pássaro sobre as origens do cangaceiro ou do fanático" dotava os militantes políticos em prol da reforma agrária de u m valioso instrumento de convencimento, pois é sempre mais fácil retomar tradições do que promover rupturas. Estava criada a tradição das rupturas...

O trabalho de Facó pode, ainda, ser considerado pioneiro se o colocamos na mesma linha de estudos na qual *Primitive Rebels*, de Eric Hobsbawm, incontestavelmente brilha como o mais importante e inovador dos estudos históricos das formas "primitivas" ou "pré-políticas" de luta social. O livro de Hobsbawm apareceu em 1959; *Cangaceiros e fanáticos*, embora tenha surgido em forma de livro em 1963, reunia estudos publicados por Facó na revista *Brasiliense* a partir de 1958. Em ambas as obras o que emerge é o esforço marxista de reavaliação das modalidades de luta camponesa em sociedades "gelatinosas". Hobsbawm por certo inspirou-se em Gramsci, especialmente nas notas sobre a história das classes subalternas, reunidas no caderno 25 dos *Cadernos do cárcere*. Nele Gramsci registra sua percepção dos fatos socialmente relevantes para a compreensão da história que se dá por processos não típicos da tradição estatal. Diz ele:

> A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se pode acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que esta forma de unidade tenha sua importância e não somente formal: a unidade histórica fundamental, pela sua solidez, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil". As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem unificar-se enquanto não possam tornar-se "Estado"; a sua história, portanto, é entrelaçada à da sociedade civil, é uma função "desagregada" e descontínua da história da sociedade civil.

Atento, portanto, à história dos "subalternos", procura lançar as bases metodológicas para seu estudo e compreensão:

> Critérios Metodológicos: A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Sem dúvida, a atividade histórica destes grupos tende à unificação mesmo em planos provisórios, mas esta tendência é continuamente despedaçada pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada no encerramento do ciclo histórico, se encerrado com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: somente a vitória "permanente" estraçalha, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfantes, os grupos subalternos estão somente em estado de defesa alarmada (esta verdade pode ser demonstrada pela história da Revolução Francesa até pelo menos 1830). Qualquer traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deveria, por isso, ser de valor inestimável para o histórico integral; disto resulta que uma tal história só pode ser tratada em monografias e que cada monografia exige um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher.[25]

Ora, este foi o ponto e partida, ainda que não explicitado, de *Primitive Rebels*, onde o historiador inglês procura esboçar uma teoria ampla sobre os movimentos "pré-políticos", isto é, "de pessoas que ainda não encontraram, ou apenas começaram a encontrar, uma linguagem específica através da qual expressam suas aspirações frente ao mundo".[26]

A tentativa de Rui Facó foi justamente estabelecer o "histórico integral" de que fala Gramsci como terreno de compreensão da luta social no agronordestino. Para isso, teve que se desvencilhar de uma sociologia de origem lombrosiana que, ao longo dos anos 20 e 30, procurou dar conta de fenômenos como o messianismo e o cangaço no Nordeste. A nova compreensão que propunha era assim formulada:

> O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra — uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal [...].
>
> [...].
>
> Naquela sociedade primitiva [...] até mesmo uma forma de rebelião primária, como era o cangaceirismo, representava um passo à frente para a emancipação dos pobres do campo. Constituía um exemplo de insubmissão. Era um estímulo às lutas.[27]

Rui Facó morreu prematuramente, mas a sua nova leitura de nossa história alimentou por um bom tempo debates e discussões acadêmicas sobre o caráter transformador ou não desses tipos de movimentos sociais. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Eric Hobsbawm

muito escreveram sobre *reforma* e *revolução* em suas formas "primitivas", num contraponto ao trabalho de Facó.

As teorizações de Facó estão apoiadas especialmente em Fuerbach e Engels, mas o aspecto teórico mais importante de sua obra foi mostrar que o suposto "dualismo" da sociedade brasileira requeria, para ser superado, uma aliança das classes oprimidas em torno da proposta democrática da reforma agrária, ponto de vista que exigia, então, a transformação ideológica que "criminalizava" cangaceiros e fanáticos. Ao ampliar o espectro das formas legítimas de luta, conferiu modernidade ao mundo nordestino insubmisso.

3. *Espectros que rondam o presente*

Quando na manhã de 1º de abril de 1964 as forças militares se abateram sobre as forças democráticas, e, como símbolo da nova ordem, o líder sindicalista Gregório Bezerra foi arrastado por um *jeep*, algemado, pelas ruas do Recife, a compreensão do "problema" do Nordeste brasileiro já havia se transformado radicalmente. Estávamos, agora, diante de nosso *Mezzogiorno*, e não mais como uma nação condenada a pagar eterno tributo às elites nordestinas.

A reação, como sabemos, foi implacável. A SUDENE, procurando resolver "por cima" a transformação econômica regional que não foi lograda nos anos 60, conformou-se ao velho papel de "regaço materno na terra madrasta". Mais tarde, a ditadura já em decomposição, o "pacote de abril" do general Geisel restaurou uma super-representação política das elites nordestinas como fiel guardiã da ordem conservadora.

Do ponto de vista ideológico, como bem pontua um analista atual, "o crescimento econômico da região tem sido muito significativo, mas seu *'ponto fraco'* continua a ser *'um problema ecológico'* que costuma ser denominado *'a seca'*. E não há, evidentemente, uma dimensão do subdesenvolvimento da região mais diretamente relacionada a esse *'ponto fraco'* do que a agropecuária".[28] Em outras palavras, a restauração da "naturalidade" da opressão no Nordeste, quando, de

forma maniqueísta, não se pensa a recíproca influência entre sociedade e natureza na determinação do "Nordeste enquanto problema nacional", é hoje o mecanismo mais eficaz a perpetuar os velhos, mas renovados, arranjos de poder.

Os anos 60 estiveram próximos de dinamitar este "problema" convertendo-o em "não-problema regional" à medida que o transformava no foco de aliança de todos os democratas interessados no fim da maior mancha de miséria de nossa história. A "re-regionalização" do Nordeste pelo seu novo "fechamento", por obra da ditadura militar, captura, dessa vez, a democracia num perverso ardil: sua estabilidade institucional está formulada em termos nos quais o Estado, por sua ação, só pode "ver e ouvir" aquela parcela das classes dominates que, não fosse o golpe, estaria varrida da história por desnecessária. A nova "necessidade" a que se prende fez dos velhos oligarcas nordestinos "fazendeiros do ar" — no caso, o vasto e vazio plenário do Congresso Nacional.

Diferentemente de 1930, quando assistimos a um jogo de "repartição" das conquistas de Revolução que atendia reclamos da burguesia nordestina, a atual maximização do peso político daquelas elites expressa as necessidades de extensão da base política dos interesses burgueses da nação como um todo para fazer frente aos interesses populares, também em escala nacional. A burguesia nordestina é usada nesse jogo de poder como lastro da balança em favor do sudeste, e sua única função moderna é distorcer o princípio republicano da representação proporcional.

Ora, esta trajetória secular, no curso da qual uma revolução democrática foi abortada, faz do regionalismo um fenômeno novo. Hoje o Nordeste é percebido, de forma singela e perversa, por meio da mídia nacional e internacional, como um simples destino turístico "seguro" (em contraste com a "violência" do Rio de Janeiro ou São Paulo); o espetáculo de uma natureza litorânea pródiga que funciona como um biombo da miséria sertaneja. O empresariado nordestino "moderno" vincula-se à estrutura de serviços que a SUDENE ajudou a desenvolver, montando este biombo. Assim, mesmo que haja bolsões de consciência crítica que se ocupam da questão regional, é forçoso reconhecer um dualismo ideo-

lógico — uma fissura na representação simbólica à maneira da que se iniciou nos anos 20-30 perfilando, de um lado, "folcloristas" como Gustavo Barroso e Câmara Cascudo e, de outro, uma literatura "militante" como a ensaiada por José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge Amado e tantos outros.

Por trás do dualismo de representação dos anos 20-30, estava a oposição entre a direita (integralistas) e a esquerda, comunista ou simpatizante. Hoje, num quadro mais complexo, seria mais adequado entender o regionalismo como cindido no que chamei, em outro lugar, de *problemático* e *emblemático*.[29] Por regionalismo problemático entende-se o tratamento da diversidade como elemento enriquecedor do todo nacional, produzindo patamares superiores de identificação como povo e nação. É o trabalho intelectual voltado a tecer continuamente o "nacional" a partir das contradições que encerra, isto é, a percepção do *regional* é tributária da compreensão do *nacional* e mutuamente se alimentam produzindo uma *cultura nova*. Já por regionalismo emblemático entendemos uma maneira de construir o real onde a ausência de vínculo com o nacional, da mediação do todo a iluminar a parte, é o traço fundamental na produção da percepção do Nordeste. Esta maneira de ver parte do suposto de que o universo cultural regional é singular e irredutível e que, portanto, não se pode partilhar experiências, mas apenas *discursar sobre* elas.

Esta questão é bastante complexa para a hoje. Por força mesmo da fase "globalizada" do capitalismo, ao contrário dos processos econômicos que apresentam nexos de amplitude antes inimaginada, as práticas políticas e as compreensões do processo histórico mostram descontinuidades profundas que não permitem vislumbrar quem há de ser o novo sujeito histórico a incluir na pauta de lutas democráticas o resgate social das populações miseráveis do Nordeste. É claro que as propostas de reforma agrária contemplam o Nordeste, mas, decidamente, não se trata de, de novo, centrar o problema na propriedade fundiária.

Numa discussão nova, recentemente proposta,[30] o Nordeste aparece já com outro desenho econômico e social. "Nos últimos trinta anos houve uma forte alteração da realidade nordestina que deu origem a 'focos', 'pólos' ou mesmo 'manchas' de dinamismo econômico,

que mantém ligações ainda pouco estudadas com a agropecuária mais tradicional da região [...] existem pelo menos sete desses novos dínamos: o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza; o complexo minero-metalúrgico de Carajás; o pólo agroindustrial de Petrolina-Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco); o moderno pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada do Vale do Açu); as áreas de moderna agricultura de grãos (que se estendem pelos cerrados baianos, atingindo o sul dos estados do Maranhão e do Piauí); e os diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas. A estes sete talvez ainda devam ser acrescentados os 'tecnopólos' de Campina Grande e Recife."[31]

Ao lado desses núcleos que mais claramente se articulam com os mercados nacional e internacional, há as populações que ainda colocam a seca no centro de sua estratégia econômica e de vida, para minimizar o risco de fracasso na produção dos meios de subsistência. Apesar de estudos que indicam os erros históricos das políticas no manejo dos recursos hídricos — em especial o modelo de açudagem — a burocracia estatal e os grandes interesses de empreiteiras mais uma vez se articulam com vistas a execução de um projeto megalômano, conhecido como de *transposição de águas do Rio São Francisco*: o "Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco e do Semi-Árido Nordestino", da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que pretende interligar as principais bacias hidrográficas nordestinas com as águas do São Francisco, integrando os principais açudes, alterando a atual sistemática de gerenciamento desses reservatórios.[32]

Ora, temos aí novamente esboçado um modelo decisório de inversão de recursos públicos que utiliza o espectro dos "pobres do campo" para a montagem de engrenagens grandiosas de acumulação de capital, sem que um projeto nacional de resgate da miséria pese em suas considerações. Por outro lado, se os democratas se demitem dessa discussão, deixando-a confinada a "técnicos" e a políticos locais, é porque o seu projeto nacional ainda sofre da síndrome política segundo a qual as regiões são anteriores à nação.

Notas

1 Estas reportagens, intituladas "Sêca fria", foram depois reunidas em livro. Antônio Callado, *Esqueleto na Lagoa Verde*. *A sêca fria*, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1961.

2 Antônio Callado, op. cit., p. 110.

3 Idem, p. 111.

4 Idem, pp. 133-5.

5 Josué de Castro. "O desequilíbrio econômico nacional e o problema das sêcas", in *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1959, p. 106.

6 Josué de Castro, op. cit., pp. 100-1.

7 Idem, p. 106.

8 Ver, a respeito de Roberto Schwarz, "Cultura e política, 1964-1969", in *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

9 Registre-se, em especial, os trabalhos do geógrafo Manuel Correia de Andrade: *A pecuária no agreste pernambucano* (Recife, 1961) e *A terra e o homem no Nordeste* (São Paulo: Brasiliense, 1964).

10 Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

11 Passos Guimarães, op. cit., p. 238.

12 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Edur Livros, 1998.

13 Um outro esforço pioneiro de grande importância, embora na dimensão estritamente jurídica, é a história territorial do Brasil de Rui Cirne Lima.

14 Passos Guimarães, op. cit., p. 219.

15 Idem, p. 163.

16 Passos Guimarães, op. cit., p. 38.

17 Idem, p. 39.

18 Idem, p. 38.

19 Exceção deve ser registrada a favor de Rui Miller Paiva, cujos estudos nesta direção são de data anterior.

20 Antônio Callado. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 100.

21 Alberto Moravia. *L'espresso*. Roma, 16/8/1964.

22 Citado em Manuel Correia de Andrade, 1964, p. 244.

23 Seus estudos a respeito encontram-se reunidos em *Viventes das Alagoas*.

24 Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, pp. 1-3.

25 Antonio Gramsci. *Quaderni dei carcere* (organizada por Valentino Gerratana). Torino: Einaudi, 1975.

26 Eric Hobsbawm. *Primitive rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1978, p. 2.

27 Rui Facó, op. cit., pp. 37-8.

28 José Eli Veiga, *manuscrito*, 1999.

29 Ver, a respeito, meu ensaio "Graciliano e o enigma do papagaio", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, nº 35, 1993, pp. 19-34.

30 Ver o capítulo relativo ao Nordeste, redigido por José Eli da Veiga, no Relatório sobre a Agenda 21 Brasileira, área temátida Agricultura Sustentável, a ser publicada em breve pelo Ministério do Meio Ambiente.

31 José Eli Veiga et al.

32 Para uma análise crítica desse projeto e outros relacionados ao tema das águas ver Aldo C. Rebouças, "Água na região Nordeste: desperdício e escassez", *Estudos Avançados*, 29. São Paulo, abr., 1997, pp. 127-54.

Capítulo 7

"Opinião pública" e partidos políticos em algumas análises de conjuntura de Caio Prado Jr.

Raimundo Santos

À memória de Francisco Julião.

O paradoxo do PCB — à medida que recusa as interpelações de seus intelectuais, deles se aproxima, e mais a prática de frente única se converte em política democrática — aqui também mostra a relação sempre inconclusa dos intelectuais com a sua práxis. Os exemplos vêm de longe — do próprio Astrojildo Pereira com o seu "partido obreiro"; Octávio Brandão e a sua "revolução democrático-pequeno burguesa"; Caio Prado Jr. e o "partido-Comitê de Ação", em fins do Estado Novo; e sua idéia de "revolução agrária não camponesa" nos anos 60; por fim, os jovens intelectuais de meados dos anos 70 em diante com o "eurocomunismo" de fundo leninista. Em todos esses casos, os "renovadores" de cada momento viram as suas proposições apenas parcialmente incorporadas ao espírito da política pecebista de adaptações pragmáticas. O sentido das "reivindicações operárias" de Astrojildo Pereira não era o de um simples gesto culturalista; a revolução democrático pequeno-burguesa de Brandão ia além do recrutamento da ala radical dos tenentes;[1] o partido caiopradiano de compromisso "histórico" com os

liberais de 1945 não se reduzia a uma mera inerência de interesses "estrutural-políticos",[2] mas resultava da política; e a revolução agro-reformista de Caio Prado Jr. não eqüivalia a uma socialização da agricultura; o eurocomunismo brasileiro representava um esforço de substantivação da prática de frente única como via de melhora e aperfeiçoamento da sociedade. Se em grande medida a isso se opôs, o PCB também acolheu, como se pode notar nos sinais de todas essas passagens na estratégia pecebista de reformismo pluriclassista centrado na democracia política, direção à qual evoluiu desde que adotara a postura de frente única e "soluções positivas" após 1954, caminhando, durante o regime militar, rumo a uma "estratégia democrática ao socialismo" à medida que valorizava as liberdades políticas; ademais, demonstrando virtudes, a mais reconhecida de todas, a da moderação de responsabilidade política.

De resto, o comunismo brasileiro, de história e de idéias reativas, vivendo circunstâncias imperativas, não teve pensadores oficiais. À margem, mas em interlocução permanente, os "grandes" elaboradores não são nem "orgânicos" (o PCB não é legatário de uma herança intelectual brasileira) nem de *intelligentsia* (o seu grupo "gravitante histórico" não é formado por intelectuais *stricto sensu*), mas, seguindo a tradição, com freqüência os seus quadros intelectuais exibem a "dupla face" de publicistas que falam para fora ao tempo que militam quase como dissidentes. O emblema mais completo dessa relação difícil é, sem dúvida, Caio Prado Jr., justamente este "único teórico marxista do Partido Comunista Brasileiro" (como dizia Jaguaribe em 1954) que, como um *grande intelectual*, dispôs, senão desde *Evolução política do Brasil*, o livro de 1933, pelo menos a partir de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), uma teoria de Brasil que se fará presente em todos os embates que ele trava com o seu partido (1945, 1947, 1954, 1955-64, 1960, 1966). Hoje, com a distância do tempo, são mais visíveis as interações da sua obra "historiográfica"[3] com os textos propriamente partidários (os exemplos podem ser "Os fundamentos econômicos da Revolução Brasileira" (1947), *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), no sentido anteriormente apontado, os sete artigos da série "As teses e a Revolução Brasileira" (1960), sobremaneira o livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, em todos eles sendo presença reiterada a visão de

Brasil, criada, desde o princípio, com um forte sentido publicístico, essencialmente vocacionada para orientar a práxis política.

Como a obra caiopradiana não é um evento singular, já que no PCB ela também existe como um "grupo" (os seus mais conhecidos "membros", isto é, o historiador e as suas editora e *Revista Brasiliense* e o diretor-responsável desta última, Elias Chaves Neto), aqui nestas notas o contexto de seu exame se subsume tanto nas marcas que ela deixa no interior do PCB, quanto especialmente nas próprias análises que o historiador publicou na sua revista em resposta às inquirições da conjuntura de 1955-64. Se o fio que une a todas elas expressam reserva ante a política pecebista, as interpelações de Caio Prado Jr. não se resumem à mera reação a contingências, como uma espécie de "amargura" (como disse Bresser Pereira, referindo-se ao livro de 1966, no qual o historiador aponta responsabilidade de seu partido no "desastre de 64"),[4] ante os rumos "nacional-populares" da orientação pecebista após a "virada" de 1945; nem parecem ser estas as razões da sua ida à academia e da fundação da *Revista Brasiliense*, naqueles tempos do "extremismo teórico"; nem a sua inflexibilidade ante o alinhamento do PCB a Juscelino Kubitschek e à "aventura" janguista. Todas essas controvérsias versam sobre a "formulação da teoria da revolução brasileira" a partir dos fundamentos da formação social, desde dois grandes vetores — uma revolução agrária não camponesa que aqui se materializaria na valorização do trabalho com a universalização da lei trabalhista, concluindo a obra da Abolição; e a reforma do capitalismo, para generalizar o emprego e homogeneizar a sociedade; grandes transformações a exigir duas reorganizações estratégicas que o autor sempre estará repetindo em seus textos: a "reestruturação da economia em bases nacionais para atender às necessidades da maioria da população" e a "reestruturação da vida política nacional".

1. *O lugar de Caio Prado Jr. no PCB*

Desse modo, oferecendo a seu partido uma formulação muito além da "síndrome" de adaptações pragmáticas a conjunturas espe-

cíficas (o "empirismo das improvisações", como ele sempre dizia), o historiador trilhou uma via diversa do *aggiornamento* da práxis pecebista empreendido pelos intelectuais — alguns lukacsianos, outros relendo em Lenin e em seu PCB o valor das instituições —, e que, entre os anos 1976-81, transitam para Gramsci, valorizando a democracia política nas suas dissertações sobre o "prussianismo" brasileiro. A teorização de Caio Prado Jr. abre caminho valendo-se de um cânone marxiano quase único, próprio de autores de tempo exíguo, como em Gramsci. Enquanto o do autor do *Risorgimento* recolhia do *Prefácio à contribuição crítica da economia política*, de 1859, aquele cânone da tempestividade sociológica e cultural da mudança nas sociedades já amadurecidas,[5] o "critério metodológico" que o historiador brasileiro trazia da mesma fonte, mas em trecho anterior àquele, vai lhe fundamentar a idéia de *dialética de afirmação* de um ser nacional à procura de eixo e sentido ("um país sem povo", um país "dependente"); "dialética" que remetia à lógica de toda formação social como obra da história da interação entre forças produtivas e relações de produção.[6] Enquanto a vertente daquela intelectualidade brasileira extraíra sua abertura analítica do marxismo das "revoluções pelo alto" — esse *pequeno marxismo* esquecido que a induziria teoricamente ao tema da democracia política e, depois, a conceber o socialismo como um "processo de democratização progressiva da sociedade", como diriam os comunistas italianos —; sem ampliação,[7] o marxismo de Caio Prado Jr. também aponta para uma terceira direção, tal o sentido não clássico de suas dissertações sobre o país e o modo *sui generis* de distanciamento (que não se confunde com a crítica de esquerda)[8] e, ao mesmo tempo, de aproximação em relação à linha oficial do seu partido. Sua obra básica não tem curso no PCB, e a sua ensaística dedicada à conjuntura, senão de interpelação de toda a esquerda, tem um sentido *de confronto* com a práxis do PCB, revelando, todavia, uma concepção de revolução brasileira paradoxalmente integrante do pecebismo contemporâneo, tão relevante quanto as outras influências que o "centro pragmático", que se afirma na direção partidária após a Declaração de Março de 1958, incorporara à vida do partido.[9]

Quer no "Ensaio de interpretação materialista da história brasileira", escrito em 1933 para quebrar a historiografia de "história oficial", na qual o jovem marxista realça a presença das massas numa espécie de modalidade brasileira de "Revolução de 1848";[10] quer na obra de 1942, onde o autor, qual Marx, divisando na Europa capitalista a rota dos países atrasados, põe diante do destino brasileiro a "colônia de povoamento" americana para fazer a diferença do "sentido" de formação da nova "colônia de produção" (tema já presente na obra de 1933); e a natureza das "reestruturações" necessárias para concluir a nacionalidade; em suma, o seu propósito sempre fora o de conferir sentido próprio à "revolução brasileira" a partir da teorização da *particularidade* da formação social brasileira, como na melhor tradição dos publicistas marxistas, aliás como desde cedo aprendera do ensaísmo clássico.[11] Quer ainda no texto de 1947, onde alude à problemática leniniana da "revolução burguesa de novo tipo" em capitalismo tardio e dependente, e no ensaio acadêmico de 1954, no qual Caio Prado Jr. interpela o sentido da teoria keynesiana do capitalismo pós-29,[12] operação que, se não o levara a um marxismo de história comparada, vai lhe permitir chegar à idéia de uma reorganização econômica e política da sociedade brasileira em moldes democráticos. Quer no último movimento importante que representa *A Revolução Brasileira*, reafirmando a dissertação de 1942 e o método investigativo "empirista", incluído o seu marxismo teórico "problemático", onde há referência ao cânone do Prefácio marxiano, preferido de Gramsci.[13]

2. O *sentido de "1945" para a vida política nacional*

Assim como a noção leniniana de revolução agrária não camponesa[14] realça em Caio Prado Jr. o tema do mercado interno ao modo incorporador do *west* americano, dando sentido estratégico-revolucionário ao seu programa de "reestruturação da economia em bases nacionais", singularizando o seu socialismo com este tipo de reforma do capitalismo de valorização do trabalho, a equação circulacionista do "povo-caos" da nacionalidade inconclusa[15] é que define a segunda reestruturação de Caio Prado Jr. — a reestruturação da vida política nacional, tanto como processo da representação política da massa da população nos partidos, quanto de sua cons-

tituição socioeconômica. E também: se as "conjunturas" das outras obras são épocas emblemáticas de "revoluções abortadas", como dizia Mariátegui, como a "Revolução de 48", a Abolição, a República, a conjuntura que serve de base para a reflexão sobre a "superficialidade" e a "esterilidade" da institucionalidade têm como matriz o contexto do ocaso do Estado Novo, justamente a conjuntura dos anos imediatos à publicação do primeiro volume de *Formação do Brasil contemporâneo*, quando o historiador se engaja na empresa de construção da unidade dos comunistas com os liberais da União Democrática Nacional (UDN), interrompendo a execução do projeto da obra.

Com efeito, após a derrota do "ensaio geral" da política de frente única da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 — depois de o país já ter sofrido a Revolução de 1930 como "revolução burguesa sem o proletariado", como diria Nelson Werneck Sodré —, "1945" encerrava tudo em si. Novamente "A política se agita, já agora sem reservas e publicamente. Arregimentam-se grupos, alianças e partidos... A luta começou, aberta e rasgada. Como terminará, por onde e para onde levará o Brasil?", assim anotava, nas suas memórias, o historiador no começo daquele ano.[16] O novo era o fim da ditadura, e o novíssimo, a "irrupção das massas" na vida pública que Caio Prado Jr. compreendia só se consolidaria à medida que se criassem as instituições democrático-liberais no país. Naquele ano, as oposições convergiam adquirindo capacidade política na organização da UDN, dispondo à vida nacional a "massa crítica do país" que elas representavam e potenciavam à medida que "saíam à superfície" e a espalhavam como "opinião pública" pela imprensa, na política, nos grupos partidários e em outros contextos, como no "clima intelectual" da livraria e da editora Brasiliense de onde o próprio Caio Prado Jr. ampliava a sua inserção no PCB e credenciava o seu partido nas articulações em torno da UDN e da Aliança Democrática Popular (ADP) que reunia os grupos mais ativos daquela movimentação contra a ditadura.[17]

Comentando o "engajamento político" de Caio Prado Jr., Paulo Iumatti observa que, lendo aquela conjuntura por meio da interpretação de Brasil de *Formação do Brasil contemporâneo*, recorde-se a preocupação de Caio Prado Jr. para com a massa dos "desclassificados"

e seres "sem bagagem cultural", ainda próximos do mundo escravista — o historiador via como uma obra estratégica o aprendizado das massas que emergiam à vida pública numa situação dramática em razão da "falta de alicerces políticos" que superassem, de um lado, o alheamento da maioria da população da vida cívica e, de outro, a agitação — um termo caiopradiano sempre repetido — que marcava a vida política nacional. Nota-se ainda em suas memórias como Caio Prado Jr. valorizava a política de aliança com os liberais como um processo que abriria caminho para o encaminhamento das reivindicações populares, dada a miserabilidade da população, de alta significação para a estruturação do "povo-caos", caso esta "polarização de forças" em relação ao Estado Novo resultasse da "imposição correta" [sic] da nova relação que se gestava naqueles anos entre as forças sociais emergentes e a institucionalidade política.

Dois outros pontos chamam a atenção na leitura das memórias de Caio Prado Jr. no livro de Paulo Iumatti. Um deles, que pode parecer menor, constitui-se num elemento de muita definição nas análises caiopradianas: as suas várias referências à política das esquerdas, o PCB em particular, como conduta de máxima clareza de objetivos e atuação a mais transparente para a população.[18] O outro tema emblemático é o sentido do conceito de "opinião pública" — noção de muita atenção em Paulo Iumatti — que algumas vezes aparece como mero lugar de superfície da política, onde se tornava visível a precariedade da institucionalidade; e, noutras, como espaço de formações discursivas, lugar que as oposições deveriam ocupar para dali estimular a constituição dos grupos sociais em atores políticos. Por sua vez, como as análises de conjuntura caiopradianas obedeceriam à seqüência sociedade–política, ou ainda sociedade–opinião pública (chamaria a atenção para estes termos) e os partidos e as instituições democráticas; é possível divisar na imagem da vida política nacional que se reflete naquelas análises de conjuntura alguns pontos que conformariam uma "verdadeira" "dissertação" sobre a natureza da institucionalidade, mostrando, para além da "amargura", o *substractum* que afastava o historiador do seu partido; separação eloqüente, pelo menos, em duas situações-chave da democratização da vida política nacional: em 1945 e no pré-1964, época, aliás, a que, em parte, pertence *A Revolução Brasileira*.[19]

As memórias políticas lançam ainda luz sobre a "controvérsia comunista" entre o Comitê de Ação e a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) em disputa pela política de União Nacional no ocaso da ditadura Vargas.[20] Com efeito, a articulação no Comitê de Ação girava em torno da UDN e operava em volta da Aliança Democrático Popular (ADP) tanto para acelerar o fim da ditadura quanto para enfrentar a questão das reivindicações populares,[21] arena onde se daria a batalha para afastar as massas populares do populismo; tema que o historiador via como uma verdadeira "estratégia política" para obter apoio duradouro da população, ponto que seria desenvolvido como um dos "aspectos teóricos" do livro de 1966 (cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998). Tanto Manuel Batista Cavalcanti (o velho "Ferro") quanto o próprio Elias Chaves Neto, rememorando as suas épocas de militância, atribuem muita importância àquela divergência do pós-guerra. O primeiro insiste mais em dizer que a escolha de Prestes, ao deixar o cárcere, optando pela CNOP e se inclinando a apoiar Getúlio, redefinira a natureza do PCB, o qual, a partir daí, passaria a ser conhecido como o "Partido de Prestes", a identidade da Coluna e da resistência à ditadura, que o Cavaleiro da Esperança trazia, ampliando-se no prestígio da União Soviética. O velho "Ferro" conferia papel crucial ao modo de reorganizar o partido a partir da movimentação política do "Comitê de Ação", vencendo o pânico que grassava no PCB após as prisões de 1940.[22] Já Elias Chaves Neto acentua o sentido de "partido aberto" do "Comitê de Ação", diferentemente do aparelhismo que ele via no tipo de reestruturação promovida pela CNOP. Ele próprio considera que o browderismo, de que seriam acusados depois os "dissidentes" brasileiros — "sem tirar desta política as conclusões falsas"[23] — também teria influenciado alguns partidos comunistas na decisão de participar nos governos de "união nacional" ao final do conflito (França, Itália) e nas experiências das coalizões de "democracia popular" (Tchecoslováquia, Polônia), citando ainda Elias Chaves Neto a Mao Tsé-tung como um exemplos de "flexibilização" do caminho único criado em 1917.[24] E registra assim a sua versão: "No Brasil, essas idéias tomavam vulto num grande movimento popular pela anistia", em cujo contexto proliferaram os Comitês Democráticos como articulações suprapartidárias em torno da campanha pela anistia que se mobilizam abertamente no fim do Estado Novo.[25]

Com o apoio de Prestes à CNOP, impôs-se a nova orientação que acentuaria mais ainda a subestimação da importância da eleição presidencial, voltando-se o PCB para o "queremismo" e as mobilizações da "Constituinte com Getúlio". Mudado o eixo da "política de união nacional", substituindo-se um *constructo* (pelo menos no grupo de Caio Prado Jr., a dissertação sobre a nacionalidade inconclusa com a qual se fundamentava a aliança com os liberais) pelo critério de avaliação da política internacional que levava à aproximação com Getúlio Vargas, a reorganização do PCB se fez à margem do trabalho de unidade entre as esquerdas e a centro-esquerda, "desperdiçando-se", no dizer de Caio Prado Jr., aquele momento de democratização.[26] A prática do novo Partido de Prestes, pela falta de embasamento em uma interpretação de Brasil, primava pela vagueza e o irrealismo das palavras-de-ordem e pela "improvisação" da tática [sic]. Sua crítica em 1945 à subestimação da realização das eleições e ao "populismo revolucionário" do PCB reorganizado — esta ainda é uma suposição do autor deste texto — envolvia nessas questões da conjuntura temas de concepção de revolução em relação aos quais o historiador dava mostras de se afastar. Por exemplo: "Tenho a impressão que Prestes planeja um grande golpe", comentava o historiador em seus diários a preferência do partido pela Constituição "radical e ultramoderna", quando "o seu sucesso dependia da legalidade", ou ainda quando ele anotava que Prestes não tinha "o direito de repetir sua malograda e desastrosa aventura de 1935". Segundo o historiador, o mais grave, porém, seriam as conseqüências do isolamento a que estava levando a nova política de união nacional (registrava um mês antes do golpe de outubro que o PCB já não contava mais com "nenhuma corrente democrática ou liberal" [sic]. "Mesmo simpatizantes estão neutralizados e hesitantes. A reação [reina] soberana em todos os agrupamentos políticos: na UDN, no PSD, nos demais partidos e correntes").[27] Alguns dias depois, voltava a fazer a seguinte anotação: "Temo que os comunistas vão ficar muito mal. Derrotada sua idéia, Getúlio não se interessará mais por sua sorte. Perdem assim o apoio que na sombra lhes estava sendo dado, e ficarão á mercê da reação, sem aliados uma

vez que perderam aqueles que deviam estar agora a seu lado: as correntes democráticas da UDN. Na hora que Getúlio considerar inúteis os serviços de Prestes, a reação se desencadeará. Talvez aquela hora esteja chegando [...]."[28] Como é sabido, isolado, Caio Prado Jr. permanecerá marginalizado no PCB, após a dissolução do Comitê de Ação. O risco da repressão confirmou-se durante a guerra fria.

No mesmo sentido que, como observa Paulo Iumatti, em seus diários Caio Prado Jr. lê "1945" com a sua reinterpretação do problema do "país sem povo" que fizera em *Formação do Brasil contemporâneo*, as suas análises na *Revista Brasiliense* têm como pano de fundo a sua entrecortada dissertação sobre a "revolução burguesa" débil (um capitalismo que não integra nem homogeneíza o corpo social); dissertação, por sua vez, que leva Caio Prado Jr. a enfatizar o tema da precariedade da institucionalidade e da "esterilidade" das agitações que marcavam a vida política nacional, inclusive as "aventuras" das esquerdas e de seus aliados nacional-populares, como ele repete nas análises escritas no período de 1955-64. Aliás, já na obra de 1945, parece haver uma espécie de "passagem de um tema a outro", do tema de 1942 do "sentido da colonização" e da inorganicidade do povo, isto é, da constituição de "uma economia propriamente nacional, orientada para o país e as necessidades próprias da população" — superando o sistema anterior "em que prevalece o elemento *produção*, para uma economia de mercado interno ampliado" ("isto é, o desenvolvimento do factor consumo"[29]) —, para o tema (que ele diz não ser possível desenvolver no livro) da "transformação parcial" que, não obstante, se produz na economia brasileira pós-30 "e que exige para completar-se e chegar a bom termo, um programa político de reformas e a consciência clara do rumo que ela (a transformação) deverá tomar. A condição de maturidade para isto já existe; mas a evolução política do Brasil retarda muito a econômica". Para o historiador, mesmo que apenas econômica, essa modernização já era um valor em si,[30] sobremaneira importante a ampliação "da esfera de intervenção do Estado na vida econômica do país, e um complexo aparelho administrativo (que) controla hoje a maior parte das atividades nacionais". Abriam-se "grandes possibilidades à execução de um amplo programa de reestruturação econômica", que, não obstante, estavam sendo aproveita-

das "somente no sentido conservador" [sic], assim terminava ele o argumento inacabado ao final do último capítulo ("A crise de um sistema") da sua *História econômica do Brasil*, antes da atualização.[31] À luz das suas reflexões sobre a correlação entre o modo "ocasional" e "empirista" do industrialismo brasileiro[32] e a passividade da maioria da população, inclusive à mercê de uma nova exclusão no programa modernizador da elitização do mercado interno desses anos.[33] Nesse pré-1964, Caio Prado Jr. insistiria mais no perigo da subordinação das massas populares à aventura em detrimento do trabalho em profundidade de sua socialização política.

3. *As análises de conjuntura da Revista Brasiliense*

A reconstituição da unidade caiopradiana entre a obra básica e as suas análises de conjuntura mostra uma dissertação mais específica sobre a vida política nacional à luz do tema da representação e do sistema partidário, questões trabalhadas sobremaneira nos artigos escritos para a *Revista Brasiliense*, nos quais Caio Prado Jr. se debruça sobre problemas correntes e, via de regra, se coloca ante atores efetivos;[34] expondo, se não demasiado forte a expressão, elementos de uma *teoria política*. Inclusive se a divulgação dos diários políticos veio convalidar o interesse pela dissertação caiopradiana sobre o capitalismo débil e valorizar a obra publicística do autor, também sugere que a idéia de que a parte "que mais aparece" — sua "teoria regional" agrarista — não é, como já se pensou, aquela de único valor na formulação política de Caio Prado Jr.[35]

No primeiro artigo político que escreveu no começo de 1956 para a *Revista Brasiliense*, "O sentido da anistia ampla", Caio Prado Jr. também valorizaria a eleição de JK, justamente por ela ter resultado de um forte movimento de "opinião pública" — noção que ele também sempre estará associando ao conceito de "polarização de forças"[36] —; opinião que fizera, primeiro, do reconhecimento dos resultados da eleição e, depois, da posse de JK, "sem dúvida uma das mais vigorosas afirmações da vontade popular registradas em nossa história". Segundo o historiador, abriam-se "perspectivas pro-

missoras" para o processo político, inclusive havendo um "sôpro de renovação" no governo, dado pelo fato de JK o ter constituído em um novo tempo, em que "as grandes transformações ocorridas desde a última guerra começam a amadurecer e se fazerem nitidamente sentir". Sua circunstância econômica importava em ter de escolher entre a finança internacional e a industrialização "em termos propriamente nacionais", e o seu desafio de ordem política, mesmo sendo um governo formado em meio a acordos partidários "sem conteúdo ideológico e cimentados quase unicamente por interesses pessoais", consistia em dar passagem às forças renovadoras, antes dispersas, que se haviam reunido na eleição sob a forma "de amplos setores da opinião pública" mobilizados pela idéia de reforma, aberto que estava o caminho para que aquele despertar político se desenvolvesse em profundidade. Fora ele, apesar das "vacilações" e "ambigüidades" do candidato e do seu alinhamento ao capital estrangeiro, que teria colocado Juscelino Kubitschek no rumo do novo tempo, concluía o historiador o seu otimismo ante novo curso político.[37]

No final de 1956, em seu novo texto político "A política brasileira", comparando as "poucas" medidas "positivas" com as muitas "negativas" do governo, Caio Prado Jr. centrava a sua análise no plano da política propriamente dita, realçando o papel dos partidos. O desempenho do governo e da oposição ("O que se pode observar é unicamente uma oposição que ataca, e um governo atacado que se defende") constituía o ponto por onde o grande programa de "industrialização e desenvolvimento econômico" ia se definindo naturalisticamente à base da "improvisação, superficialidade e inconseqüência da atual administração", ajustando-se ao novo padrão de desenvolvimento capitalista pós-"pleno emprego das forças produtivas", como dizia ele, mediante "medíocres dependências" aos trustes internacionais, em detrimento da mobilização da massa da população para o trabalho produtivo e eficiente. Caio Prado Jr. via nos temas da Oposição — a ética udenista, a defesa da liberdade de imprensa para desestabilizar o governo constitucional etc. — o reverso do estilo de uma campanha presidencial de "caráter puramente pessoal e de agitação estéril" e que só mostrara a "pobreza de idéias e de pensamento construtivo". Voltando a "1945", dizia daqueles anos 50 que: "O certo

é que as instituições políticas brasileiras se acham desconjuntadas" — mas agora centralizava o tema nos partidos: "A sua base essencial que são ou deveriam ser os partidos políticos, não tem consistência alguma." Eles precisariam, antes de tudo, começar "a existir, isto é, que afirmem a personalidade independente dos indivíduos que os compõem e eventualmente os representam. O que dá existência efetiva aos partidos políticos são os princípios e a orientação que os inspiram, e de que os membros do partido, sobretudo aqueles que exercem cargos públicos, ou que os pretendem, não são senão os portadores e instrumentos de expressão". Para o argumento que ele quer construir, as definições não parecem ociosas:

> Em outras palavras, o que essencialmente constitui ou deve constituir um partido político digno desse nome, é uma ideologia que compreenda e contenha sob forma geral e sistematizada, resposta explícita e clara ao conjunto das questões que se propõem no desenvolvimento da vida econômica e social do país, e que de maneira casuística e mais ou menos confusa se apresentam na consciência popular. Cabe aos partidos transpor essas questões para o plano político, dar-lhes uma elaboração teórica adequada e submetê-las assim ao debate público e à opinião do país. É somente assim que se irá formando um pensamento coletivo e uma cultura popular capazes de orientar a vida política do país, colocando-a a salvo de agitações estéreis e do caos que de outro modo estarão sempre iminentes. Não se esqueçam os dirigentes políticos da larga audiência que sobretudo na qualidade de chefes de partido, é posta à sua disposição. É preciso que saibam utilizar essa audiência no sentido da educação popular e da formação de uma consciência coletiva, único esteio seguro das nossas instituições políticas, e capaz de lhes dar um sólido fundamento.[38]

Caio Prado Jr. se voltava em seguida para a "questão geral" da democratização da vida política nacional, entendida a democracia brasileira como "antes e acima de tudo o conjunto de práticas através das quais se torne possível ao povo em geral adquirir consciência de seus problemas e necessidades, formar opinião sobre a maneira mais conveniente de resolver aqueles problemas e dar satisfação à necessidades; e finalmente fazer com que essa opinião seja levada em conta na administração pública do país. A liberdade e os direitos políticos assegurados na Constituição brasileira e nas leis não têm ou não de-

vem ter outros objetivos que aqueles. E se explicam e justificam na medida exclusiva em que contribuem para isso. De nada servem portanto se deles se excluir o conteúdo concreto que vem a ser o fato de servirem de caminho e instrumento de participação popular na direção e administração do país". Essa "verdadeira democracia" — de partidos e procedimental —, diz ainda o autor, é a mais importante condição "para o funcionamento regular das nossas instituições políticas e da administração pública. Não é possível governar e administrar o país, no mundo de hoje e naquele que se projeta para futuro, sem ser na base de fortes correntes de opinião pública nas quais os governos busquem não somente inspiração para seus atos, como agentes políticos e administrativos capazes de realizar de maneira conseqüente e fecunda as tarefas que incumbem aos órgãos do poder".[39] Era, assim, em relação a este modelo que Caio Prado Jr. avaliava a natureza do processo político daquela sua circunstância: por meio dele via a evolução do governo JK, um governo "eleito com um vasto programa de realizações no terreno do desenvolvimento econômico do país", programa que, um ano depois, se revelava "não ser mais que uma iniciativa pessoal do candidato" tornado presidente sem os "elementos ideais e políticos" para sua concretização. Por sua vez, a oposição pela oposição "não é base suficiente para nenhuma ação política, por mais brilhantes e capazes que sejam os indivíduos que compõem aquela oposição".[40]

Retornando neste ponto ao tema da indiferença política, inclusive o ceticismo da "grande maioria da população" ante as respostas que a administração pública lhe dava aos problemas.[41] Caio Prado Jr. via na persistência das práticas da "política brasileira" — de "hostilidades pessoais ou de grupo" — "rivalidades de campanário", ou debates de questões políticas e administrativas "no plano de suas preferências doutrinárias e convicções pessoais" — os contornos de um quadro sombrio de crescente confusão, vazios que só alimentariam os grandes interesses nacionais e internacionais, à espera de "dias ainda piores de completa desordem e desorganização da vida administrativa do país".[42]

No terceiro artigo importante, "Panorama da política brasileira", do final de 1961, a avaliação caiopradiana da conjuntura já era

pessimista, o analista acusando inclusive a omissão das "forças políticas dominantes sobre que recai a responsabilidade da direção do País", chamando agora a atenção para uma situação de *desequilíbrio catastrófico*, uma situação de "vácuo" e de "marasmo", numa hora "em que mais se fazia sentir a necessidade da ação, de uma tomada decisiva de posições, de perspectivas claras e de realizações de grande envergadura". Segundo ele, encontrava-se a política brasileira num "ponto morto", na "completa esterilidade dos seus atuais quadros políticos", isto é, a falta de uma estrutura político-partidária capaz de dar passagem a formas de "atividade política fecundada e de perspectivas" [sic]. Em lugar do voluntarismo, o autor aludia ao que seria a raiz desse impasse, das "incongruências" e das "inconseqüências", responsabilizando uma tradição que "estranhamente" se perpetuava:

> Realmente, a política brasileira ainda se acha fundamentalmente disposta dentro de um velho esquema inteiramente superado pelos fatos, e que herdado de um passado que já se vai tornando remoto, vem anacrônicamente se arrastando em renovação. Esse esquema vem dos tempos em que a figura de Getúlio Vargas ocupava o centro de nossa vida política. Essencialmente, os nossos partidos e agrupamentos políticos ainda formam nos dois campos originários das forças que no passado respectivamente apoiaram Getúlio Vargas e lhe fizeram oposição... Analisando-se com atenção a vida política brasileira e a sua estrutura partidária, verifica-se que efetivamente o que ainda marca, de maneira decisiva, a linha divisória dos partidos, é a sua tradição do tempo do getulismo, isto é, a sua posição originária respectivamente de partidários e adversários do governo, ou antes, da pessoa de Getúlio Vargas.[43]

Ao invés de mero anacronismo, o espectro de "1945" tornava-se a baliza do ator político: aquele "dispositivo político" projetava a "ilusão" — "já hoje felizmente bem atenuado, pelo menos na opinião pública" — de que "as contingências e vicissitudes da política brasileira são reflexo da correlação de forças econômicas e sociais no plano das lutas político-partidárias", oficializando na cena pública lutas partidárias, "em última instância", resultantes do jogo "de facções de estreitos horizontes e inspirados unicamente em interesses personalistas e de clientelas políticas concorrentes"; em con-

seqüência, subsumindo e anulando "nesse jogo estéril" [sic] "uma larga parcela de esforços honestos e dignos de melhor sorte". Falta de "questões gerais", agregação de interesses pessoais e de "clientelas partidárias", "contingências eleiçoeiras", resultava daí a política de meras composições heterogêneas, a "inconseqüência" e a "esterilidade no que respeita a solução, ou pelo menos encaminhamento das soluções para os fundamentais problemas brasileiros". Exemplar na atitude das forças políticas que, frente a JK, se dispuseram não em função das orientações do governo — "entreguismo e inflação em escala sem precedentes" — mas "na base de determinações puramente partidárias e de facção". Disfarçando convergência com a parte mais reacionária da orientação do governo, a UDN ocupou todo o espaço da oposição numa luta "facciosa de clã político" derrotado. Depois, a eleição de Jânio reproduziria o "obsoleto esquema faccioso que é o PSD–PTB de um lado, a UDN do outro"; a própria candidatura Lott — "nítida e confessadamente reacionária" [sic] —, por sua vez, apenas iria fazer funcionar o "decrépito dispositivo PSD–PTB contra a UDN" "no sentido de indevidamente polarizar as forças políticas do País", isto é, centralizá-las em torno de uma "estreita luta de facções sem nenhum conteúdo ideológico e programático real". Ainda segundo Caio Prado Jr., nesse quadro, a demagogia "populista e esquerdizante" de Jânio haveria de ganhar densidade popular e apenas levaria o país para aquela situação de "paralisia" da "política brasileira" e que inclusive envolvia os debates sobre as questões com uma "nebulosa estratosfera de vagos princípios abstratos onde, embora debatidos, não oferece a menor possibilidade ou probabilidade de se traduzirem em realizações concretas".[44]

Esse tipo de "dualismo político" diferenciava-se das demais ciências políticas dos anos 50. Enquanto na sua "sociologia da modernização", o PCB erguia a polarização nação–imperialismo como uma sobredeterminação que marcava o processo político em curso e alguns isebianos a revestiam com o par atraso–moderno imputando à economia, às classes, ao Estado e à cultura uma dialética de afirmação nacional (autenticidade–inautenticidade), o marxista Caio Prado Jr. realçava na economia um ponto *singular* — a população-*consumo* —, "refazendo" a *ontologia* de sua ciência política de relações de-

siguais entre os níveis e os modos de estruturação da formação social, própria aos processos de capitalismo retardatário. Diferentemente, a radicalidade da "polarização de forças" na qual ele pensava tinha por fim uma "reestruturação da política brasileira na base de princípios e programas de ação nitidamente definidos e formulados em termos suscetíveis de imediata aplicação". Caio Prado Jr. falava de protagonismo das "forças progressistas e populares", desde que elas deixassem de ser "simples joguetes envolvidos em lutas de facções" e tomassem a mobilização popular como *matriz* de onde sairiam os novos quadros e as reformas de base teriam a sua viabilidade convalidada, ao se entrosarem ali a atividade legislativa e a ação dos grupos sociais "diretamente interessados no assunto". O historiador imaginava que esse processo deveria ser vivido pelos partidos políticos, desde que se tornassem capazes de se vincular à massa popular,

> [...] sentirem e interpretarem suas aspirações, formularem-nas em termos de idéias gerais e princípios políticos, captarem e utilizarem a sua experiência, e finalmente disciplinarem e canalizarem convenientemente a ação popular. Tudo isso é inteiramente estranho aos partidos brasileiros, que aliás não se constituíram nem funcionam para esse fim. São por isso incapazes, na sua forma atual, de assumir a responsabilidade das reformas de base que o País necessita.

A terapêutica caiopradiana era radical: os partidos políticos deveriam "aposentar definitiva e inapelavelmente o decrépito dispositivo político-partidário" e se reestruturarem "em função de programas de ação efetiva no rumo da solução dos grandes problemas nacionais, e na base da organização popular, isto é, tomando por fulcro os movimentos populares onde encontrarão o impulso e cooperação necessários, e somente aí o encontrarão, para aquela ação".[45] Nestas, como em outras passagens de sua obra, parece que o autor tem em mente um modelo de ação *político-popular* à primeira vista "purificado" em relação ao campo da cultura política, dissociado do marco institucional da política brasileira;[46] ambigüidade que, vendo-se o espírito desse e de outros artigos, mais sugere uma referência a um processo regenerativo dos partidos para que eles pudessem "dar novo rumo àqueles fatos e instituições".[47]

Um ano depois, no quarto e último artigo político que escreve para a *Revista Brasiliense*, "Perspectivas da política progressista e popular", volta o tema da inexistência de um "sentido mais profundo" na "vida política partidária oficial brasileira", as "aspirações e reivindicações e a problemática econômico-social brasileira" apenas sendo instrumentalizadas.[48] Nesse quadro "estrutural", a condução da "luta de classes na política" não devia se limitar somente à avaliação da "disposição de forças" para definir táticas com vistas a um objetivo último normativamente definido, mas considerar aquela debilidade institucional para o reconhecimento do campo de manobras da política corrente. Há indícios de uma escolha de meios em relação a fins, com um cálculo político a partir da compreensão do processo geral que estruturava a conjuntura, no caso, uma certa visão da realidade da vida política nacional, vale repetir, a "deficiência de nossa vida política, revelada na inadequação dos quadros partidários à nossa realidade e problemática econômico-social". Como, segundo ele, a formulação geral dos grandes problemas já se havia feito "clara, pelo menos em suas linhas gerais e fundamentais" — que eram a "libertação econômica do País e a transformação de sua economia agrária" —, inclusive penetrava na consciência popular, a figura do ator político adquiria importância; mas um ator que não só não tinha poderes ilimitados, como também necessitava compreender a sua circunstância à luz de uma visão do conjunto do processo em curso que aponta para os fins últimos.[49] Daí ele falar desse obstáculo interposto na cena política oficial:

> No entretanto, os quadros partidários brasileiros não se dispõem em função das soluções a serem dadas a essas questões. Ou o fazem de maneira ambígua e inconseqüente. Eles se dividem e agrupam não na base de programas destinados a enfrentar as tarefas propostas pelo desenvolvimento autônomo e nacional da economia brasileira e pela reforma agrária — que são os pontos em que se centralizam as questões pendentes na conjuntura atual — e sim com vistas a insignificantes interesses de grupos partidários, quando não de simples ambições e vaidades pessoais.[50]

A persistência desse quadro deve-se, em primeiro lugar, à responsabilidade das "forças populares e progressistas" — as quais

perdem a iniciativa em relação aos "fatos" e a atitudes dos demais atores, àqueles a quem lhes cabem interpelar e aos adversários que afetam o curso da sua ação corrente, abdicando — lembrando o dilema do *Risorgimento* gramsciano — de "operar a polarização de forças em torno de tais problemas", deixando que estes "se disfarçam e esvaem na heterogeneidade dos dispositivos partidários que se defrontam na arena política, bem como na vagueza de formulações inconsistentes e inconseqüentes".[51]

É com esta idéia de debilidade da política brasileira que Caio Prado Jr. caracterizava a conjuntura no final de 1962. À primeira vista, parecem exageradas as cores de conjuntura "pré-revolucionária" que, segundo ele, o país teria exibido "na vida e nas atividades políticas"; situação que, à falta de atores em condições de levar a instabilidade subseqüente à renúncia de Jânio para uma fase de "grandes transformações capazes de encaminhar a solução das contradições pendentes", se tornava dramática.[52] Momento que se ia perdendo com o amesquinhamento da cena pública, dissipando-se, como ele dizia, o "ardor das massas" que emergira "numa luta que estimulada e desencadeada, embora por fatores altamente positivos, logo se esteriliza e perde, em todas suas arrancadas, em becos sem saída". Como em 1945, o erro consistiria na ânsia desmedida pelo poder das "forças progressistas e populares",[53] as quais, após a posse de Goulart, mesmo já resolvida a questão das atribuições do presidente quando este pôde nomear o seu ministério, prosseguiram a luta pelos plenos poderes mediante "intensa agitação popular, greves, pronunciamentos militares" e com o ativo apoio das esquerdas, ao invés de gerar um movimento em favor da implantação de medidas "nacionalistas e de reforma agrária", de "democratização" e combate ao "poder econômico e espoliativo", inclusive contra a carestia e de "reajustamento salarial". Caio Prado Jr. não via tempestividade no plebiscito e esclarece que se ele, de fato, se constituíra no "fato político máximo" daquela conjuntura, não se tornara num "passo decisivo" no encaminhamento das reformas, nem indicava "algum sintoma de uma próxima realização".[54] Essa "não-coincidência" "entre os fatos concretos da política partidária brasileira, de um lado, e doutro as contradições profundas da nossa realidade econômica e social" era "sem dúvida gran-

de óbice, talvez no momento o mais sério, oposto a um fecundo desenvolvimento da política brasileira no sentido da solução das grandes contradições econômicas e sociais que afetam o organismo da Nação".[55]

Esse tipo de análise dos fatos políticos em associação com o exame da correlação das forças econômicas e sociais (até aí ia conforme a sua tradição), ao exigir, porém, que tal ligação fosse considerada na singularidade da vida política nacional — lembrando o mesmo passo realizado no seu marxismo teórico a partir da "realidade consumo" — se diferenciava. O dilema posto ao ator consistia em distinguir o cálculo de curto termo para empreender ações de poder daquele outro que visava "corrigir as defeituosas vias em que se processa a política brasileira"; realizar ações em favor da "clara definição e polarização de forças, abrindo com isso perspectivas para a solução das contradições econômicas e sociais pendentes", ou guardar indiferença ante a "política brasileira" cuja lógica terminava sempre por "canalizar e dissipar o dinamismo latente nessas contradições para estéreis lutas de facções e choques de interesses personalistas".[56]

Se, de um lado, há em Caio Prado Jr. uma espécie de "sociologização" da política corrente — ele esperava que o jogo político se subordinasse em relação à correlação de forças econômicas e sociais[57] —, e chegava a sugerir o *desligamento* das "forças progressistas e populares" dos "estéreis dispositivos e quadros partidários oficiais a regulares", por outro lado, há também um segundo movimento de "politização" desse sociologismo, na verdade, uma idéia de politização da constituição da nacionalidade, diferentemente da estadolatria dos primeiros clássicos.[58] Naqueles anos do pré-64, tal movimento exigia como "um primeiro e imediato passo" a concretização sistemática de um programa "a fim de tirá-lo das vagas generalizações e dispersão de princípios que ainda hoje o caracterizam", vale dizer, importava em definir, a partir das linhas estratégicas da libertação econômica e da reforma agrária, "a noção precisa de como propor essas questões concretamente e de modo a lhes dar soluções expressas em normas práticas e desde logo aplicáveis".[59] Aporias à parte, a idéia mais recorrente nestes textos de Caio Prado Jr. é a necessidade de clareza e precisão, sobremaneira importantes para "promover a educação e preparação ideológica das massas po-

pulares" [sic], do que mais "precisam no momento as forças populares: uma clara consciência dos fins a que se dirigem as suas lutas, bem como dos meios que levam a esses fins", como dizia em dezembro de 1962 em "Perspectivas da política progressista e popular brasileira".

4. *O carro adiante dos bois às vésperas de 64*

Não é "mero acaso" que nos três últimos artigos-editoriais que escreve para a *Revista Brasiliense*, o "formulador" *avant la lettre* da idéia de reforma agrária ampliada seja também e principalmente o analista a interpelar as "razões" do desinteresse na promulgação em março de 1963 do Estatuto do Trabalhador Rural e da concentração da práxis agrária das esquerdas no tema da terra *vis-à-vis* da circunstância que o ator político podia dispor, caso não desconhecesse o impulso favorável da "dialética econômica" que governava aquele mundo rural sob o duplo impulso da lei trabalhista e da luta reivindicatória que, como dizia o próprio Caio Prado Jr., "na conjuntura atual da agropecuária brasileira constitui um poderoso e sem dúvida também o principal fator de transformação da nossa economia e estrutura agrária".[60] De fato, vendo em perspectiva, nesses artigos do imediato pré-64 não há apenas uma preocupação com a questão agrária — de onde, de resto, Caio Prado Jr. via reaparecer o espectro da "agitação estéril" subalternizando o ator democrático —, mas ainda a reapresentação do argumento alternativo, recortando o lócus — o exemplo de Pernambuco — e a baliza — a tese da reforma agrária ampliada — para a oportuna intervenção do ator *vis-à-vis* os perigos "que ameaçava" o processo político. No primeiro desses textos, "Um discurso marca época",[61] o historiador via na configuração do governo Arraes uma possibilidade de implantação de *medidas concretas*, "racionalizando" a palavra-de-ordem da reforma agrária, afastando-a da "agitação estéril"; no segundo, "O Estatuto do Trabalhador Rural" (meados de 1963), a promulgação da lei trabalhista lhe servia como lugar para, usando um aforismo luckacsiano, "atualizar" a revolução, no caso, como uma espécie de "revolução abolicionista", abrindo "as melhores perspectivas para a ação reformadora e seu sucesso";[62] e,

por fim, em "Marcha da questão agrária no Brasil" (começos de 1964), o "modelo" da "greve" canavieira de Pernambuco de 1963, na qual convergiam o sindicato e o governo Arraes, atualizando a tese da "luta pela reforma e renovação da nossa economia agrária". Ao invés do realce à desapropriação, a lição de Pernambuco mostrava as vantagens da concentração de energias no "centro nevrálgico e ponto principal de partida da reforma que deve ser imediata e intensamente atacado". Vale repetir o autor: "Não é certamente o único, mas sem dúvida o essencial e que oferece melhores perspectivas para a ação reformadora e seu sucesso." Perspectivas de realização imediata e resultados palpáveis, no caso da greve de Pernambuco, três ordens de efeitos tornavam-se emblemáticas: a) ocorrera uma "verdadeira transmutação" nas condições de vida daqueles trabalhadores rurais; b) dinamizara-se a região (movimento comercial etc.); e c) surgira um "efeito econômico", a partir desse tipo de pressão da força do trabalho, para impulsionar o acesso à terra. Caio Prado Jr. considerava aquela experiência, em contraste com a "agitação" da luta pela terra, como uma movimentação que abria "amplas perspectivas de reforma e renovação econômica e social e podemos até dizer política", mais consentânea, como ele definia, com o "profundo sentido do nosso processo revolucionário".[63]

Mas não era essa a compreensão dos atores políticos mais credenciados naquela mobilização agrária. Se, no caso de Pernambuco, Caio Prado Jr. dizia que, mesmo na falta da orientação alternativa, pela existência de uma espécie de condicionador político geral — o governo Arraes — "foi possível superar quaisquer insuficiências teóricas que se supriram com o empirismo da ação prática", o problema passava a ser o que ocorria "na generalidade do país", onde sua "revolução agrária não camponesa" "marchava muito lentamente". Ele acreditava que esta situação também era reversível desde que fosse abandonada a ênfase na questão da desapropriação. Às vésperas do golpe militar de 1964, queixava-se do grosso das "forças democráticas" que, ainda, continuavam indecisas a "intervir acertadamente", "deixando de lado a estéril agitação por objetivos que se acham", dizia ele, "no mais das vezes, na situação atual do País e no momento que atravessamos, muito além e mesmo inteiramente fora do realizável, afim de

se concentrarem naquelas tarefas de reforma que efetivamente respondem à sua fase e etapa atuais".[64]

Em um artigo chamado "Aparências e realidades do panorama político", publicado na revista *Estudos Sociais*[65] em resposta a "Panorama da política brasileira", pode-se ter uma idéia da diferenciação dos alcances imediatos e "estratégicos" das análises caiopradianas em relação ao tipo de avaliação que o seu partido fazia. Resulta sugestiva a comparação que o articulista fazia entre o historiador — que não era, segundo ele, o primeiro exemplo de "alguém que conheça, até profundamente a letra do marxismo" — e o teórico Bukharin, cujo principal e "o mais sério defeito apontado por Lenin num teórico da categoria de Bukharin", era não saber "assimilar a essência revolucionária da doutrina elaborada por Marx e Engels e por ela se guiar em face da complexidade e das contradições da própria vida". No caso do "escritor marxista" brasileiro essa incapacidade se revelava nas suas teses sobre a história corrente, a principal delas aquela que caracterizava o "panorama da política brasileira" como uma dramática situação de "vácuo", "sem rumos precisos", na tese do historiador, em razão das "falhas da 'estrutura partidárias' que não refletiam a correlação de forças econômicas e sociais' e sim uma amaldiçoada herança do 'tempo do getulismo'".[66] O problema "idealista" dessa ciência política de dissociação entre estrutura e superestrutura do comunista brasileiro ("como se fosse possível existirem na sociedade uma estrutura e uma superestrutura marchando cada qual para o seu lado") teria efeitos práticos, à medida que o seu impressionismo ante a "tensa, agitada e grave" situação do país lhe vedava a Caio Prado Jr. perceber, como dizia aquele crítico, os avanços na consciência antiimperialista, na reforma agrária (que se converteu "em tema obrigatório"); no movimento operário (que passava para uma nova fase), no movimento camponês (que "começa a pesar como uma força influente, sobretudo no Nordeste e no extremo Sul"), sobremaneira não podendo o historiador avaliar os temas do "desenvolvimentismo" e do "moralismo" [sic] daquela época como expressões políticas "de classe" e de conflitos entre frações burgueses; discernir o sentido do apoio dos comunistas a JK nem compreender os acontecimentos subseqüentes à renúncia de Jânio. As suas "identidades" [sic] entre a política brasi-

leira e suas seqüelas nos partidos burgueses lhe impediam de ver aquele processo em curso cada vez mais intenso e complexo. "A realidade é muito mais simples do que todas as especulações de fundo idealista", era assim que o articulista resumia aquela estranha ciência política caiopradiana que retratava uma vida política condicionada por "pequeninas ambições e aspirações personalistas". Ao contrário de ser causa de "vácuo", a debilidade da estrutura partidária devia ser vista como expressão "autêntica" da "impureza" das classes dominantes brasileiras ("o entrelaçamento de interesses entre latifundiários e capitalistas — fruto do atraso da revolução burguesa e das deformações do nosso desenvolvimento econômico e social".[67]

A idéia do articulista também era a da "polarização das forças sociais e políticas" [sic], dualizando a vida política nacional nos dois campos dos anos 50 — "o do nacionalismo e o da democracia contra o do entreguismo e da reação" —, avaliando de maneira diferente o processo político (que seguia "com uma profundidade e uma nitidez cada dia maiores"), a depender o seu curso da tarefa de se "criar e fortalecer a força social destinada, no presente estágio, a tornar vitorioso esses objetivos", isto é, uma frente única dotada de "um programa que não deixe dúvidas quanto a superioridade e à vantagem das soluções nele defendida".[68] Em suma, em lugar de reconhecer no equacionamento caiopradiano o tema do atraso da política em relação à economia, ele só via na proposição da "reformulação partidária" ("o que se tem em vista, aqui, obviamente, são os partidos das classes dominantes") como "única alternativa" para aquela crise um duplo equívoco:

> Em primeiro lugar, significa admitir a possibilidade de uma reestruturação partidária (é claro, não apenas do ponto-de-vista jurídico formal, mas do conteúdo social dos partidos) sem que antes se verificasse uma reestruturação da sociedade. Seria, em outras palavras, colocar o carro na frente dos bois. Em segundo lugar, não passa do mais ingênuo idealismo pretender-se atribuir a esses partidos reestruturações — C.P.J. não esclarece sequer se a um, a dois, ou a todos — a missão de resolver os problemas do Brasil, libertando-nos do imperialismo, acabando com o latifúndio e assegurando o nosso desenvolvimento independente e democrático.[69]

Vê-se assim como a análise do dia-a-dia, num e noutro autor, isto é, em Caio Prado Jr. e em seu partido, lembra o "problema do idealismo" nos marxistas políticos quando eles se debruçam sobre a "história corrente" e examinam as opções do "agir teoricamente orientado",[70] atentos à sugestão marxiana da Tese sobre Fuerbach nº 8: "Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática."[71] Marxista político de duas dissertações "paralelas", comentando a acusação de que o seu artigo "Panorama da política brasileira" apenas mostrava "cegueira opaca e visceral incapacidade de análise e compreensão da realidade política brasileira", como dizia o articulista da revista *Estudos Sociais*, o próprio Caio Prado Jr. voltava a insistir no seu último texto propriamente político naquela idéia de assimetria entre a "vida política oficial" e o "sentido mais profundo" da vida social brasileira, "precisamente na natureza dessa ligação que se há de acentuar a análise a fim de corrigir as defeituosas vias em que se processam a política brasileira".[72]

À parte ambigüidades deste clássico que provoca muitas conjecturas, não seria descabido ler em suas análises políticas além da "mera volta" a "1945" (1789 e 1848 e a Reforma e o *Risorgimento* também são retornos em autores clássicos) uma retomada de um evento constituinte de um "modo de interpretação". Ou seja, se é possível dizer que para chegar à problematização do tema da nacionalidade como "conexão povo-mercado interno no emblema da Abolição" Caio Prado Jr. tivera que requalificar a "questão do consumo" como objeto do seu marxismo, por que a sua dissertação do capitalismo "débil", que aponta para a "reestruturação da vida política nacional", não poderia se voltar para um tema de ciência política como "completar" a República?

Notas

1 Cf. Michel Zaidán, *O PCB e a Internacional Comunista (1922-29)*. São Paulo: Vértice, 1988.

2 Cf. Giuseppe Vacca, "Comunismo, socialismo, democracia", in *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

3 O "insucesso político" de Caio Prado Jr. mostra como o seu marxismo acadêmico, "por obra do destino" bem menor do que o de outros autores, confirma a tradição do pensamento brasileiro de se gerar fora da universidade, lugar *outsider* de uma instigante ensaística. O texto com o qual ele disputou uma cátedra na USP, em 1954, *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, fora escrito como ato de intervenção (cf. Elias Chaves Neto, *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977) e, como tal, teria, senão influenciado, pelo menos deixado posta a idéia de "política econômica" de reestruturação do capitalismo existente rumo a um tipo de socialismo gradualístico.

4 Cf. L. C. Bresser Pereira, "De volta ao capital mercantil: Caio Prado Júnior e a crise da Nova República", *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, nº 1, Brasília, mar., 1989.

5 Precaríssimas, as condições de trabalho de Gramsci na prisão não iam muito além da bibliografia oficial do regime de Mussolini, revistas e obras literárias; a memória desafiando a sentença *de facto* do promotor — "Temos que impedir durante vinte anos que esse cérebro funcione" (cf. Giuseppe Fiori, *La vida de Antonio Gramsci*. Barcelona: Península, 1968, p. 275). Gramsci está sempre partindo desta passagem do Prefácio de 1859: "Ninguna formación social desaparece antes de que se desarrollen todas las fuerzas productivas que caben dentro de ella, y jamás aparecen nuevas y más altas relaciones de producción antes de que las condiciones materiales para su existencia hayan madurado en el seno de la propia sociedad antigua. Por eso, la humanidade se propone siempre únicamente los objetivos que puede alcanzar, pues, bien miradas las cosas, vemos siempre que estos sólo brotan cuando ya se dan o, por lo menos, se está gestando, las condiciones materiales para su realización" (cf. Carlos Marx, "Prefacio a la Contribuicción Crítica de la Economia Política", in *Obras escogidas*, vol. 1. Moscou, 1977, p. 344). Com a grande transformação de 1929, amplia-se a investigação original sobre as causas da derrota de 17 na Europa, tornando-se muito mais ambiciosa à hora de dissertar sobre a interação base–superestrutura numa formação social em contexto de capitalismo estruturalmente modificado e o tema da dialética "torta" entre economia e sociedade qualifica este cânone do próprio Gramsci, exposto no *Risorgimento*: "Un grupo social es dominante sobre los grupos adversarios a los que tiende a 'liquidar' o a someter también com la fuerza armada, y es dirigente con los grupos afines o aliados. Un grupo social puede e incluso debe ser dirigente antes de conquistar el poder gubernativo (y esta es una de las condiciones principales para la misma conquista del poder); después, cuando detenta el poder e incluso si lo tiene fuertemente en el puño, se transforma en dominante, pero debe continuar siendo igualmente 'dirigente'" (cf. Antônio Gramsci, *El risorgimento*. Buenos Aires: Granica, 1974, p. 96). Tal haveria de ser a chave de leitura do novo processo "clássico" de modernização do pós-1789, dissertado, em contexto de "vasta cultura", conexões e muitas mediações (classe/partido/Estado) na monografia sobre o *Risorgimento* italiano (A. R. Buzzi, *La teoria politica de Antonio Gramsci*. Barcelona: Fontanella, 1969).

6 Já na sua obra de 1933, Caio Prado Prado Jr. iria fazer deste cânone o eixo fundamental das suas dissertações sobre o Brasil: "Al llegar a una determinada fase de desarollo, las fuerzas productivas materiales de la sociedad entran en contradicción con las relaciones de producción existentes, o, lo que no es más que la expressión jurídica de esto, con las relaciones de propiedad dentro de las cuales se han desenvuelto hasta allí. De formas de desarrollo de las fuerzas productivas, estas relaciones se convierten en trabas suyas. Y se abre así una época de revolución social" (Carlos Marx, op. cit., 1977, p. 344; ver também Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933, p. 91). Em *Formação do Brasil contemporâneo*, esse dualismo "aparece precedido" da sua (reiterada até no livro de 1966) proposição circulacionista que encabeça o tópico "Comercio" do capítulo "Vida Material": "A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caracter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica." (Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942, p. 226).

7 De certo modo, esses intelectuais *italianistas* (parte deles davam curso à pequena e antiga influência do PCI no PCB) eram legatários do movimento de "arejamento do marxismo" empreendido pela editora e a *Revista Civilização Brasileira* (ver os títulos dos seus artigos e livros, muitos deles traduzidos por esses intelectuais; cf. o meu texto "O anunciador da 'questão comunista' no Brasil", in *Coletânea em homenagem a Leandro Konder*, UNESP, no prelo). É possível dizer que eles mobilizam o tema do prussianismo de Lenin, numa fronteira vizinha à Lukács e também que alguns deles equacionam a problemática da assimetria entre economia e política em contexto de modernização interpelando a bibliografia "clássica" da história comparada (sobre a ensaística de Luiz Werneck Vianna, ver minha recensão "Um itinerário no marxismo brasileiro", in www.artnet.com.br/gramsci, 1999). Mesmo em 1966, Caio Prado Jr. não inclui nenhum autor desse mundo marxista em mutação. A questão é saber até que ponto o seu circulacionismo à luz da "grande transformação" de 29 qualificaria o seu marxismo teórico, sugerindo sentido diverso ao suposto erro de Caio Prado Jr. de ter optado pelo Círculo de Viena (cf. Jacob Gorender, "Do pecado original ao desastre de 1964", in M. A. D'Incao, *História e ideal — ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1989). Nesta, como em outras aporias da sua obra, poderia estar havendo um movimento de reformulação, ao modo de Lukács, que procurava uma terceira via à 1917 sem se desligar do comunismo soviético.

8 Cf. Carlos Nelson Coutinho, "A imagem de Brasil de Caio Prado Jr." (1989), in *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990 e ainda R. Santos, "Lenin e Keynes em alguns textos de Caio Prado Jr.". Rio de Janeiro: CPDA; *Textos de Circulação Restrita*, 1999.

9 Cf. José Antonio Segatto, *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

10 Era descrevendo as relações de abafamento do "acanhado quadro do regimen de colonia" e o "desenvolvimento do pais" no século XIX que Caio Prado Jr. encerrava o tópico "D. João VI no Brasil", abrindo a dissertação sobre a "organização do estado nacional". Vale a pena lembrar o modo como ele via a Independência como um processo de "transição" aberto com a transferência da monarquia (fato que lhe emprestava "um caracter em que faltam a violencia e os conflitos armados que observamos nas demais colonias americanas" que, se poupou o país de "uma luta de proporções talvez consideraveis, a exemplo da America hespanhola ou inglesa, tivemos doutro lado, para o estabelecimento definitivo da nossa autonomia, que arcar com dificuldades não menos sérias, ainda que de outra natureza" (Cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1933, p. 92). A principal delas advinha da "forma pela qual se operou a emancipação do Brasil", "num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do Principe Regente, num trabalho intenso de o afastar da influencia das Côrtes portuguesas e traze-lo para o seio dos autonomistas. Resulta daí que a independencia se fez por uma simples transferencia pacifica de podêres da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação diréta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colonia, naturalmente as unicas em contáto diréto com o Regente e sua politica. Fez-se a independencia práticamente á revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrificios, tambem afastou por completo sua participação na nova ordem politica. A independencia brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto" (idem, pp. 92-3). Não fora na monarquia que se assentara o Estado Nacional, como no caso europeu, com o seu estado "autocrático" (talvez à exceção o período transitório dos primeiros oito anos do primeiro Imperador). De modo bem interessante, a organização do Estado Nacional é analisada no contexto da Constituinte de 1823, onde se confrontaram o "partido brasileiro" cuja ideologia "homenageava" o sistema político do *Terceiro Estado* e suas classes "comercial e industrial, contra a nobreza feudal"; aqui a classe dos proprietários rurais terminaria empalmando o poder, adotando as idéias de 1789 "contra a burguesia mercantil daqui e do Reino" (idem, p. 95). E anotava mais: se, por um lado, essa nova classe alargava o tradicionalismo, ela criava uma situação que "indefinia" a nova ordem "autocrática" do primeiro reinado. Fôra esse tipo de transição "aberta" que, ao final das disputas e das fraquezas e incongruências das duas alas do Partido Nacional na Constituinte, dera passagem a um período de turbulências, especialmente nos anos 40 da revolução brasileira de "1848".

11 Caio Prado Jr. só excetuava dos historiadores brasileiros (que "esqueceram quasi que por completo o que se passa no intimo da nossa história") a Oliveira Viana — apesar dos erros e deturpações e "está ainda em seus primeiros passos" — por ser ele o único "a tentar uma analise sistemática e séria da nossa constituição económica e social no passado" (Caio Prado Jr., op. cit., p. 8, 1933).

12 Como observei em outro lugar ("Lenin e Keynes em alguns textos de Caio Prado Jr.", op. cit., a interpelação de Teoria Econômica a Keynes leva Caio Prado Jr. a fazer, na sua dissertação sobre o capitalismo tardio, a opção: "entre os dois pólos do mecanismo econômico, a produção e o consumo, a oferta e a procura, escolheria o segundo como ponto de partida e baliza do assunto", como chega a dizer em *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, op. cit., p. 194, 1954.

13 Lê-se ali: "É de Marx a observação tão justa e comprovada por todo o decorrer da História, que os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles que não é, nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta, e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe" (Cf. Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, pp. 13-4).

14 Foi Alberto Passos Guimarães quem, involuntariamente, sugeriu a melhor chave para se qualificar o agrarismo caiopradiano. Buscando conferir fundamento à práxis *sindical-camponesa* já praticada pelo PCB nos anos 50, Alberto Passos Guimarães recorria à distinção que Lenin fazia entre as "duas formas históricas da revolução agrária" — a revolução agrária camponesa e a revolução agrária não camponesa. O autor russo procurava mostrar a lógica e a forma distintas em relação à revolução camponesa antifeudal que uma revolução agrária não camponesa podia assumir em países de agricultura totalmente capitalista, ou naqueles outros casos em que o seu "regime agrário" já se achasse muito "amalgado" com a "economia capitalista em geral" (cf. Alberto Passos Guimarães, "A questão das etapas da Revolução Brasileira", in *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 8 a 14 de julho de 1960). Esse tipo de revolução agrária poderia ser liderado por outras classes (no exemplo de Lenin, burguesia industrial e proletariado) e teria por objetivo abrir passagem para o capitalismo na agricultura. Alberto Passos Guimarães citava *O programa agrário da social-democracia russa* (1907): "Em outras palavras, é possível um país burguês sem camponeses. É possível uma revolução burguesa em um país de considerável população camponesa e que, não obstante, essa revolução não seja camponesa, isto é, seja tal que não revolucione as relações agrárias que afetam em especial os camponeses e não destaque êstes entre as forças sociais, sequer ativas, executoras da revolução" (idem).

15 A noção "povo-caos" é de Gramsci em sua teorização de revolução como "reforma intelectual e moral" e catarse. No caso de Caio Prado Jr., esse tema, com o mesmo sentido que tem no ensaísmo clássico brasileiro, retornaria em termos de uma Economia Política que fosse além do "lembrete" keynesiano sobre o "problema do consumo". O industrialismo brasileiro ("estritamente" condicionado pelo mercado externo") não havia conformado a nacionalidade. Para Caio Prado Jr., depois de 1929, o paradigma keynesiano facilitava a recolocação do problema do consumo, ajudava a realçar melhor a diferenciação que ele considerava indispensável fazer no caso brasileiro em relação ao modo clássico de estruturação do capitalismo. Ali, o mercado figurara como uma "realidade sempre presente", algo com o qual "não se devia preocupar" [sic], como na aurora do capitalismo e antes das crises periódicas, quando o problema econômico dominante era *o da produção*; o capitalismo industrial não passando de sua organização, como emblemático na Revolução Industrial. Aqui, a organização da produção sempre fora uma questão "subsidiária" e "secundária" para a economia nacional, o problema do mercado é que sempre se constituíra na questão decisiva (Caio Prado Jr., op. cit., p. 203, 1954).

16 Cf. Paulo Teixeira Iumatti. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. Descobertas e hoje tornadas públicas pela pesquisa de Paulo Iumatti, as memórias políticas de Caio Prado Jr. constituem oportunidade ímpar para reinterpretações da obra desse autor, inclusive muitas das conjecturas que adiantei em textos anteriores se redimensionam em função da leitura dos *Diários*.

17 A livraria e a editora Brasiliense constituíam, de fato, um importante espaço de sociabilidade política, de impacto para fora, como lugar de "reunião" dos comunistas com intelectuais e artistas "das mais diversas gerações, liberais, socialistas ou simpatizantes do comunismo", alguns dos quais ali tinham suas obras publicadas, sendo

marcante a presença de Monteiro Lobato, não só no movimento editorialístico, mas também como político, tendo sido inclusive indicado candidato a deputado federal pelo PCB, em junho de 1945 (Cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998).

18 Mesmo que a sua crítica principal se volte para o populismo "pelo alto" do Estado Novo, Caio Prado Jr. também se referia ao populismo que medrava em torno da figura de Prestes nas diferentes mobilizações do PCB naquela época. Paulo Iumatti apresenta as notas onde Caio Prado Jr. observava que, enquanto a mobilização de massas do queremismo apoiava-se nas camadas "mais inconscientes e ignorantes da população, no 'lumpen ou quasi-lumpen-proletariat'" (e não na grande maioria da massa do "proletariado propriamente" que "permanece ainda alhei[a] à política" (cf. Paulo Iumatti, op. cit., pp. 126-7, 1998), Prestes despertava "simpatias" no operariado "regular e melhor qualificado". Mas em várias outras passagens há anotações sobre o clima de "histeria coletiva" dos "seguidores de Prestes", cada vez mais formados por "uma grande massa das [riscado –> pequenos burgueses] camadas mais inferiores da pequena burguesia (e muitos lumpen-proletariat tambem)" (idem, pp. 127-8). Acerca do "espirito de desordem, vindicta, radicalismo pequeno-burgues" que marcavam a mobilização dos prestistas, assim seguia anotando o historiador: "Em muitos aspétos, a campanha prestista-communista assume o colorido das campanhas fascistas. A mesma idealização e quasi deificação do chefe; [rasura ileg.] o mesmo radicalismo que não se [sente] aliás bem dentro da linha oficial do partido; as mesmas explosões emotivas e irracionais coletivas (idem, p.128). Mas o ponto que aqui interessa: "A politica comunista tem por enquanto muito pouco de construtivo. Ninguem procura muito saber o que se vai fazer; quer-se alguma coisa de radical, confusamente sentida. Mas ninguem se preocupa em definir claramente o que seja esta 'coisa'. As proprias reivindicações de Prestes e do PCB, os [pontos] do seu programa, ficam no ar. Não se fala neles; a mesma *Tribuna Popular* mal os discute e esclarece" (idem, p. 130).

19 Recorde-se aqui que o autor não avançou no projeto de escrever os três volumes subseqüentes à obra de 1942, em razão das exigências da sua circunstância política. Em 1945 é intensa a sua militância. Perdida a batalha pela aliança do PCB com os liberais da UDN, Caio Prado Jr. pensou em reiniciar aquela obra (cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998), mas logo se envolveria com as eleições constituintes de 1945 e 1947. Após a morte de Getúlio, ele se voltaria para o projeto da *Revista Brasiliense*, que dura todo o decênio da "luta nacionalista" (cf. Elias Chaves Neto, op. cit., 1977). Afora a *História econômica do Brasil* (1945), que aliás aproveita grande parte de *Formação do Brasil contemporâneo*, os demais escritos dissertativos, *A Revolução Brasileira* sobretudo, são textos de uma mesma obra de vocação publicística.

20 O Comitê de Ação era o grupo que vinha *fazendo política* comunista nos dois últimos anos do Estado Novo, quando a CNOP reivindica ser o único grupo credenciado para reorganizar o PCB. Enquanto ela se formara com o chamado Grupo Baiano e se sediava no Rio de Janeiro, o Comitê de Ação operava tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro (no primeiro estado, além de Caio Prado Jr., os principais nomes eram Mário Schemberg, Tito Batitini e Hector Ferreira Lima; e no Rio de Janeiro: Victor Konder, Zacharias de Sá Carvalho e David Lerner (cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998).

21 Segundo o mesmo Iumatti, os três grupos da ADP eram o "Movimento Libertador" (dos liberais Armando Sales e Campo Vergal), com o papel de fazer a ligação com a UDN; o "Movimento de Unificação Popular", que se voltava mais para a luta anti-ditatorial; e a "Comissão de Trabalhadores contra já Carestia e a Ditadura", ligada ao Comitê de Ação, que se dedicava a apoiar as demandas populares (idem).

22 Cf. Manuel Batista Cavalcante, *Manuscritos*, 1983/1989.

23 Seguindo orientação do seu secretário-geral Earl Browder, o Partido Comunista Americano, por considerar não apenas importante a convergência entre Oriente e Ocidente celebrada nas conferências de Teherán e Yalta do final da guerra, mas também reconhecendo que a própria idéia de luta de classes estava superada, se dissolveu, transformando-se em uma associação de fins não políticos (cf. Elias Chaves Neto, op. cit., 1977).

24 Nesse período, George Lukács tentou reconceitualizar a noção de "democracia popular" como uma segunda via alternativa ao socialismo soviético (cf. Leandro Konder, *Lukács*. Porto Alegre: LP&M, 1980). Muito mais como impressões de viagem, Caio Prado Jr. também escreve à época dois artigos na revista *Estudos Sociais* sobre a experiência do governo socialista de coalizão na Tchecoslováquia.

25 Recordando o comício do Pacaembú, no qual Prestes falara para multidões: "Vieram em massa os Comitês Democráticos; o que talvez tivesse sido um erro que os sectarizou, transformando os Comitês em células do Partido" (cf. Elias Chaves Neto, op. cit., 1977, p. 74).

26 Cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998.

27 Idem, p. 147.

28 Idem, p. 167.

29 Cf. Caio Prado Jr. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945 (citado da edição argentina, Buenos Aires: Futura, 1960, p. 327).

30 Mesmo denunciando os seus "danos sociais", no texto apensado em 1956 a *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr. também valorizava as modernizações agrárias já então em curso (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1960, pp. 372-9). "O sistema colonial da economia brasileira, também no setor da agricultura onde ele tem suas principais raízes, abre-se em brechas profundas e penetram e em que se estabelecem os elementos renovadores da velha estrutura, substituída gradualmente por uma organização econômica que seja função das necessidades proprias do país e capaz, por conseguinte, de atender efetivamente ao bem-estar e prosperidade de seus habitantes." (idem, p. 379)

31 Ali, naquele final estavam as seguintes palavras: "As sucessivas medidas nesta economia chamada de 'dirigida' se foram sucedendo sem ordem nem plano de conjunto; atendiam-se, com elas, a circunstâncias e situações momentâneas e particulares, e se resolviam problemas de emergência. Tratou-se sempre só de salvar o que podia ser salvo numa situação desesperada; e, com isto se chegou a um resultado: a imobilização dos fatos econômicos, em que se tratava de conservar o *status quo*. Daí o estado caótico em que se encontra a vida econômica do país" (cf. Caio Prado Jr, op. cit., 1945; 1960, p. 337). Chama a atenção que quando Caio Prado Jr. opera nova atualização na edição brasileira do seu livro substituía aquele trecho por uma mera adaptação para uma passagem ao capítulo seguinte.

32 Note-se que Caio Prado considerava as estradas de ferro na experiência da Europa e dos EUA como um "fator dinâmico" de irradiação na economia, e que aqui, na falta de um *elemento de autogênese* produtivo, dever-se-ia voltar as vistas para a "natureza do mercado" da indústria, segundo ele, o "ponto nevrálgico" da economia brasileira (idem, pp. 370-2). Dramático o caso brasileiro, sem experiência de feudalidade, estruturada sua economia pelo *plantation system*, com um industrialismo, em relação ao modelo clássico "muito atrás" em termos de recursos naturais e de população ("[...] além de rarefeita e muito dispersa, ela tem atrás de si uma longa historia de formação caótica, e sofre as contingencias de uma multi-secular desconforto tanto material

como moral. Não é comparável porisso aos povos da Europa e da America do Norte", como dizia no texto de 1947, já citado)

33 O autor assim comentava o "esgotamento do período das substituições fáceis", com o desaparecimento das "circunstâncias extraordinárias" que havia propiciado a prosperidade da última fase do Estado Novo: "As velhas contradições que socavavam a economia brasileira, por um momento, disfarçadas, voltam a aparecer, muitas delas agravadas; e outras novas se agregam a elas, aprofundando consideravelmente a crise geral do sistema, agora já com grandes repercussões na vida política e social do país" (cf. Caio Prado Jr., 1960, p. 345). E dizia mais: a par do estímulo externo e do enriquecimento das classes possuidoras durante a guerra e no imediato pós-guerra, sem dúvida constitui elemento favorável daquele progresso "artificial" "o regime ditatorial e a restrição das liberdades públicas" que faziam com que recaísse na massa trabalhadora o peso dos sacrifícios da carestia e da concentração de renda (idem).

34 Não é um despropósito registrar que a publicação se constituiu, no pré-64, como o ISEB do Rio de Janeiro, num lugar privilegiado para a produção de uma massa crítica de conhecimento sobre o Brasil muito importante para o mundo intelectual da esquerda e da centro-esquerda daquela época.

35 Para a primeira questão, ver meu texto "O agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Jr.", *Debates CPDA*, nº 2, Rio de Janeiro, out., 1997; e para a segunda, *O pecebismo inconcluso*. Seropédica: Ed. UFRRJ, 1992.

36 Ao que tudo indica, Caio Prado Jr. o utiliza por primeira vez em suas memórias políticas (cf. Paulo Iumatti, op. cit., 1998). No texto de 1954, encontra-se esta observação: "Em suma, o que se impõe é uma polarização de opiniões em tôrno da verdadeira questão pendente e que se apresenta à política econômica do Brasil: ou a conservação ou a transformação total do atual sistema colonial de nossa economia" (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1954, p. 183). Talvez o conceito provenha do dualismo do Prefácio marxiano de 1859 (onde se lê: "[...] formas ideológicas, en que los hombres adquieren conciencia de este conflicto y luchan por resolverlo", cf. Carlos Marx, op. cit., p. 344), tendo-se, digamos, numa ponta, a opinião, e na outra, os partidos expressivos dos interesses da população, conferindo assim sentido à idéia de que uma reestruturação da vida política nacional *se resolvesse* numa relação "consistente" entre a movimentação social mais profunda e a política, mediada pelos temas mais candentes ("verdadeiramente nacionais").

37 Cf. Caio Prado Jr., "O sentido da anistia ampla", *Revista Brasiliense*, nº 4, mar.-abr., 1956.

38 Cf. Caio Prado Jr., "A política brasileira", *Revista Brasiliense*, nº 8, nov.-dez., 1956.

39 E explicava ainda mais: "Governos e administrações que não se apoiarem num pensamento coletivo representados por partidos e expressarem ideologias políticas, pouco ou nada podem realizar por lhes faltarem não apenas normas de ação seguras e aplicáveis na prática, mais ainda quadros políticos e administrativos ativos necessários para a aplicação de tais normas" (cf. Caio Prado Jr., idem).

40 Cf. idem.

41 "O povo não está nem mesmo em condições de saber ao certo o que deve ou pode esperar. Falta-lhe para isso suficiente coesão ideológica; e em matéria de pensamento e ação política não vai além do imediato. A direção que têm tomado os sufrágios populares em tantas instâncias, mostra isso claramente. Resulta daí que nem o govêrno e os partidos que o sustentam podem contar com um apoio popular suficiente para levarem a cabo uma tarefa administrativa de largo fôlego; nem a oposição, por motivos semelhantes, conta com autoridade moral para servir de freio aos erros do

govêrno. E não tem outro recurso, para justificar sua existência, que se agitar frenèticamente e sem outra perspectiva que arrastar o país nessa agitação estéril" (cf. idem).

42 Cf. Caio Prado Jr., op. cit., *Revista Brasiliense*, nº 8, nov.-dez., 1956.

43 Cf. Caio Prado Jr., "Panorama da política brasileira", *Revista Brasiliense*, nº 38, nov.-dez., 1961.

44 Cf. ibidem.

45 Cf. ibidem.

46 A ilação provém de, pelo menos, duas outras passagens: a) quando em 1960 Caio Prado Jr. lamentava, à propósito da política de frente única (que ele esperava "que morresse" no partido), a perda de energias em tais alianças (que só abriam espaço para que os "demagogos" "se aproveitassem da massa trabalhadora"), podendo se concentrar na organização e preparação ideológica em torno das suas reivindicações do proletariado e dos trabalhadores do campo (Caio Prado Jr., "As teses e a Revolução Brasileira", *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 1º a 7 de julho de 1960); e b) quando ele desqualificava a burguesia nacional no imediato pós-64, referindo-se a um ator ("progressista e popular") impreciso, mas, segundo ele, nucleado por um pólo de trabalhadores do "mundo do trabalho" das cidades (proletariado "regular") e os "empregados" no mundo rural (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1966).

47 Cf. Caio Prado Jr., op. cit., *Revista Brasiliense*, nº 38, nov.-dez., 1961.

48 Cf. Caio Prado Jr., "Perspectivas da política progressista e Popular", *Revista Brasiliense*, nº 44, nov.-dez., 1962.

49 Há essa passagem na obra de 1966: "A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim de um ideal expresso na 'natureza' da revolução para a qual se presumiria *a priori* que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira — uma revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer. [...] A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente — mas não simplisticamente — a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos." (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1966, p. 19)

50 Cf. Caio Prado Jr., op. cit., *Revista Brasiliense*, nº 44, nov.-dez., 1962.

51 Cf. idem.

52 "O País atravessou neste ano e pouco, uma das mais agitadas fases de sua política, uma sucessão de crises que vem abalando profundamente o País e chegando mesmo a colocá-lo na iminência de lutas armadas. Na base dessa agitação e crise, o que em última instância as alimenta, foi sem dúvida, como ainda é o caso, a intranqüilidade decorrente do aguçamento das contradições profundas que dilaceram o organismo econômico e social da nação e se manifestam entre outros neste efeito e sintoma tão palpável que é a crescente aceleração do processo inflacionário" (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1962).

53 Em um artigo de 1956, rememorando 1945, Elias Chaves Neto compara a orientação dos comunistas italianos, os quais, por não se terem lançado "desesperados ao poder e terem acolhido a via legal" em 1946, mantiveram-se como um partido influen-

te, com a experiência brasileira, na qual o PCB, ao invés de convergir com a movimentação antiditatorial daquela época, se isolara, "e preferiu seguir os políticos demagogos que se limitavam a lhe fazer promessas" (cf. Elias Chaves Neto, "Legalidade socialista", *Revista Brasiliense*, nº 8, nov.-dez., 1956).

[54] Justamente aproveitando noutra direção o apoio popular que o dispositivo janguista havia mobilizado (conseguido "unir e confundir, desde a renúncia de Jânio Quadros, com o estabelecimento do pleno exercício, pelo Sr. João Goulart, dos podêres de Presidente da República"; cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1962). Nesse ponto, ele resistia ao cálculo "subjetivista" sobre as forças postas na cena oficial e que, para ele, só levava a ver na "conciliação" de Goulart a causa da deterioração da conjuntura (mas restava ainda "[...] explicar como e porque resolveu conciliar, e como logra fazê-lo com o assentimento geral, ou pelo menos sem oposição sensível do dispositivo e das fôrças políticas que o apoiaram e continuam apoiando sua política e suas posições. Se fôsse tão fácil deter ou modificar o rumo dos fatos políticos, como seria no caso a vontade 'conciliatória' do Sr. João Goulart, não haveria mais previsão política possível, nem plano, programa, estratégia ou tática em que se pudesse confiar"; idem).

[55] Cf. idem.

[56] Cf. idem.

[57] O ator democrático não se deixando dobrar à tendência natural: "Nada mais favorável, repetimos, a seus naturais adversários — a reação conservadora e o imperialismo — que a confusão que presentemente domina a política brasileira e que tão bem lhes serve os propósitos pela esterilidade a que reduz a ação e pressão das fôrças populares" (cf. idem).

[58] No livro de 1933, Caio Prado Jr., observando que a massa escrava — 50% da população na segunda metade do século XIX — não formava uma "massa coesa" e, "isolada nos grandes domínios rurais", representava um "papel político insignificante", dizia que a passagem de "uma classe *em si* noutra *para si*" (termos de *O Manifesto Comunista*) só iria se dar com o decorrer do tempo (cf. Caio Prado Jr., op. cit., pp. 119-20). E também anotava que as "camadas médias e inferiores" igualmente careciam de homogeneidade e não podiam ter "uma eficiente atuação política" e que esta debilidade política das camadas inferiores da população brasileira expressava uma 'economia nacional e uma organização de base fincadas no escravismo e "não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular" (idem, p. 120).

[59] O autor cita, entre outros, o exemplo da reforma agrária, "reduzida simplesmente, na maioria dos casos, a imprecisas formulações acêrca da distribuição de terras e a diatribes contra o latifúndio. O resultado é êsse que vemos: a falta de consistência e seguimento dessa política, perdida como se encontra em vagas formulações de caráter agitativo, e incapaz por isso de se fixar em diretrizes concretas suscetíveis de orientar as fôrças populares, com segurança, em qualquer emergência que porventura se apresente. O que não sòmente faz a política popular incompreendida por muitos, e freqüentemente até mesmo eivada de suspeição em largos setores da população que em princípio lhe seriam favoráveis, mas ainda abre perspectivas para a exploração demagógica por parte daqueles que pretendem usar e efetivamente usam as fôrças populares em proveito de suas ambições e facciosos interêsses político-partidários" (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1962).

[60] Cf. Caio Prado Jr., "O Estatuto do Trabalhador Rural", *Revista Brasiliense*, nº 47, São Paulo, maio-jun., 1963.

[61] Cf. "Um Discurso Marca Época", *Revista Brasisliense*, nº 46, mar.-abr., 1963.

[62] Caio Prado Jr. voltava a falar num processo de reforma agrária centrado na valorização do trabalho, mais importante que a luta pela terra (questão "evidentemente conexa") que inclusive, à medida que se generalizasse, abria o acesso à propriedade. Através de um "amplo movimento social reivindicatório", se constituiria a "base social" capaz de efetivar reforma "de tamanho vulto e alcance econômico e social" (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1963). Quanto à reforma agrária "nos grandes setores da agropecuária", o autor observava que a solução coletivista das cooperativas que, como o tema da terra, também chegava de fora e lhes era "completamente estranho" aos " trabalhadores empregados", não seria "praticável de forma generalizada"; (idem). Ele ainda chamava a atenção para o fato de que não havia "na maior parte e mesmo na generalidade da massa de trabalhadores empregados nas grandes explorações brasileiras — e isso por força da própria situação em que se encontram — preparo suficiente para assumirem a responsabilidade da gestão coletiva das emprêsas onde trabalham" (mencionando a mobilidade dos trabalhadores temporários) (idem). Relembrava aí a dupla face do "verdadeiro camponês" (do qual falava Lenin) ao mesmo tempo "um trabalhador e executor de tarefas" e "um dirigente dêsse trabalho e dessa execução". Caio Prado Jr. valorizava a luta reivindicatória pelo seu "duplo e concorrente" efeito de abrir "amplas perspectivas", a saber, de alterar "o estatuto miserável do trabalhador rural", encarecendo a mão-de-obra e estimulando uma "ascensão do nível tecnológico da agropecuária", capacitando-a, em suma, não só para que ela pudesse oferecer "padrão mais adequado de vida e na medida de suas exigências" aos seus empregados, como ainda liberando terras "onde a grande exploração não vingar ou não se puder estabelecer nas novas contingências de um trabalho revalorizado" (idem). Com esse tema da disponibilização de terras voltava o argumento de seus textos de 1960 sobre o uso, do ponto de vista do trabalho, da tributação como "principal meio" do processo reformista; ênfase que muda, quando se forma o governo Goulart, passando o autor a atribuir aquela função generalizante à aplicação da lei trabalhista.

[63] Cf. Caio Prado Jr., "Marcha da questão agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, nº 51, jan.-fev., 1964.

[64] Em nota apensada nesse seu último texto, "já depois de impresso", como ele mesmo dizia, Caio Prado Jr. comenta três documentos bem expressivos das correntes de esquerda e centro-esquerda, às vésperas de 64: a) uma nota conjunta da Frente de Mobilização Popular, CGT, UNE, Liga Feminina, UBES e Ação Popular; b) o documento "Sugestões iniciais para um programa de govêrno que faça as reformas de base", encaminhado por Santiago Dantas às entidades representativas para um debate de comprometimento de um novo ministério do governo Goulart; c) o texto "Posição dos comunistas", este publicado no jornal *Novos Rumos*, de 24 a 30 de janeiro de 1964. Caio Prado Jr. registra a "subestimação da efetivação e aperfeiçoamento da legislação trabalhista", com a ressalva de que apenas o PCB faz uma "ligeira e muita apagada referência à legislação do trabalho, sujeitando à desapropriação as propriedade que não a cumprirem"; "Os demais pronunciamentos silenciam inteiramente o assunto" (cf. Caio Prado Jr., op. cit., 1964).

[65] Cf. A. Matos, "Aparências e realidades do panorama político", *Estudos Sociais*, nº 12, abr., 1962.

[66] Cf. ibidem.

[67] Cf. ibidem.

[68] "A conquista dos objetivos da revolução brasileira e, ainda antes disso, a consecução de medidas que nos aproximem mais ràpidamente dessa conquista, depende não de uma superficial e artificiosa 'reestruturação partidária', mas de uma efetiva

mudança na correlação das fôrças sociais e políticas, até que o poder das correntes nacionalistas e democráticas, agrupadas num amplo movimento de frente única, sobrepuje o poder das fôrças do entreguismo e da reação" (Cf. Matos, op. cit., 1962).

69 Cf. ibidem.

70 Cf. Jurgen Habermas, "A revolução e a necessidade de uma revisão na esquerda — o que significa o socialismo hoje?", in Vários autores, *Depois da queda. O fracasso e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

71 Cf. Carlos Marx, "Tesis sobre Feuerbach", in *La ideologia alemana*. México: Cultura Popular, 1978.

72 Cf. Caio Prado Jr., "Perspectivas da política progressista e popular", op. cit., 1962.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA CAVALCANTE, M. Manuscritos, 1983/1989.

BRESSER PEREIRA, L. C. "De volta ao capital mercantil: Caio Prado Júnior e a crise da Nova República", *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, nº 1, Brasília, mar., 1989.

BUZZI, A. R. *La teoria política de Antonio Gramsci*. Barcelona: Fontanella, 1969.

COUTINHO, C. N. "A imagem de Brasil de Caio Prado Júnior" (1989), in *Cultura e socialismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FIORI, G. *La vida de Antonio Gramsci*. Barcelona: Península, 1968.

GORENDER, J. "Do pecado original ao desastre de 1964", in D'INCAO, M. A. (org.), *História e ideal — ensaios sobre Caio Prado Junior*. S.l.: Brasiliense–UNESP, 1989.

GRAMSCI, A. *El Risorgimento*. Buenos Aires: Granica, 1974.

HABERMAS, J. "A revolução e a necessidade de uma revisão na esquerda — o que significa socialismo hoje?", in *Depois da queda. O fracasso e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IUMATTI, P. T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JAGUARIBE, H. "Etapas do comunismo brasileiro" (originariamente publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo*, nº 2, jan.-jun., 1954), in SCHWARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Câmara dos Deputados–UnB, 1989.

Konder, L. *Lukács*. Porto Alegre: LP&M, 1980.

Lenin, W. I. *El programa agrario de la socialdemocracia rusa*. Moscou: Lenguas Extranjeras, 1949.

Marx, C. "Prefacio a la contribucción de la crítica de la economía política" (1859), in *Obras Escogidas*, vol. I, Moscou, 1977.

______. "Tesis sobre Feuerbach", in *La ideologia alemana* (1845). México: Cultura Popular, 1978.

Matos, A. "Aparências e realidades do panorama político", *Estudos Sociais*, nº 12, abr., 1962.

Neto, E. C. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

______. "Legalidade socialista", *Revista Brasiliense*, nº 8, dez.-nov., 1956.

Passos Guimarães, A. "A questão das etapas da Revolução Brasileira", *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 8 a 14 jul., 1960.

Prado Júnior, C. "Evolução política do Brasil", *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1933.

______. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

______. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

______. *Historia económica del Brasil* (1945). Buenos Aires: Futuro, 1960.

______. "Os fundamentos econômicos da Revolução Brasileira", *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 19 abr., 1947.

______. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

______. "O sentido da anistia ampla", *Revista Brasiliense*, nº 4, mar.-abr., 1956a.

______. "A política brasileira", *Revista Brasiliense*, nº 8, nov.-dez, 1956b.

______. "As teses e a Revolução Brasileira", *Novos Rumos*, 1º a 7 jul., 1960.

______. "Panorama da política brasileira", *Revista Brasiliense*, nº 38, nov.-dez. 1961.

Prado Júnior, C. "Perspectivas da política progressista e popular", *Revista Brasiliense*, nº 44, nov.-dez., 1962.

______. "O Estatuto do Trabalhador Rural", *Revista Brasiliense*, nº 47, São Paulo, maio-jun., 1963.

______. "Marcha da questão agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, nº 51, jan.-fev., 1964.

______. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Santos, R. *O pecebismo inconcluso*, 1ª ed. Seropédica: Edur, 1992 (2ª ed., 1994).

______. O agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Jr., *Debates*, Cpda, nº 2. Rio de Janeiro, out., 1997.

______. "Um trajetória no marxismo brasileiro", in www.artnet.com.br/gramsci (1999a).

______. "O anunciador da 'questão comunista' no Brasil", 1999b, in *Leandro Konder*, Unesp (no prelo).

______. "Lenin e Keynes em alguns textos de Caio Prado Jr.", Textos de Circulação Restrita, Cpda, 1999c (no prelo in *Mundo Rural* e *Tempo Presente*, Maud, 1999).

Segatto, J. A. *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-64)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasilieira, 1995.

Vacca, G. "Comunismo, socialismo, democracia", in *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

Vinhas, M. *O partidão*. São Paulo: Lech, 1982.

Zaidán, M. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-29)*. São Paulo: Vértice, 1988.

Expressão teórica do predomínio dos comunistas na esquerda brasileira, que se afirmou em 1934-35, quando eles se puseram à frente do combate antifascista, e prolongou-se até os anos 80, quando foram fragmentados por multiforme crise de identidade, a interpretação marxista do Brasil, sintetizada no programa nacional-democrático, suscitou as lutas e os debates mais importantes da esquerda ao longo do século XX. Hoje, como ontem, como mostram, em distintos registros analíticos, os estudos que compõem este volume, os objetivos fundamentais daquele programa permanecem no centro das visões críticas e transformadoras da sociedade brasileira: só a luta por um governo vinculado à causa do povo, pelo desenvolvimento autônomo da economia nacional e pela reforma agrária pode conferir concretude ao ideal da cidadania democrática, substituindo a lógica do mercado pelos interesses da sociedade.

João Quartim de Moraes



